

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Cleonice Dias dos Santos Hein

Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?
Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de
São Paulo

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2020

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Cleonice Dias dos Santos Hein

Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?
Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de
São Paulo

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo
2020

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Brasil – Código do financiamento 88887.288576/201800.

AGRADECIMENTOS

Início este proveitoso momento relembro que, em 2016, nos agradecimentos da dissertação de mestrado, indiquei a pesquisa como “autogestão na produção acadêmica”. Entretanto, para os estudos da pesquisa de doutorado, soma-se o processo de autogestão na produção acadêmica ao processo de mutirão intelectual, que ocorreram para que este estudo fosse possível. Por mutirão intelectual, indico todos os participantes que contribuíram, nesta pesquisa, direta ou indiretamente. Participantes que compõem a classe trabalhadora, unidos pelo mesmo objetivo em prol do coletivo, buscando e realizando reflexões críticas. A esses participantes, dedico meus sinceros agradecimentos:

Obrigada, Rosangela Paz, por algo que é para além da construção desta pesquisa, para a qual contribuí. Agradeço por me fazer rir, por me cuidar e por me estimular a realizar coisas que jamais pensei que poderia conseguir na vida. Agradeço pelas conversas, as elaborações conjuntas de artigos, em especial por sua amizade e por partilhar de seu saber intelectual com uma pitada de grande amor.

Maria Lúcia Martinelli, vejo luta até na sigla do seu nome: MLM (Movimento de Luta por Moradia). Agradeço por seus ensinamentos, pela acolhida, por contribuir com meu interesse pelo uso da metodologia da história oral. Você contribuiu realizando seu trabalho e militância na formação política acadêmica. Obrigada, Martinelli, por ser especialmente capaz de criar espaços e mentes para a sociabilidade coletiva.

Agradeço à professora Dra. Tânia Diniz, por quem tenho forte admiração e que influenciou meu interesse em atuar com movimentos sociais, durante suas aulas em disciplinas na graduação em Serviço Social e para atuação na área de habitação, a partir do Núcleo de Planejamento Urbano, ambos ministrados na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Agradeço por ter sido minha orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso quando eu não pensava ainda que poderia elaborar uma tese com você na banca. Obrigada.

Agradeço à professora Dra. Dirce Koga, que também teve influência na escolha do tema desta pesquisa, durante a disciplina acerca do tema Produção do Conhecimento.

Um agradecimento muito especial à Neusa Cavalcante de Lima. Você, além de ser uma pessoa cuja amizade é um presente, é uma militante essencial, dentro e

fora dos espaços acadêmicos. Você contribuiu diretamente para a concretização deste trabalho e tem um pedaço de você aqui.

Obrigada companheira Nuria Pardillos, minha parceira de Nemos e de luta por moradia digna.

Grata professora Carola Arregui, por quem tenho grande admiração profissional e carinho pessoal. Teus conselhos me fizeram trilhar por caminhos estrangeiros (risos).

Aos participantes da pesquisa: Vih, Fortnite, Yara, Valter, Fernanda, Luciana e Henrique Pacheco: Muito obrigada, mesmo, por me ensinarem tanto e aceitarem construir esta obra comigo. Obrigada.

Grata ao Movimento de Moradia Oeste e Noroeste, em especial a Donizete Fernandes e a todas as famílias participantes e que também compõem o projeto Alexios Jafet. São dez anos de luta e de construção de história. Agradeço aos Movimentos: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, em especial Graça Xavier e Fátima Santos; Associação Anjos da Paz da Vila Santista, em especial a Terezinha e Kelly; à Associação por Habitação com Dignidade, em especial, à Dora, esposa do Cido.

Obrigada a toda a equipe da Ambiente Arquitetura, em especial, Bel, Ricardo, Renata e Paula: a turma das antigas, que compõe essa luta e que tanto me ensinaram no decorrer dos anos. Obrigada ao Rafa também, pelo apoio e por rir das minhas piadas. Adoro risadas.

Agradeço aos meus amigos do Nemos e do Nepi da PUC/SP, por todo o carinho e apoio, sempre. Obrigada aos meus amigos da Terceira Aula: Graci, Iran, Bia, Isidro, Gladson e Luciana, adoro debater capítulos de mestrado e doutorado no boteco com vocês.

Obrigada às minhas duas irmãs que encontrei no caminho: Juliana Santos e Tuane Rossatto. Nossos debates sobre o trabalho com os movimentos sociais, e mesmo sobre a vida, me ajudaram a tecer as ideias presentes neste espaço. Não tenho nem palavras para agradecer por tudo que fazem por mim, então, vou usar a que resume: Gratidão!

Agradeço ao Daniel, Luis e Ciça. Esse trio, em minha vida, faz meu mundo ser mais humano e cheio de cores. Eu amo muito vocês.

Vielen Dank an meine deutsche Familie: Familie Hein; Brigitte; Hans und Renate.

Obrigada muito especial aos meus companheiros de trajetória de vida; os que vivenciam o cotidiano de morar em periferia e com quem tanto aprendi: Minha família! Obrigado, irmãos, Luciano, Carina e Cleide. Estou aqui, em mais um enfrentamento contra o sistema e suas estatísticas.

Obrigado aos sobrinhos que me cobram atenção, mas entenderam o momento de escrever da tia. Obrigada Ket, Eric, Samuka, Miguel e Evelin. Obrigada, tios Marta e Darci.

Agradeço, em especial, ao meu pai Milton, pedreiro porreta, que me ensinou muito sobre a vida e sobre construções civis. Me ensinou que devo sempre questionar e ter certeza da realidade dos fatos: “**antes de colocar os pés, tenha certeza de que o cimento está firme**”. Aprendi isso enquanto o acompanhava ao encher as lajes, no bairro. Obrigada por cantar para mim, por me mostrar músicas que contavam a história dos trabalhadores e por ser meu principal guia na vida.

À minha mãe, Luzia, que organizava manifestações para reivindicar serviços no bairro e me estimulava a fazer o mesmo na vida. E quando dizia: “**Dançar conforme a música**”, ela queria dizer que era para conhecer a realidade; conhecer, por exemplo, a música que dizia que eu não poderia fazer uma graduação por ser moradora da periferia. Ela e meu pai me diziam que, de alguma forma, era preciso mudar a situação. Assim, ouvi as canções e dancei as danças da vida: enfrentando, lutando e ocupando espaços que são de difícil acesso à classe trabalhadora, ainda que seja de direito. E isso me fez ir dançar para além do que me é apresentado como opção. Danço também nos espaços de luta dos movimentos sociais. Nossa música? Ocupar e resistir! Essa é a forma que interpretei e interpreto os conselhos de meus pais e defendo que minha própria trajetória indica os enfrentamentos. Obrigada, família.

Grata amado Philipp Hein, meu queridíssimo companheiro, “quase” camarada. Assim como Marx, você é alemão, e, assim como Marx, você é economista. Você até leu o livro *O Capital*, para debater comigo. Obrigada pelos chás quentinhos e por assistir às aulas comigo; às vezes mais atento do que eu. Por fazer parte de minha vida, por me cuidar e pelas partilhas de pensamentos. Sem você, a construção deste trabalho seria mais fria e teria um alemão a menos influenciando minhas ideias.

Por fim, obrigada a vocês todos, pois este trabalho é nosso. É o nosso mutirão intelectual crítico de cooperação simples, coletiva, prática e acadêmica.

RESUMO

HEIN, Cleonice Dias dos Santos. **Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?** Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de São Paulo. 2020. 319 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2020.

Apresenta-se, nesta tese, a contribuição do profissional de Serviço Social na experiência de trabalho social com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (ATSTZN) no projeto de Habitação de Interesse Social (HIS) Alexios Jafet, ambos na cidade de São Paulo, realizado por meio da autogestão na produção habitacional. O objetivo é analisar as vivências, experiências; o significado da sociabilidade coletiva e como essa sociabilidade vai se constituindo nas experiências do trabalho do assistente social com as famílias do Movimento. Para o estudo optamos por utilizar a nomenclatura “**Movimento Noroeste**” adotada pelos participantes no Movimento. Este é um dos movimentos de moradia mais antigos do País e traz uma diversidade de elementos e riquezas que pode contribuir para o resgate histórico da questão urbana no Brasil. O Movimento atua por meio da autogestão na produção habitacional com mecanismos de participação popular e a organização dos trabalhadores na luta por direitos e mudanças sociais. Nesse contexto, estão os assistentes sociais que, além de compor o histórico das lutas sociais, são pioneiros no trabalho social em HIS. O estudo parte do reconhecimento da trajetória desses participantes no contexto das políticas urbana e habitacional e das conquistas dos movimentos de moradias, com a hipótese de que o trabalho social realizado pelos profissionais que atuam no projeto Alexios Jafet, contribui para a sociabilidade coletiva dos trabalhadores. A metodologia adotada é a História Oral, que possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a história da sociedade. A pesquisa embasa-se nos estudos da perspectiva crítica marxista, envolvendo procedimentos científicos: pesquisas bibliográfica, documental e pesquisa qualitativa, com participantes, adultos e crianças, na ATSTZN, futuros moradores no projeto de HIS, Alexios Jafet. Compõe também os procedimentos, a observação de atividades, materiais e registros fotográficos. Os resultados indicam que os participantes e profissionais apresentam identidade política comum, pautada pela reforma urbana, pelo direito à cidade, a luta por moradia com qualidade, e com participação social; apresentam também tensões, conflitos e diferentes pontos de vista, entre esses sujeitos políticos, que fazem diferença na cena pública e, principalmente, que o profissional de Serviço Social tem papel importante para a sociabilidade coletiva, no fortalecimento dos movimentos de moradia e na sensibilização de grupos que atuam o objetivo de transformação social e na promoção do controle social na produção habitacional, por meio da autogestão.

Palavras-chave: Sociabilidade coletiva; Serviço social; Trabalho social; Movimentos de moradia; Habitação.

ABSTRACT

HEIN, Cleonice Dias dos Santos. **What is the contribution of the work of the social worker to collective sociability?** Housing movements, Alexios Jafet social housing project in the city of São Paulo. 2020. 319 pages. Thesis (Doctorate in Social Work) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2020.

In this thesis, the contribution of the Social Service professional in the experience of social work with the Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (ATSTZN) in the project of Housing of Social Interest, Alexios Jafet, both in the city of São Paulo, is presented, carried out through self-management in housing production. The objective is to analyze the experiences; the meaning of collective sociability and how this sociability is constituted in the experiences of the work of the social worker with the families of the Movement. For the study we chose to use the nomenclature "**Movimento Noroeste**" adopted by the participants in the Movement. This is one of the oldest housing movements in the country and brings a diversity of elements and wealth that can contribute to the historical recovery of the urban issue in Brazil. The Movement works through self-management in housing production with mechanisms for popular participation and the organization of workers in the fight for rights and social changes. In this context, there are social workers who, in addition to composing the history of social struggles, are pioneers in social work in HIS. The study starts from recognizing the trajectory of these participants in the context of urban and housing policies and the achievements of housing movements, with the hypothesis that the social work performed by professionals working in the Alexios Jafet project, contributes to the collective sociability of workers. The methodology is Oral History, which makes it possible to identify elements in the life history of an individual that are related to the history of society. The research is based on studies from a critical Marxist perspective, involving scientific procedures: bibliographic, documentary and qualitative research, with participants, adults and children, at ATSTZN, future residents in the HIS project, Alexios Jafet. It also comprises the procedures, the observation of activities, materials and photographic records. The results indicate that the participants and professionals have a common political identity, guided by urban reform, the right to the city, the struggle for quality housing, and with social participation; they also present tensions, conflicts and different points of view, among these political subjects, who make a difference in the public scene and, mainly, that the social service professional has an important role for collective sociability, in strengthening housing movements and in raising awareness of groups that work towards the goal of social transformation and the promotion of social control in housing production, through self-management.

Keywords: Collective sociability; Social Service; Social work; Housing movements; Housing.

LISTA DE SIGLA

ADM	Associação em Defesa da Moradia
AHD	Associação por Habitação com Dignidade
APVS	Anjos da Paz da Vila Santista
Atstzn	Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste
BDI	Bonificações e Despesas Indiretas
BID/HBB	Programas Habitar Brasil que recebe a denominação de Programa Habitar Brasil
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obra
Cbas	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
Cefess	Conselho Federal de Serviço Social
CF	Constituição Federal
Cfas	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CMP	Central dos Movimentos Populares
Cohab	Companhia Metropolitana de Habitação
Conam	Confederação Nacional das Associações de Moradores
Cras	Conselhos Regionais de Assistentes Sociais
CRE	Comissão de Representantes do Empreendimento
Cress	Conselho regional de serviço social
D.I	Desenvolvimento Institucional
DOP	Departamento de Ordem Política
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
Fecovi	Federação de Cooperativas de Vivendas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
Fucvam	Federación Unificadora de Viviendas por ajuda Mútua
GIHAB	Gerência Executiva de Habitação
HIS	Habitação de Interesse Social
Inocoop	Instituto de Orientação as Cooperativas Habitacionais
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
MST Leste 1	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1
MTST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto
MUF	Movimento Unificado de Favelas
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento

PAIH	Programa de Ação Imediata para a Habitação
PEP	Programa Empresário Popular
Planhab	Plano Nacional e do Sistema Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMVE	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNH	Política Nacional de Habitação
Prohap	Programa de Habitação Popular
PSH	Programa de Subsídio à Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
PTTS	Projeto Técnico de Trabalho Social
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
R.I	Regulamento Interno
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
TAC	Taxa de Apoio Comunitário
TCL	Termo de Livre Consentimento
U.H	Unidade Habitacional
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da localização dos empreendimentos Noroeste (2019).....	28
Figura 2 – Cartilha <i>Tijolinho da autogestão</i> (1995).....	10
Figura 3 – Cartilha <i>Tijolinho da autogestão</i> (1995).....	113
Figura 4 – Linha do tempo de composição de equipe social, etapa pré-obra (2011-2016).....	150
Figura 5 – Mapa da disposição dos lotes (2019).....	151
Figura 6 – Linha do tempo de composição de equipe social, etapa obra (2019)....	153
Figura 7 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa pré-obra (2010-2013).....	153
Figura 8 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa pré-obra (2014-2016).....	154
Figura 9 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa obra (2017-2019).....	154
Figura 10 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa obra (2017-2020).....	155

Figura 11 – Organização do trabalho coletivo (2016).....	198
Figura 12 – Mapa da área verde (2019)	209
Figuras 13 e 14 – Desenhos das crianças – Atividade do trabalho social (2019) ..	220
Figura 15 – Desenho de Fortnite acerca do Espaço Ciranda (2020).....	232
Figuras 16 a 18 – Atividades com as crianças realizada pela Comissão de Ciranda (2018)	223
Figura 19 – Desenho de Vih (2019).....	234
Figura 20 – Imagem utilizada no trabalho social (2018)	252
Figuras 21 e 22 – Imagem utilizada no trabalho social (2017)	256
Figura 23 – Imagem utilizada no trabalho social (2017).....	270

LISTA DE FOTOS

Fotos 1 e 2 – Manifestação contra a privatização do Pico do Jaraguá (2014)	30
Foto 3 – Henrique Pacheco (2014).....	42
Foto 4 – Fernanda Amâncio (2018)	44
Foto 5 – Luciana Vidal (2019).....	44
Foto 6 – Valter Silva (2019)	45
Fotos 7 a 9 – Yara; Vih e Fortnite (2017)	48
Foto 10 – Ricardo Gaboni e Isabel Cabral. Seminário de moradia (2014)	137
Fotos 11 e 12 – Edilson Mineiro e Terezinha Gramacho (2010 e 2015)	138
Foto 13 – Cido na primeira limpeza mutirante no terreno.....	140
Fotos 14 e 15 – Assinatura do contrato de compra antecipada de terra (2010).....	141
Fotos 16 a 20 – Manifestação dos movimentos na Gihab (2011).....	143
Fotos 21 a 25 – Manifestação dos movimentos em Brasília (2012)	143
Fotos 26 a 29 – Assinatura de contrato de obra na CEF (2016)	145
Fotos 30 e 31 – Reunião executiva (2011).....	167
Fotos 32 a 37 – Seminário do trabalho social com Comissão Compartilhada (2012) .	173
Fotos 38 a 43 – Oficinas do trabalho social com a Comissão Compartilhada (2012)	174
Fotos 44 a 49 – Oficinas do trabalho social com a Comissão Compartilhada (2013).	175
Fotos 50 a 52 – Primeiro mutirão de limpeza do terreno com os três movimentos (2012).....	176

Fotos 53 a 58 – Mutirão da construção da casa do caseiro do Movimento A.H.D (2012)	178
Fotos 59 a 62 – Mutirão da construção da casa do caseiro do Movimento Noroeste (2012)	178
Fotos 63 a 68 – Escolha dos representantes nas comissões (2017)	206
Fotos 69 a 72 – Curso de plantio do projeto Alexios Jafet (2017)	214
Fotos 73 e 74 – Valter no curso de plantio e na atividade do trabalho social (2017-2018).....	214
Fotos 75 e 76 – Visita das crianças aos apartamentos (2019).....	218
Foto 77 – Atividade sobre segurança na obra (2017).....	219
Fotos 78 a 83 – Atividade com as crianças realizada pelas comissões (2019)	224
Fotos 84 a 87 – Atividade com as crianças realizada pelas comissões (2018)	227
Fotos 88 a 90 – Atividades citadas pelas crianças participantes da pesquisa (2017)	232
Fotos 91 e 92 – Mutirão do grupo vermelho (2017).....	240
Foto 93 – Mutirão do grupo Turquesa (2017)	240
Fotos 94 e 95 – Mutirão do grupo Verde (2017-2018).....	240
Foto 96 – Imagem do trabalho social sobre mulheres (2018).....	253
Fotos 97 a 100 – Festas julinas do Movimento Noroeste (2015-2019)	255
Fotos 101 a 104 – Debates sobre Consciência Negra (2016-2018).....	255
Foto 105 – Imagem de atividade sobre relações mecanizadas de trabalho (2018)	271
Fotos 106 a 108 – Trabalho social com as comissões (2018).....	275

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Breve histórico dos programas habitacionais (2019).....	108
Quadro 2 – Programas federais com participação dos Movimentos de Moradia (2019).....	119
Quadro 3 – Quadro resumo da trajetória do trabalho social em HIS (2019).....	127
Quadro 4 – Divisão de lotes do projeto Alexios Jafet (2008-2015).....	144
Quadro 5 – Divisão de lotes do projeto Alexios Jafet (2016 - atual - 2019).....	151
Quadro 6 – Disposição de PTTS (2015-2016).....	152
Quadro 7 – Escala elaborada para trabalhos no mutirão de limpeza (2012).....	175
Quadro 8 – Organização para o trabalho social com cada movimento (2011).....	179
Quadro 9 – Lote C – Divisão para as comissões (2016)	199
Quadro 10 – Lote D – Divisão para as comissões (2016)	200
Quadro 11 – Atividades do trabalho social com comissão de Meio Ambiente (2017-2020).....	212
Quadro 12 – Resultado de pesquisa com comissões do projeto (2018)	277

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Breve histórico de conquista do Movimento Noroeste: Na contramão das tramas da lógica de mercado?	25
A escolha pelo projeto Alexios Jafet: suas particularidades e contribuição para a pesquisa	30
Caminhos metodológicos: Narrar é a arte dos participantes se revelarem e ouvir é a arte da produção de conhecimento.....	33
Pesquisa bibliográfica	35
Pesquisa Documental	36
Espaços de observação participante	37
Pesquisa qualitativa e os critérios de escolha	38
Apresentação dos participantes na pesquisa e os caminhos coletivos.	41
1 TRABALHO E A IDEOLOGIA BURGUESA: A CULTURA DA EXPLORAÇÃO E DO INDIVIDUALISMO	53
1.1 A exploração da classe trabalhadora: “De onde vem a indiferença temperada a ferro e fogo? Quem guarda os portões da fábrica?”	57
1.2 Ideologias da classe burguesa: “Nem tudo o que reluz é ouro”	69
1.3 Ideologias na formação da sociedade brasileira: Cultura e saberes.....	78
2 A HERANÇA DO CAPITAL É A DESIGUALDADE: A LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL PELO DIREITO À TERRA E CIDADE.....	86
2.1 Divisão de terras, a construção das cidades e a ideologia da desigualdade: Ganhar o pão na terra de patrão?	87
2.2 Lutas sociais e os movimentos de moradia: Ver-a-cidade nas lutas pelo direito à cidade.....	99
2.3 O trabalho em cooperação, mutirão e autogestão: todos nós no mesmo barco?	103
2.4 Os profissionais de Serviço social e a luta por direitos: Pioneiros no trabalho social em habitação de interesse social.....	120
3 MOVIMENTOS DE MORADIA, NA CONQUISTA DO PROJETO ALEXIOS JAFET: QUE HISTÓRIA É ESSA?	130
3.1 Movimento Noroeste, A.H.D e Anjos da Paz, na conquista da terra e do projeto Alexios Jafet: Um é pouco? Dois é bom? E três é demais?	131
3.1.1 Assessoria técnica Ambiente Arquitetura: os desafios no âmbito da situação ocupacional.....	132

3.1.2	Projeto Alexios Jafet e a compra antecipada da terra.	136
3.2	Pré-obra e início da obra: As possibilidades de trabalho no contexto das contradições capitalistas	146
3.3	O trabalho social com os participantes dos três movimentos: Discutindo relações.	157
3.1.3	Organização e relação entre equipes: Quais os desafios e as possibilidades?	159
3.1.4	A relação do trabalho social com o agente financeiro	162
3.1.5	Organização de recursos financeiros para o trabalho social com os três movimentos	164
3.1.6	Principais “D.Rs” e estratégias da equipe na relação com as lideranças da Comissão Executiva	167
3.1.7	Organização e relação com Comissão Compartilhada: Executiva, CAO e CRE	171
3.1.8	As principais “DRs” e estratégias da equipe na relação com as lideranças	172
3.1.9	O mutirão de limpeza do terreno: De 2012 a 2016.....	175
3.1.10	O processo de construção da casa do caseiro (2012 a 2013)	177
3.1.11	As narrativas dos participantes na pesquisa: sobre a casa do caseiro e mutirão de limpeza	179
4	TRABALHO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE COLETIVA NO MOVIMENTO NOROESTE.	186
4.1	O trabalho social com o Movimento Noroeste e a organização das comissões: A intencionalidade política na definição de temas e ações .	187
4.1.1	Organização de Assembleia.....	189
4.1.2	Trabalho social: Coordenação do Movimento, CAO e CRE	190
4.1.3	Principais estratégias utilizadas pela assistente social	193
4.1.4	Trabalho social e a divisão das comissões com as demais famílias	197
4.2	Estratégias do assistente social com as comissões temáticas: o trabalho social com adultos e crianças	202
4.1.5	Comissão do Verde e Meio Ambiente	206
4.1.6	Espaço Ciranda e as atividades integradas das comissões: Os Sem- Tetinhos	214
4.1.7	Atividades específicas do trabalho social com a Comissão de Ciranda	228
4.3	Trabalho social e o mutirão: A gente se transforma na realização do trabalho e na relação com o outro	236

4.4 A hora do recreio e o trabalho social mediado pela arte na música, nas imagens e festas: O que permeia nossos sons e cores?	244
4.5 Para além da conquista individual: “A gente pega um pedacinho da vida dos outros pra gente”	257
5 QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A SOCIABILIDADE COLETIVA? ROMPENDO AMARRAS NA DIREÇÃO DO PROJETO EMANCIPATÓRIO.....	263
5.1 O trabalho do assistente social: a ênfase nos processos formativos	263
5.2 A dimensão objetiva e subjetiva do trabalho do assistente social.....	280
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TODOS POR TODOS	286
6.1 Sentimentos críticos narrados e os elementos da metodologia da História Oral: O simples nos traz o mais complexo.....	292
6.2 Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?	296
REFERÊNCIAS.....	299
APÊNDICES	310

INTRODUÇÃO

Quem me dera, ao menos uma vez, que o mais simples fosse visto como o mais importante. Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente. (URBANA,1986a).

O objetivo do presente estudo é aprofundar reflexões sobre a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva, na atuação com os movimentos de moradia.

A ideia de sociabilidade coletiva defendida no presente estudo foi sendo construída no decorrer da pesquisa e dos capítulos, em contraponto a sociabilidade própria da sociedade capitalista, centrada no indivíduo e na concorrência. Neste sentido, adota-se como parâmetros os valores defendidos pela classe trabalhadora e as experiências de luta dos movimentos sociais.

Buscamos apreender como a sociabilidade coletiva vai se constituindo a partir das experiências, vivências e reflexões propiciadas pelo trabalho social realizado por assistentes sociais, e qual o significado atribuído pelos participantes à sociabilidade construída.

Nossas reflexões fundamentam-se na experiência de trabalho com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (Atstzn), conhecido como “Movimento Noroeste” e das narrativas dos participantes no projeto habitacional Alexios Jafet, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo.

Partimos da hipótese de que o trabalho social realizado pelos profissionais de Serviço Social que atuam no projeto Alexios Jafet, contribui na desmistificação das ideias burguesas e para sociabilidade coletiva.

A escolha do tema e pelos participantes na pesquisa relaciona-se diretamente com a minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

Em relação à trajetória pessoal, vivenciei a realidade de moradora na periferia no extremo da região sul da cidade de São Paulo por trinta anos. Vivenciei situações que contribuíram a compreensão de que faço parte da classe trabalhadora e que sou defensora de direitos dos trabalhadores. As situações que vivenciei, dentre elas, os longos trajetos de casa para o trabalho, não era algo que eu compreendia no contexto de desigualdade na sociedade e no processo desigual de construção das cidades. Não tinha o conhecimento de como funcionava o cotidiano para os que vivem do lucro em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores.

Os elementos que me despertaram para a realidade e que geraram reflexões e ações críticas, obtive a partir da participação em espaços acadêmicos; nos espaços de organização política da profissão de Serviço Social; nos espaços de atuação profissional; nos espaços dos movimentos sociais; a partir de muita dedicação aos estudos e principalmente, na relação com outras pessoas. A relação com o outro é algo que está sempre presente em minhas trajetórias, pois “o outro é a própria condição da vida e da convivência, é o que nos ensina a filosofia da diferença. Na vila ou na ilha, sem outros não somos, apagam-se as possibilidades” (GALLO, 2012, p.177).

No campo da trajetória profissional, tenho duas inserções nos espaços dos Movimentos de Moradia: 1. Assistente social que atua com trabalho social em projetos de Habitação de Interesse Social e 2. Atuação direta nas atividades da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP)¹.

Realizo o trabalho social com as famílias participantes nos movimentos de moradia e futuras moradoras no projeto Alexios Jafet, por meio de assessoria técnica,² há dez anos. Sou uma das assistentes sociais que faz parte da história de conquistas e enfrentamentos aos desafios colocados à classe trabalhadora.

Atuar neste espaço, foi e é importante para levantar as questões do presente estudo e poder amadurecê-las. Além disso, defendo que o espaço do cotidiano profissional é um campo aberto de possibilidade para intervenção e, também, para pesquisa acadêmica na produção de conhecimento no campo de Serviço Social.

O Serviço Social, em seu processo histórico, tem se consolidado como campo produtor de conhecimento, no âmbito da intervenção e da pesquisa acadêmica. No espaço profissional, chegamos muito próximos da experiência de cada dia dos sujeitos com os quais trabalhamos (...) em contextos diversos, como a luta pela saúde, moradia, sobrevivência, enfim, do cotidiano de luta e resistência (MARTINELLI; LIMA, 2019, p. 104).

Neste espaço, havia a inquietação de compreender a trajetória do trabalho social em assessorias técnicas com movimentos de moradia, bem como a

¹ De forma mais direta, participo e atuo com a Secretaria de Mulheres da UMM-SP. Também nas ações do projeto de Capacitação de Lideranças para autogestão em âmbito nacional (2016- 2020) na elaboração de materiais didáticos; planejamento coletivo das atividades dos cursos; seminários e todas de conversas. O recurso financeiro deste projeto vem da Fundação Ford.

² A assessoria técnica que atuo é a Ambiente Arquitetura fundada em 1992 a qual tem sua trajetória indicada no decorrer do presente estudo, mas cabe destacar aqui que nos vinte e oito anos de existência da assessoria, sou a primeira assistente social a ser contratada por seus fundadores.

contribuição do trabalho social aos movimentos de moradia. Tal inquietação tornou-se o ponto de partida para as reflexões apresentadas na dissertação de mestrado. Entretanto, outras inquietações surgiram, nas trajetórias profissional e acadêmica. Durante a atuação profissional, identifiquei frases recorrentes, entre os trabalhadores que participam das atividades de trabalho social. São elas: “*O trabalho social faz a gente ser mais humano*”; “*No trabalho social, temos uma relação mais humana*”; “*No trabalho social, aprendi a conviver e entender melhor o outro*”; “*Com o trabalho social, a gente aprende a atuar pelo objetivo do coletivo*” e “*Os técnicos tratam a gente como iguais e de um jeito mais humano*”.

Daí partiu o interesse em compreender quais são os elementos que retiram a humanidade dos trabalhadores e os individualiza no contexto da sociedade capitalista e das relações sociais. Há caminhos possíveis para enfrentar essa forma de sociabilidade que retira a humanidade? Só é possível fortalecer a sociabilidade burguesa? Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva, a partir das experiências e vivências de atuação profissional com o Movimento Noroeste e o projeto Alexios Jafet?

No presente estudo, intenciona-se compreender esses elementos colocados pelos trabalhadores, durante o trabalho social, no contexto das relações sociais burguesas.

As reflexões sobre esses elementos nos levaram a buscar as elaborações de Marx sobre as relações sociais e a categoria trabalho. A relação do ser que vive em sociedade é diferente dos outros seres da natureza, pois o homem é construído histórica e dialeticamente e utiliza seus braços, pés, suas mãos no trabalho, porém, antes de realizar algo, o idealiza e essa ideia se materializa no resultado do trabalho. Assim, o trabalho é

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo esse em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento suas forças naturais pertencentes a sua corporiedade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a, por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Tudo o que está ao redor do ser humano, é derivado da natureza e, para a sobrevivência da raça humana, a natureza é condição fundamental. No processo de trabalho, o ser humano cria um conjunto de relações sociais, pois os objetos trabalhados são utilizados por ele e pelos demais seres humanos.

Nessa perspectiva, o trabalho busca atender às necessidades humanas, bem como à possibilidade de o trabalhador estar preocupado com o bem-estar coletivo e não estar alienado do processo de trabalho. No entanto, no contexto do capital, a perspectiva do trabalho pressupõe a exploração e disputa entre as pessoas; o individualismo; a desigualdade; pobreza; as relações sociais estruturadas na lógica de mercadoria, que gera sofrimento à classe trabalhadora.

De acordo com Marx (2013), as relações sociais têm a ver com as condições da atividade humana e estão diretamente ligadas à forma de produção social da sociedade; da produção e reprodução da vida social; ou seja, ligada às forças produtivas e à forma como são estabelecidas essas relações.

Para Marx (2013, p. 258), ao analisar os meios de trabalho para a formação socioeconômica das sociedades, o que diferencia as épocas econômicas não é “o que é produzido”, mas, sim, como é produzido, com quais meios de trabalho. “Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalham.”

O trabalho, que deveria ser prazeroso para os trabalhadores, é transformado em sofrimento e em processos de alienação.

quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. (ANTUNES, 2007, p. 2).

Na sociedade capitalista, os donos dos meios de produção, além de se apropriarem da mão de obra dos trabalhadores, se apoderam da natureza, enquanto matéria-prima; se apropriam da terra, enquanto propriedade privada, que é uma das principais formas de organização do sistema capitalista. Uma minoria da sociedade, a classe burguesa, detém a riqueza produzida socialmente, enquanto a maioria, que produz, vive em condições precárias de subsistência de saúde, sem moradia digna, dentre outros aspectos essenciais.

Marx (2013), ao analisar o período entre meados do século XVIII e XIX, acerca da Revolução Industrial inglesa, revela que três grandes repercussões gerais afetaram a vida dos trabalhadores (homens, mulheres e crianças): a apropriação da força de trabalho subsidiária pelo capital (trabalhos feminino e infantil); prolongamento da jornada de trabalho; intensificação do trabalho.

Marx (2013, p. 468) analisa quanto o sistema capitalista, para produzir riqueza destinada a uma pequena parcela da população, conseguiu repartir o valor da mão de obra de um trabalhador para uma família inteira, assim, “[...] o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (2013, p.468)”.

O sistema capitalista, historicamente, é embasado na lógica da exploração a qualquer custo, impondo valores, desconstruindo núcleos familiares e até mesmo colocando o trabalhador em situação tão vulnerável que retirou e retira a possibilidade de as crianças viverem suas infâncias e leva seus pais a situações de não terem escolha. Marx (2013, p. 469), ao analisar o trabalho infantil afirma: “Antes, o trabalhador vendia sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora, ele vende mulher e filhos”.

Na sociedade capitalista, para a exploração da mão de obra do trabalhador, há processos de desumanização; no entanto, o processo é naturalizado e mistificado por meio dos ardis do capitalismo.

A sociabilidade capitalista está direcionada ao conformismo dos trabalhadores e fragmentação das lutas dos trabalhadores. Desse modo, é primordial, ao capital, colocar, ao trabalhador, suas formas de socialização; a reprodução de seus padrões; suas ideias.

Os valores burgueses ocultam dos trabalhadores a realidade de que eles próprios são construtores e sujeitos da história. Segundo Barroco (2010, p. 160), a ideologia posta como exigência para o consumo de objetos acaba criando outras necessidades, e as próprias relações humanas também se tornam mercadorias, e “ao estabelecer mediações de valor com os objetos, subverte motivações e exigências morais que são incorporadas à lógica mercantil. A mercantilização da moral é reproduzida pelo indivíduo singular, no âmbito da vida cotidiana”.

O processo da sociabilidade capitalista resulta em um indivíduo isolado, que não se sente pertencente à comunidade, que afasta os laços entre indivíduo e

sociedade, onde há “não só o rompimento do intercâmbio, mas também a oposição do indivíduo à comunidade” (CHAGAS, 2012, p. 3), ruptura essa que se estende aos demais indivíduos da sociedade.

esse indivíduo egoísta passa a ser tratado como coisa, como mercadoria; [...] e as relações entre os indivíduos passa a ser uma relação coisal, coisificante; [...] esse indivíduo egoísta, coisificado, como mercadoria, está divorciado dos meios de produção, das condições de sua existência, na medida em que produz uma produção que não lhe pertence, uma riqueza que lhe é estranha, que se volta contra ele e o desumaniza e, portanto, não está a serviço dele e das condições de sua existência, e [...] esse indivíduo egoísta, coisificado, rompido com o outro, possui apenas uma comunidade ilusória, uma totalidade fictícia, que é a própria sociedade moderna e seu ordenamento político, o Estado.

Mas, na sociedade burguesa, a sociabilidade é individualista. Seus valores estimulam o indivíduo a se afastar de sua essência e entrar no mundo do cada um por si; no mundo da competição; da exploração e alienação do trabalhador. O capital rouba a subjetividade do homem, cria a desigualdade e a exclusão social.

No Brasil, por exemplo, isso também ocorre na lógica de construção das cidades, que tem como herança do Período Colonial as formas privilegiadas de divisão de terras. Nesse processo, as cidades e os bairros foram divididos de forma desigual, entre as classes sociais, e a lógica escravista do Período Colonial compõe também a sociabilidade do trabalhador brasileiro.

O mercado reforça a lógica de valorização da terra. As áreas periféricas também são disputadas pelo mercado imobiliário e os trabalhadores seguem privados de seu direito à cidade. Vivenciam o sacrifício diário para acessar serviços e trabalho. Raramente tem acesso à participação nas decisões de organização das cidades. Ao mesmo tempo, são estimulados ao consumo, já que o acesso à cultura se dá por meio da televisão e da Internet, que são repletos de publicidade, em que a lógica do consumo de mercado prevalece e a cultura é vendida como produto.

Defende-se ser importante compreender as amarras criadas e colocadas, pelo capital, no cotidiano do trabalhador, para manter seu funcionamento e como interferem na vida dos trabalhadores e nas relações sociais.

O advento dos anos 1970 é marcado pela crise do capitalismo, e a crise do petróleo mundial. Ocorre a falência do modo de acumulação fordista/taylorista³. As respostas para a crise estrutural que o capital cria vão dessa época até os dias de hoje (2020), com destaque de três delas: a reestruturação produtiva, que contribuiu para as relações flexíveis de produção e trabalho; o neoliberalismo impôs um novo projeto ideológico, que enfatiza menos políticas públicas e Estado mínimo, ou seja, o mercado deve ser livre, sem o controle do Estado. E o processo de financeirização, é forte estratégia para o desenvolvimento capitalista, ao propagar o fetiche financeiro. No entanto,

[...] quanto mais estruturado e organizado o capitalismo é, [...] maiores são as desigualdades de classe. E é desnecessário dizer que há evidências suficientes para apoiar a visão de que a retórica do livre mercado e do livre-comércio e seus supostos benefícios universais, à qual fomos submetidos nos últimos trinta anos, produziu exatamente o resultado esperado por Marx: uma concentração maciça de riqueza e de poder numa ponta da escala social, concomitante ao empobrecimento crescente de todos os demais. (HARVEY, 2013a, p. 59).

Assim, a reestruturação das cidades brasileiras, que somada à conjuntura política dos diferentes períodos históricos, traz consigo a marca da urbanização, pela periferização das cidades de médio e grande portes, e contribuiu para o crescimento de favelas, cortiços e todas as formas de habitação precária, ao lado da concentração de renda, e da negligência quanto às necessidades sociais.

No Brasil a construção das cidades é marcada pela a segregação urbana. Compreendemos como espaço urbano aquele defendido por Lefebvre (2001, p. 25) que o define “como resultante das relações sociais de produção”. Trata-se do espaço nascido do processo contraditório capitalista.

Nesse contexto, os programas habitacionais destinados à população de menor renda, em particular aqueles financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), desde o golpe militar de 1964, tinham como diretriz que as obras fossem

³ O fordismo “cujos elementos constitutivos básicos era dado pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista” (ANTUNES, 1995, p.17). “Fordismo-taylorismo – padrão produtivo do capitalismo desenvolvido no século passado, que tem como características: produção em massa, produção concentrada e verticalizada, com controle de tempo e movimentos” (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p. 9).

executadas por construtoras, sem a participação dos moradores nas decisões acerca de sua moradia. (BONDUKI,1992).

Assim, desde a década de 1960, observa-se que os poucos programas habitacionais criados foram voltados ao mercado imobiliário e nenhum destinado a atender a reivindicação dos movimentos de moradia.

A partir da segunda metade dos anos 1970 e durante a década de 1980, os movimentos sociais de moradia insurgiram, com diferentes frentes de luta (favelas, cortiços, loteamentos clandestinos) somando-se aos movimentos por melhores condições de vida e de trabalho e pela conquista da Constituição Federal de 1988, marco histórico para a garantia de direitos.

Nesse contexto de retomada das lutas, surgem os movimentos locais e nacionais por moradia e também o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil. Desde então, os movimentos de moradia, profissionais e acadêmicos, vêm lutando por uma política habitacional nas esferas municipal, estadual e nacional, com participação que garanta o acesso à moradia digna e a construção de cidades mais justas.

Desde então, observam-se muitas pautas voltadas ao atendimento da população trabalhadora; à garantia de direitos; a criação de políticas públicas, com participação popular nos processos de tomada de decisão, não apenas pautas dirigidas à moradia, mas ao direito às cidades, como também a reivindicação de programas que atendam à reivindicação dos movimentos de moradia, como, por exemplo, a autogestão na produção habitacional. Essas pautas e lutas atravessam a década de 90 e chegam nos anos 2000, com a conquista do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), que regulamenta o capítulo Política Urbana da Constituição Federal de 1988, afirmando em seus princípios o planejamento participativo e a função social da propriedade.

A partir de 2003, com o Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tem-se um novo momento político para a política urbana, com a criação do Ministério das Cidades e a oportunidade de implantação das propostas e reivindicações dos movimentos sociais.

Em 2004, no governo Lula, em âmbito federal, o programa Crédito Solidário é criado com vistas a permitir que os movimentos pudessem gerir todas as etapas

dos projetos de HIS que conquistaram. Inicialmente, os movimentos compreenderam esse programa como conquista, considerando o histórico de falta de programas que permitissem a participação das famílias. Entretanto, havia armadilhas e exigências que não atendiam a realidade da população, como por exemplo, o recurso do programa Crédito Solidário que, para todo o processo (trabalho social, construção e aquisição de terreno), era de R\$ 30 mil por Unidade Habitacional (UH), em regiões metropolitanas, valores insuficientes para sua efetivação.

O baixo recurso, somado aos longos prazos dos trâmites burocráticos para a realização de compra de terra e obra por parte dos agentes públicos e financeiros, faziam com que os proprietários de terras desistissem de aceitar as propostas de HIS dos movimentos para aceitar vender suas terras à grandes construtoras que já tinha o recurso em mãos. Além disso, o programa direcionava recurso no total de R\$ 14 mil para as atividades do trabalho social, cuja realidade de trabalho era de mais de três anos.

Neste sentido, as lutas dos movimentos de moradia continuaram, até que em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida e sua modalidade Entidades (PMCMV-E), destinada à população de baixa renda, organizada em associações. Além da possibilidade de gestão via movimentos, já disponível no Programa Crédito Solidário, o PMCMV-E prevê a compra antecipada de terrenos, a construção civil das moradias e o recurso para o trabalho social, consideravelmente superior ao programa anterior. Os movimentos indicaram ao governo, propostas para o PMCMV-E, a partir das vivências históricas, considerando, inclusive, as deficiências encontradas no programa Crédito Solidário.

Contudo, há diferenças marcantes entre os dois programas, especialmente no que se refere ao modo como cada um lida com a questão de financiamento. O Crédito Solidário é um programa de financiamento no qual o beneficiário retorna integralmente o valor de investimento, em até 20 anos, sem taxa de juros, o que já era considerado um avanço. O MCMV-E, por sua vez, não parte do valor financiado, mas sim da capacidade de pagamento da família beneficiária, fixando as mensalidades em 5% da renda familiar, por um período de dez anos. Assim, a mensalidade do MCMV-E muitas vezes é um valor simbólico e educativo (TATAGIBA; TEIXEIRA; BLISKSTAND; PATERNIANI, 2013, p. 20).

É preciso reconhecer os avanços no PMCMV-E, mas também suas contradições ao passo que possibilita a autogestão na produção habitacional e, ao

mesmo tempo, reforça a lógica de mercado, como será destacado no presente estudo.

É nesse contexto das cidades desiguais e das lutas dos movimentos de moradia por políticas habitacionais e programas autogestionários que se inscreve o Movimento Noroeste na cidade de São Paulo.

Considerando o objetivo do presente estudo justifica-se apresentar, ainda que brevemente, o histórico do Movimento Noroeste e do projeto Alexios Jafet.

Breve histórico de conquista do Movimento Noroeste: Na contramão das tramas da lógica de mercado?

*“Há um metro a mais de poder, quando as construtoras vencem”
(OCUPAÇÃO YARY TY, 2020)⁴.*

No contexto da sociedade capitalista, o processo de urbanização ocorre de forma acelerada, formando grandes cidades, mas sem a infraestrutura (água, esgoto e outros benefícios) necessária aos trabalhadores. Ou seja, as cidades foram divididas desigualmente prejudicando aqueles que contribuíram com sua força de trabalho para a construção.

No estudo, apresentam-se reflexões acerca da questão habitacional no Brasil, que é expressão da “questão social⁵”. Iamamoto (2008, p.128) indica que, no Brasil, há particularidades da formação histórica brasileira e a “questão social” relaciona-se às “desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País”. Além disso, quando há crises no sistema capitalista, o sistema precisa se reestruturar para continuar funcionando e, assim, aprofunda a “questão social”, apreendida,

⁴ Compõe o diário de campo da pesquisadora de 27 de fevereiro de 2020. Trata-se de ocupação realizada pelos indígenas Guarani Mbya, próxima da Terra Indígena Jaraguá e do Parque Estadual Jaraguá. O terreno, legalmente, pertence à Construtora Tenda. A ocupação ocorreu em protesto contra o corte de árvores da Mata Atlântica e o não cumprimento de legislações que preveem o planejamento conjunto com a comunidade indígena quando há intervenções e obras nas proximidades das comunidades. A equipe social que atua na área, por meio do projeto Alexios Jafet, mobilizou famílias dos Movimentos de Moradia e participou de atividade na ocupação.

⁵ Ver texto “As cinco notas”, na Revista Serviço Social e Sociedade, Ano II, nº3 de 2001 onde o autor José Paulo Netto explica a necessidade de diferenciação entre questão social e “questão social”.

como conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privadas, monopolizadas por uma parte da sociedade [...] questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. (IAMAMOTO, 2007, p. 27-28).

No contexto da rebeldia e das lutas sociais, no Brasil, que culminou no marco da Constituição Federal de 1988, insere-se o Movimento Noroeste, que, desde o fim dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, teve influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), origem de grande parte de suas lideranças, que contribuem para a organização política dos trabalhadores. De forma mais específica, o Movimento atua na cidade de São Paulo, em especial, nas zonas oeste e noroeste.

É um dos movimentos de moradia mais antigos do País e defende, dentre seus objetivos, a luta pela regularização de ocupações e loteamentos irregulares em regiões periféricas da cidade de São Paulo; o direito à moradia, por Reforma Urbana e autogestão na produção habitacional. Defende o direito à cidade, considerando que esse direito não pode ser limitado à falta de moradia, pois

O direito à cidade [...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013b, p. 33).

Ainda nos anos de 1980, o Movimento Noroeste, articulado com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra Leste 01 (MST Leste 01), contribuiu para a criação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central⁶. O objetivo da UMM-SP é promover a Reforma Urbana; moradia digna; autogestão na produção habitacional e o direito à cidade.

⁶ Em regiões mais extensas, como a leste, foi dividida em duas: Leste 01 e Leste 02.

O Movimento Noroeste contribuiu ainda com a organização, articulação e o fortalecimento dos movimentos de moradia no estado de São Paulo e para a fundação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), em 1989, que se estende a 23 estados do País.

O Movimento Noroeste é composto por 46 grupos de bases⁷. Cada grupo de base é acompanhado por um coordenador, que atua com uma comissão de quatro pessoas, que compõe o grupo de base, responsável pela organização das famílias. Os coordenadores contribuem, ainda, para as articulações e mobilizações políticas do Movimento Noroeste. Em suma, são: 46 coordenadores gerais e 184 coordenadores, que acompanham os trabalhos nos grupos de base.

Os principais articuladores políticos⁸ do Movimento e os mais antigos coordenadores que participam desde os anos 80 e início dos anos 90 tem direta contribuição às conquistas nas lutas por moradia, inclusive pelo projeto Alexios Jafet. São eles: Donizete Fernandes; Vera Eunice da Silva (Verinha); Julieta Abraão (Jô); José Abraão; José de Jesus (Zequinha) e Edson Morais.

Eles participam dos espaços do Fórum pela Reforma Urbana, e quando a conjuntura política do País permite, dos Conselhos municipal; estadual e federal de habitação. Antes disso, participaram da luta para viabilizar esses espaços.

Vale destacar que cada um desses coordenadores ou passou pelo processo de construção de suas moradias ou compõe os grupos sem moradia que estão na luta pela sua conquista. Isso nos permite pensar que um dos diferenciais do Movimento Noroeste é ser composto e coordenado por quem está nas bases e vivencia a realidade daqueles que empreendem as lutas sociais.

Anualmente, organizam-se para realizar planejamentos e agendas de lutas, bem como conteúdos a serem trabalhados com os grupos de base⁹, por meio de um encontro que dura dois dias, destinado à formação política dos coordenadores.

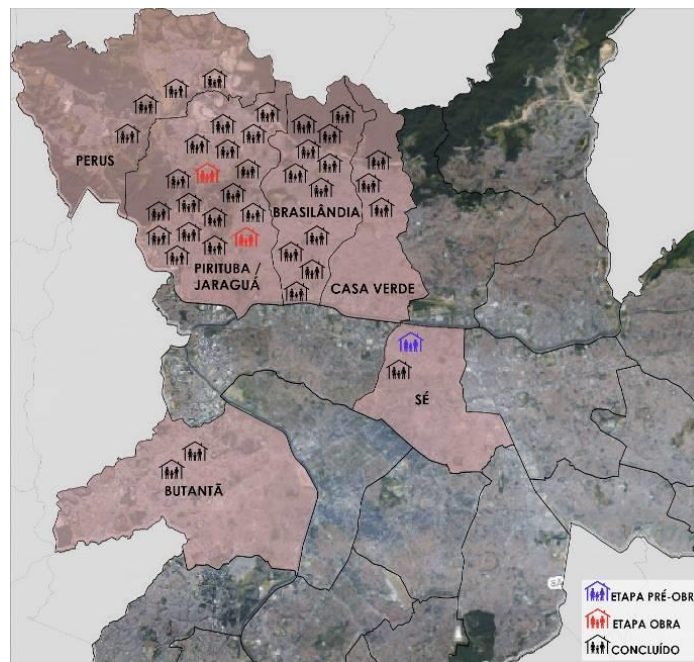
⁷ As informações baseiam-se em conhecimento da pesquisadora na atuação com o Movimento, bem como em diálogos com Donizete Fernandes em 29 de junho de 2020.

⁸ As informações acerca da organização do Movimento Noroeste se baseiam no conhecimento da pesquisadora na atuação com o Movimento, bem como diálogos com Donizete Fernandes em 29 de junho de 2020.

⁹ Enquanto campo de atuação profissional, a pesquisadora participa desses planejamentos e na formação política dos coordenadores a convite de Donizete Fernandes e Isabel Cabral.

Segundo informações de Vera Eunice da Silva¹⁰ do Movimento Noroeste, durante as atividades do trabalho social, o Movimento construiu em torno de vinte mil moradias em processo de mutirão autogerido, sem contabilizar os projetos que estão em andamento. Além dos participantes no Movimento atendidos com moradia, nos grupos de base, participam aproximadamente dez mil famílias. As localidades das moradias construídas pelos participantes do movimento constam do mapa da Figura 1.

Figura 1 – Mapa da localização dos empreendimentos Noroeste (2019)



Fontes¹¹: Juliana Santos; Cleonice Dias dos Santos.

Há grandes enfrentamentos às situações de exclusão colocadas ao trabalhador, no acesso à infraestrutura básica. De um extremo ao outro, a população de baixa renda é obrigada a transitar, deixando, muitas vezes, para trás, os vínculos que constrói, seja de amizade, trabalho, família etc. Não apenas famílias das regiões

¹⁰ Informações presentes no projeto técnico social do Alexios Jafet, o qual elaborei em momentos de atuação profissional para o Movimento Noroeste e Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura. No período, para compor o projeto social, considerei necessário o levantamento do histórico de luta do Movimento a partir de quem o vivenciou. Assim, entrevistei a coordenadora Vera Eunice da Silva em março de 2011, onde ela forneceu elementos para o projeto técnico social. Também compõe as reflexões, os diálogos em espaço de trabalho social em 15 de março de 2020.

¹¹ Juliana Santos é arquiteta e urbanista, atua na Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura e na J09 STUDIO, que é uma assessoria criada por ela para atender às famílias moradoras em regiões periféricas com projetos de arquitetura. Juliana, atendendo a solicitação da pesquisadora, elaborou o mapa para o presente estudo. A base do mapa é da empresa Geo Sampa, de 2017. As informações do mapa são do Movimento Noroeste, coletadas pela pesquisadora tanto durante a atuação profissional, como em momentos da pesquisa.

oeste e noroeste procuram o Movimento Noroeste, mas também famílias oriundas da zona sul de São Paulo.

Observamos, no mapa da Figura 1, que a maioria dos empreendimentos do Movimento Noroeste está localizada nas regiões oeste e noroeste, que são, historicamente, áreas em que o movimento realiza suas mobilizações, articulações e intervenções. No entanto, na região central, área bastante disputada pelo mercado imobiliário, há menor concentração de projetos de HIS para as famílias participantes do Movimento, sendo que um deles está em fase inicial, o projeto Bosque,¹² que compõe a conquista da luta pela terra em 2017, resultado da ocupação da área pelas famílias do Movimento Noroeste.

Há outro ponto que deve ser considerado, quando o Movimento conquista a terra nas regiões, bem como viabiliza moradias com recursos públicos. Em vez de o bairro estar preparado com serviços adequados ao atendimento das famílias, ocorre o contrário. Além da luta pela terra e moradia digna, o Movimento mobiliza os moradores dos bairros para lutar por serviços e infraestrutura nas regiões, somando com a luta das famílias já participantes.

No bairro Jaraguá, por exemplo, em que há maior concentração dos projetos do Movimento Noroeste, as famílias participantes criaram redes para defender interesses em comum no bairro.

Em 2001, na região do Jaraguá, ocorria a intervenção do empreendimento City Jaraguá, do Movimento Noroeste. A atuação dos representantes, no bairro, foi fundamental na luta e conquista do Parque Pinheirinho d'Água. O movimento contribuiu para a mobilização dos moradores do bairro, na reivindicação pela construção do Parque e para constar a implementação do empreendimento no Diário Oficial.

Compõem as conquistas do Movimento Noroeste a estação de trem Aurora, que está localizada no já mencionado empreendimento City Jaraguá, fruto de reivindicações dos moradores organizados.

Outras articulações que o Movimento Noroeste realiza, desde os anos 90, envolvem os representantes das tribos indígenas, no bairro Jaraguá, considerado o objetivo de luta em comum. Em 2013, por exemplo, realizaram manifestação contra

¹² Um dos projetos em que a pesquisadora atua realizando o trabalho social.

a privatização do Pico do Jaraguá e, para tal, contaram com a participação de representantes indígenas e das famílias participantes no Movimento (Fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2 – Manifestação contra a privatização do Pico do Jaraguá (2014)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Como dizem as lideranças dos movimentos de moradia, a luta pela moradia é um dos caminhos para acessar os demais direitos.

Para o trabalhador, as condições básicas de sobrevivência e de direitos garantidos têm histórico de pressão popular contra a negligência dos direitos que não passa despercebida por aqueles que vivenciam esse cotidiano. Mas as contradições do sistema capitalista revelam ao trabalhador que está na prática as “condições de transformar o impossível em possível” (MARTINS, 2015, p. 57).

Neste contexto estão os protagonistas que por meio de luta realizaram conquistas históricas, dentre elas o projeto Alexios Jafet.

A escolha pelo projeto Alexios Jafet: suas particularidades e contribuição para a pesquisa

A conquista do projeto Alexios Jafet não é apenas do Movimento Noroeste. Outros dois movimentos compõem a luta e participaram desse desafiante processo. São eles: Associação por Habitação com Dignidade (A.H.D), fundada em 1989, com o objetivo inicial de lutar pelo assentamento de setecentas famílias na região norte da cidade de São Paulo, mais especificamente, na Vila Nilo, e continuou com o objetivo de luta por moradia digna, e a Associação Anjos da Paz da Vila Santista, fundada em 2005 com atuações em ocupações irregulares e com o objetivo de luta por moradia popular para famílias de baixa renda.

Outro protagonista importante nesse processo é a assessoria escolhida pelos representantes desses três movimentos para realizar os trabalhos tanto de

projetos arquitetônicos e obra, como de trabalho social, que é a Ambiente Arquitetura, fundada em 1992, com o objetivo de atuar com os movimentos de moradias em processos de autogestão e mutirão. Seu papel, nessa conquista, compõe as reflexões do presente estudo.

A escolha pelo projeto Alexios Jafet tem relação com o fato de ser o espaço de atuação da pesquisadora e de onde é possível identificar os elementos do cotidiano, suas contradições, os desafios e as possibilidades.

Relaciona-se com o processo de luta por moradia na história da sociedade brasileira, uma vez que o projeto Alexios Jafet representa um marco no âmbito da construção por autogestão de HIS. Além disso, tem particularidades específicas e complexas, na forma de organização para a conquista da terra, para os projetos arquitetônicos e, principalmente, para o trabalho social. Citamos alguns elementos cruciais, específicos do projeto Alexios Jafet:

1. Trata-se da construção de 1.104 unidades habitacionais que estão na fase de obra (2020);
2. Na história do Brasil, é o primeiro projeto habitacional da HIS e dos movimentos de moradia realizado por autogestão e mutirão com tamanha proporção;
3. É o primeiro, na história do Brasil, em que as famílias de três movimentos diferentes se organizam para a conquista da mesma terra para construções diferentes de projetos habitacionais. Desse modo, os três movimentos, cada qual com sua trajetória política, tiveram que criar elementos para efetivar esse processo em conjunto;
4. São cinco diferentes projetos arquitetônicos para as famílias participantes nos três movimentos em um único terreno e cinco projetos técnicos sociais;
5. O trabalho social na etapa pré-obra teve a duração de sete anos e foi realizado de forma coletiva (com participantes dos três movimentos) e de forma particular (com as famílias de cada movimento);
6. O trabalho social, na etapa de obra, ocorre há três anos, mas no somatório com a etapa pré-obra, totalizam dez anos de trabalho social com os mesmos participantes;

É importante destacar quais as principais possibilidades, no contexto de contradições do capital, na etapa de trabalho social pré-obra, de forma coletiva (com os três movimentos) e na etapa obra, de forma mais específica, com o Movimento Noroeste.

Para o trabalho social, foram contratados profissionais e estagiários/as de Serviço Social.

No decorrer do presente estudo, apresentamos reflexões acerca de como a opção por profissionais dessa área foi intencional e relaciona-se às particularidades dessa profissão embasada por uma dimensão política. Desse modo, optamos por abordar, o trabalho social realizado por assistentes sociais e suas particularidades nesse processo.

No que tange à realização do trabalho social no projeto Alexios Jafet, compreendemos que todos nós estamos inseridos no contexto das relações sociais de produção capitalista. Compreendemos, ainda, a partir dos estudos de Marx, que o trabalho social realizado no projeto não é, por si só, capaz de mudar essas relações sociais vinculadas ao modo de produção e reprodução da vida, entretanto, os participantes e profissionais, que compõem esse processo de trabalho nesse lugar, entendem que, o trabalho coletivo contém elementos que fogem à lógica de mercado e aponta na direção de outra lógica, de produção e reprodução da vida social, embasada em valores distintos da sociedade burguesa, como, por exemplo, os valores coletivos, de união, e valores que buscam romper com os processos de alienação.

Um dos principais elementos que apontam para essa nova lógica, é a sociabilidade coletiva. Portanto, defendemos a possibilidade de mudança, pois “a minoria ativa é uma força grande para a transformação social” (MARTINELLI, 2016)¹³.

Na sociedade, não é apenas o projeto Alexios Jafet, tampouco apenas o Movimento Noroeste, que experimentam essas vivências, pois existem outras no País, mas esse foi o espaço escolhido para delimitação da pesquisa e apresentar essas experiências embasadas por reflexões críticas. Para tal, foi importante a

¹³ Fala da Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli, em aulas no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade (Nepi), em 14 de setembro de 2016.

escolha pela metodologia da pesquisa. Uma escolha política que aponta para relevantes resultados que serão apresentados no decorrer do estudo.

Caminhos metodológicos: Narrar é a arte dos participantes se revelarem e ouvir é a arte da produção de conhecimento

No contexto dos enfrentamentos aos problemas sociais que emergem do sistema capitalista, os estudos de Marx contribuem para a pesquisa, uma vez que buscam desvendar o modo capitalista de produção e permitem desvendar elementos da realidade, muitas vezes camuflados pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa [...] produzindo um proletariado sempre crescente. (MARX, 2009, p. 139, grifos do original).

Considerando que a categoria “trabalho” consta nas reflexões do presente estudo, tanto nas ações do trabalho social como nos espaços de trabalho mutirante dos participantes da pesquisa, os estudos de Marx acerca do trabalho, no contexto do capital, pode contribuir para as reflexões acerca das relações sociais, bem como do Homem com o trabalho; com o produto de seu trabalho; e mesmo com o trabalho alienado.

As reflexões da pesquisa estão embasadas, ainda, na perspectiva de Heller acerca da estrutura da vida cotidiana e suas possibilidades de enfrentamento da ordem vigente. O cotidiano é aqui compreendido, na concepção de Heller, como a dinâmica social na qual a vida se produz e reproduz em todos os seus sentidos e dimensões. Seu ritmo e suas especificidades são determinados pelas transformações do humano, tendo em vista os processos históricos que o constituem, ou, nas palavras de Heller (2014, p. 34), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (grifos do original).

Nesse espaço do cotidiano, é possível identificar questões e analisá-las por meio do conhecimento empírico e teórico, possibilitando maior embasamento para a pesquisa.

Para os procedimentos metodológicos, utilizamos aqueles que fundamentam e contribuem para a elaboração dos aspectos explicativos e reflexivos do objeto investigado. Nessa direção, foram adotadas as pesquisas bibliográficas, documentais e empíricas qualitativas. Também foram utilizadas as narrativas e situações constantes no diário de campo da pesquisadora, levantadas a partir dos espaços de observação.

São narrativas e conversas informais registradas nos diários de campo profissional. O diário de campo¹⁴ permite o amadurecimento do pesquisador, ao possibilitar a necessidade de observação e realizar o exercício da escrita e, enquanto descreve, observa as situações, e organiza seus pensamentos. Assim, o pesquisador tem a possibilidade de revisitar o diário de campo, transcrevê-lo e trazer fundamentos teóricos à suas análises.

Todos os participantes, que têm seu nome indicado na pesquisa, autorizaram, por meio de assinatura do Termo de Livre Consentimento, a publicização no presente estudo.

A escolha pela metodologia da pesquisa acadêmica é fundamental à compreensão da realidade acerca da temática de estudo. Nesse sentido, a escolha para o presente estudo é pela metodologia da História Oral, que possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a memória e a história. Porém, não é tarefa fácil para o pesquisador. “É uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes” (MARTINELLI, 2015, p. 8).

Os estudos realizados com o uso da fonte oral contribuem na busca por trazer para a pesquisa elementos que não são facilmente visíveis.

¹⁴ Reflexões na disciplina Produção do Conhecimento, do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aula de 6 de março de 2017.

Son diálogos que nos sensibilizan y aproximan a las emociones de los otros y que nos ponen en contacto con la memoria y la densidad de lo vivido, desde las condiciones personales actuales que modelan o matizan toda experiencia. Las fontes orales fuerzan a contemplar el pasado desde hoy. (VILANOVA, 1996, p. 34).

A metodologia da história oral possibilita o aprofundamento dos estudos acerca da vida cotidiana; a apreensão dos modos de vida e aprendizados de um povo em diferentes tempos. O pressuposto é o reconhecimento do indivíduo como produtor de histórias e realizações de seu tempo.

Pesquisa bibliográfica

Optamos por utilizar todo o arsenal que pudesse contribuir para a pesquisa. Nesse sentido, são utilizadas, como referências, as anotações de núcleos e disciplinas de que a pesquisadora participou, bem como as referências bibliográficas indicadas durante esse processo e de momentos de orientação.

O processo de pesquisa bibliográfica ocorreu primeiramente com o levantamento de estudos acerca da temática “sociabilidade coletiva”. Observa-se que não há muitas referências que tratem especificamente deste tema, deste modo, foi um processo desafiador para o estudo.

As bibliografias utilizadas contribuem para o pensamento crítico e a compreensão das transformações sociais e históricas nas cidades, a partir da colocação de autores como Karl Marx; Engels; Agnes Heller; Pierre Dardot; Christian Laval; James Hoston; Mauro Iasi; Henri Lefebvre; David Harvey; e Ricardo Antunes. Também autores que tratam das questões sociais e urbanas no Brasil, como Maria da Gloria Gohn; Lúcio Kowarick; e Ermínia Maricato.

Para aprofundar as questões relacionadas à ideologia; sociabilidade; classe trabalhadora no contexto capitalista; e os principais elementos influenciadores na formação da sociedade brasileira, considera-se que referências como as de José de Souza Martins; Octavio Ianni; Maria Helena Chauí; Eric Hosbawm; e Milton Santos, são as que mais contribuem às reflexões sobre a temática.

Considerando que o presente estudo parte do trabalho social realizado por assistentes sociais e que esses, historicamente, são pioneiros na área de trabalho social em habitação, buscamos utilizar autores que tragam elementos da trajetória

de luta desses profissionais na cena pública e sua contribuição aos movimentos sociais. Autores como: Rosângela Paz; Tânia Diniz; Maria Beatriz Abramides; Yolanda Guerra; Maria Lucia Martinelli; Maria Lucia Barroco; e Marilda Iamamoto.

Para os estudos que compõem a metodologia de pesquisa, utilizamos os que trazem reflexões acerca da História Oral, como Alessandro Portelli; Mercedes Vilanova; Maria Isaura de Queiroz; e Maria Lúcia Martinelli.

Além da pesquisa bibliográfica utilizamos a pesquisa documental e análise de conteúdo.

Pesquisa Documental

Embasada na compreensão de que a realização da pesquisa documental e análise de conteúdo são dois elementos somados no processo de desvendamento da realidade no estudo, consideramos importante a leitura e levantamento de documentos que compõe a pesquisa.

A organização dos documentos e registros para análise foi importante para a seleção dos materiais relevantes ao estudo. No processo, foram solicitadas autorizações para utilização dos dados coletados.

Na condição de pesquisadora e profissional que compõe a equipe que atua no projeto Alexios Jafet, foi possível acessar registros fotográficos, materiais em arquivos, mapas, imagens do projeto e empreendimento, que foram adicionados na pesquisa.

Os registros fotográficos correspondem aos momentos de atividades dos participantes com as equipes e coordenações dos movimentos em diferentes espaços (manifestações, mutirão, trabalho social, assembleia, reuniões de comissões, etc.). Importante destacar que, para a utilização das fotografias, os participantes nas atividades do trabalho social e na pesquisa autorizaram a utilização das imagens que compõem o presente estudo.

Há imagens que a pesquisadora ocultou o rosto de pessoas, como, por exemplo, representantes do agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF), para não infringir as orientações éticas da pesquisa.

As imagens tanto são acervos da pesquisadora e da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, como de origem dos próprios participantes da pesquisa e do

Movimento Noroeste. Utilizamos, ainda, mapas e imagens do projeto Alexios Jafet, todos elaborados pela equipe de assistentes sociais com a equipe urbanística, para momentos de trabalho de formação com as famílias participantes no projeto Alexios Jafet.

Optamos por utilizar, no estudo, as imagens, músicas e os materiais que foram citados pelos participantes na pesquisa e que foram criados pela assistente social para os trabalhos com as famílias.

Todo esse acervo teve intencionalidade política na escolha e revelam elementos relevantes no resultado do trabalho do assistente social, bem como para a produção do conhecimento acadêmico.

Espaços de observação participante

O espaço de observação é participante porque não é neutra. Esse espaço “diz respeito à aquisição do conhecimento de uma determinada realidade por meio da observação e interação” (MACIEL, 2016, p. 69),

na medida em que o profissional observa, ele também interage, estabelecendo uma relação social com os outros sujeitos, os quais detêm expectativas quanto às intervenções que poderão acontecer ou quanto aos resultados do processo de observação.

Os espaços de observação participante do presente estudo referem-se a reuniões, assembleias, cursos, oficinas e seminários articulados comigo, durante atuação no projeto Alexios Jafet do Movimento Noroeste. A partir desses espaços, foram utilizadas narrativas que compõem meu o diário de campo, as quais também foram autorizadas pelos participantes desses espaços, como é o caso de Terezinha Gramacho, que, durante uma reunião, contou como conheceu a assessoria, e autorizou citá-la nos estudos; ou dos diálogos da arquiteta Paula Paschoal, que também atua com o Movimento Noroeste no projeto Alexios Jafet, e, durante os diálogos sobre o trabalho social, trouxe elementos relevantes que compõem o presente estudo, com sua autorização.

Para além dos espaços de reuniões e atividades presenciais, as equipes dialogam por meio de contatos telefônicos ou do aplicativo WhatsApp. Um dos áudios de diálogo dessa relação foi o da arquiteta Renata com a assistente

social/pesquisadora acerca do trabalho do assistente social. Diante da relevância das reflexões desses diálogos, o áudio foi transcrito e utilizado no presente estudo. Renata foi consultada e autorizou a utilização identificada de sua narrativa.

Pesquisa qualitativa e os critérios de escolha

A investigação da realidade por meio do estudo de narrativas deve considerar a exploração e o aprofundamento dos dados para submetê-los a referências analíticas mais amplas. Portanto, é fundamental não perder de vista a dimensão da totalidade, ao analisar situações concretas, nas suas particularidades.

Diante da definição do objeto e objetivo do estudo, a metodologia que mais representa a realidade abordada, no caso, é a pesquisa qualitativa, a partir da fonte oral, uma vez que se apresenta como possibilidade de registrar as narrativas dos sujeitos envolvidos no processo do trabalho social.

Considerando que as pessoas simples muitas vezes são anuladas do processo de escuta, é importante que o pesquisador crie espaços de escuta tanto para adultos como para crianças¹⁵. O pesquisador também não deve ser ocultado no processo de entrevistas.

A metodologia da história oral possibilita que o pesquisador não seja ocultado do processo de entrevistas e de forma geral os trabalhos de campo diferem das Ciências humanas porque é uma observação recíproca entre sujeitos humanos que não gostam de ser estudados ou observados como se fossem livros ou fenômenos naturais. Os pesquisadores que sabem perguntar com paciência e conter sua curiosidade são muitas vezes recompensados inesperadamente. (PORTELLI, 2010, p. 214).

A metodologia da História Oral contribui com o reconhecimento dos participantes na pesquisa enquanto seres históricos capazes de construir história e produzir conhecimento. Apesar de ser um desafio, o pesquisador deve compreender os processos históricos “vividos pelos sujeitos sociais” (MARTINELLI, 2019, p. 28).

Como construção social de sujeitos históricos, tais práticas expressam embates entre grupos sociais. Estão presentes aí

¹⁵ Reflexões da primeira aula, segundo semestre, fevereiro de 2019, no Nepi, ministrada pela Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli.

dinâmicas cotidianas de homens, mulheres, jovens, crianças que buscam inserir-se no processo social, forjando seus modos específicos de viver, lutar, resistir e também reivindicar direitos.

No decorrer das reflexões acerca dos caminhos metodológicos, foi feita breve apresentação dos sujeitos da pesquisa, considerando a opção da pesquisadora em indicar as trajetórias dos participantes no decorrer dos capítulos do presente estudo. Ocorre que os elementos da trajetória de vida dos participantes na pesquisa estão presentes na história da sociedade. Para um pesquisador, é fundamental buscar compreender “o modo como esse sujeito se constrói e vive a vida” (MARTINELLI, 2012, p. 25).

A partir da metodologia da História Oral, foram feitas sete entrevistas, com quatro adultos e três crianças.

Um dos primeiros passos foi a escolha do movimento. É importante destacar que foi considerada, inicialmente, a experiência na atuação profissional com os três movimentos de moradia que compõe o projeto Alexios, entretanto, para o presente estudo escolhemos o Movimento Noroeste, pois, além de ser um dos movimentos mais antigos do País, é onde o trabalho social ocorreu de forma mais contínua, cujo o processo pode contribuir ao objetivo do estudo.

Já a escolha dos participantes, foram considerados os que vão morar no projeto Alexios Jafet, crianças e adultos e que, dentre as famílias participantes, destacam-se por apresentar em suas narrativas, nas ações do trabalho social, elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos necessários aos processos autogestionários, e pode contribuir de forma rica para o presente estudo. Outro momento do estudo foi a organização do roteiro, bem como as documentações exigidas pelo Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (Conep), sendo uma delas, Termo de Livre Consentimento (TLC). No caso dos adultos, estes assinaram autorização para a divulgação de seus nomes e imagens, inclusive reforçaram que adorariam ler seus nomes em pesquisas. Qualquer participante destacado no estudo, mesmo os que não foram entrevistados, foi consultado e assinou o TLC. Os demais critérios estabelecidos para a escolha dos participantes são:

✓ Entrevista com o principal fundador do Movimento Noroeste, o advogado Henrique Pacheco, para compor o histórico a partir de participante que vivenciou a história e pôde contribuir com a proximidade da realidade dos fatos;

✓ Entrevistas com três participantes no projeto Alexios Jafet, adultos, dos quais duas participantes são do sexo feminino e um participante é do sexo masculino; Gênero não foi o critério. A escolha considerou aqueles participam das ações do trabalho social, desde o início (2010), no projeto Alexios Jafet. Também os adultos que realizam ações com as crianças participantes no projeto.

O processo de entrevista com os participantes adultos ocorreu de forma individual, ou seja, com cada participante separadamente, onde as entrevistas foram gravadas e transcritas de forma fidedigna. Todos foram orientados sobre as etapas e processo da pesquisa.

✓ Atividade – roda de conversa – com três crianças, de 10 a 13 anos, participantes do projeto Alexios Jafet; A roda de conversa é uma proposta das crianças no momento da entrevista. O critério pela escolha das crianças relaciona-se àquelas que participam das ações do trabalho social há mais tempo. Relaciona-se, ainda, ao fato de que estes também são sujeitos históricos que muitas vezes participaram desses espaços sem que sua voz fosse ouvida. De acordo com Rocha (2008, p.48),

Conhecer as crianças permite aprender mais sobre as maneiras como a própria sociedade e a estrutura social dão conformidade às infâncias; sobre o que elas reproduzem das estruturas ou o que elas próprias produzem e transformam através da sua ação social; sobre os significados sociais que estão sendo socialmente aceites e transmitidos e sobre o modo como o homem e mais particularmente as crianças- como seres humanos novos, de pouca idade- constroem e transformam o significado das coisas e as próprias relações sociais.

Em relação às crianças, a pesquisadora solicitou a autorização das mães para efetuar a entrevista, bem como a anuência das crianças. As três mães informaram que, para elas, era mais fácil que as entrevistas fossem realizadas no terreno do projeto Alexios Jafet, onde a obra está ocorrendo, considerando que seus

filhos participam do espaço Ciranda¹⁶. Os pais e as crianças assinaram o Termo Livre de Consentimento.

✓ Entrevista individual com as três crianças. Na roda de conversa observei momentos em que uma das crianças queria dizer algo, mas preferia deixar os demais falarem por receio de que o pensamento de um é melhor que do outro e com isso, deixar de narrar fatos relevantes. Com a conversa coletiva foi possível criar uma atmosfera de confiança entre pesquisador e entrevistado, deste modo, abrimos espaços para entrevista individual com cada uma das crianças que aceitaram e que contribuiu a que outros ricos elementos compoñham o estudo.

No processo de entrevista, não basta apenas ao pesquisador definir critérios e escolher os participantes na pesquisa. Eles também escolheram participar e não se limitaram a proposta da pesquisadora. Ainda que eles já me conheçam enquanto assistente social, foi necessário criar espaço de aproximação enquanto pesquisadora, mas é relevante destacar que “o processo de pesquisa pressupõe a aproximação ao já conhecido” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p.111).

Apresentação dos participantes na pesquisa e os caminhos coletivos.

Em julho de 2019, ocorreu a primeira aproximação para a entrevista com Henrique Pacheco, o militante, advogado e fundador do Movimento Noroeste. O processo de entrevista e diálogo com Henrique foi finalizado no início de 2020, visto que, após a transcrição, a pesquisadora a apresentou ao participante para que ele pudesse fazer suas considerações ou acréscimos. No decorrer do presente estudo, indicamos as narrativas de Henrique Pacheco.

A entrevista ocorreu em uma das sedes do Movimento Noroeste, localizada na Barra Funda. Ocorre que o participante tinha compromisso com Donizete Fernandes¹⁷ e Ricardo Gaboni¹⁸ e saiu de sua residência, na cidade de Santos/SP, para estar na Barra Funda. A pesquisadora sabia dessa informação e previamente acordou a entrevista com Henrique Pacheco.

¹⁶ Espaço construído no projeto para que as mães deixem as crianças enquanto participam das atividades.

¹⁷ Coordenador do Movimento Noroeste e uma das principais lideranças. Participa desde 1987 do movimento, além de ser militante e ex-coordenador estadual da UMM-SP e ex-coordenador nacional da UMNP.

¹⁸ Arquiteto e urbanista, é um dos fundadores da Ambiente Arquitetura.

Considerando que a pesquisa utiliza a metodologia da história oral, não foi elaborado um roteiro com questões, mas uma norteou o processo da entrevista: “Conte sua história e sua relação com o Movimento Noroeste”. Ao final, também foi questionado como Henrique Pacheco sentia-se ao contar sua história.

No decorrer do estudo, indicamos as narrativas de Henrique Pacheco com sua trajetória que está relacionada com a história de lutas pelo direito à cidade e à moradia digna.

Henrique Pacheco é advogado, ex-vereador na cidade de São Paulo nos anos 90. É um dos protagonistas históricos na fundação da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Oeste Noroeste e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Nos anos 80, foi um dos criadores da assessoria técnica Associação em Defesa da Moradia (ADM) que atuava com a população de baixa renda em áreas de loteamentos irregulares.

Foto 3 – Henrique Pacheco (2014)



Fonte: Acervo Cine no City Jaraguá.¹⁹

Eu vim do movimento estudantil [...] eu comecei a participar na luta pelo movimento estudantil, fui estudar num colégio aqui na Pompeia. Tinha trinta alunos e tinha vinte carteiras. A extensão do Zuleica, aqui na Rua Padre Chico. Aí você sente o descaso da educação. Quem chegava primeiro se sentava, então, até que pegasse carteira e tals. Até que um dia chegou o pessoal da Umes²⁰ fazendo uma agitação lá na escola, reclamando e eu me empolguei, porque eu estava vivendo com a situação lá. Achei que era justo. Ia ter uma manifestação no Largo do Arouche na Secretaria de Educação, aí eu fui para lá e participei. Aí todo mundo se sentou no chão e eu me sentei, assim, junto com todo mundo lá. O fotógrafo da Folha fotografou a manifestação. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

¹⁹ Site projeto de democratização do cinema brasileiro: <http://cineb.spbancarios.com.br/?p=6968>

²⁰ União Municipal dos Estudantes Secundaristas fundada em 1984 para representar os interesses dos estudantes.

Henrique era presidente do Centro Acadêmico do Curso de Direito na PUC/SP e vivenciou o período da ditadura militar. Por meio da participação em ações do Centro Acadêmico, e por esse caminho, Henrique foi atuar nas regiões periféricas da cidade de São Paulo, assim, suas descobertas e ações serão indicadas no decorrer do presente estudo, mas cabe considerar que ele mesmo nos indicou esses elementos.

Aí, na Faculdade de Direito, tanto na São Francisco quanto na PUC, as duas melhores da época, a formação era considerada conservadora. Você imagina que um dos professores que eu tive lá, que eu fui fazer o mestrado e larguei, era o Michel Temer. (risos) E quando a gente questionava: “Professor, mas com tudo isso acontecendo, o senhor está dizendo que Direito Constitucional não tem que enfrentar a ditadura?!”. E ele: “Não, isso é um mundo da política”. Enfim, para você ver o quadro de como era a faculdade. Aí nós começamos a atuar com o Dom Paulo, que cedeu as igrejas e eu comecei a ir para a periferia, e eu fui lá para o final da Zona Norte. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Henrique Pacheco construiu história e é participante da história. “A história não se faz por si só, somos nós que a fazemos com nossas próprias histórias, com nossas lutas políticas e sociais, pois somos realidade e somos palavras” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p. 37).

Para a elaboração das questões, no caso dos adultos, consideramos três opções: “Conte sua história”; “Em sua opinião, qual a contribuição do trabalho social” e “Como se sente contando sua história”.

Defende-se que, no processo de contar suas trajetórias, encontram-se elementos relacionados a história da sociedade; elementos pertinentes às ações tanto do Movimento Noroeste quanto do trabalho dos assistentes sociais, além de elementos de representações ideológicas burguesas, bem como a construção da ideia de sociabilidade coletiva que compõem as reflexões do estudo.

Os futuros moradores do projeto Alexios Jafet, adultos, participantes da pesquisa são apresentados a seguir (Fotos 4, 5 e 6).

Foto 4 – Fernanda Amâncio (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

- Fernanda Amâncio: “*Eu moro de aluguel, tenho duas filhas, a Giovana, de nove, e a Eloanna, de cinco anos*”. Fernanda tem 37 anos de idade e é participante no Movimento Noroeste há vinte anos. Fernanda compõe a Comissão de Ciranda, uma das responsáveis pelo acompanhamento do trabalho com crianças, que serão indicadas no decorrer do presente estudo.

Foto 5 – Luciana Vidal (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

- Luciana Vidal: participa das lutas do Movimento Noroeste há treze anos e faz parte dos futuros moradores no projeto Alexios Jafet. No projeto, compõe a Comissão de Saúde cujas ações serão indicadas no decorrer do presente estudo.

Bom, meu nome é Luciana Aparecida Vidal da Silva, costumo usar só Luciana Vidal, tenho 39 anos, dois filhos, um de doze e um de treze anos. Nasci em São Paulo/Capital e moro há três anos no bairro de Pirituba e é isso. Eu morava com meus pais até os 22 anos, quando eu saí de casa e comecei a pagar aluguel e, desde então, eu pago aluguel até hoje; nunca morei fora do País e nunca saí daqui da cidade para morar. (Depoimento de Luciana, 2020).

Foto 6 – Valter Silva (2019)



Fonte: Acervo pessoal de Valter.

- Valter da Silva também tem sua história vinculada à história da sociedade e, assim como as demais participantes, poderemos conhecê-la tal qual foi narrada, no decorrer do presente estudo. Valter compõe o grupo de futuros moradores do projeto Alexios Jafet e participa da Comissão de Meio Ambiente, cuja função será apresentada nas reflexões do presente estudo. Além disso, Valter foi escolhido pelas famílias para ser caseiro no terreno Alexios Jafet, durante a etapa pré-obra e, posteriormente, na etapa obra, foi contratado formalmente, com recursos da obra, para atuar como almoxarife. Deste modo, Valter também pode contribuir com as reflexões de sua participação enquanto trabalhador formal e no trabalho mutirante.

Meu nome é Valter tenho 36 anos, sou morador aqui de São Paulo. Participo do movimento de moradia desde 2004 e tô na luta aí, pela moradia, pela minha casa própria devido a muitos acontecimentos [...] na minha vida [...] meu pai foi doando partes do terreno que era nossa casa, deu para um amigo, vendeu outro, pegava o dinheiro e ia pra Bahia, gastava, voltava e vendia outra parte. Até que chegou um dia que ele vendeu a casa com a gente dentro. É eu e mais cinco irmãos um total de seis. Aí teve um dia que o cara chegou com a surpresa que a gente tinha que sair porque o seu Manoel tinha vendido a casa. A gente falou: “E agora o que que fazer?” Bom, a minha irmã mais velha foi trabalhar, conseguiu emprego numa loja; minha outra irmã, na casa de família; minha outra irmã, fazia bolo e eu fui trabalhar na feira. (Depoimento de Valter, 2020).

Os participantes têm em comum a trajetória marcada pelo processo de falta de moradia digna e a luta pela conquista de direitos. A espera por resposta do Estado na garantia pelo direito à moradia também compõe as narrativas dos participantes da pesquisa. Esse dado compõe as reflexões que são abordadas no presente estudo.

No caso das crianças, as principais questões relacionam-se a compreender suas trajetórias; a compreensão das crianças acerca dos processos de luta do Movimento Noroeste e a contribuição das ações do trabalho social.

Em 2019, em caráter exploratório, as três crianças foram consultadas de forma individual sobre possível interesse na entrevista. Inicialmente, a ideia era realizar a entrevista de forma individual, começando pela criança de 13 anos. Mas, por terem contato umas com as outras, as crianças conversaram entre si e decidiram que a entrevista seria com as três juntas; desse modo, a roda de conversa ocorreu por escolha das crianças.

A pesquisadora organizou uma pequena roda, explicou para as crianças todo o processo e motivo das entrevistas e perguntou se gostariam de contribuir. Disseram que sim, desde que fossem as três juntas.

Com isso, as questões foram sendo construídas em conformidade com a narrativa das crianças acerca de suas participações nas atividades do trabalho social e do Movimento Noroeste e compõem o Anexo A do presente estudo. Em 2020, a pesquisadora, já com mais proximidade com as crianças, consultou-as sobre fazer duas perguntas, de forma individual. Como aceitaram, as duas questões foram:

1. Em sua opinião, o que é um Movimento de Moradia?
2. Há alguma imagem utilizada no trabalho social que chamou a sua atenção? Por quê?

Na primeira aproximação, essas duas questões, não haviam sido feitas e é importante, para o estudo, a indicação de elementos acerca da perspectiva das crianças em relação às lutas sociais, bem como do trabalho social. A escolha pela questão da “imagem” relaciona-se ao fato de que é uma das principais formas utilizadas pela assistente social para atuar com as crianças.

As questões puderam ser respondidas da forma escolhida pelas crianças. Além disso, considerando que a autorização para a entrevista ocorre de forma anônima, para não haver prejuízos a elas, a pesquisadora possibilitou a escolha de nomes fictícios para serem utilizados na pesquisa. São eles: Fortnite; Yara e Vih. A pesquisadora compreendeu a escolha dos nomes de Yara e Vih, mas a palavra “Fortnite” foi preciso pesquisar para saber o significado e identificou que se trata do nome de um jogo para crianças.

A disposição para a percepção das construções das culturas infantis exige que nos (re)alfabetizemos em outras linguagens, de maneira abrir nossos ouvidos para todas as vibrações a fim de compreender os modos pelos quais as crianças constroem suas culturas e suas relações com o mundo. Neste processo podemos nos arriscar a ouvir os gestos, as paredes, as brincadeiras, os movimentos inibidos, abrindo os ouvidos para aquilo que aparentemente não faz som algum. (SANTIAGO, 2015, p.94)

- Vih é participante, no Movimento Noroeste, com sua mãe, desde que nasceu, assim como das ações do trabalho social. Vih é estudante, tem dez anos de idade e é do sexo feminino.

A casa que eu moro hoje é de aluguel. Eu moro com minha mãe e com a minha irmã. Minha irmã tem dezoito anos. Acho que vim para cá com quatro anos, no grupo de base. (Depoimento da criança Vih, 2020)

- Yara tem 13 anos de idade, é estudante do sexo feminino e participa, com sua mãe, das atividades do projeto Alexios Jafet e do trabalho social.

Eu moro na casa do meu avô. Eu não lembro como eu vim parar aqui porque já faz anos [...] minha mãe me trouxe, porque ela não queria mais morar na casa do meu avô, o pai dela. Eu moro no Jd. Sidnei. Fora daqui eu estudo e só durmo, praticamente, e é isso [...] eu me sentia importante²¹, porque eu ficava na mesa²² com a minha mãe. (Depoimento da criança Yara, 2020).

- Fortnite, participante no Movimento Noroeste desde que nasceu, já que sua mãe está há vinte anos no Movimento. Do sexo masculino, tem 12 anos de idade, é estudante e participa das ações do Movimento Noroeste e do trabalho social com as crianças.

Minha casa é casa de aluguel. Quem me trouxe foi meu pai e minha mãe. Eles vieram ajudar a construir também [...] eu me senti... estava com vergonha porque eu não conhecia ninguém e ninguém me conhecia [...] hoje eu não estou muito não. Mas agora que eu estou falando, eu tô. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

²¹ Participando nas atividades do Movimento Noroeste.

²² “A mesa” era a palavra mais utilizada pelos participantes, no projeto Alexios Jafet, para indicar as pessoas que coletam assinaturas de presença das famílias. No período vigente, 2020, utilizam mais o termo “O pessoal da Participação”.

Nota-se, por meio das narrativas de crianças e adultos, os primeiros elementos que indicam a condição de morar de aluguel. As crianças revelaram seu envolvimento na dinâmica do Movimento Noroeste devido à participação de seus pais nos grupos de bases; na organização do Movimento por meio da “Mesa”, além do fato de se sentirem pertencentes a esses espaços, como é o caso de Yara, que destacou se sentir importante.

O processo de entrevista com as crianças foi bastante rico, pois elas, além das entrevistas, escreveram textos ou criaram desenhos, que as representam, para compor o estudo da pesquisadora. Além disso, quando lembravam de algo que queriam ter dito no momento da entrevista, gravavam áudios e enviavam para a pesquisadora. Desse modo, os elementos que surgiram das indicações das crianças foram utilizados e analisados no estudo.

Defende-se a ideia de que as crianças tem que desejar participar da entrevista, e que tem suficiente capacidade de contribuir para a forma como ocorrerá, pois também têm voz e “ centrar-se no querer da criança, por si só, já marca uma mudança nas relações social e culturalmente estabelecidas entre adultos - criança na contemporaneidade” (LEITE, 2008, p.123).

Devido às orientações do Comitê de Ética da PUC-SP e para evitar possíveis riscos às crianças com a divulgação de fotografias e imagens, a pesquisadora colocou símbolos, no lugar dos rostos, para garantir o anonimato das crianças.

Fotos 7 a 9 – Yara; Vih e Fortnite (2017)



Fonte: Acervo Espaço Ciranda; Ambiente Arquitetura.

A partir do acervo de trabalho da assistente social, foram utilizados desenhos de cinco crianças, além das que foram entrevistadas. Trata-se de material de cartilha, elaborada pela profissional para atuar com as crianças. O material apresenta fortes elementos acerca da contribuição do trabalho social para as lutas sociais, em atividades citadas pelos participantes da pesquisa. Considerando as

normas do Comitê de Ética, não foram destacados os nomes dos autores dos desenhos.

Todos esses acervos compõem o arquivo dos participantes envolvidos, inclusive o arquivo intelectual da pesquisadora. Mills (2009, p. 22) destaca que o estudioso das ciências humanas deve utilizar sua experiência de vida e trabalho profissional em seu trabalho intelectual. O autor, como um artesão, utiliza as influências de seu passado em trabalhos futuros; enaltece cada experiência em nível de reflexão, moldando também a si mesmo.

Uma resposta é que você deve organizar um arquivo [...]. Num arquivo como eu vou descrever, há uma combinação de experiência pessoal e atividades profissionais [...]. Nesse arquivo, você, como artesão, tentará reunir o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa.

A opção pela pesquisa por meio de narrativas relaciona-se ao fato de que estão carregadas de elementos históricos, mas também de sentimentos que aparecem nos detalhes ditos e não ditos do processo de entrevista.

Foi um processo revelador, participar da escuta das narrativas dos participantes na pesquisa. Incorre-se, no papel de pesquisador, ou mesmo enquanto profissional, no erro de deduzir que, por estar próximo de determinados grupos, por muitos anos, se sabe muito sobre as pessoas. Contudo, o processo de entrevista, pela metodologia da história oral, contribuiu para que a compreensão de que são os sujeitos participantes na pesquisa que sabem de suas trajetórias e podem contá-las. Contribui para que os participantes da pesquisa pensem nas relações e em seus próprios processos, pois “ao narrar, esse sujeito revela-se para si mesmo, ao estabelecer alguns nexos que ele não conseguiria sem um sujeito para ouvi-lo. O que comanda a narrativa, não é apenas a voz, mas também o ouvido” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p.111).

Deste modo, no decorrer do estudo, buscaremos apresentar reflexões acerca dos resultados a utilização da metodologia da história oral.

O estudo está estruturado em cinco capítulos e as considerações finais.

No Capítulo 1, **Trabalho e a ideologia burguesa: a cultura da exploração e do individualismo**, abordamos a categoria trabalho por meio dos estudos ontológicos de Marx, uma vez que essa categoria é fundamental para a

compreensão das relações sociais e da história da vida humana. Os estudos em Marx possibilitam apreender as dimensões ontológicas e históricas em sua totalidade, as determinações e mediações, considerando as singularidades e universalidades.

Ainda que brevemente, por meio dos estudos em Marx, apresentamos reflexões acerca do contexto histórico na formação da sociedade capitalista na Europa, onde mulheres e crianças são chamadas a compor o grupo de trabalhadores que vivenciam a realidade de exploração do trabalho.

Apresentamos, também, as reflexões fundamentadas teoricamente acerca das ideologias da classe burguesa e sua herança na formação da sociedade brasileira, pois tais elementos estão na vida dos trabalhadores que participam nos espaços dos Movimentos de Moradia e do trabalho social.

Considerando o trabalho mutirante como um dos espaços de participação das famílias do projeto Alexios Jafet, os estudos de Marx podem contribuir para as reflexões acerca da relação do Homem com o trabalho; com o produto de seu trabalho; e mesmo com o trabalho alienado. A categoria “trabalho” é tão rica que perpassa todos os pontos debatidos no presente estudo.

Ao final desse capítulo, seguem apontamentos sobre os elementos identificados acerca da sociabilidade burguesa e possíveis elementos para compor a definição da ideia de sociabilidade coletiva do presente estudo.

No Capítulo 2, **A herança do capital é a desigualdade: a luta dos trabalhadores no Brasil pelo direito à terra e a cidade**, apresentamos reflexões acerca da divisão desigual de terras e a construção das cidades no Brasil; como se deu esse processo; a quais interesses esse processo atende; bem como os impactos na vida dos trabalhadores. Historicamente, detalhamos o processo de lutas sociais, os movimentos de moradia e o direito à cidade, bem como uma das bandeiras de luta dos Movimentos de Moradia, que é a autogestão na produção habitacional e o trabalho em mutirão, considerando que, no projeto Alexios Jafet, esse processo vem sendo realizado.

O trabalho mutirante é defendido pelos movimentos de moradia, como o da ajuda mútua entre os participantes; entretanto, é importante compreendê-lo dentro do contexto capitalista. Nesse capítulo, os participantes da pesquisa trazem os elementos de suas trajetórias que contribuem a análise no âmbito da sociedade.

Considerando que a pesquisadora é assistente social, o trabalho social, objeto do presente estudo, é realizado por assistente social e pelo fato da escolha desses profissionais no projeto Alexios Jafet relacionar-se à particularidade da profissão de Serviço Social, defendemos ser relevante trazer breve trajetória acerca das lutas da categoria. Além de sua própria trajetória de luta, são pioneiros na atuação em HIS, assim, apresentamos reflexões acerca desses processos de defesa coletiva de um projeto político em prol da classe trabalhadora. Ao final deste capítulo, apontamos os elementos identificados para a sociabilidade do capital e a sociabilidade coletiva.

No Capítulo 3, **Movimentos de Moradia e a conquista do projeto Alexios Jafet: Que história é essa?**, apresentamos o histórico de luta dos três movimentos que compõem a conquista do projeto Alexios Jafet; a participação dos assistentes sociais na relação com as demais equipes; seus desafios e possibilidades no contexto das contradições capitalistas.

Não há como apresentar o trabalho social realizado especificamente com o Movimento Noroeste sem trazer os elementos abordados de forma coletiva com os outros dois movimentos e, nesse sentido, as reflexões contidas neste capítulo indicam as mediações e como ocorreram as primeiras articulações para a organização do trabalho social, inicialmente com as famílias dos três movimentos de moradia que compõem o projeto Alexios Jafet e quais os principais entraves.

Ainda apresentamos a forma de organização dos movimentos nos primeiros passos de suas organizações na etapa pré-obra e obra, seja de reuniões, assembleias, trabalho social, mutirões e mesmo articulações e mobilizações para manifestações políticas. Indicamos os principais conflitos para concretizar o trabalho social e, nesse contexto, as principais estratégias utilizadas pela assistente social. Ao final do capítulo, apontamos os elementos identificados para a sociabilidade do capital e a sociabilidade coletiva.

No Capítulo 4, **Trabalho social e a construção da sociabilidade coletiva no Movimento Noroeste**, abordamos de forma mais específica o trabalho social com o Movimento Noroeste, as principais mediações, a organização de comissões das famílias e a intencionalidade política na organização dos temas e ações. Tratamos, ainda, as principais estratégias da equipe de profissionais de forma conjunta (assistente social e equipe urbanística), na atuação com o

Movimento Noroeste, de forma mais específica, as estratégias da assistente social no trabalho com os participantes e as principais mediações na relação com adultos e crianças.

Outro ponto abordado neste capítulo é a contribuição do assistente social e do trabalho social para os processos de trabalho de mutirão no contexto da sociedade capitalista. Também abordamos o trabalho social mediado pela arte, na música e imagem, além de apontar quais são as heranças do capital e herança da sociabilidade do trabalhador.

No Capítulo 5, intitulado: **Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva? Rompendo amarras na direção do projeto emancipatório**, apresentamos reflexões referentes as mediações do trabalho do assistente social e a perspectiva dos participantes na pesquisa.

Compõe o capítulo a definição de sociabilidade coletiva defendida pela pesquisadora e que veio sendo construída no decorrer do estudo, a partir de elementos e reflexões da prática profissional; dos referenciais bibliográficos; da perspectiva dos trabalhadores; e das narrativas dos participantes da pesquisa, adultos e crianças.

Por fim, apresentamos na Conclusão uma síntese de nossas reflexões sobre o tema de estudo, os caminhos percorridos e os resultados da metodologia da História Oral, escolhida pela pesquisadora por meio da narrativa dos sujeitos.

Na nossa avaliação, a presente tese de doutorado é uma contribuição às pautas teóricas e políticas das questões relativas à vida nas cidades brasileiras com igualdade, equidade e justiça social, e àquelas relativas à compreensão da organização e dinâmica interna dos movimentos de moradia e do trabalho do assistente social comprometido com as lutas populares e a sociabilidade coletiva.

1 TRABALHO E A IDEOLOGIA BURGUESA: A CULTURA DA EXPLORAÇÃO E DO INDIVIDUALISMO

Programados para serem livres. Livres pra pensarem na segunda-feira, quando estariam atrás dos balcões. Cabeças treinadas para competir. Sementes de toda ambição. (MARCÃO LIMA; ZÉ GERALDO, 1998)

Para compreender os elementos da sociabilidade coletiva é necessário entender os elementos da sociabilidade que individualiza, no caso, a do capital e compreendê-la no contexto de mudanças políticas, sociais e culturais que ocorrem na sociedade, em especial na trajetória de formação da sociedade brasileira, bem como na conjuntura de conflitos políticos, religiosos, de gênero, etnia, que expressam a necessidade de repensar a prática humana para a mudança social, para uma nova cultura, que se diferencie da cultura do lucro e que possibilite a justiça social. Nesse capítulo, fundamentamos esse debate na perspectiva do trabalho embasado nos estudos de Marx, e de autores que abordam a temática da “ideologia” no contexto do capital.

Cada época apresenta suas próprias fases de crises e mudanças no mundo e na sociedade. O sistema capitalista, em sua história, passou por diversas fases, antes de chegar ao neoliberalismo.

Dardot e Laval (2016, p.7), indicam que o neoliberalismo “transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente a sociedade”. Apontam que o neoliberalismo é equivocadamente confundido com a representação ideológica de política econômica que deriva de uma ideologia, mas ele é normativo, “dotado de certa eficiência” ou seja, é um sistema “capaz de orientar a prática efetiva dos governos, das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não têm necessariamente consciência disso”.

No final do século XV, inicia-se a primeira fase do capitalismo, com o enfraquecimento do sistema feudal²³, que culminou na transição para o sistema mercantil. Nesse sistema, o modo de produção predominante era a manufatura.

²³ Sistema de organização econômica, social, política e cultural do século IX. A base econômica era a agricultura, neste sentido, a terra é concebida enquanto meio essencial ao trabalho agrícola, assim, ser possuidor de terras significa a oportunidade de adquirir riquezas. Os donos de terras eram denominados de senhores feudais e, os trabalhadores, os servos. Destacam-se duas características principais deste período: A obrigatoriedade do trabalho camponês de forma gratuita nas terras dos senhores feudais e a fornecer parte dos produtos que eram produzidos em suas terras. De acordo com Marx e Engels (2007, p.91) Grécia e Roma antiga, em seu modo de organização da sociedade,

Já mesmo antes dessa transição, as ideias capitalistas vinham sendo gestadas como forma de preparar as condições necessárias à exploração da classe trabalhadora.

O período mercantil, de acordo com os estudos de Marx, que constam no livro *O capital*, volume I, destacam que, no sistema mercantil, os trabalhadores, até então, vendiam os produtos excedentes aos capitalistas e não eram separados dos meios de produção. Marx (2013, p.785) conceitua esse período como da “acumulação primitiva”.

De acordo com o autor, o funcionamento pleno do sistema econômico capitalista só poderia ocorrer por meio de determinadas condições: 1- A concentração das riquezas nas mãos de poucos indivíduos e 2- Trabalhadores livres despossuídos de meios de produção e meios de sobrevivência e, desse modo, tinham que vender sua força de trabalho. “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele” (MARX, 2013, p. 785).

As ideias gestadas desde o período feudal, passando pelo mercantil, contribuíram para outra fase do capitalismo, a industrial, ou, nas palavras de Marx (2013, p. 787): “Os cavaleiros das indústrias desalojaram os cavaleiros da espada”. Do século XVIII até meados do século XIX, inicia-se a fase industrial do capitalismo, com as Revoluções Industriais²⁴, que têm como marco a invenção da máquina a vapor e a utilização da produção têxtil.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos

forneeceram condições preexistentes ao período feudal que contribuíram ao desenvolvimento da propriedade feudal: “A propriedade feudal [...] baseia-se igualmente numa comunidade em que não são mais os escravos, como para os antigos, mas sim, os pequenos camponeses servos da gleba que formam a classe imediatamente produtora”. A partir do século XII, ocorreram diversas transformações, como, por exemplo, avanços tecnológicos que contribuíram para a crise do sistema feudal que culminou no modo de produção capitalista.

²⁴ A primeira Revolução Industrial começou pela Inglaterra, no século XVIII e, posteriormente, países como França e Bélgica também passaram por esse processo, chegando aos Estados Unidos em meados do século XIX e, na sequência, Itália, Alemanha e Japão. A máquina a vapor contribuía para as máquinas de fiar e ao tear mecânico. A segunda Revolução, que vinha sendo gestada na primeira, é do início do século XX, sendo mais representativa nos Estados Unidos. Também ocorre nos contextos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos. (MARX; ENGELS, 1999, p. 9).

O sistema foi aprimorando técnicas, criando novas máquinas, novos meios de produção, expandindo a outros países, como Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia e Japão. As ideias norteadoras eram as do liberalismo econômico, que defende que todo Estado não deve comandar a economia. A economia deveria ser autorregulada pelas leis de mercado. “A maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria” (MARX, 2013, p. 475).

A partir desse período, o sistema capitalista, por meio da maquinaria, consegue envolver, nos processos de exploração da mão de obra trabalhadora, todos os membros da família e “ao lançar no mercado de trabalho todos os membros da família do trabalhador, a maquinaria reparte o valor da força de trabalho do homem entre sua família inteira. Ela desvaloriza, assim, sua força de trabalho” (MARX, 2013, p. 468).

O processo de mudanças que visam a atender o sistema capitalista, contribuiu com a implantação dos sistemas: taylorista²⁵, fordista²⁶ e o toyotismo²⁷, no mundo, até chegar à queda do liberalismo e à mais recente fase do capitalismo, o neoliberalismo, contexto em que apresentamos as reflexões do presente estudo.

O avanço desenfreado do capital é historicamente atravessado por crises que provocam abrangentes transformações políticas e econômicas, acompanhadas por intensas mudanças ideológicas, que influenciaram os valores éticos, morais e a cultura da classe trabalhadora.

²⁵ Criado por Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX, durante a Revolução Industrial. Dentre outros elementos, atua com a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. O trabalhador perde a autonomia e a criatividade. A ideia principal é a exploração do trabalho o máximo possível, ou, em outras palavras: até o limite.

²⁶ Modelo produtivo com ideias baseadas no taylorismo. Foi criado na primeira metade do século XX, utilizando-se da indústria automobilística com a proposta de fabricação em massa com base na linha de produção criada por Henry Ford, durante o processo de Revolução Industrial. É o trabalho mecanizado.

²⁷ Considerado como período da terceira Revolução industrial, os anos 70, é marcado pela criação do modelo do toyotismo de produção industrial idealizado pelos japoneses Eiji Toyota e Taiichi Ohno. É sistema conhecido também como acumulação flexível e foi difundido pelo mundo a partir da década de 70, após fábrica da Toyota, indústria automobilística japonesa, aplicar esse modelo. Dentre suas diretrizes, destaca-se a ideia de que o mesmo trabalhador pode realizar múltiplas funções.

O intervalo entre a decadência do antigo e a formação e estabelecimento do novo constitui um período de transição, que sempre deve ser necessariamente marcado pela incerteza, pela confusão, pelo erro e pelo fanatismo selvagem e implacável. (CALLHOUN *apud* HARVEY, 2017, p.114).

De acordo com Antunes (1995), a difusão do pensamento neoliberal, como modelo econômico, político e social, é uma estratégia de reestruturação internacional, marcado, principalmente, pela flexibilização, terceirização, precarização do trabalho e dos vínculos formais de trabalho. São novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, com base em uma nova cultura de trabalho, afetando tanto as formas de produção quanto as relações sociais.

No Brasil, a reestruturação produtiva teve início nos anos 1980, quando as principais empresas participaram do mercado externo como forma de amenizar o impacto da recessão e vem se agravando no decorrer dos acontecimentos históricos, econômicos e políticos do país. A reestruturação produtiva trouxe consequências significativas, para o mundo do trabalho, tanto na materialidade como na subjetividade da classe trabalhadora. (Antunes, 1995)

Importante salientar que,

A crise de acumulação a que o neoliberalismo supostamente responde, longe de ser uma crise de um capitalismo sempre igual a si mesmo, tem a particularidade de estar ligada às regras institucionais que até então enquadravam certo tipo de capitalismo. Consequentemente, a originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro “regime de acumulação”, mas também, mais amplamente, outra sociedade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.24).

Os autores, em seus estudos, apontam para a configuração neoliberal de mundo, chamada por eles de “nova razão do mundo” que tende a racionalizar todos os campos da vida econômica, social e cultural do indivíduo, resultando em um mundo que prevalece o capital humano.

Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.31).

Os processos de crise compõem a lógica do processo de acumulação e tem relação direta com o modo de ser e funcionar do sistema capitalista; tem relação com a ideologia de manutenção da ordem vigente, com neoliberalismo. Desse modo, buscamos compreender a exploração do trabalho e a ideologia burguesa para pensar se é possível desmistifica e promover a organização consciente da classe trabalhadora em prol da mudança social.

O embasamento teórico acerca da exploração do trabalho possibilita, ainda, a reflexão sobre o trabalho realizado pelos participantes das obras em regime de mutirão, e em que medida, no movimento de moradia, reproduz ou supera essa relação.

1.1 A exploração da classe trabalhadora: “De onde vem a indiferença temperada a ferro e fogo? Quem guarda os portões da fábrica?”²⁸”

A sociedade capitalista surge de um processo histórico de revoluções burguesas e com a crise que colocou fim ao período feudal, acompanhada pela desigualdade, por contradições e divisão de classe (burguesa e trabalhadora).

A dinâmica da sociedade capitalista é de destruição de todas as barreiras que impeçam o desenvolvimento livre do capital. A sociedade capitalista necessita, para sua sobrevivência, romper com tudo o que é estável, e tem como uma das principais características a exploração do trabalho.

No presente estudo, a compreensão de trabalho é embasada pela perspectiva marxista, que define o trabalho como aquele que “diz respeito unicamente ao homem” (MARX, 2013, p.255). Para o autor, o Homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma-se; o trabalho é onde o homem se realiza. Nesse processo, utiliza seus braços, pés, suas mãos para o trabalho, porém, antes de realizar algo, o idealiza e essa ideia se materializa no resultado do trabalho. Assim, o trabalho é

²⁸ Letra da música “Fábrica”, interpretada pela banda Legião Urbana. Vide referências bibliográficas.

um processo entre o homem e a natureza, processo esse em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento suas forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a, por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 255).

Tudo o que está ao redor do ser humano deriva da natureza e, para a sobrevivência da raça humana, a natureza é condição fundamental.

Na diversidade da natureza, biologicamente, há espécies que instintivamente vivem em bando e instintivamente vivem solitariamente, para sua sobrevivência. Há animais que sobrevivem isolados, seja para caçar ou por serem autossuficientes, e há aqueles que vivem coletivamente formando grupos para caçar ou para se defender.

O ser humano, biologicamente, tem instinto coletivo, uma vez que necessita estar associado a outros seres humanos, para as atividades de sobrevivência na natureza. No entanto “através do trabalho o homem vai além da competição biológica dos seres vivos com o meio ambiente” (IAMAMOTO, 2012, p. 41). Nesse sentido, compreendemos que a relação do ser que vive em sociedade é diferente dos outros seres da natureza, pois o homem é construído historicamente (MARX, 2012).

O ser humano deve ser compreendido como um ser real, dinâmico e social, inserido em determinados contextos sociais históricos, construídos pela relação do homem com a natureza. Para construir sua história, o homem necessita ter condições para tal. O trabalho é a expressão da liberdade e a forma do homem criar sua própria existência.

devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. (MARX, ENGELS, 2007, p. 31-32).

Marx define como “dimensão teleológica” a capacidade que o homem tem de projetar antecipadamente, em sua imaginação, os resultados que pretende alcançar

pelo trabalho, assim, quando o realiza, não apenas modifica a natureza, mas modifica a si próprio, além de realizar seus fins.

O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2012, p. 347).

Marx (2013, p. 256) afirma que há três momentos simples do processo de trabalho; o primeiro é o “trabalho propriamente dito”; o segundo, é o objeto do trabalho; e, o terceiro, são os meios de trabalho.

De acordo com o autor, a terra é o depósito natural e original dos meios de sobrevivência do ser humano, é de onde advêm os meios de trabalho. Além disso, a terra é o meio universal desse tipo de trabalho, pois propicia o local para o trabalhador e para seu o processo de trabalho. A terra propicia o campo de atuação.

A utilização e a criação dos meios de trabalho é uma exclusividade do processo de trabalho humano. O ser humano constrói suas próprias ferramentas. Assim, afirma lamamoto, (2012, p. 40), que:

O trabalho humano, portanto, libera e domina forças e qualidades existentes objetivamente na natureza - que independem da consciência humana-, apropriando-se dessas forças naturais e irradiando-as por meio do trabalho. Forças essas que ao mesmo tempo, desenvolve em níveis mais elevados, as próprias capacidades dos homens que trabalham.

Ainda de acordo com a autora, o trabalho também implica a criação de necessidades novas e, por essa perspectiva, o trabalho é um ato histórico, é o homem visto como um ser criador, que pensa e age “consciente e racionalmente” (IAMAMOTO, 2012, p. 41) e a

A criação humana de novas necessidades, por meio do trabalho, se traduz na criação do homem com ricas e múltiplas faculdades, com sentimentos profundos, dotado de curiosidade científica, aspirações religiosas, estéticas, do conhecimento prático cotidiano. O trabalho (e a linguagem, enquanto exterioriza os resultados da produção intelectual), objetivação de forças essenciais humanas (faculdades e necessidades), cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: a própria história.

O processo de trabalho inclui, além dos condutores das atividades, as condições objetivas. De acordo com Marx (2013, p. 258), sem as condições objetivas, não é possível realizar o processo de trabalho.

No que tange ao aspecto subjetivo do trabalho, lamamoto (2012, p. 41) afirma:

é um processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades, enfim é a produção objetiva e subjetiva, de coisas materiais e de subjetividade humana.

Os meios de trabalho compreendem tanto os elementos que são fundamentais para que o processo de trabalho funcione, como, por exemplo, “oficinas de trabalho, canais, estradas etc.”, quanto os elementos pelos quais o trabalho realiza-se sobre seu objeto - máquinas, ferramentas etc. (MARX, 2013, p. 258).

Marx diferencia os objetos de trabalho, que são aqueles não realizados em trabalho anterior, ou seja, matérias brutas; e a matéria-prima, que é utilizada no processo de trabalho e já resultante de um trabalho realizado anteriormente.

Assim, o processo de atividade do homem com o auxílio dos meios de trabalho, exerce uma transformação do objeto do trabalho em conformidade com uma finalidade previamente concebida.

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecida sob forma do movimento, agora se manifesta do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio. (MARX, 2013, p. 258).

Quando o valor de uso é resultante de um processo de trabalho, como produto, são resultados de processos anteriores e sua especificidade relaciona-se ao nível de desenvolvimento do trabalho e das relações sociais perante as quais é realizado. De acordo com Marx (2013, p. 259-260),

O mesmo produto pode, no mesmo processo de trabalho, servir de meio de trabalho e matéria prima [...]. O fato de um valor de uso aparecer como matéria prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ela ocupa nesse processo, e

com a mudança dessa posição, muda também as determinações desse valor de uso. Ao ingressar como meios de produção em novos processos de trabalho, os produtos perdem seu caráter de produto. Agora eles funcionam simplesmente como fatores objetivos do trabalho vivo.

O autor indica a forma do trabalho de interação do homem com a natureza, transformando-a em bens imprescindíveis à sua sobrevivência, como a produção de valores de uso, ou seja, atividades orientadas para um fim, no entanto, “essa determinação de trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não é modo algum suficiente, para ser aplicada ao processo de produção capitalista” (MARX, 2013, p. 258).

Cada formação econômica tem suas próprias características de produção; desse modo, ao analisar a produção, é importante estar atento ao fato de que esses processos se dão historicamente. Os homens produzem seus meios de vida, e, ao fazerem isso, estabelecem relações sociais embasadas nas condições materiais de sua existência.

Nesse processo de produzir suas condições materiais de existência, o homem produz sua consciência, sua concepção de mundo, suas representações, bem como a produção intelectual das normas que regem as sociedades, conforme destaca Iamamoto (2012, p.42):

Todo trabalho implica um certo saber sobre os homens em suas relações sociais e pessoais, como condição de induzir o sujeito a efetuar os propósitos desejados. Saber este que assume as formas de costumes, hábitos, tradições desdobrando-se em procedimentos racionalizados. O trabalho é, portanto, inseparável do conhecimento de ideias e concepções de mundo, isto é, de formas de pensar a vida real.

A autora afirma que tal processo é uma maneira exclusivamente humana de se relacionar com “as circunstâncias objetivamente existentes”, onde o Homem se apropria delas com vistas à concepção de fins apresentados pelo sujeito na elaboração de objetos com potencial para desempenhar funções sociais. “Assim, o trabalho objetiva conjuntamente valores e o dever ser, o comportamento do homem orientado para finalidades sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 42).

As necessidades humanas, que inicialmente estavam diretamente relacionadas à sobrevivência, com o decorrer do tempo, passaram a ser também

culturais, de maneira que o trabalho passa também a satisfazer outras necessidades.

Conforme o ser humano avança no desenvolvimento, é necessário um estágio mais avançado de trabalho. Conforme há o desenvolvimento social, há também a divisão social do trabalho e a emergência da propriedade privada, que geram a divisão desigual do trabalho e de seus produtos.

Na sociedade do capital, o produto do trabalho deixa de ser o resultado de uma atividade individual e converte-se em produto social proveniente de uma conjunção de trabalhadores.

Partindo da análise da produção capitalista de mercadorias, Marx (2013) indica que mercadoria é algo que historicamente sempre existiu, no entanto, é a partir do sistema capitalista que há a produção de mercadorias direcionadas a áreas diversas; mercadorias essas que podem ser medidas em dinheiro:

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor, (MARX, 2013, p. 271, grifo do original).

Marx (2012, p. 293) aponta que a força de trabalho do trabalhador contribui para a valorização do capital. Denomina esse processo como “produção de mais-valia” e, nas palavras do autor, “aquela parte do valor total de mercadoria em que se incorpora o sobretalho [...] eu chamo de lucro”, ou seja, parte do valor da mão de obra trabalhadora que o capital utiliza na produção que não é remunerada pelo patrão.

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário essa mais-valia, seja qual for a parte que, em última análise, possa reservar para si. Por isso, dessa relação entre empregador capitalista e operário assalariado dependem todo o sistema do salariado e todo regime atual de produção. (MARX, 2012, p. 294).

O uso da mercadoria pertence àquele que o compra e, o trabalhador, ao ceder seu trabalho, destaca Marx (2013, p. 260), cede, na realidade, “apenas seu

valor de uso por ele vendido”. Quando o trabalhador é inserido no processo de trabalho do capital, sua força de trabalho passa a pertencer ao capitalista.

A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente.

O trabalhador é despojado de toda a propriedade dos meios de produção. Os donos dos meios de produção são os detentores do poder. Assim, o trabalhador passa a ser obrigado a vender sua força de trabalho para obter um salário e sobreviver.

O modo capitalista apropria-se da mão de obra dos trabalhadores para a produção de diversidade de riquezas, as quais nem todas as pessoas podem se apropriar e ter acesso a esses mesmos bens que produziu. O trabalhador perde a propriedade do fruto de seu trabalho, que passa a ser explorado, e a orientação da burguesia não considera, na criação de produtos, a necessidade, e sim o lucro.

O trabalho é subordinado ao capital e, nesse sentido, a produtividade é norteadada por uma relação social da classe dominante, que, no caso da sociedade capitalista, é a da classe burguesa, dona dos meios de produção.

Vilaça (1986, p. 6) afirma que a classe burguesa buscou aplicar ideologias, desde a transição do período feudal para o capitalismo, que convencesse o trabalhador de que o modo capitalista era a melhor opção. De acordo com o autor, a classe burguesa não poderia privar o trabalhador de suas condições de trabalho, sem antes ter uma “proposta de vida” e sem provar que sua proposta era melhor do que a do período feudal.

Para isso desenvolveu uma ideologia que procurou convencer o trabalhador das maravilhas da ordem burguesa, ou seja, do modo capitalista de produção. Através de uma dessas ideias procurou mostrar ao trabalhador que ele estava livre do jugo e da dependência do senhor feudal. Ele poderia agora escolher seu trabalho e seu patrão, pois era “livre” (grifos do original).

Ainda de acordo com o autor, o capitalismo utilizou o máximo que pôde das ideias de liberdade, embasadas nessa lógica e imagem de “homem livre” e do

“trabalhador livre”. O trabalhador seria livre para eleger seu trabalho, com a condição de que esse trabalho fosse assalariado, ou seja, um trabalho que possibilite sua exploração. A liberdade também seria para o trabalhador escolher quem deve ser seu patrão, desde que algum patrão o aceite.

A difusão do trabalho assalariado e da forma mercadoria que passam a assumir os produtos do trabalho, significa que a roupa, a comida, a casa, enfim, tudo o que o trabalhador precisa para viver e se reproduzir, passam a ser comprados no mercado através do salário. (VILAÇA, 1986, p. 6).

O salário, nesse processo, também contribui para a ocultação da exploração do trabalho e do trabalho não pago, que era mais perceptível no período do escravismo e do período feudal.

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia distinguem-se espacial e temporalmente, de modo perceptível para os sentidos, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho forçado para o senhor da terra. No trabalho escravo, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas repõe o valor de seus próprios meios de subsistência, em que, portanto, realmente só trabalho para si mesmo, aparece como trabalho para o seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho escravo para si mesmo; aqui a relação do dinheiro oculta trabalho gratuito do assalariamento. (MARX, 1984, p. 124).

Além do ocultamento do trabalho não pago, há a divisão entre patrão e empregado, e quando a divisão social do trabalho separa os homens em proprietários e não proprietários, possibilita aos primeiros a dominação dos segundos.

Deste modo, na estrutura social, as pessoas ocupam lugares diferentes, onde poucos são donos dos meios de produção e muitos, que não possuem meios de produção, necessitam vender sua força de trabalho para sobrevivência e são transformados em mercadoria.

Na mesma medida em que a burguesia - isto é, o capital - se desenvolve, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. Estes operários, que têm que vender-se no varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, por isto mesmo, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX, 2012, p.190).

De acordo com Marx (2012), na produção da vida social, os homens estabelecem determinadas relações de produção, e os conjuntos dessas relações formam a base (estrutura) que é composta pela matéria-prima, os meios de produção e trabalhadores e é também onde se dão as relações de produção (patrão e trabalhador; trabalhador com trabalhador). É a base econômica da sociedade, onde constam as relações de trabalho determinadas pela exploração da força de trabalho no processo de acumulação capitalista.

A superestrutura é o lugar da estrutura jurídico-política e a estrutura ideológica (religião; Estado, artes, formação de conceitos, política, moral, etc.). A superestrutura contribuiria para a manutenção das relações sociais existentes na infraestrutura. Evita que o indivíduo tenha uma consciência crítica e coesa, em relação às condições sociais existentes, e das contradições da realidade, mantendo e propagando a ordem social vigente.

É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. (MARX, 1999 p. 251-252).

Assim, o autor indica que uma relação de produção tem sempre duas faces: há a de exploração econômica e a de poder que contribui para a possibilidade da exploração econômica.

O modo de produção gera um modo de consciência, que é determinada a partir das condições sócio-históricas vigentes em cada época. Marx (2012) destaca que a consciência é produto do real e faz um comparativo com a transição do período feudal para o capitalismo, quando a consciência estava sendo transformada com o modo de produção, formando uma nova consciência.

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência que determina a seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 2012, p. 271).

A consciência humana é um produto social e histórico explicada “a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (MARX, 2012, p. 271).

Em primeiro lugar, é importante o desenvolvimento da consciência em si, da identidade com outros sujeitos que partilham da mesma situação (no caso do trabalhador, situações de sofrimentos e exploração) para romper com o estado de alienação, apreender a realidade da sociedade. Reconhecer a classe trabalhadora enquanto classe dominada no contexto capitalista,

No entanto, não basta apenas ter a consciência do próprio conflito, mas organizar-se para ter consciência para si, compor a luta coletiva contra a classe dominante. A consciência para si relaciona-se à compreensão de que a organização, enquanto classe unificada, é o segredo para a ação política direcionada a transformação social.

Em seu livro *Miséria da filosofia* (1985), Marx destaca que, quando os trabalhadores têm consciência das contradições do sistema capitalista, com a perspectiva crítica para a realidade; quando se tornam independentes da dominação ideológica burguesa, passam a ser classe para si e inicia-se aí o processo de consciência de classe.

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país [Inglaterra] em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política. (MARX, 1985, p.159).

Assim, Marx (2012, p. 271) apresenta a consciência de classe que tem como ponto de partida a realidade, na qual se compreende que seria, dentre outros elementos, a percepção do próprio papel na sociedade e nas transformações sociais. No entanto, isso não é fácil, pois existem processos de alienação dos indivíduos pela mercantilização das relações sociais e da relação do homem com a

natureza e as próprias “formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito” (2012, p. 271).

De acordo com Chauí (1980, p. 26) há contradição dos que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho (classe trabalhadora) e daqueles que se utilizam destas riquezas (classe burguesa), buscando afastar do produto, seus produtores. Exemplificando, destaca:

Em geral, o pedreiro que faz a escola; o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas, são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida. Instalou-se para a própria consciência imediata dos homens a percepção da desigualdade social: uns pensam, outros trabalham; uns consomem, outros produzem e não podem consumir os produtos de seu trabalho.

Chauí (1980), embasada nos estudos de Marx, destaca que o que interessa à dialética materialista é o processo, é a divisão social do trabalho e a relação social entre os homens.

Segundo a autora, as formas de divisão social do trabalho não apenas determinam a divisão entre “proprietários e não proprietários”, pensadores (trabalho intelectual) e não pensadores (trabalho manual), como também determinam, ao mesmo tempo, a formação das classes sociais e, “finalmente, a separação entre sociedade e política, isto é, entre instituições sociais e o Estado”. Acerca da classe trabalhadora, afirma a autora:

Estes são explorados economicamente e dominados politicamente. Estamos diante de classes sociais e da dominação de uma classe por outra. Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. (CHAUI, 1980, p. 35).

Assim, a dominação de uma classe sobre as outras contribui para que apenas sejam consideradas como verdadeiras as ideias da classe dominante. Para que isso funcione, é necessário que os membros da sociedade não tenham a percepção de que estão divididos em classes, mas, no entanto, se enxerguem como aqueles que têm características comuns a todos e que convertem as diferenças sociais em algo de importância menor. Além de produzir as características em comum e que todos se identifiquem, é necessário que as ideias sejam comuns a todos.

Para que isso ocorra, é preciso que a classe dominante, além de produzir ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis. (CHAUÍ, 2006 p. 85-86).

Nesse sentido, e considerando que, para o funcionamento do sistema capitalista de exploração e lucro, é importante ocultar a realidade dos trabalhadores.

A imagem propagada é a do indivíduo livre, independente, autônomo; no entanto, tal ideia do ser social como individual é um preceito da sociedade burguesa que não condiz com a realidade. A construção dessa sociabilidade não é natural, mas histórica. “A história é história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência” (CHAUÍ, 1980, p.19).

Em todo processo de exploração e desmobilização dos trabalhadores, é importante dizer que as condições vulneráveis, que foram colocadas aos trabalhadores, historicamente, também trouxeram processos de enfrentamentos à cruel realidade vivenciada por eles.

Martinelli (2011, p.72), ao analisar os ardis do capitalismo desde o século XIX, período da Revolução Industrial, indica que:

Na grande cidade, ao sentir-se estranho no mundo hostil que a burguesia lhe criara, os trabalhadores começaram a se unir com outros trabalhadores, buscando superar o isolamento e a alienação que a mercantilizada sociedade do capital lhe impunha. Suas próprias condições de vida, muito marcadas pela exploração, pela desigualdade, pela contradição, que peculiarizaram o regime capitalista, revelavam-lhe o caráter antagônico de sua relação com a burguesia e com próprio Estado burguês, aos quais, paulatinamente, apreende como seus verdadeiros inimigos.

No próprio processo capitalista, as contradições são reveladas, e, desse modo, há também a história de luta dos trabalhadores organizados coletiva e politicamente, quando há a possibilidade de superar a alienação.

A história apresenta o modelo burguês não natural de sociabilidade, que tenta implantar a ideia de que o homem é individual e isolado “naturalmente”. O indivíduo é histórico e social, pois nele se expressa a história da materialidade das relações sociais.

O sistema capitalista cria um modo de vida individualista, por meio de um mundo ilusório de ideologias. Determina as maneiras de ser do trabalhador; como os trabalhadores devem se comportar; estimula o consumo como uma fórmula para ser feliz; propaga a ideia de que se você tem posses (riqueza) e tem valor para a sociedade, caso contrário, além de ser excluído, é explorado e culpabilizado por não alcançar tal patamar. Estimula, ainda, a disputa entre os trabalhadores.

Assim, por meio das ideologias da classe dominante, é possível ocultar as contradições existentes no sistema capitalista e a realidade de exploração da classe trabalhadora.

1.2 Ideologias da classe burguesa: “Nem tudo o que reluz é ouro”

A ideologia é aqui compreendida como “resultado da luta de classes e que tem por função esconder a existência dessa luta” (CHAUÍ, 1980, p. 34).

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano busca dar sentido às coisas que não consegue explicar. A mitologia, por exemplo, era uma maneira de os povos antigos se situarem no mundo. A mitologia também contribuía para o estabelecimento de verdades que pudessem explicar os fenômenos naturais, culturais, etc. Não era uma verdade teórica, mas aceita e isenta de provas. Chauí (1980, p. 8), afirma que o ser humano está sempre produzindo ideias ou símbolos para compreender e explicar sua própria existência, seja individual, social ou coletiva.

Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas.

Georg Wilhelm Hegel (1770-1831), filósofo alemão, escreveu o livro *Fenomenologia do espírito* em que defendia ser real tudo o que era racional, a ideia de que tudo o que era real era racional e que o único método adequado para o estudo de uma realidade era o da lógica dialética, composta por três elementos: tese, antítese e síntese.

Marx e Engels (2007), no livro *A ideologia alemã*, fazem análises críticas ao idealismo da filosofia hegeliana. Para eles, não é possível explicar o mundo dos homens a partir das ideias, além disso, elas também não servem para qualquer base de sustentação ou pontos de partida; nesse sentido, os autores partem da concepção materialista da realidade. Os autores defendem que a consciência dos indivíduos é construída a partir das condições materiais de sua produção, ou seja, quem determina a consciência dos indivíduos é a vida real.

Esse modo de produção não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma forma de vida determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são coincide com sua produção, tanto com o que eles produzem, quanto com o como eles o produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Marx e Engels criticam os jovens idealistas da tradição hegeliana por não considerarem, em suas explicações sobre o mundo dos homens, o processo histórico, o materialismo e a relação da dialética com a sociedade; e essas “ideias falsas”, como destacam os autores, influenciam a sociedade. Logo no prefácio do livro *A Ideologia alemã*, os autores destacam que há um processo de inversão de valores em relação ao trabalhador.

Até agora, os homens formaram sempre ideias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser. Organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar; apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. (MARX; ENGELS, 2007, p. 523).

Tal inversão de valores será destacada também pelo autor José Paulo Netto, quando diz que “entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida- a criatura passa a dominar o criador” (NETTO, 2012, p. 56).

Conforme destacamos, o indivíduo é um ser social. A moral é uma produção social que atende a determinados interesses e, ao longo da história, as relações sociais e os indivíduos se transformam. Segundo Marx (2007, p. 97), a moral é uma

forma de consciência própria de cada momento determinado do desenvolvimento da existência social. É o ser social que expressa a consciência social. De acordo com a organização, na sociedade é que os valores são aprendidos. Somos sujeitos históricos e

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [...] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [...], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 2007, p.94).

Todos os valores de uma sociedade, inclusive os morais, são determinados pelas condições e necessidades econômicas dela. A organização social de normas é uma das formas dessa objetivação que regula o comportamento social do homem. De acordo com Chauí (2014, p.15), a ideologia é um sistema de representações e regras que “ensinam a conhecer e agir”.

A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular as diferenças entre o pensar, o dizer e o ser e destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação a imagem da classe dominante [...] a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas pelo contrário, graças a elas. [...] As ideias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas, na ideologia, os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas ideias (CHAUÍ, 2014, p. 15-16).

Chauí defende que a ideologia se utiliza de inúmeros meios para alienar o povo, como, por exemplo, através do Estado. Para o povo, esse seria a representação do interesse geral, mas é a expressão das vontades e dos interesses da classe dominante da sociedade. Outro exemplo de ideologia seria apresentar a sociedade civil como um indivíduo coletivo, pois assim ocultaria a realidade da sociedade que é comprimida pela luta de classes.

As ideologias estão ligadas aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante. Dentre suas funções, a ideologia possibilita manter a dominação de classes, produzindo explicações que “amenizem”

as diferenças sociais, evitando conflitos de classes, e dar-lhes uma aparência de que não há contradições. Segundo Chauí (1980, p. 5),

Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas.

A sociedade capitalista não nega as desigualdades sociais, até porque essas são bastante visíveis e seria ingenuidade conduzir por esse caminho, mas a ideia é naturalizar essas situações. As pessoas são levadas a acreditar que as diferenças sociais existem não em função da divisão de classes, mas em decorrência do esforço pessoal e da capacidade individual das pessoas.

Se a relação do indivíduo com sua classe é de submissão, vinculada à sua condição de trabalho e de vida já predeterminadas, a submissão dificulta o reconhecimento do indivíduo enquanto

fazedor de sua própria classe, ou seja, os indivíduos não podem perceber que a realidade da classe decorre da atividade de seus membros. Pelo contrário, a classe aparece como uma coisa em si e por si e da qual o indivíduo se converte numa parte, quer queira, quer não. É uma fatalidade do destino. A classe começa, então, a ser representada pelos indivíduos como algo natural (e não histórico), como um fato bruto que os domina, como uma “coisa” onde vivem, (CHAUÍ, 1980, p. 30, grifos do original).

Fundamentadas nessa visão, as pessoas naturalizam a existência de classes sociais e os indivíduos das diferentes camadas sociais são levados a aceitar as condições em que vivem sem pretensões de transformá-las, até mesmo sem levar em conta as contradições sociais do meio em que estão inseridos. Assim, a ideologia é um processo em que as ideias de uma classe dominante se tornam as ideias dominantes de todas as classes sociais.

As ideias (Gedanken) da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes [...]. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam. (MARX; ENGELS 2007, p. 45).

Para os autores, a ideologia é um processo que propicia falsa consciência e ocultamento da realidade, fazendo com que os sujeitos passem a ter a impressão de pertencimento e identidade com a cultura do sistema capitalista. É o fortalecimento da dominação de uma classe sobre a outra.

Presentes nas ideologias, há diversos campos em que estas podem se reproduzir, como, por exemplo, as religiões, a família, o trabalho, os meios de comunicação, etc. As religiões contribuem para manter a dominação burguesa, já que, historicamente, reproduzem ideologias de conformismo e, ao mesmo tempo, alienantes. Chauí (2014b, p. 46) chama a atenção para a “ideologia da competência” que

como toda ideologia, oculta a divisão social das classes, mas o faz com a peculiaridade de afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam as tarefas comandadas pelos especialistas). A ideologia da competência realiza a dominação pelo descomunal prestígio e poder do conhecimento científico tecnológico, ou seja, pelo prestígio e poder das ideias científicas e tecnológicas.

Nessa perspectiva, o discurso competente é aquele que somente pode ser expresso pelo especialista que compõe o lugar de hierarquia na Organização²⁹. A autora indica que o discurso competente da Organização é contraditório, quando, por um lado, coloca as classes sociais e indivíduos como incapazes de serem sujeitos históricos, políticos e sociais, e por outro lado, tira a validade do discurso anterior, para revalidá-lo, colocando o indivíduo e as classes sociais como “pessoas ou indivíduos privados”. No primeiro momento, o discurso da Organização “é competente, enquanto os indivíduos e as classes sociais são incompetentes, objetos sociais conduzidos, dirigidos e manipulados pela Organização” e, no segundo, “trata-se do que chamaremos de competência privatizada” (CHAUÍ, 2014b, p. 47).

²⁹ Chauí (2014b, p.44-45) indica que “Com o fordismo, é introduzida uma nova prática das relações sociais, conhecida como a Organização” que apresenta as principais características: “afirmação de que organizar é administrar e administrar é introduzir racionalidade nas relações sociais (na indústria, no comércio, na escola, no hospital, no Estado, etc.); a afirmação de que uma organização será racional se for eficiente e será eficiente se estabelecer uma rígida hierarquia de cargos e funções, na qual a subida a um novo cargo e a uma nova função signifique melhorar de posição social, adquirir mais *status* e mais poder de mando e de comando. A afirmação de que uma organização é uma administração científica racional que possui lógica própria e funciona por si mesma, independentemente da vontade e da decisão de seus membros. Graças a essa lógica inerente à própria organização, é ela que possui o conhecimento das ações a serem realizadas e das pessoas competentes para realizá-las”.

O discurso da competência privatizada é aquele que ensina a cada um de nós, enquanto indivíduos privados, como nos relacionarmos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver. Assim, cada um de nós aprende a se relacionar com o desejo pela mediação do discurso da sexologia, a se relacionar com a alimentação pela mediação do discurso da dietética ou nutricionista, a se relacionar com a criança por meio do discurso da pediatria, da psicologia e da pedagogia, a se relacionar com a Natureza pela mediação do discurso ecológico, a se relacionar com os outros pela mediação do discurso da psicologia e da sociologia, e assim por diante. Na medida em que somos invalidados como seres competentes, tudo precisa nos ser ensinado “cientificamente”

Para a autora, a reunião do discurso competente da organização com o discurso de especialistas resulta em dois aspectos inerentes ao modo de produção do sistema capitalista. O primeiro indica que a racionalidade só existe nas leis de mercado e o segundo discurso reforça a ideia de que só pode haver felicidade na disputa, competição e no sucesso de quem vence.

Na medida em que essa ideologia está fundada na desigualdade entre os que possuem e os que não possuem o saber técnico-científico, este se torna o lugar preferencial da competição entre indivíduos e do sucesso de alguns deles contra os demais. (CHAUI, 2014b, p. 47).

A ideologia capitalista fomenta a injustiça social na medida em que é fundamentada na exploração das classes dominadas, criando mecanismos de dominação e de controle social que impedem as classes dominadas de reagir.

A globalização³⁰ impõe, ao Homem, a ideologia burguesa; culpabiliza o indivíduo por seu fracasso, ou “conquista” de objetivos e sonhos, muitas vezes relacionados ao consumo (desejo provocado no homem pela ideologia capitalista), além de criar nos indivíduos um mundo de ansiedades.

³⁰ A globalização é uma das saídas encontrada pelas classes burguesas para a expansão e manutenção do sistema capitalista. É comumente relacionada ao processo de produção neoliberal, no entanto, Marx sinalizou em diversos estudos que esse processo já existia nos períodos iniciais do capitalismo. “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda, parte” (MARX, ENGELS, 1999, p. 12).

Fomenta a cultura da violência como parte natural de um processo, conforme nos apresentam os participantes da pesquisa, Fernanda e Valter, na narrativa de suas trajetórias de vida, ao falar sobre seus pais:

Ele maltratava e xingava muito a minha mãe, até hoje ele maltrata e xinga muito [...] Então, a gente vivia numa casa conturbada, com muita briga, muita violência e eu sempre vendo meu pai batendo muito na minha mãe, minha mãe pedindo socorro [...] Minha mãe era analfabeta, ela não tinha estudo e o meu pai sempre falava assim: - Você é muito burra, gente burra e velha já está pronta para morrer, não precisa estudar. (Depoimento de Fernanda, 2020).

E eu era feliz, era feliz para caramba! Meu pai trabalhava, minha mãe ficava em casa com a gente. Até que meu pai começou a tretar com minha mãe devido a ciúmes, porque ela queria estudar e queria trabalhar. (Depoimento de Valter, 2020).

Observa-se como as ideias de violência vão se tornando heranças na vida do trabalhador, conforme observado no depoimento de Fernanda, quando relata como a reprodução da violência está presente também na convivência com o marido:

No começo, eu e meu marido nos agredíamos muito, brigávamos muito, se estapeava muito, depois eu passei a não o agredir, e passei a ser muito agredida, né. Aí era olho roxo, perna roxa, peito roxo, fiquei muito tempo desse jeito, fui embora grávida da segunda filha, ele foi me buscar, tive ela, voltamos a brigar, mas hoje estamos (pausa). Hoje a gente discute, mas não é mais em violência física, a gente discute, briga, mas logo se entende. (Depoimento de Fernanda, 2020).

A questão da violência contra as mulheres está presente tanto na classe burguesa, como na classe trabalhadora e “em nenhuma classe social, o homem abre mão espontaneamente de seus privilégios” (SAFFIOTI, 2001 p.22). Entretanto, para a classe privilegiada, há identidade de interesses econômicos entre os homens e as mulheres, que tem o objetivo da classe burguesa de ampliação de sua própria riqueza. No que se refere às camadas trabalhadoras, a identidade econômica é suprimida pelo “poder do mando”. Não há consciência de que se a mulher receber um salário inferior ao marido, também traz prejuízo a ele.

Já no seio das camadas trabalhadoras, cuja luta pela sobrevivência é brutal, e ainda muito incipiente, está ainda muito no início o processo

de construção da solidariedade. Este processo é lento e difícil, pois as classes dominantes não perdem sequer uma oportunidade de meter nele suas cunhas. Através da ideologia machista, que legitima a dominação da mulher pelo homem, as camadas patronais impedem, ou pelo menos dificultam, a união entre trabalhadores e trabalhadoras [...] mandar na mulher compensa tamanha perda financeira? (SAFFIOTI, 2001, p. 22-23)

A classe dominante tem interesse em que haja categorias sociais discriminadas, como, por exemplo, negros e mulheres, pois “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários” (SAFFIOTI, 2001, p. 25).

A violência contra a mulher também expressa a “questão social”, agravada pela desigualdade demandada pelos modos de produção capitalista. Relaciona-se aos preconceitos, às diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, mas, em especial, às diferentes formas de exploração do trabalho.

A violência é elemento da sociabilidade capitalista, visto que as ideias burguesas estimulam a opinião de que precisa existir, no contexto das relações sociais, os dominantes e os dominados a qualquer custo. E isso se propaga para a vida do indivíduo, na relação com seus familiares, ou amigos, além disso, “a burguesia rasgou o véu de sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias” (MARX; ENGELS, 1999, p.11).

O autor José de Souza Martins vai dizer que a existência do homem simples:

É atravessada por mecanismos de dominação e de alienação que distorcem sua compreensão da História e do próprio destino. Todos nós somos esse homem simples que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido. (MARTINS, 2015, p. 9).

Concordamos com as colocações do autor, além disso, é possível facilitar o processo de alienação quando o trabalhador é colocado em situação tão precária que é preciso primeiro pensar no que vai comer, onde morar, enfim, nas condições básicas de sobrevivência. Destaca-se, dentre outros elementos, o alimento como condição básica de sobrevivência, antes produzido e consumido pelo homem no cultivo da terra, e, hoje, como matéria-prima do modelo de produção capitalista.

Então, a minha mãe, naquela situação, não tinha condições de nada, nem de comer. Antigamente, tinha um mercado [...] que a gente ia. Eles liberavam uma comida de quarta-feira. Assim, jogava fora, porque, como o mercado não pode dar nada para ninguém: Cebola, sabonete, tomate, batata.... Então, minha mãe falava: “Pega a sacola, a gente vai sair, vai ali”. Um cheiro insuportável. E aí a gente ia buscar essa comida lá, e minha mãe: “Está bom, tá ótimo, vamos levar assim mesmo”. A gente levava, comia, entendeu? E a gente foi crescendo. Às vezes, não tinha nada, ela chorava no banheiro, que tinha vergonha da vida que vivia. E não tinha, não podia deixar um pão, leite para a gente comer. Foi a minha infância. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Além de não ter o que comer, Fernanda aponta para o sofrimento causado aos trabalhadores pela culpabilização de si mesmo por não se sentir capaz de atender às necessidades básicas da própria família. Nos modos de produção capitalista, como vimos, há necessidade da criação de excedentes de trabalhadores e, portanto, exclui a maior parte dos trabalhadores do processo de trabalho, pois, para o capital, o lucro vem antes do indivíduo.

É elemento da sociabilidade capitalista contribuir para a má alimentação do trabalhador e essa situação tem trajetória na história, conforme já apontava Engels (2010, p. 115), em seus estudos acerca da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, onde o trabalhador inseria-se em um contexto em que “a comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome”. No decorrer dos anos, houve lutas dos trabalhadores pelo direito à alimentação; no combate à fome e conquistas nesse sentido, mas a lógica de que ao trabalhador quanto menos melhor, se mantém na atualidade do século XXI.

Por meio da exclusão dos trabalhadores do acesso ao trabalho, um dos ardis utilizados pelo capital é criar sentimentos como, por exemplo, a incapacidade por “não conseguir” atender à necessidade mínima de sobrevivência de sua família e sua própria, como se isso fosse culpa do trabalhador. Cria, no trabalhador, sentimentos de ansiedade, vergonha, tristeza e depressão, uma vez que ele não se sente digno de conviver ou de contribuir com algo para as demais pessoas ou a sociedade. A mesma situação é observada na narrativa de Valter.

No final da feira, eu pegava e catava o resto da feira, limpava e vendia do lado de casa, lá, para vizinhos mesmo, que dava uma força. Então, foi o tempo que o melhor rango que a gente comia era

carcaça de frango e sopa do Batuíra. Batuíra era uma associação que dava comida para quem estava necessitado, nessa época. E tipo, sei lá, eu não me arrependo disso não. Foi bom, que isso aí fortalece hoje o que a gente é! Porque, tipo, hoje eu tenho meus filhos, tenho dois filhos, um é meu o outro tomei de um besta e, sei lá, eu tento não passar isso para eles. Tudo o que eu passei de veneno, eu não quero que eles passem. (Depoimento de Valter, 2020).

Martins (2015) ainda diz que a história de vida de um sujeito é a história de vida de muitos, é a história da sociedade. E é possível observar, por meio das narrativas de Fernanda e Valter, como não apenas as histórias de vida deles são bastante parecidas, como compõem a realidade cruel vivenciada pelos trabalhadores, demandada das concepções burguesas de mercado que visam ao bom funcionamento do sistema capitalista.

Por isso, é fundamental que sejamos capazes de interpretar a realidade no cotidiano, identificando esses mecanismos, ter visão crítica, cultivar conhecimentos, habilidades de investigação e com o engajamento político para desmistificar os fundamentos da ideologia capitalista e traçar estratégias de luta para a superação das desigualdades e enfrentamento da luta de classes.

1.3 Ideologias na formação da sociedade brasileira: Cultura e saberes

Para compreender a história da sociedade brasileira e as questões ideológicas, considera-se fundamental embasar as reflexões nos estudos e interpretações marxistas.

Nas interpretações Marxistas da história da sociedade brasileira, lida-se principalmente com as relações, os processos e as estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstâncias. (IANNI, 1992, p.52).

Para o autor, a história brasileira tem um diferencial, por apresentar uma série de rupturas, desde o fim do Período Colonial e segue em direção à constituição de uma nação articulada por vínculos de solidariedade no interior de uma cultura comum. Como esse processo não está concluído, a nação ainda não está completamente formada.

Ianni (1992, p.60) afirma que o Brasil Moderno do século XX apresenta-se como um “caleidoscópio de muitas épocas”, de formas de trabalho, vida, modos de pensar e ser.

Mas é possível perceber as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças. As comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas (estas de bases caboclas e imigrantes) também estão muito presentes no interior da formação social brasileira no século XX. [...] subsistem e impregnam o modo de ser urbano, burguês, moderno da cultura brasileira, dominante, oficial. (IANNI, 1992, p.61).

Ainda segundo o autor, essa interpretação revela a articulação entre presente e passado como espaço no qual diversos grupos podem resgatar o passado e pensar no futuro. Indica que a história se modifica com as alterações das forças predominantes na sociedade e apresentadas no cotidiano.

Ianni (2002, p.182) afirma que “o Brasil pode ser visto como um país, uma sociedade nacional, uma nação ou um Estado-Nação em busca do conceito” e, ao analisar o Brasil como uma nação que se move no curso da história moderna, em busca de articulação e direção, apresenta os personagens da literatura brasileira como forma de explicar as ideias que cada personagem deve representar na cultura da sociedade brasileira, como, por exemplo, Macunaíma, que expressa a ideia do “homem cordial”. O autor chama a atenção para o fato de que na

história do pensamento brasileiro debruçado sobre a sociedade e sua cultura, são frequentes e, às vezes, notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade. Assim, a história aparece como uma coleção de figuras e figurações, ou tipos e mitos, relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geo-história, que se registram metafórica ou alegoricamente. Esclarecem ou ordenam o que se apresenta complexo, contraditório, difícil, como é habitualmente a realidade histórico-social, em suas formas de sociabilidade e em seus jogos de forças sociais.

Segundo Ianni (2002, p.182), é como se a história do Brasil estivesse embasada em símbolos, valores e ideias que estão fora da realidade e “alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação”, o que impede o desvendamento da realidade.

Destaca, ainda, que os diversos tipos que compõem o pensamento social da sociedade brasileira, seja nos diferentes setores sociais, nas versões literárias ou

científicas, contribuem para a cultura da sociedade. No contexto da formação cultural escravista, ressalta:

É muito sintomático que essas figuras e figurações sejam formuladas e vividas em uma sociedade na qual houve praticamente quatro séculos de escravismo. Há aí, portanto, um dilema: em uma sociedade em que o trabalho é visto como atividade subalterna, escrava, de casta inferior, outra raça, quando se dá a abolição do escravismo coloca-se o desafio premente e urgente de redefinir o trabalho, conferindo-lhe dignidade, considerando-o atividade indispensável, dignificante, com o qual se expressa a dignidade do indivíduo e da sociedade, resultando em riqueza e prosperidade, principalmente para os proprietários dos meios de produção, a burguesia em formação. (IANNI,2002, p.182).

Para Chauí (2001, p. 3), “somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: os corajosos índios, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos”.

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. Somos um povo que atende ao chamamento do país e que diz ao Brasil: “Mas se ergues da justiça a clava forte/ Verás que um filho teu não foge à luta/ Nem teme quem te adora a própria morte” (grifos do original).

No cotidiano, conhecemos e experimentamos representações que muitas vezes nos levam a acreditar na homogeneidade da nação e do povo brasileiro.

O povo brasileiro é visto como pacífico, sensual, acolhedor; que está sempre alegre, mesmo com todo o sofrimento que vive e carrega consigo. Tais representações permitem, segundo Chauí (2001, p. 5) “que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna”.

A população brasileira foi influenciada por ideias introduzidas no país historicamente; ideias como a do patriotismo, ou a “superioridade divina”, se utilizando de frases como “O Brasil é um país tropical, abençoado por Deus” ou “Deus é brasileiro”. Essas ideias transmitem o sentido de que não há com que se

preocupar, afinal, a natureza e Deus estão presentes na vida do povo brasileiro. A verdade é ocultada para atender aos interesses mercantis. Chauí vai denominar a construção desses processos de “mito fundador”:

São invenções históricas e construções culturais. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas o Brasil (como também América) é uma criação dos conquistadores europeus. O Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus”, à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “Se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos”. É essa construção que estamos designando como mito fundador. (CHAUÍ, 2001, p. 57-58, grifos do original).

A situação do Brasil é explicada, em muitos momentos, pela lógica da histórica teológica ou providencialista, “isto é, da história como realização do plano de Deus ou da vontade divina” (CHAUÍ, 2001, p.71) e pela representação de que os governantes são soberanos. Também a relação que se tem hoje entre a população e os representantes de governo nas chamadas “relações de favores” vem das ideias construídas historicamente, “a política se oculta sob a capa da representação teológica, oscilando entre a sacralização e a adoração do bom governante e a satanização e à execração do mau governante” (CHAUÍ, 2001, p. 98).

De acordo com a autora, as ideologias que impreterivelmente acompanham o movimento histórico da formação, se alimentam de representações produzidas pela fundação, renovando-as para adaptá-las à nova quadra histórica. “É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente” (CHAUÍ, 2001, p. 7).

A realidade é que sempre houve lutas e enfrentamentos a processos autoritários e de exploração, no Brasil, e se utilizarmos como exemplo a transição do trabalho escravo para um trabalhador “livre” e assalariado, identificamos que tal transição não ocorreu de maneira pacífica. Nesse período, houve lutas dos indígenas, quando os colonizadores tentaram se apropriar de suas terras e escravizá-los; houve resistência dos escravos, e dos posseiros que cuidavam das terras devolutas, entre outros.

De acordo com José de Souza Martins (2013, p. 81) no Período Colonial, ainda que em pequena proporção, já havia greves de colonos conscientes de que trabalhavam excessivamente para favorecer fazendeiros.

A greve transformava-se numa recusa do trabalho, através da recusa da mercadoria potencial, do café na eminência de tornar-se mercadoria, pois somente colhido o café tinha condições de ser mercadoria [...]. O colono sabia que era desigual, pois além de a desigualdade se antepor a ele já no próprio processo de trabalho, ela se lhe antepunha de diferentes modos e em diferentes momentos no relacionamento com o fazendeiro.

Os colonizadores portugueses, que trouxeram suas ideias para o Brasil, indicavam, por exemplo, que os indígenas brasileiros eram preguiçosos. Ribeiro (2001, p. 112) vai dizer que a ideologia da preguiça nunca descansa, “sempre é retomada para subvalorizar povos, etnias os grupos humanos (mulheres, negros, etc.), superexplorando-os além dos limites minimamente aceitáveis à (sub)existência”.

Os processos de lutas e enfrentamentos presentes na história do povo brasileiro também aparecem nos estudos de Ianni (1992 p. 149-150). O autor analisa dois momentos do Brasil, a Proclamação da República de 1889 e o golpe de Estado de 1964, ocasiões em que a população brasileira não se sentiu representada pelas ações dos governantes (criação de leis, *slogan*, etc.). Nesse sentido, o autor afirma que amplos setores da população, nesse processo, foram postos à margem das decisões e das próprias representações “apesar das lutas sociais, manifestações, comícios, eleições, greves e revoltas”.

Em seu livro *O colapso do populismo no Brasil*, Ianni também apresenta que, na história do povo brasileiro, há tensões e conflitos.

Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Brasil no século XX - em especial a partir da primeira guerra mundial - põe em evidencia as tensões e conflitos provocados com a transição para uma civilização urbano-industrial [...] é um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas. (IANNI, 1978, p.15-16).

No contexto do golpe de Estado de 1964, no Brasil, ou seja, da ditadura militar, o autor Ianni (1978, p.177) afirma que a política inaugurada nesse período

substitui “a ideologia do desenvolvimento pela ideologia da modernização”, a qual contribui com o processo de centralização e concentração do capital.

Para Martins (2015, p.17), a ideia de modernidade está profundamente relacionada com o tema do progresso e esse é um tema das sociedades ricas, em especial, a sociedade europeia. Essa ideia de fundo burguês, regida pela globalização, em que a modernidade é vista com a hegemonia na diversidade do homem, não é concebida pelo autor, ao defender que a modernidade:

É constituída, ainda pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação do capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que tem fome e sede não só do essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho e de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns, e ao mesmo tempo, apenas parece ser a todos.

Assim, observa-se que a história do povo brasileiro é de luta. O povo brasileiro não é passivo às injustiças cometidas pela classe burguesa. Os processos de luta constam em toda a história do País, no entanto, também há os ardis do capitalismo, que contribuem com o ocultamento da realidade, contribuindo com a ideia de que a população trabalhadora, no Brasil, sempre aceitou pacificamente a exploração burguesa. Observa-se, no contexto de construção da sociedade brasileira, uma série de ideologias e distorções históricas às quais o povo é submetido no processo de formação social:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2006, p. 1).

Não dá para negar que a classe burguesa é bastante eficiente em seduzir os trabalhadores a assumirem valores da classe dominante, como, por exemplo, ideias políticas, costumes, visão de mundo, etc. Os valores burgueses, dentre outros elementos, ocultam dos trabalhadores a realidade de que eles próprios são construtores e sujeitos da história e não apenas as figuras famosas, como reis, rainhas, presidentes, etc. Também na ideologia burguesa, a cultura é colocada como algo que somente pessoas “letradas” podem acessar, desvalorizando o saber

popular. Sobre as pessoas “não letradas”, no processo de educação popular que valoriza os saberes do trabalhador. A cultura não é o ato de repetir e sim de criar e recriar. (FREIRE, 1983).

Bogo (2010, p. 173) afirma que “Os poderosos acham que existe somente a sua cultura. Tudo aquilo que os explorados fazem para a elite não é cultura, tanto é assim que consideram “culto” somente quem estudou em universidades” (grifo do original). O autor também indica cultura enquanto mediação em qualquer lugar e tempo, “ela é a construção e ao mesmo tempo construtor já feito, mas também, ainda, o que virá a ser da construção e do construtor, seja no processo de produção ou no processo educativo” (BOGO, 2010, p. 159). Assim, não defendemos a herança da cultura da classe dominante, que não serve ao trabalhador por estar presa ao lucro e consumo, portanto, precisa ser eliminada para dar lugar a uma nova cultura. Uma nova cultura, tal qual define Bogo (2010, p. 173), como “tudo aquilo que fazemos para aperfeiçoar a vida social e não para gerar lucro”.

Defendemos que a herança da cultura do trabalhador deve ser contra a proposta do modelo político e social-econômico neoliberal, que transforma em mercadorias tudo aquilo que o mercado necessita para suas atividades e isso inclui a terra, o meio ambiente, trabalho, o ser humano e as relações humanas.

É preciso defender uma cultura contra aquela que, no processo histórico, como afirma Marx, (2013, p.787), serve de alavanca à ascensão da classe burguesa.

Neste capítulo, contextualizamos, ainda que brevemente, as fases do capitalismo para compreender o sentido de trabalho, no contexto das relações sociais do capital, a partir de estudos marxistas.

Observa-se como, historicamente, desde sua origem, o sistema capitalista, em seu processo de desenvolvimento e expansão, vem realizando expropriações de terras, forçando a migrações dos trabalhadores, bem como a exploração do trabalhador. Por meio de suas contradições, gera a “questão social”, a desigualdade e a disputa entre os trabalhadores. Nesse processo constitui sua sociabilidade, marcada pelo individualismo, o trabalho alienado, o estranhamento do trabalhador de si mesmo, enquanto sujeito histórico.

Destacamos as principais peculiaridades e os valores da sociabilidade burguesa, observados a partir dos estudos deste primeiro capítulo: sociabilidade da alienação; da cultura da dominação; da naturalização de exploração do trabalho,

bem como das condições de desigualdade; cultura do individualismo; a ideia de superioridade e diferenciação entre quem sabe mais e quem sabe menos; defende a relação dos trabalhadores como relação de dinheiro acima dos indivíduos, oculta pela mediação do dinheiro; as relações sociais que caracterizam o processo de reprodução da vida, com isso, retira a humanidade como dimensão da sociabilidade burguesa.

No decorrer dos próximos capítulos, serão identificadas outras possíveis peculiaridades da sociabilidade do capital, bem como os ardis utilizados para a exploração do trabalhador, expropriação de matérias-primas e da terra.

Historicamente, a expropriação da terra, como afirma Marx (2013, p.787-788), que antes pertencia ao trabalhador rural, “constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”, como veremos a seguir.

2 A HERANÇA DO CAPITAL É A DESIGUALDADE: A LUTA DOS TRABALHADORES NO BRASIL PELO DIREITO À TERRA E CIDADE

A cidade se encontra prostituída por aqueles que a usaram em busca de uma saída. Ilusora de pessoas de outros lugares [...] E a situação sempre mais ou menos, sempre uns com mais e outros com menos.
(SCIENCE, 1994)

Compreendendo que o estudo tem como participantes trabalhadores que partilham, dentre outros elementos, da luta pela moradia digna, pelo direito à terra e cidade, optamos por apresentar, neste capítulo, reflexões acerca do processo histórico de formação das cidades brasileiras. Além disso, a questão da terra sempre esteve presente no contexto histórico de exploração do trabalhador, assim como a expropriação de matérias-primas pelos modos de produção capitalistas.

Pretende-se identificar e compreender os elementos da organização política dos trabalhadores para enfrentamento da “questão social”, enquanto expressão da contradição capitalista, bem como as respostas do Estado aos trabalhadores.

No que se refere às políticas habitacionais, os programas e projetos contam com a participação de assistentes sociais como operadores da política. Nesse sentido, defende-se que é relevante, ainda que brevemente, refletir acerca da participação dos profissionais de Serviço Social na política de habitação, considerando que são sujeitos históricos e pioneiros no campo do trabalho social em HIS.

Por fim, apresentamos por meio de breve histórico com embasamento teórico e as narrativas do participante na pesquisa, Henrique Pacheco, a luta dos movimentos de moradia pela autogestão na produção habitacional, com o objetivo de contribuir para as reflexões do processo histórico da luta por direito, uma das bases para a atuação do profissional de trabalho social. Henrique Pacheco vivenciou esse processo, desse modo, pode contribuir para a produção histórica que é a realidade “construída por sujeitos sociais - pelo que realiza, lembra e conta” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p.116).

2.1 Divisão de terras, a construção das cidades e a ideologia da desigualdade: Ganhar o pão na terra de patrão?

O Brasil herdou do Período Colonial (século XIX) as experiências de concentração de terras enquanto forma de obter lucro e, desse modo, atualmente, o País ainda apresenta problemas relativos à distribuição de terras.

De acordo com Whitaker (2010, p. 18), “o problema habitacional no Brasil remonta o período da colonização e não pode ser separado da questão do acesso à propriedade da terra”.

A ideologia burguesa que contribui para a exploração da classe trabalhadora e que coloca a propriedade privada enquanto condição da “inclusão” do trabalhador na sociedade, é também herança do Período Colonial, conforme destaca Martins (2013, p. 51) em seu livro *Cativeiro da terra*:

Além da disponibilidade de terras, era necessária a abundância de mão de obra de trabalhadores dispostos a aceitar o mesmo trabalho que até então era feito pelo escravo. Trabalhar para vir a ser proprietário de terra foi à fórmula definida para integrar o imigrante na produção do café.

A ideia falsa de “inclusão” dos trabalhadores na sociedade, por meio da propriedade privada, veio acompanhada da realidade de exclusão dos trabalhadores ao acesso à terra.

No Período Colonial, as terras eram ocupadas e não era necessário comprá-las, no entanto, a divisão era realizada em conformidade com os interesses da Coroa. A terra ainda não era utilizada para o mercado de capital, mas a maior parte ficava na mão de latifundiários, ou seja, as minorias.

O país foi dividido em capitânicas hereditárias, sistema em que a Coroa, que até então era carente de recursos financeiros, transferia para os nobres, conhecidos como donatários, a responsabilidade de explorar e ocupar as terras. No entanto, não eram proprietários das terras, já que estas pertenciam a Portugal.

Um dos principais objetivos da Coroa era a exploração de riquezas naturais do País e atrair mais portugueses para ocupar as terras, com receio de que outros países o fizessem. Também utilizava a mão de obra escrava para movimentar a economia portuguesa.

Segundo Martins (2014), nesse período, o valor de mercado estava na mão de obra escrava. O fazendeiro investia capital e esperava espoliar os lucros do trabalho escravo.

O capitalismo brasileiro não esperou o fim da escravidão para acumular capital, ao contrário, o processo ocorreu no período da escravidão.

No contexto de uma sociedade que visa lucros, o trabalho escravo atende a uma lógica capitalista, pois, quando o preço do escravo começa a subir e desfavorecer os interesses do capital, rapidamente, os capitalistas exploradores da terra e de escravos buscam outra forma de obter lucros: o colonato, modalidade em que o trabalhador produzia seu próprio alimento, cuidava da terra e recebia baixo salário.

Estruturalmente, a escravidão negra entrou em crise em boa parte por conta da escassez de escravos em face da expansão territorial da agricultura de exportação, em particular do café, e por conta da significativa elevação de preço do escravo, que ameaçava a economia da grande lavoura. A escravidão terminou basicamente em consequência de um cálculo de custo. Tornara-se um mau negócio. (MARTINS, 2014, p. 205).

Em relação às estratégias utilizadas pela elite fundiária, a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil trouxe preocupações aos grandes latifundiários acerca da questão da terra. Obviamente, devido à falta de uma norma jurídica que dificultasse o acesso à terra para os trabalhadores, pois o desejo era que os trabalhadores oferecessem mão de obra às elites. De acordo com Holston (2013, p. 161),

Ao longo da história do Brasil, as ofertas de terra e de trabalho têm condicionado uma a outra e são, nesse sentido, interdependentes. A apropriação da terra depende da organização do trabalho, assim como diferentes tipos de trabalho requerem diferentes tipos de uso da terra.

Nas palavras de Holston (2013, p. 186), as elites agrícolas, que se sentiram motivadas com a valorização da terra, “com o fim do comércio de escravos, precisariam encontrar novas formas de investimentos de capital”. Novos mecanismos que possibilitasse contribuir com mão de obra para as fazendas de café.

Um desses mecanismos foi a Lei de Terras, de 1850, criada com o propósito de atrair mão de obra, e ofertar terras por um valor pago à vista. Os trabalhadores que deixaram de ser escravos não receberam nada e, desse modo, as dificuldades estavam relacionadas à falta de terra para viver e trabalhar, além da carência de recursos financeiros. Holston (2013, p. 155) afirma que, depois de “três séculos de colonização, o Brasil era uma terra sem povo e um povo sem terra”. Ainda segundo o autor,

A Lei de Terras de 1850 só foi bem-sucedida, se assim podemos dizer, em evitar a existência de pequenos proprietários de terra entre as massas de brasileiros, os cidadãos e os imigrantes, livres e libertos, rurais e urbanos. A maioria dos brasileiros continuou destituída de terras pelos cem anos seguintes, e com grande parte do imenso interior do país desocupado até hoje. (HOLSTON, 2013, p. 184).

A Lei de Terras surge precisamente quando o tráfico negreiro passa a ser proibido no Brasil. Além disso, a Lei incentivou a imigração com vistas a explorar o potencial produtivo agrícola, propondo regularizar o acesso à terra pelos trabalhadores assalariados.

De acordo com Martins (2013, p. 54), quando não é mais possível a dominação da mão de obra em trabalhos também escravos do imigrante, a dominação do trabalhador exigiu do burguês um novo ingrediente, ou seja, “a dominação ideológica”:

Para o imigrante ser livre era o mesmo que ser proprietário. A sua designação como colono já era parte de um ardil ideológico que o comprometia com a propriedade [...]. No Brasil, entretanto, colono passou a ser sinônimo de empregado. Por oposição ao escravo, o colono entra na produção do café pela valorização moral do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade. Essa vinculação ideológica entre trabalho e propriedade, essa identificação básica entre a colônia e a casa-grande, terá repercussões na vida da fazenda e na elaboração das relações de produção com base no trabalho livre.

Com a lei de 1850, as terras sem dono, ou que pertencessem ao Estado, só poderiam ser obtidas pela compra feita do governo. Somente quem possuía maior poder aquisitivo conseguia comprar as terras, ou seja, os antigos latifundiários.

Dois fatores são percebidos na Lei de Terras: Primeiro, deveria contribuir para a transição do trabalho escravo para o trabalho “livre” e, segundo, deveria permitir o controle de terras pelo Estado, no entanto, as terras seguiram sendo utilizadas como mercadoria, passando de terras públicas para o domínio privado.

Foi o monopólio da terra que permitiu consolidar as posições ganhas com base na escravidão. Com efeito, a partir do momento em que a mão-de-obra escrava se torna escassa e a oferta de trabalho livre mais abundante, criam-se condições favoráveis ao desenvolvimento de pequenas e médias explorações agrícolas. A partir desse momento, o controle da propriedade da terra por uma minoria passa a ser o fator determinante da organização agrícola. (FURTADO, 1975, p. 106).

Holston (2013, p. 155-156) chama a atenção para o fato de que a posse, em geral, resulta de um processo de legitimação, em que a ocupação ilegal é o único meio de acesso à terra, para a maioria dos cidadãos. O autor enfatiza que o “acesso restrito à propriedade fundiária teve o efeito de forçar a maior parte dos brasileiros a morar ilegalmente, tornando a ilegalidade se não uma norma, ao menos a condição predominante de assentamento”.

A partir da divisão de terras, as cidades brasileiras também foram sendo construídas de forma a favorecer os interesses daqueles que detêm o poder.

Com isso, a população do campo desloca-se para as cidades, ou outros estados, em busca de trabalho. Assim, a terra substitui a propriedade escrava e passa a ter valor de mercado, compondo a circulação de capital na esfera capitalista. De acordo com Santos e Cedraz (2015, p. 1),

As modificações impostas pelo sistema capitalista impulsionaram um processo de transição da agricultura, que vem moldando as relações sociais, culturais e econômicas no meio rural. O crédito rural aparece como mecanismo utilizado pelo Estado brasileiro para aliar o desenvolvimento agrícola às necessidades de industrialização do País. A intensificação do uso da terra, a introdução de maquinários no campo, gerou consequências que são sentidas até hoje.

O processo de urbanização no Brasil se intensificou, na segunda metade do século XX, somado a um crescimento populacional significativo. Após a década de 1930, o Brasil vivenciava o processo de industrialização da economia urbana e as regiões mais afastadas dos centros urbanos tornaram-se as únicas áreas em que os

trabalhadores conseguiam estabelecer residência. “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (HOLSTON, 2013, p.197).

Com a industrialização, os trabalhadores, em busca de melhorias de vida, que não foram atendidas em virtude dos baixos salários que recebiam, tiveram que encontrar meios de garantir sua própria sobrevivência. Além das longas horas de trabalho a baixo custo, a produção de seu trabalho apenas contribuiu (e ainda contribui) para o lucro do patrão que, a partir da pobreza do trabalhador, usufrui da riqueza demandada pelo trabalho explorado.

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, vivenciava-se o período da ditadura militar e a crise do petróleo. O País não estava preparado para uma crise dessa magnitude, e tal problemática soma-se com a atuação de um governo autoritário e despreocupado com a população trabalhadora, assim, resulta em grande aumento de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, desemprego, carência de moradia digna, saúde, educação, dentre outros.

Holston (2013, p. 155-156), em relação à venda e ocupação de loteamentos irregulares do período, destaca que as favelas apresentam-se como alternativas para os trabalhadores, que sequer podem comprar um lote a prestação, nesses espaços, portanto, configuram-se como uma das “manifestações mais brutais da exploração” do trabalhador.

Uma estratégia de mercado bastante comum, das empresas imobiliárias, no Brasil, nas regiões periféricas, era abrir loteamentos afastados da malha urbana consolidada. Os grandes donos de terras não apenas se beneficiavam do lucro das vendas irregulares de terra, como contribuíam para a permanência da situação de irregularidade. Tais elementos são encontrados nas narrativas do participante na pesquisa, Henrique Pacheco, que, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, ainda estudante no curso de Direito, foi atuar com atendimento dos trabalhadores que residiam em loteamentos irregulares

Eu comecei a ir para a periferia e eu fui lá para o final da Zona Norte [...] Aí, nós começamos a descobrir o loteamento, mas eu tive uma passagem que acho que me marcou muito, que eu vinha de uma formação do curso de Direito, e aí eu estava no terceiro ano, na época da ditadura [...] vinha numa formação de todo mundo escrever, fazer petição [...] Enfim, aí eu vou lá para um dos meus primeiros plantões [...] Aí, veio uma pessoa que me chamou de Doutor

Henrique, me disse: “Como é o seu nome?”; “Henrique”; “Ô, Doutor Henrique!” [...] “Olha, eu queria falar uma coisa para o senhor, comprei esse terreno faz mais ou menos dez anos que eu estou tentando tirar a escritura, mas a pessoa que me vendeu não quer me dar a escritura”. Eu disse: “Ele está te enrolando! Como é o nome dele?”. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Na continuidade de sua narrativa, Henrique indica que elaborou um documento formal e “condenatório” convocando o vendedor do loteamento. O não conhecimento da realidade da periferia contribuiu para a forma como Henrique elaborou o documento:

“Sr. João e tal, favor comparecer aqui no departamento jurídico, comparecer aqui para prestar informações envolvendo a comercialização de um lote tal.” Com todas aquelas descrições, né? Do contratinho que ele tinha lá. “Sob as penas da lei, o seu não comparecimento vai implicar nas medidas judiciais...” já era uma sentença condenatória, que eu mandei para o cara, não era um convite. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Mas a realidade das ocupações irregulares e da especulação imobiliária apresentou-se na prática profissional de Henrique e o fez refletir acerca do ocultamento da realidade nos espaços acadêmicos no contexto dos anos 70 e 80.

Aí, no outro sábado, vem o cara lá, mais simples que o outro: “O sr. é o Dr. Henrique?”; “Sim! Pois não, então pode sentar”. Aí chamei o outro, coloquei um do lado do outro: “Olha, quero dizer uma coisa para o senhor, não é que eu não queira dar, é que eu não tenho. Eu já comprei há 15 anos e a outra dona, eu vou lá e ela não me dá a escritura. Então, não é que eu não queira, eu sou amigo dele, somos vizinhos, conheço a família dele, batizei...” sabe, uma história? [...] Eu fui diminuindo, diminuindo, eu fiquei com uma vergonha do que eu tinha feito, da maneira como eu tinha tratado uma pessoa como aquela, e como eu havia tratado uma questão na porrada jurídica, sendo que ele era um homem de boa-fé, que tinha sido ludibriado também. Então, foi uma primeira constatação de que aquilo não estava no mundo do direito, entendeu? (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Por meio da narrativa de Henrique, observa-se que os trabalhadores não tinham assegurado seu direito à moradia, pois

Não havia uma legislação que atendesse o comprador de lote, o loteamento e a lei que regulamentava o loteamento era de 1937. Então, eram muito antigas, os conceitos de urbanização das cidades eram outros, os direitos de quem compra também eram outros. O proprietário podia se arrepender da venda e retomar o lote devolvendo o que o cara pagou, mas aí ele ficava com a urbanização que houve no entorno e tal, ele ganhava o lucro da valorização. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Esta estratégia de abertura de loteamentos irregulares, além aumentar o valor da terra entre o novo loteamento e as áreas consolidadas, beneficiando a especulação imobiliária em detrimento do direito à moradia, deixa a incumbência da implantação da infraestrutura para o poder público. Ao trabalhador, resta a irregularidade. E o Estado, nesse processo? Fortalece os interesses da classe dominante.

O Estado fechou os olhos para eles, permitindo que se alastrassem por todas as cidades do país. Só os loteamentos para as classes média e alta são aprovados ou sequer submetidos a aprovação. A vasta maioria da terra urbana é vendida “na planta”, sendo que do terreno, em muitos casos, sequer retira-se o mato das áreas das futuras “ruas”. Só em 1979, a chamada Lei Lehmann vinha permitir medidas eficazes no combate a esses loteamentos. (HOLSTON,2013, p. 155-156, grifos do original).

E como é que a própria prefeitura, como é que ela resolvia o problema de quem perdía a casa? O cara perdía e ela indicava uma praça, na verdade, não era uma praça ainda, no mapa a prefeitura tinha um desenho, entendeu? E aí, põe o cara ali e começavam-se os núcleos que depois viraram favelas. Aí, desta forma, tinha uma ocupação espontânea, mas muitas das vezes a própria prefeitura empurrava o cara para lá. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Antes da Lei Federal 6.766, de 1979, não havia a obrigatoriedade de destinação de áreas públicas (institucionais, verdes, sistemas de lazer), nem implantação de infraestrutura.

Mesmo depois da publicação dessa lei, muitos loteamentos foram abertos de forma irregular, sem áreas públicas e infraestrutura básica, perpetuando a lógica de valorização das terras dos grandes proprietários, com precarização das condições de acesso das populações, residentes na periferia, à cidade e um déficit de equipamentos e infraestrutura a ser solucionado pelo poder público.

Quem fazia o loteamento clandestino? Eram os trabalhadores que invadiam lá? Não, eram as grandes pessoas de poder aquisitivo, que tinham terras e faziam isso. Deu para enganar os mais pobres, para enganar os que não tinham informação, burlavam a lei e iam apostando nas anistias, entendeu? Os donos desses loteamentos elegiam os prefeitos. Aí o prefeito, de tanto em tanto tempo, regularizava “- Regularizar tendo em vista o tema social” e, então, ninguém saía apenado com nada. (Depoimento de Henrique Pacheco 2020).

Nota-se que um dos elementos apontados por Henrique é que os loteamentos irregulares eram realizados com intencionalidade por pessoas apoiadas na lógica da especulação imobiliária, enquanto os trabalhadores, além de ser “enganados”, carregam o estigma de “invasores”.

De fato, os anos 1970 são marcados pela crise e estímulo a que a população saísse dos setores agrícolas para trabalhar na construção das cidades. A proposta era a de “modernizar” as cidades e explorar a mão de obra da classe trabalhadora.

Na perspectiva de cidades modernas, as necessidades demandadas à construção “moderna” contribuem para processos que interferem no espaço urbano. Um exemplo disso é a necessidade de circulação de mercadorias, articulações com redes comerciais em outros espaços e, desta forma, o discurso também contribui para justificar a abertura de espaços geográficos para ampliar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, indicar que tal ação é necessária à sobrevivência do capital. De acordo com Harvey (2012, p.74),

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização.

O chamamento do campo para a cidade contribuiu com o aumento da população nos grandes centros urbanos, em especial na cidade de São Paulo. Vista como espaço que poderia garantir empregos aos trabalhadores e que, de portas abertas, explora o trabalhador.

Desse modo, São Paulo pode ser considerada a cidade com maior fomentação ideológica na perspectiva de “construção de cidades modernas” e exploração do trabalho, do Brasil. De acordo com Sampaio e Pereira (2003) até meados dos anos 1980, predominou, na cidade de São Paulo, o padrão de crescimento periférico da cidade. Tal padrão estava relacionado à ideia de solução do problema da moradia por meio da produção doméstica da casa em loteamentos nas regiões periféricas.

A construção pelo próprio trabalhador leva longos anos, em conformidade com a disponibilidade de recursos e de materiais de construção. De acordo com Vilaça (1986, p. 27):

Elemento fundamental para a casa própria auto-construída, o lote barato se multiplicou pelas periferias urbanas do país com espantosa rapidez. Para ser o mais barato possível tinha que ser de baixa qualidade, ou seja, se possível não incorporar nenhum trabalho sob a forma de qualquer melhoramento. É aqui que o Estado é solicitado a aparecer para, através da legislação urbanística, controlar as condições de venda e a qualidade do produto “lote”, e do produto “casa” produzidos pela iniciativa privada. Além disso, a ideologia burguesa prescreve que uma “cidade civilizada” não pode prescindir de uma “moderna” legislação urbanística (grifos do original).

O discurso ideológico busca transformar o problema da classe dominante em problema público, problemas da cidade, o que coloca o espaço urbano no centro dessa produção ideológica; assim, para o interesse burguês, “passa a ser indispensável que seja identificado como “cidade”, aquela parte da cidade onde a classe dominante tem seus interesses, onde ela mora e circula. Trata-se de legislações de seu interesse, apresentadas como de interesses da cidade” (VILAÇA, 1986, p. 28, grifos do original).

O Estado brasileiro transfere suas próprias instalações para a mesma direção de crescimento da classe dominante, mostrando, por meio do espaço urbano, seu posicionamento em relação a essa classe. Observa-se, nas cidades brasileiras, que as sedes do poder público não estão localizadas em áreas periféricas, ao contrário, em áreas consideradas “nobres” nas cidades:

Em São Paulo não foi menor a ação do Estado para preparar a expansão das chamadas “zonas nobres da cidade e ainda abrir novas fronteiras para a especulação imobiliária. Através de um de seus mais conhecidos prefeitos, Prestes Maia, renovou toda a região do centro da cidade voltada para o quadrante sudoeste e sobre a

qual incidia o interesse da burguesia. A maioria das grandes avenidas que abriu localizam-se nessa região (VILAÇA, 1986, p. 27, grifos do original).

Com a globalização, nos anos 1980, a questão da terra colocada como mercadoria agrava-se. A velocidade da urbanização, acrescida da falta de planejamento, por parte do Estado, contribuiu para a segregação do espaço urbano, com graves consequências. Segundo Maricato (2010, p. 14):

Produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo, etanol (*commodities*) ganham importância estratégica nos mercados globais promovendo a migração de milhões de camponeses de suas terras. Excluída do acesso à terra urbanizada, essa população migrante ou em alguns casos, imigrante, amontoa-se em favelas já que a terra urbanizada é um bem precioso e escasso nas cidades periféricas.

Tendo em vista que a maioria da população faz parte da classe trabalhadora, como é possível que uma minoria decida como são feitas a divisão de terras e a construção das cidades? De acordo com Vilaça (1986, p. 10):

A essas perguntas a ideologia burguesa e com ela o Estado e a classe média, tem oferecido várias respostas. Alguns afirmam, por exemplo, que o Brasil é um país pobre e que por isso não tem condições de oferecer habitações razoáveis à maioria ou a quase totalidade do povo. [...]. Entretanto, continuam eles, com o progresso do país, o problema será praticamente resolvido, pois haverá então recursos para construir melhores habitações para os mais carentes.

As cidades brasileiras foram construídas sob a lógica da desigualdade e segregação dos espaços. No contexto da lógica da desigualdade urbana, a narrativa do participante da pesquisa, Henrique Pacheco, mostra como os trabalhadores se organizam em movimentos de moradia, no início dos anos 1980, contexto sobre o qual narra, para o enfrentamento às propostas desiguais do capital.

Eu era um estudante de Direito que fui para a periferia pensando assim: "Eu vou fazer separação, divórcio, inventário, essas coisas, entendeu?". A igreja³¹ apoiou, nós íamos lá para regularizar esses conflitos, né? eventualmente ações trabalhistas e nos deparamos com uma outra coisa. Aí a gente começou a pensar juntos lá, com

³¹ Católica.

colegas e companheiros que estavam lá na Zona Norte, como nós vamos tratar disso?

Aí eu descobri um negócio lá na Zona Norte, outro descobriu lá na Zona Sudoeste, o mentor. O outro lá na Zona Sul. O Miguel³² lá na Zona Leste, depois o Ademar, que era advogado também aqui na Vila Souza, de quem eu era estagiário e a gente foi percebendo assim: “- Não dá pra tratar isso de maneira individual, entendeu?”. Aí começamos a pensar coletivamente, a começar a juntar e mostrar para a faculdade também: “- Pô, professor! nunca ninguém falou disso!”.

A gente começou a descobrir e começou a discutir isso de formar um Movimento aí, até que a gente descobriu, foi somando [...] e de repente nós tínhamos cinco mil loteamentos. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Observa-se que, na narrativa de Henrique, sua trajetória está acompanhada do processo de desvendamento da realidade. Nota-se que, em sua atuação, ocorre o estranhamento de situações do cotidiano do trabalhador que não lhe era aparente e, ao mesmo tempo, a compreensão de que não é possível tratar a problemática demandada pelo capital ao trabalhador de forma individual.

O histórico de luta e organização dos movimentos sociais nos anos 80, também estão presentes em suas narrativas, em contraponto à cultura de irregularidade urbana no cotidiano dos trabalhadores.

Como observamos, presentes no processo histórico de construção das cidades brasileiras, estão as ideias e os discursos de “desenvolvimento econômico” e “construção de cidades modernas”, que contribuem com os interesses de mercado e, com isso, provocam mudanças estruturais na sociedade e nas relações humanas. Harvey (2012, p. 73), apoiado nas ideias de Robert Park, define que a cidade é,

a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo.

Nesse sentido, a eterna necessidade de encontrar terreno rentável para o lucro do capital convém às ideias de mercado, ao mesmo tempo em que os capitalistas necessitam de mão de obra que não inviabilize o aumento de seu lucro. Assim, busca

³² Referindo-se a Miguel Reis, que é advogado e compõe a trajetória de organização e formação dos Movimentos de Moradia.

explorar a mão de obra do trabalhador, estimular o individualismo, a competição e a não organização dos trabalhadores, conforme salienta Harvey (2012, p.74),

Se o trabalho é escasso e o salário é alto, o trabalho existente deve ser disciplinado – o desemprego tecnologicamente induzido e a investida contra o poder organizado da classe trabalhadora são os principais métodos – ou nova força de trabalho deve ser encontrada através da imigração, da exportação de capital ou da proletarianização de elementos até então independentes da população. Os capitalistas devem, também, descobrir novos meios de produção, em geral, e recursos naturais, em particular, que aumentem a pressão sobre o ambiente natural para revelar matéria prima indispensável e absorver os resíduos inevitáveis. Eles precisam explorar terrenos para extração de matéria-prima, objetivo frequente dos empreendimentos imperialistas neocoloniais. As leis coercitivas da competição também forçam a contínua implementação de novas tecnologias e formas organizacionais, pois estas habilitam os capitalistas a excluírem da competição os métodos inferiores em uso.

Os trabalhadores que contribuíram nas obras de construção das cidades, não utilizam do produto de seu trabalho.

Entende-se que a segregação da cidade capitalista é estrutural pois os espaços são delimitados e diferenciados, desfavorecendo o trabalhador como forma de manter ativos os interesses de mercado.

A terra, o trabalho e a cidade tornam-se mercadorias e essa dinâmica vem aumentando o número de pessoas sem acesso à terra, moradia, enfim, 'as condições necessárias 'a sobrevivência humana até os dias de hoje. O mercado reforça a lógica de valorização da terra.

Com o avanço do capital, as áreas periféricas também são disputadas pelo mercado imobiliário e os trabalhadores seguem privados de seu direito à cidade.

A população pode ter o controle do espaço urbano, contribuindo na forma de planejá-lo, mas há diversos elementos que impedem os trabalhadores de ter esse acesso dentre eles, a disputa com os interesses da classe dominante. Nesse contexto, estão aqueles cujas trajetórias estão diretamente ligadas à história de vida da sociedade: os trabalhadores que se organizam para lutar pelos interesses coletivos. Os movimentos de moradia, na condição de movimento social, buscam difundir a luta pelo controle social de modelos culturais, por meio da construção de um discurso, que produz uma identidade entre os envolvidos.

2.2 Lutas sociais e os movimentos de moradia: Ver-a-cidade nas lutas pelo direito à cidade

O urbano expressa-se como um dos espaços de fundamental importância para as lutas de classes nos últimos anos. As cidades brasileiras, ao ampliar-se, deixando à classe trabalhadora as áreas periféricas sem infraestrutura, demonstram ser espaço de segregação.

Santos (1978, p. 122), ao analisar o espaço embasado pela perspectiva marxista e com vistas a revelar alguns problemas que pretendem ocultar a realidade social, destaca que “o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

[...] O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Em Santos (2004, p. 33), encontramos a ideia de que a ampliação da divisão do trabalho, somada ao desenvolvimento das forças produtivas, contribui para que o espaço seja manipulado para aprofundar diferenças de classe. Ainda de acordo com o autor, as cidades vão crescendo e separando os homens, assim, o “espaço une e separa os homens”, e a própria cidade converteu-se num meio e instrumento de trabalho, pois a sua matéria é fornecida pelo próprio trabalhador. No processo de produção capitalista, os trabalhadores das cidades vivenciam o distanciamento social,

Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros [...] O que une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. (SANTOS, 2004, p. 33).

É necessário pensar a produção e reprodução do espaço vinculadas aos processos de produção e acumulação do capital; da exploração da mão de obra trabalhadora e conectada às lutas sociais deste contexto.

Na década de 1960, por meio das lutas pelas Reformas de Base³³ do governo João Goulart, a proposta de Reforma Urbana já era pauta das lutas sociais, que foram interrompidas pelo governo militar.

A partir das décadas de 1970 e 1980, já no contexto de lutas sociais contra o regime autoritário, os movimentos sociais ressurgem no Brasil.

Os movimentos de moradia, sempre atuantes nas lutas do País e apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), retomam as lutas por moradia digna, serviços básicos, regularização fundiária, saúde e saneamento. Henrique Pacheco, que participou do processo, destaca:

Como não haviam partidos, um dos poucos lugares, como a gente tinha plantão nas igrejas, e nas igrejas católicas da periferia, havia grupos de direitos humanos que discutiam a situação, Então as comunidades iniciais de base, as CEBs, elas tinham essa característica, que eles formavam um grupo e discutiam e debatiam, então tinha essa natureza, com um enfoque que ia além do aspecto religioso tradicional, vamos dizer assim, da oração, tinha oração, mas era oração enxergando o conteúdo político. E aí, dessa experiência das CEBs, nasceu também a ideia da criação dos grupos de base do PT³⁴, dos núcleos onde não deveria ter uma hierarquia, eram mais espontâneos e deveria ser uma porta de entrada para a militância. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

São anos marcados pela retomada das lutas por moradia, que tem também como marco a conquista da Constituição de 1988 e a luta pela Reforma Urbana. A Constituição da República Federativa do Brasil³⁵ resulta da preocupação com os direitos, de ação e enfrentamento das ideologias do regime militar. Dentre os direitos previstos, reconhece a moradia como direito social:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 6º).

³³ São as propostas de reestruturação econômica e social iniciadas no governo de Juscelino Kubitschek (1958) e que ganham força no governo de João Goulart no Brasil. É um período de organização dos trabalhadores. As iniciativas do governo objetivavam mudanças nos sistemas (urbanas, agrárias, bancários, fiscais), também a possibilidade de voto a quem não tinha estudo. A principal proposta das reformas de base era a “Reforma Agrária”. Foi um período de organização popular com vistas à ampliação de direitos e de participação democrática no País, no entanto, favorecer o trabalhador não agrada à elite brasileira que se organizou para viabilizar o golpe militar.

³⁴ Partido dos Trabalhadores.

³⁵ A Constituição Federativa de 1988 reconhece o direito à moradia digna pela Emenda Constitucional n. 26/2000.

A Constituição também contribui para elucidar as competências de cada nível de governo e, assim, o compromisso acerca da questão habitacional é distribuído aos governos municipais, estaduais e federal, considerando que é função das três instâncias providenciar e promover programas que apresentem soluções de longo prazo para cobrir o déficit habitacional.

Nesse período, surgem os movimentos locais e nacionais por moradia, o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil. Segundo Ferreira (2012, p. 5),

Ainda na mesma década, o processo de elaboração da Constituição Democrática de 1988, que previa a possibilidade – conquistada pelos movimentos sociais – de apresentação de emendas populares, provocou a articulação de entidades e organizações para discutir uma proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana, que acabou por resultar na organização do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Desde então, o FNRU mantém-se reunindo regularmente, pautando junto aos governos uma plataforma que tem como princípios a função social da propriedade e da cidade, a política urbana redistributiva e a gestão democrática e participativa das cidades.

A necessidade de repensar a configuração de cidades evidencia-se, quando observadas as condições de vida da população trabalhadora, que está isolada em bairros periféricos, vivenciando diversos sacrifícios cotidianos, como o longo trajeto em transporte público, ao se deslocarem do bairro onde vivem até o local de trabalho; além dos custos demandados para essa dinâmica e do precário acesso a serviços públicos.

Os principais lugares onde o cidadão urbano de hoje se “ancora” territorialmente são os locais de moradia e de trabalho, daí a grande importância do deslocamento, do transporte, entre esses locais. Este, porém, é apenas o mais importante. Há muitos outros cuja importância não pode ser desprezada. Para sobreviver na cidade, especialmente nas do Terceiro Mundo, o homem urbano é obrigado a fazer uma infinidade de deslocamentos, em geral penosos, especialmente para as camadas de mais baixa renda. (VILAÇA, 1986, p. 39).

Não interessa ao capital que a população trabalhadora tenha vida social e sim que esteja bem para a realização do trabalho. Tampouco participe das discussões acerca do futuro da cidade, de modo que os trabalhadores possam tomar decisões coletivas em ações que interferem no destino da cidade, por exemplo.

Quando falamos de participação e tomada de decisões, não estamos nos referindo a “dar opiniões”, pois apenas a opinião sem a compreensão crítica da realidade, sem a desmistificação de ideologias burguesas, não possibilita que essas decisões contribuam intervindo na realidade desigual. Assim, a proposta de Reforma Urbana implica pensar a construção das cidades, com participação popular, com planos diretores e a reorganização do espaço urbano. De acordo com Maricato (2014, p. 3),

Reforma Urbana é direito à cidade. É a democracia urbana. É a antibarbárie. Reforma Urbana é a luta de classes reconhecidas nas cidades enquanto palco de relações sociais, mas também por meio das cidades enquanto produto e mercadoria que envolvem exploração, mais valia, alienação.

A proposta visa promover o direito à cidade, prevendo a construção de moradia em espaços que não são utilizados na cidade, além de objetivar construir espaços sociais públicos (saúde, educação, cultura, lazer, transporte, trabalho, etc.), a luta pelo direito à cidade. O direito à cidade é “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74).

Toro e Wernek (1996, p. 8) salientam que é importante compreender que toda ordem social é criada pelas pessoas, o que implica dizer que os males da sociedade também resultam dessa ordem social. Entretanto, se o Homem criou, por isso mesmo, pode modificá-la.

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora.

Assim também ocorre com a ideia de cidade, que é criação humana, e, desse modo, é possível mudá-la a favor da classe trabalhadora. Mudar no sentido de romper com as práticas excludentes, com a lógica das desigualdades e segregação urbana.

Cidades que permanecem cristalizadas em imagens passadas que temos medo de tocar não são cidades que habitamos como cidadãos, mas cidades de nostalgia, cidades com que sonhamos. As cidades (sociedades, culturas) em que vivemos estão, como nós mesmos, mudando continuamente. Elas são cidades para serem refletidas, questionadas, mudadas. São cidades com as quais nos envolvemos. (CALDEIRA, 2000, p. 20).

Historicamente, as lutas por reforma urbana, direito à cidade e moradia digna, realizada pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais, vêm contribuindo para a transformação do espaço urbano no Brasil. Os processos de construção das cidades visam a atender aos interesses da classe burguesa.

As ações dos movimentos sociais, nesse sentido, contribuem para modificar as regras e os comportamentos previstos pelo sistema político. Organizados, possibilitam à sociedade civil a conquista de direitos que lhes são negados pelo Estado. Por meio de suas ações coletivas, promovem um processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O reconhecimento do direito à cidade, contemplado na Constituição, é um avanço, já que parte da concepção que envolve o direito ao trabalho, à educação, saúde, habitação, ao lazer, à criação, cultura e outros fatores voltados à necessidade do ser humano.

2.3 O trabalho em cooperação, mutirão e autogestão: todos nós no mesmo barco?

O conceito de “cooperação”, para Marx (2013, p. 400), é a forma de trabalho

dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado, uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos [...]. Assim como o poder ofensivo de um esquadrão de cavalaria ou poder defensivo de um regimento de infantaria são essencialmente diferentes dos poderes ofensivos e defensivos de cada um dos cavaleiros ou soldados de infantarias tomados individualmente.

Entretanto, Marx, em seus estudos, não está se referindo a formas de cooperação de pequena escala, mas na forma mais ampla e autoritária de cooperação.

Marx (2013, p. 402) afirma que só há cooperação quando os trabalhadores, de modo coletivo, materializam as condições de trabalho e que o trabalho coletivo é eficiente. Utiliza-se do exemplo de construções realizadas por pedreiros para explicar “a forma mais simples do trabalho coletivo”:

Quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos da base até o alto do andaime, cada um deles realiza a mesma tarefa, mas as ações individuais constituem partes contínuas de uma ação conjunta, fases particulares que cada tijolo tem que percorrer no processo de trabalho e mediante as quais, por exemplo, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam com mais rapidez do que fariam as duas mãos de cada trabalhador individual que tivesse que subir e descer o andaime.

Sobre essa forma simples de trabalho coletivo, trabalho mútuo, Marx afirma que desempenham importante papel, que vai possibilitar ações que, individualmente, não seriam possíveis ou mais difíceis. A cooperação no trabalho compõe as ações de trabalho do ser humano historicamente, e Marx apresenta outros importantes exemplos para elucidar quanto o trabalho em cooperação compõe a sociabilidade do trabalhador. Marx (2013, p. 401) identifica que o trabalho em cooperação possibilita a “criação de uma força produtiva que tem que ser, por si mesma, uma força de massas”.

O simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (animal *spiritis*) que elevam os rendimentos dos trabalhadores individuais [...] A razão de tudo isso é que o homem é um animal político, como diz Aristóteles, em todo caso, um animal social (MARX, 2013, p. 403).

Então, compõe a natureza humana a necessidade de ter méritos para certas ações desenvolvidas, como, por exemplo, o trabalho, conforme apresentou Marx, e isso também compõe o sucesso das forças de massa.

De acordo com Marx (2013, p. 409), há uma herança da lógica do poder que vem desde os reis egípcios até as sociedades modernas, que hoje pertence ao capitalista. Esse poder diferencia a ideia de cooperação, que é dos primórdios da

civilização humana, dá a ideia de cooperação capitalista, considerando que nos primórdios a cooperação baseia-se “por um lado na propriedade comum das condições de produção e, por outro, no fato de que o indivíduo isolado desvencilhou-se tão pouco do cordão umbilical de sua tribo ou comunidade quanto uma abelha da colmeia”.

Em cada processo produtivo, há especificidades relacionadas à existência e organização do trabalhador coletivo, entretanto, é importante a compreensão de que, em cada uma dessas formas de trabalho social, a cooperação tem propósitos diferentes.

A aplicação esporádica da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas repousa sobre relações imediatas de domínio e servidão, principalmente sobre escravidão. A forma capitalista, ao contrário, pressupõe desde o início o trabalhador com assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital. (MARX, 2013, p. 409).

Na organização dos primórdios da humanidade, quando era necessária a caça, por exemplo, ou para construções, havia um objetivo comum para suprir a necessidade do Homem; assim, a cooperação era realizada de forma que o produto beneficiaria a todos de forma igual. Mas, com o modo de produção capitalista, assim como tudo o que pertence ao trabalhador, se apropriou dessa forma de trabalho coletivo e o transformou em trabalho alienado. No modo de produção capitalista, o planejamento do trabalho coletivo, que antes era dos trabalhadores como um todo, passa a ser apenas do capitalista, bem como o objetivo também. Para o capitalista, esse processo é, dentre outras coisas, a eficiência de escala. O trabalho assalariado coloca os trabalhadores sob o comando do capital.

A cooperação dos assalariados é, além disso, mero efeito do capital que os emprega simultaneamente. A interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. Por isso, a conexão entre seus trabalhos aparece para os trabalhadores, idealmente, como plano preconcebido e, praticamente, como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que submete seu agir ao seu próprio objetivo. (MARX, 2013, p. 406-407).

A cooperação do trabalho nos moldes capitalista é o alicerce da divisão social e técnica do trabalho, aprofundada pelos processos de exploração nos períodos da manufatura e, em especial, no da industrialização.

São aspectos importantes do trabalho em cooperação que podem contribuir para a elucidação das reflexões no presente estudo, considerando que, historicamente, os movimentos de moradia, no Brasil, compostos por trabalhadores, defendem, dentre outras bandeiras de luta, a possibilidade de realizar trabalhos em cooperação em prol de um objetivo comum, para que todos possam usufruir do fruto de seu trabalho, ou, como costumam nomear, “mutirão” e a autogestão na produção habitacional. Eles estão presentes no contexto capitalista e enfrentam as dificuldades geradas pela questão urbana no Brasil.

Defende-se que a autogestão na produção habitacional está conectada aos princípios de cidadania, autonomia, igualdade e justiça social, aspectos políticos que envolvem as relações sociais na sociedade. A autogestão na produção habitacional é uma das bandeiras dos movimentos de moradia no Brasil, que lutam para participar do processo de planejamento, gestão e construção de moradias. Há o aspecto de construção de moradia e gestão de recursos públicos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades igualitárias e melhor qualidade de vida.

São processos em que a própria comunidade gerencia a produção da solução relacionada à sua habitação, dentro da política pública de habitação e contam com financiamento e/ou subsídio estatal. Tem o controle sobre todas as etapas para produzir a moradia, desde a definição do terreno, projeto, a assessoria técnica que os acompanhará, forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária. (RODRIGUES, 2014, p. 4).

No processo histórico de formação das cidades, conforme já destacado no presente estudo, os movimentos de moradia têm reivindicado política pública de habitação, bem como programas que atendam às propostas dos trabalhadores. Mas as respostas do Estado, historicamente, além de não suprir as necessidades da população trabalhadora, favorece o mercado da construção civil.

Henrique Pacheco acerca desta temática, destaca:

Nesse processo, juntando as favelas, nasceu a ideia de criar um movimento unificado, passou a se chamar MUF (Movimento Unificado de Favelas), lá na Zona Leste, na mesma época que a gente estava aqui entrando nessas brigas havia o padre Ticão³⁶, que era uma figura exponencial lá naquele pedaço [...] E aí ele começou a fazer ocupação. Viu que não tinha alternativa, não tinha programas sociais, não tinha nada, a alternativa era ocupar mesmo. Então, nós começamos a refletir e a discutir aqui, então, ele fazia as ocupações do lado de lá e nós fazíamos as do lado de cá, entendeu? (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Além de apresentar elementos da trajetória de organização dos movimentos dos trabalhadores residentes nas favelas, Henrique indica que não havia alternativas e, portanto, realizavam ocupações de terra. Entretanto, não era um processo de ir e ocupar, mas de debates, reflexões, planejamento e organização. Também é possível observar como as propostas do Estado seguem a lógica de mercado e de governos autoritários que reforçavam a segregação espacial, com políticas de despejos e expulsão dos trabalhadores.

A gente estava na época do Sarney³⁷ e tinha uma legislação que facilitava muito a ordem de despejo. Havia uma coisa que se chamava “denúncia vazia”. A denúncia vazia ia expulsando as pessoas, tirava esse e colocava outro com o aluguel mais caro e tal. Era uma ferramenta, e aí foi gerando, e a gente foi atendendo no jurídico, um monte de gente com ações de despejo. Eu fazia reunião lá em Franco da Rocha e 90% que estavam na reunião vinham lá da Brasilândia, não tinha ninguém, era pouquíssima gente de lá de Franco da Rocha, e aí nós começamos a refletir o seguinte: Até quando nós vamos seguir dando solução individual? O Jânio que era super autoritário botou numa canetada: “Remova-se a favela em 48 horas”. Ele não tinha nem noção, saiu nos jornais, então imagina, entramos nesse processo e tal. Então, o movimento de favelas foi nascendo nessas lutas. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Nota-se a necessidade de realizar trabalho político e coletivo com a população como uma realidade presente no processo de enfrentamento ao capital. Por meio das pressões dos movimentos sociais, bem como os profissionais que partilham da luta dos trabalhadores, o Estado foi criando financiamentos, programas e subsídios para aquisição de moradia, mas, sempre na lógica da propriedade privada.

³⁶ Um dos principais líderes comunitários da zona leste de São Paulo, contribuiu para a organização de movimentos de moradia na região.

³⁷ José Sarney foi presidente no período de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990.

A seguir, apresentamos no Quadro 1³⁸ o histórico de propostas federais de atendimento à população.

Quadro 1 – Breve histórico dos programas habitacionais (2019)

ANO	PROGRAMA/FINANCIAMENTO	OBJETIVO	GOVERNO
1960 1970 1985	Sistema Financeiro da Habitação (SFH) gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab); Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops)	Responder à problemática da questão urbana. O discurso era que o programa iria incentivar a construção de moradias para população de baixa renda e, ao mesmo tempo, “gerar empregos”	Militar
1990	Programa de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil e com isso, favorece as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1991	Programa de Habitação Popular (Prohap)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil; e, com isso, favorece as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1991	Programa Empresário Popular (PEP); Inocoops com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Atender à população de baixa renda; estimular a economia por meio da construção civil e, com isso, favorece as empresas privadas	Fernando Collor de Melo
1994	Programa Morar-Município	Grandes incentivos para as empresas privadas convidadas a participar da produção de Habitação de Interesse Social (HIS)	Itamar Franco
1995	Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	Construir habitação (embrião) ou realizar melhorias para as famílias com renda de até três salários mínimos. Os recursos eram gerenciados por bancos que atendiam aos critérios de gestão	Fernando Henrique Cardoso
1995	Carta de Crédito	Concessão de financiamentos diretamente a pessoas físicas com renda mensal de até doze salários mínimos	Fernando Henrique Cardoso
1999	Programas Habitar Brasil que recebe a denominação de Programa Habitar Brasil BID (HBB)	Grandes incentivos para as empresas privadas convidadas a participar da produção de HIS	Fernando Henrique Cardoso
2009	Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)	Atender à população de baixa renda com moradia; estimula o mercado de imóveis, gerando forte valorização imobiliária e o aumento do preço das terras	Luis Inácio Lula da Silva

Fonte: Elaboração HEIN; C. D. S. (2019).

³⁸ Há muitas avaliações de autores que apresentam reflexões do histórico da Política Urbana e Habitacional no Brasil, como, por exemplo, Nabil Bonduki; Raquel Rolik; Maria Ozanira da Silva Silva; Hermínia Maricato; Luciana Tatagiba, dentre outros, mas o que nos preocupa para a pesquisa é focar no trabalho social realizado com os movimentos de moradia, para as reflexões acerca da sociabilidade coletiva. O processo histórico das políticas habitacionais também pode ser encontrado na dissertação de mestrado da pesquisadora, que consta nas referências deste estudo.

Os movimentos de moradia no Brasil, opondo-se às formas de pensar política pública apresentadas pelo Estado, organizaram-se para conhecer novas experiências de construir moradias de forma diferente da produção de mercado. O objetivo era identificar experiências que fossem condizentes com a realidade dos trabalhadores, mais democráticas e participativas. De acordo com Santos (2016, p. 57):

Com a ideia de produção social da moradia por meio da autogestão, desde a década de 1980, os movimentos de moradia lutam por uma Política Nacional de Habitação incorporada à política urbana, que se contrapõe à lógica de segregação nas cidades. Para que isso ocorra, os movimentos também reivindicam o acesso aos fundos públicos e à autogestão de programas habitacionais.

Os movimentos sociais, a partir da organização política dos trabalhadores, contribuem na busca por alternativas que permitam realizar a gestão do espaço social; a autogestão das cidades e dos territórios. Também buscam romper com as ideias burguesas de cidadania, as quais colocam as pessoas em uma situação de consumidoras, contribuintes, relacionadas ao voto, ou estimuladas a reivindicar ganhos individuais. Buscam construir moradia por meio de trabalho em cooperação em sua forma simples. Nesse sentido, os movimentos de moradia articularam-se com cooperativas uruguaias, com vistas à troca de experiências.

No Uruguai, desde 1968, existem cooperativas que se constituíram como possibilidade diferenciada na produção habitacional. Essas cooperativas habitacionais caracterizam-se por meio da população organizada em associações. População que, mediante a necessidade de acesso à moradia digna, se organiza com o objetivo de satisfazer essa necessidade de forma coletiva, participativa, com qualidade e baixo custo. (SANTOS, 2016, p. 58).

As formas de cooperativa do Uruguai estão agrupadas e organizadas por meio da Federación Unificadora de Viviendas por ajuda Mútua (Fucvam), que teve papel fundamental perante as permanentes ameaças às organizações sociais, em especial às iniciativas autogestionárias, durante a ditadura militar e os governos posteriores, e a Federação de Cooperativas de Vivendas (Fecovi), que estava articulada à Fucvam, com o objetivo de preservar os interesses dos seus associados (Fig. 2).

Figura 2 – Cartilha *Tijolinho da autogestão* (1995)



Fonte: Acervo UMM-SP.

No Uruguai, os militantes dos movimentos de moradia do Brasil puderam observar as experiências de construções de moradia por mutirão e a autogestão na produção habitacional. Além disso, havia profissionais que, a partir da identidade com a luta dos movimentos, atuavam tanto no processo de elaboração de projetos, acompanhamento de obra, como no trabalho social, nos processos de organização e formação política dos movimentos.

Final de 86, 87 surgem esses grupos sem teto, né, teve, assim, vamos dizer assim, um convencimento de algumas pessoas, tanto do PT como também da academia que nos levou no primeiro ônibus para o Uruguai. Aí, quando a gente vem do Uruguai para cá, com essa ideia do cooperativismo, mutirão, que lá eles chamam de ajuda mútua, e a gente chama de mutirão, temos a sorte [...] de ganhar a Prefeitura de São Paulo e aí esse Movimento vai com tudo, assim, para cima da Luiza Erundina, do Nabil Bonduki e da Ermínia Maricato, para fazer o mutirão. Mutirão com autogestão, né. Aí, quando, em 88 que a Erundina ganha, né, quando ela assume, ela assina o primeiro contrato que é o São Francisco. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Por meio da narrativa de Henrique, é possível identificar protagonistas e pioneiros nos processos da proposta auto gestionária e de construção de moradias conquistada por meio da luta coletiva.

Com isso, os movimentos de moradia do Brasil realizaram articulações em âmbitos nacional e internacional; criaram espaços de trocas de experiências e canais de debates. As pautas dos movimentos de moradia envolvem a construção de moradia por meio de mutirão, ou ajuda mútua, nos termos uruguaios.

Defende-se o conceito de mutirão como trabalho coletivo de cooperação, cujo planejamento e objetivos sejam definidos pelos trabalhadores. Mutirão é aqui compreendido no conceito de sistema de ajuda mútua. Uma possibilidade de acessar a moradia baseada na organização e no esforço de um grupo na construção de sua própria moradia.

Ao participar desse processo, o grupo é conhecido pelo nome de “mutirantes”. Adotamos a concepção de Sergio Ferro, segundo o qual essa forma de autoconstrução, por ser coletiva, já se diferencia da autoconstrução individual dominante, ou seja, se diferencia daquela em que o trabalhador, mediante a forma de trabalho que lhe é imposta,

nega a universalidade atingida, parte do trabalhador coletivo atuando com os meios de produção em massa, nega a solidariedade orgânica e coletiva, fruto do trabalho comum e retoma o princípio da propriedade que lhe é negada enquanto assalariado. (FERRO, 2006, p. 66).

Também nos estudos de Arantes (2002, p. 219), encontramos a ideia de mutirão autogerido como espaço que se diferencia dos modos de produção capitalista:

O mutirão autogerido é um lugar diferenciado dentro da produção capitalista do espaço. Esse pequeno e minoritário momento na construção da cidade é um vislumbre do que poderia (poderá?) ser uma outra forma de produção. O canteiro autônomo, ao mesmo tempo que indica o vir a ser, ilumina as contradições das relações sociais capitalistas, cuja violência e alienação impostas ao trabalho passam a ser questionadas por outra prática.

O espaço de mutirão possibilita que o trabalhador se aproprie do produto que é fruto de seu trabalho, no entanto,

É indispensável que a população construa suas próprias casas, mas em termos totalmente distintos daqueles de hoje. Não com o sacrifício das horas de descanso, não com o Estado contra si, não pela necessidade de ter casa própria [...], mas por um processo que efetivamente será determinado e controlado pelos usuários, processo este que será conquistado pela prática política e não pelo convencimento da classe dirigente de que é o “certo”. (VILAÇA, 1986, p. 27, grifos do original).

Nesse sentido, o “convencimento” da classe dirigente não cabe às ações dos movimentos de moradia, voltadas aos trabalhadores em processos de autogestão. Para Rodrigues (2014, p. 4), a autogestão na produção habitacional, está embasada por processos nos quais a população pode decidir e ter controle acerca de todas as etapas de produção da moradia; isso envolve a definição do terreno, a escolha dos profissionais que vão acompanhar as ações do movimento, as definições do projeto arquitetônico, a escolha e compra de materiais, as contratações de serviços e mão de obra; a forma de organização para as atividades e mutirões; a prestação de contas e tudo o que envolve a vida coletiva dos trabalhadores organizados nos movimentos.

Assim, a autora destaca: “São processos em que a própria comunidade gerencia a produção da solução relacionada à sua habitação, dentro da política pública de habitação e contam com financiamento e/ou subsídio estatal” (RODRIGUES, 2014, p. 4).

A partir da década de 80 do século XX, os movimentos de moradia, espelhados nas experiências positivas de construções habitacionais por meio de mutirão e autogestão, trouxeram essa ideia para o País. De acordo com Mineiro e Rodrigues (2012, p. 22),

As primeiras experiências tiveram caráter pontual, efetivadas por organizações populares apoiadas por profissionais da área, ONGs, pastorais da igreja católica, mecanismos de cooperação ou governos locais, ainda como “projetos-piloto”. Foi a partir de 1989, com os primeiros programas habitacionais autogestionários em alguns municípios, como São Paulo, Diadema, Santo André, em São Paulo, Ipatinga, em Minas Gerais, entre outros, que a proposta passa a fazer parte do rol de políticas públicas para habitação. Depois desses, outros programas foram criados em prefeituras e governos estaduais, com diferentes características e níveis de participação. O governo federal financiou poucos projetos, sempre em resposta à pressão de movimentos populares que, apesar de bem-sucedidos, não tiveram continuidade até 2002 (grifos do original).

Mineiro e Rodrigues destacam, ainda, que, desde 1988, a proposta dos programas habitacionais autogestionária, financiada diretamente pelo governo federal, é pauta de luta dos movimentos sociais, quando ocorre a primeira Caravana de Moradia a Brasília (Fig. 3).

Figura 3 – Cartilha *Tijolinho da autogestão* (1995)



Fonte: Acervo UMM-SP.

Em 1988, com a consolidação do processo democrático, foi possível realizar experiências autogestionárias, no país, com a participação dos movimentos de moradia³⁹. Ferreira (2012, p. 120), utilizando como exemplo a cidade de São Paulo, salienta:

O governo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores) vai ser protagonista de uma destas experiências emblemáticas, o Funaps – Comunitário (ou Funacom), que viabilizou 93 convênios com grupos organizados de famílias em associações comunitárias, envolvendo 12.000 unidades habitacionais construídas por mutirão e autogestão. Este programa ampliou e potencializou a organização autogestionária dos movimentos em São Paulo.

Nesse contexto, atuava o movimento Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Oeste e Noroeste, ou, como são mais conhecidos, o Movimento Noroeste, com atuação na cidade de São Paulo e que se organiza desde o fim dos anos 1970. Formalmente, constitui-se como associação em 1989. Henrique Pacheco aponta os caminhos percorridos para a fundação do Movimento Noroeste:

³⁹ No ano vigente, 2020, os movimentos dos anos 80 mantiveram-se na luta, entretanto, há na cena pública movimentos dos anos 90. Em âmbito nacional, destacam-se seis movimentos urbanos populares: Central dos Movimentos Populares (CMP), fundada em 1993; Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), fundada em 1992; Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), fundado em 1990; e União Nacional por Moradia Popular (UNMP), fundada em 1989; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) fundado em 1997; e o Movimento de Luta dos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), fundado em 1999.

Aí nós fomos para lá e começamos a fazer reunião na Vila Clarice [...] a gente alugou um espaço, alguma coisa assim e montou e lá nasceu, na Vila Clarice o movimento da Zona Oeste, a Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Noroeste. Ali nós formalizamos o endereço e tal, aí, começamos a cadastrar, fazer ficha de participação e tal e a nossa luta era pela ocupação, pela mobilização pra forçar o governo a nos oferecer uns prédios, ou a possibilidade de verba pra gente fazer o mutirão. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

O movimento teve influência das CEBs, origem da maior parte de suas lideranças. Um dos movimentos de moradia mais antigos do país, objetivava empreender a luta pelo direito à cidade e pela moradia digna. Importante salientar que a ideia de direito à cidade não está limitada à ausência de moradia, pois

O direito à cidade [...] não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito. (HARVEY, 2013, p. 33).

Nos anos 1980, o Movimento Noroeste, articulado com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra Leste 01 (MST Leste 01), contribuiu para a criação da UMM-SP, que é uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos, e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central⁴⁰. O objetivo da UMM-SP é promover a reforma urbana; moradia digna; autogestão na produção habitacional; e o direito à cidade.

O Movimento Leste 01 foi o primeiro a receber recursos do governo para intervenções habitacionais. Nesse contexto, ocorreram ainda as relações das lideranças com a criação de partidos, que implicaram as raízes e o desenvolvimento das relações de lideranças dos movimentos com a política governamental, no decorrer dos anos. Esses movimentos de moradia estavam se articulando com as CEBs para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme apresenta Henrique Pacheco:

⁴⁰ Em regiões mais extensas, como a leste, foi dividida em duas: Leste 01 e Leste 02.

E aí, dessa experiência das CEBs, nasceu também a ideia da criação dos grupos de Base do PT. Dos núcleos onde não deveria ter uma hierarquia, eram mais espontâneos e deveria ser uma porta de entrada para a militância. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Em sua narrativa, indica que é um dos criadores do PT, entretanto, se identificava mais com as ações dos movimentos de moradia porque, na opinião dele, o partido, criadas as bases dos movimentos, perdeu a relação com essas bases.

Eu assinei o livro de fundação do PT, então, eu ajudei na criação, no início [...], mas eu sempre fui um cara do Movimento, entendeu? Essa é uma crítica que muita gente fez a mim, o pessoal do PT. Eu nunca fui orgânico assim, sabe? [...] se você me falar assim: Você exerceu alguma vez presidência de diretório, secretário, não. O PT tinha muita briga, muita luta ideológica de grupo A, B e C. A gente ficava discutindo as vírgulas, e eu penso, hoje, quantas noites eu perdi discutindo as vírgulas, não é verdade? As pessoas perderam a relação com a Base, e eu sempre fui um cara do movimento, então se perguntava: Se você tiver que escolher entre o PT e o Movimento, eu escolho o Movimento. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

A ideia é que os movimentos apoiassem os candidatos que atuam em prol dos trabalhadores, sem que essa relação interfira na autonomia do movimento, mas as reflexões apresentadas por Henrique Pacheco indicam que há interferência dos governos nas ações dos movimentos.

Por isso que eu sempre defendi uma visão de que eu acho que o movimento de moradia tem que ter uma autonomia entendeu? Em relação aos partidos políticos. Eu acho que tem que ter uma identidade com partidos que defendam as teses que a gente defende, mas ao estar umbilicalmente ligados, a gente sofre as consequências, entendeu? Dessa interferência [...] acabava então represando o Movimento, porque se a gente colocar para fora todo o desespero, vai atropelar os projetos. E aí, então, às vezes, eu acho que a gente avançou menos, podia ter avançado muito mais, se tivéssemos nos radicalizado naquela época. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Os movimentos de moradia nunca deixaram de pressionar os governos com grandes mobilizações e manifestações nas ruas, tampouco os movimentos deixaram de ser criminalizados. Observa-se que no início dos anos 1990, quando ocorreu o primeiro pagamento para HIS na modalidade autogestão e mutirão, na cidade de São Paulo, ocorreu a reprodução da lógica de mercado, que coloca o movimento de

moradia como aquele que não tem condições de administrar recursos em processos de produção habitacional.

Eu fui com o Paulinho Conforto⁴¹ lá na tesouraria, ficava ali na rua São Bento, na tesouraria da Prefeitura. [...] Aí, fomos lá, receber o primeiro cheque feito em nome da Associação dos Trabalhadores Sem-Terra da Leste 1. Aí o cara pegou assim: “Como é o nome desse...? É Associação dos Trabalhadores Sem-Terra da Leste 1?” E os caras não acreditavam, em quinhentos anos da história do Brasil, que acho que foi a primeira vez na história que fizeram um cheque em nome dos trabalhadores. Foi a primeira vez que o trabalhador teve direito de pegar o dinheiro que era dele! Primeira vez na história do Brasil. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Identifica-se na narrativa de Henrique, outro marco histórico de conquista dos movimentos de moradia de São Paulo: A primeira possibilidade de administração de recursos por autogestão no País.

O Movimento Leste 01, bem como o Movimento Noroeste, contribuíram ainda com a organização, articulação e o fortalecimento dos movimentos de moradia no estado de São Paulo e para a fundação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), em 1989, que se estende a 23 estados do país.

Tanto o Movimento Noroeste quando a UMM-SP atuam na luta pela moradia, direcionados à construção por meio de mutirão autogerido; pela possibilidade de incidir nos modos de produção e no processo como um todo: indicam o terreno e os participantes; decidem sobre a organização do trabalho; fazem a gestão da obra; contribuem na organização e formação dos grupos de trabalho; articulam e pressionam as três esferas de governo. Os movimentos construíram mais de duas mil moradias para a população de baixa renda na cidade de São Paulo.

De forma mais específica, o movimento atua na cidade de São Paulo, em especial nas zonas oeste e noroeste, com a participação de Henrique na luta, articulação e conquista de programas habitacionais, com foco na autogestão e mutirão; com isso, construíram os primeiros empreendimentos de HIS na gestão da ex-prefeita da cidade de São Paulo, Luiza Erundina (1989-1993).

Em âmbito estadual, o Movimento Noroeste foi um dos primeiros a construir moradia popular com recursos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e

⁴¹ Promotor público, que militava no Movimento Sem-Terra Leste 01 nos anos 80 e início dos anos 90.

Urbano (CDHU), nos anos 1990. No entanto, não foi algo que simplesmente aconteceu. Nesse período, quando encerrado o mandato de Luiza Erundina, os governos seguintes, de Maluff e Pitta (1994-2002), não deram continuidade no trabalho iniciado pela gestão anterior, ao contrário, algumas obras foram paralisadas. Assim, os movimentos vinculados à UMM-SP, dentre eles, o Movimento Noroeste, além de realizar pressões sobre o órgão municipal, por meio de manifestações nas ruas, pressionou também o governo do estado de São Paulo, para que criasse um programa de mutirão com recurso estadual.

O governo do estado empenhou-se em oferecer programas por meio da CDHU, empresa vinculada à Secretaria Estadual de Habitação. Os programas eram voltados aos interesses de mercado e das construtoras, mas considerando suas lutas, seus objetivos, e a realidade de exclusão da população que caracterizava a participação desses programas, a UMM-SP consegue pautar a criação de um programa habitacional estadual que recebeu o nome do movimento, conforme apresenta Royer (2002, p. 72).

Além do chamamento empresarial, outra marca dessa fase de consolidação da CDHU foi a introdução do Programa Mutirão UMM (União dos Movimentos por Moradia), bem distinto da média desenvolvida pela Companhia. O referido programa, nascido de uma reivindicação dos movimentos organizados de luta por moradia, desenvolver-se-ia com associações comunitárias, na forma do mutirão. O programa Mutirão UMM tem como data-marco o compromisso do governador Fleury firmado em ata de reunião de agosto de 1991.

Nos estudos de Santos (*apud*⁴² FERNANDES, 2016, p. 82), um dos coordenadores mais antigos da Noroeste, que participou dos processos de lutas e articulações, indica como funcionou a negociação com o governador do período.

⁴² Defendemos que o estudo direto da fonte de autores em estudos bibliográficos seria a melhor escolha, no entanto, neste caso específico trata-se da narrativa de Donizete, que compõe os estudos de Santos (2016), e, deste modo, é a única fonte em que consta o registro.

Na época do Fleury, nós, dos movimentos, fomos lá e dissemos: “Escuta, Fleury, a Erundina, com o programa de mutirão, possibilitou a construção de muitas casas e nós fizemos boa parte delas. As famílias puderam participar de todas as decisões. Como é que é? O governo do estado não faz nada?”. Daí o governador não queria ter um programa para os movimentos. Lembro que o governador disse: “Vocês vão ter que construir prédios, vocês acham que conseguem construir prédios?”. Aí eu respondi para ele: “Quem você acha, ô governador, que constrói os prédios das cidades? São os trabalhadores que estão no movimento construindo prédios para vocês. Agora, pelo menos, vamos construir para eles morar. Nós vamos fazer sim e vamos fazer com qualidade.

O governo colocava a exigência de construção de “prédios” como obstáculo, como se as famílias do movimento não tivessem condição de organizar a construção de prédios por meio de mutirão e autogestão. E se esse programa falhasse, seria mais um obstáculo que reforçaria a ideia de que os empreendimentos devem ser assumidos por construtoras, sem a participação das famílias.

Também havia dificuldade de disponibilizar recursos para a realização de trabalho social e contratação de profissionais, pelo movimento ou assessoria técnica, conforme apresenta Santos (2016, p. 80), ao indicar em seus estudos a narrativa de Evaniza Rodrigues⁴³.

Não tinha no programa, a gente pode dizer que os programas, tanto o Funaps como também depois a CDHU, eles eram muito “tijolo, pedra e areia”. Não tinha nem muito espaço na grana para isso, então “vamos tirar um dinheiro para ter um profissional de Serviço Social aqui”. Como também não tinha muito tempo, tempo de relógio “a gente está aqui reunido, bora trabalhar, bora construir casa” porque era isso que a gente veio fazer.

Os movimentos de moradia, com a participação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, contribuíram para os marcos históricos da Política Habitacional brasileira⁴⁴ que, dentre seus princípios, estabelece o “apoio à produção

⁴³ Participante no processo, Evaniza relata que, desde os anos 80 é militante da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e do Movimento Leste 01. Uma das principais articuladoras políticas dos Movimentos de Moradia. No que tange à formação acadêmica, é graduada em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Arquitetura em Urbanismo, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo.

⁴⁴ Destacam-se os principais marcos legais e institucionais: Estatuto das Cidades, Lei n. 10.257/2001; Aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH); Aprovação do Sistema Nacional de Habitação (SNH); em 2003, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), acentua-se a mobilização em torno da PNH. É desse período a criação do Ministério das Cidades. Ainda que tenha havido avanços, o contexto político no país, de 2019 e 2020, é de desmonte de política pública.

autogestionária da moradia, a partir de programas específicos de financiamento que atendessem aos movimentos de moradia” (FORUM NACIONAL DA REFORMA URBANA, 2020, p. 23).

Em 2005, foi aprovada a lei que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (respectivamente, FNHIS e SNHIS). Entre 2006 e 2008 é elaborado o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), e com isso parecia já estar estabelecido o novo modelo de política urbana e particularmente de política habitacional [...], entretanto, tal perspectiva sofreu ainda com confrontos políticos que levaram a ajustes no âmbito das disputas no Congresso Federal. Este quadro levou ao “sacrifício” do Ministério das Cidades, cedido ao Partido Progressista (PP) como forma de garantir a governabilidade, promovendo a substituição do Ministro das Cidades em 2005. (FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA, 2020, p. 23-24, grifos do original).

Em âmbito federal, os movimentos de moradia, incluindo os que estavam vinculados à UMM-SP, contribuíram para a criação de dois programas voltados aos movimentos sociais, conforme disposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Programas federais com participação dos Movimentos de Moradia (2019)

ANO	PROGRAMA/FINANCIAMENTO	OBJETIVO	GOVERNO
2004	Programa Crédito Solidário	Atender à população de baixa renda organizadas em cooperativas e/ou associações, por meio da produção e aquisição de novas habitações ou a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário. É importante destacar que o programa foi criado na gestão Itamar Franco, em 1993	Luís Inácio Lula da Silva
2009	Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade entidades (PMCMV-E)	Fruto de luta dos movimentos sociais que não concordavam com a proposta do MCMV-E e reivindicaram que, no programa, houvesse uma modalidade para os movimentos, assim, o programa foi criado para tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos	Luís Inácio Lula da Silva

Fonte: Elaboração HEIN; C. D. S. (2019).

Dois programas, em âmbito federal, possibilitaram a participação dos movimentos no processo de autogestão e mutirão, mas sem contemplar a necessidade dos trabalhadores, com seus critérios de prazos fora da realidade, que não condizem nem mesmo com a liberação de recursos para pagamento de equipe técnica, elaboração de projetos urbanísticos, sociais e obras. Além disso, o PMCMV-E, por exemplo, é apenas 2% do montante do PMCMV.

Kowarick, em *A espoliação urbana* (1993, p. 28), ressalta que, no pensamento elitista e autoritário brasileiro, “a política é considerada como algo especial e restrito a poucos”. A população não deve participar dos processos de decisão, já que não tem conhecimento para isso e, obviamente, “deve ser guiada por um minguado grupo de esclarecidos”. Por isso, é importante compreender os ardis utilizados pelo capital e como esses interferem na vida dos trabalhadores, na construção das cidades e na criação de programas sociais. Toda a luta pelo direito à cidade, reforma urbana e política habitacional, contou com a participação de profissionais que partilham e defendem o projeto político dos trabalhadores, bem como os processos de trabalho coletivo. Compreendendo a complexidade da questão urbana, é significativo o papel de profissionais na atuação com os movimentos, já que “é uma minoria que tem o pé na realidade e tem propostas concretas para a solução de problemas. Abundam profissionais que vendem ideologia sob a forma de resultados práticos” (MARICATO, 2014, p. 3).

O espaço de atuação com os movimentos sociais nos processos de mutirão com autogestão é um campo aberto de possibilidades a atuação de profissionais comprometidos com as lutas sociais, como é o caso dos assistentes sociais, pioneiros no trabalho social em habitação e com larga trajetória de luta.

2.4 Os profissionais de Serviço social e a luta por direitos: Pioneiros no trabalho social em habitação de interesse social

Em relação ao Serviço Social, “a profissão é um produto histórico e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão”. (IAMAMOTO, 2007, p. 203).

O trabalho técnico social é um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. O trabalho

social em HIS, com ações voltadas para as famílias de baixa renda, deve ser compreendido,

no contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos. (PAZ; TABOADA, 2010, p. 45).

Além disso, as experiências do trabalho social em HIS nas três esferas de governo, de acordo com Diniz e Paz (2018, p. 7),

ocorreram no Brasil de maneira distinta e heterogênea, respondendo às dinâmicas locais, ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e ao modelo de industrialização, com particularidades em cada cidade e região do País.

Na trajetória das políticas habitacionais, em especial no período de ditadura militar, era forte a convocação de profissionais para um trabalho social que possibilitasse a aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenção que eram oferecidas pelo governo. As remoções da população de baixa renda, para áreas distantes e sem participação e discussão de alternativas foram recorrentes no período. Nesse contexto, está o profissional de Serviço Social, pioneiro na atuação em HIS, conforme aponta Costa (2009, p. 3):

Os programas habitacionais, organizados mais intensamente desde a década de quarenta, buscaram apoio no trabalho social para a implementação das ações governamentais. Um dos primeiros profissionais envolvido nesse trabalho foi o Assistente Social, os quais se tornaram um dos principais protagonistas desse processo, exercendo o papel da mediação entre a população mais pobre, alvo dos programas, e o Estado; desenvolvendo uma prática tutelar e educativa que visava a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais.

Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos profissionais, além de compor questões estruturais, culturais e responder ao mercado, também se utiliza do fato de que o assistente social é um trabalhador assalariado e, portanto, há que suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Mas, como é possível observar na trajetória da profissão, uma parcela significativa dos assistentes sociais soma-se as lutas dos movimentos de moradia e

opuseram-se a essa forma conservadora de pensar o trabalho social, reafirmando também que compõem a classe trabalhadora.

Compreendendo que os profissionais de Serviço Social estão historicamente presentes nas lutas sociais no Brasil, faz-se necessário abordar, ainda que brevemente, as trajetórias da profissão no contexto das ideologias capitalistas e construção desigual das cidades.

O Serviço Social, no Brasil, tem sua origem em meados do século XX, a partir de influência religiosa, em especial, a Igreja Católica, para a qual a prática era influenciada pela orientação divina, reforçando a moralidade, a submissão das classes dominadas e a adequação e ajuste dos trabalhadores a ordem social do período.

No Brasil, na década de 1930, as contradições do sistema capitalista, somadas aos problemas demandados pela crise capitalista oriunda da queda da bolsa em Nova York, em 1929, contribuem com o surgimento de iniciativas reivindicativas; a classe trabalhadora passa a se organizar para lutar contra a classe dominante. Nesse momento, o Estado reconhece a existência da “questão social” e o Serviço Social é institucionalizado, atuando com as suas expressões. De acordo com Yamamoto, (2007, p. 28):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. [...] É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Nas décadas de 1950 e 1960, no campo da habitação, os profissionais atuavam em programas habitacionais na realização do trabalho social, que constituía um processo de seleção e cadastro de famílias, uma prática de trabalho do Serviço Social tradicional, que, nas palavras de Netto (2001, p. 6), é

[...] A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa que, de um ponto de vista claramente funcionalista visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (grifos do original).

As décadas de 1960 e 1970, século XX, são marcadas pelo regime militar autoritário e punitivo; a conjuntura era de lutas e organização dos movimentos sociais contra essa forma de governo. O enfrentamento ao regime também foi feito por assistentes social, mas,

Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964 dezenas de assistentes sociais foram objeto de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram estrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes [...] os impactos da luta antiditatorial refletiram-se entre assistentes sociais, especialmente entre jovens estudantes de Serviço Social, conduzindo-os à mobilizações contra o regime de abril [...] Em suma, profissionais, docentes e estudantes de Serviço Social marcaram presença na resistência democrática e no combate à autocracia burguesa. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 29).

Abramides (2017, p.183) destaca que os assistentes sociais se organizaram em sindicatos e se reconheceram enquanto trabalhadores assalariados; participaram de mobilizações, greves e paralisações, no contexto de ditadura militar. Além disso,

Na segunda metade dos anos 1970 presenciava-se uma efervescência da luta de classes no país no surgimento de um sindicalismo combativo contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo na perspectiva do socialismo, que se expressou na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em 1978, e posteriormente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, com sua fundação [...]. Os profissionais que assumiram essas entidades vinham dos setores de esquerda que atuaram na clandestinidade, que estiveram à frente do processo de reconceituação da profissão, na articulação latino-americana de profissionais, nos movimentos populares que se iniciavam, como o feminista, de saúde, de moradia, do custo de vida, entre outros, e em experiências profissionais nos marcos de intenção de ruptura que eclodiam.

Os profissionais de Serviço Social, influenciados pelo Movimento de Reconceituação⁴⁵, também organizados nas lutas sociais, passam a repensar seu papel na sociedade e buscam posições ideológicas que favoreçam os trabalhadores; novas práticas e novas discussões acerca da formação profissional.

Por meio de sua renovação, o Serviço Social buscava assegurar sua própria contemporaneidade, afigurando-se aquela como caminho possível para sua reprodução e expansão: para a sua reconciliação com tempo presente. (IAMAMOTO, 2017, p.203).

Um dos marcos da profissão de Serviço Social ocorreu exatamente nesse período, mais precisamente em setembro de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo/SP, que ficou conhecido como Congresso da Virada, no qual foram questionadas as ações de setores conservadores que assumiam os conselhos da profissão. No congresso, iniciou-se

o debate relativo à necessidade de uma ação estratégica em todo o país para concorrer ao pleito do conjunto CFAS/Cras⁴⁶, atualmente Cfess/Cress, que até 1979 encontrava-se sob a hegemonia dos setores conservadores e tecnocratas da profissão [...]. De outro lado, deliberamos por uma participação crítica e de contestação ao III CBAS⁴⁷, que até então era organizado pelo conjunto Cras/CFAS [...] Chamaram a categoria para uma assembleia, a qual se transformou em assembleia diária, que interferiu e "virou" o congresso com as críticas necessárias. Isso culminou com a destituição da comissão de honra, sendo que no encerramento foram convidados representantes dos movimentos sociais combativos como referência de lutas. (ABRAMIDES, 2017, p.185, grifos do original).

Os profissionais buscaram repensar o currículo acadêmico, com vistas a uma formação que rompesse com os processos de alienação e fornecesse elementos que contribuíssem para uma prática que partisse do real, e não do aparente. Também foi criado o Código de Ética Profissional de 1986, uma conquista que expressa o rompimento com a base da filosofia tradicional e a ideia de neutralidade.

⁴⁵ O Movimento de Reconceituação é um dos marcos do Serviço Social que propõe o rompimento com as práticas tradicionais conservadoras. Por meio desse movimento, foi possível a construção de pensamentos e ações de profissionais mais críticos, capazes de atuar a partir do desvendamento da realidade (NETTO, 2005).

⁴⁶ Conselho Federal de Assistentes Sociais/ Conselhos Regionais de Assistentes Sociais. No período vigente: Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social.

⁴⁷ Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente. (CÓDIGO DE ÉTICA, 2011, p. 19).

No contexto da Constituição Federal de 1988 e mediante os avanços das conquistas profissionais, o Serviço Social busca romper com o pensamento conservador, assistencialista, e passa a afirmar a atuação dentro da perspectiva de direitos. Somam-se, ao amadurecimento desse projeto profissional, os acontecimentos que culminaram na conquista da Constituição de 1988, e a necessidade de revisão do Código de Ética de 1986. Assim, os profissionais de Serviço Social organizaram-se em seminários e congressos na década de 1990, que contribuíram para o novo Código de Ética de 1993⁴⁸.

O Movimento de Reconceituação foi o ponto de partida para a crítica ao Serviço Social tradicional.

A existência deste 'Serviço Social crítico' – que hoje implementa o chamado projeto ético-político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo: é a prova de que, quarenta anos depois, a Reconceituação continua viva. (NETTO, 2005, p. 18).

De acordo com Martinelli (2011, p. 4-5) a profissão de Serviço Social “como um tipo peculiar de trabalho, como forma de especialização do trabalho coletivo, tem uma dimensão política que lhe é constitutiva e que se expressa até no menor ato de nossa vida cotidiana”.

É nessa mesma perspectiva que devemos reconhecer, ainda, que a profissão tem significado sócio-histórico, recebendo impactos das transformações societárias, ao mesmo tempo em que produz, também, impactos nos processos sociais, na formulação de políticas e nos próprios padrões de intervenção profissional.

48 Lei 862/1993 de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Atualmente está na edição n. 10, revista e atualizada. Em 2010, no 39 Encontro Nacional Cfess/Cress, na cidade de Florianópolis/SC, foram aprovadas alterações no código com ampliação e revisão, introduzidas pelas Resoluções Cfess n. 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. A Lei 12.317/2010 institui a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais.

O profissional de Serviço Social atua no contexto de contradições econômico-sociais e é capaz de efetivar medidas eficientes para seu enfrentamento. É fundamental que sua atuação tenha o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2011, p. 24). O profissional tem, portanto, a possibilidade de atuar em diversas áreas, como, por exemplo, saúde, educação e habitação e com diferentes públicos (criança, adolescente, idoso, dentre outros). Além disso, os profissionais contribuíram à outras conquistas importantes, como destaca Agnaldo Knevez, em entrevista ao CEFESS,

Podemos afirmar que a profissão, juntamente com outros sujeitos coletivos, protagonizou a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que conferiu visibilidade a este segmento da população como sujeitos de direitos, buscando superar o Código de Menores de 1979 e conferir prioridade de atenção e proteção integral pelo poder público. Este, por sua vez, a partir de então, obrigou-se a instituir um Sistema de Garantia de Direitos e uma Rede de Proteção, voltados a enfrentar todas as formas de violência e violações de direitos de crianças e adolescentes. (2020, s.p).

As ações na área são permeadas por uma dimensão política, uma vez que “toda atividade social possui uma dimensão política e assim é com a profissão de Serviço Social” (ROSSATTO, 2017, p. 134). A dimensão política do Serviço Social,

é um processo, assim, não se apreende isoladamente, mas no conjunto das relações humanas. Assim, sua apreensão se dá na história, no movimento do real, nas contradições, na correlação das forças colocadas na sociedade e no lugar que a profissão ocupa em determinado tempo e espaço, em determinada conjuntura, o que convoca os profissionais ao desenvolvimento da capacidade analítica apurada para cumprir com qualidade os compromissos assumidos pela categoria profissional com a classe trabalhadora. (ROSSATTO, 2017, p.135).

No entanto, é um desafio para o profissional atuar no contexto em que há ausências de respostas, por parte do Estado, às demandas de trabalho, saúde, educação, equipamentos, serviços públicos e, especialmente, moradia. A carência de moradia explicita a questão urbana, que é uma das expressões da “questão social”. Em sua trajetória, o profissional de Serviço Social constrói e reconstrói

pautas e formas de intervenções; produz conhecimento; e utiliza-se das experiências do cotidiano para abrir um leque de possibilidades na atuação no contexto das contradições capitalistas. A profissão tem estreita relação com as causas sociais e, no campo da questão urbana, compõe as lutas pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade e moradia digna. A seguir apresenta-se o Quadro 3, com resumo dos programas de habitação e a participação dos assistentes social.

Quadro 3 – Quadro resumo da trajetória do trabalho social em HIS (2019)

ANOS	PROGRAMAS / FINANCIAMENTOS	ATUAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO SOCIAL
1930	Estímulo ao aluguel e à casa própria e a Financiamentos, por meio de Institutos de Aposentadoria e Pensão	Profissionais atuavam em favelas
1946 1960	Fundação da Casa Popular (FCP)	Ausência de respostas do Estado, os profissionais atuavam por práticas imediatistas
1964 1970	BNH; Cohabs	Os profissionais buscam romper com práticas imediatistas; compõem as lutas sociais do período
1970 1986	BNH; Cohabs; Inoocops	Atuação comprometida com ações na perspectiva de direitos e com as lutas sociais
1989 1990	Foram criados programas de Mutirões Autogeridos, sendo a cidade de São Paulo, a que teve habitações realizadas nesta modalidade.	Atuação em processos de mutirão com movimentos sociais, tanto por contratação direta dos movimentos, como via poder público
1990 1992	PAIH; Prohap; PEP	Atuação em processos de mobilização e participação no espaço de construções de moradias
1993	Habitar	Atuação na organização comunitária; educação sanitária; e geração de renda
1999	Habitar Brasil; BID	O trabalho social era contrapartida das prefeituras
2004	Crédito Solidário	Possibilidade, em âmbito federal, de recursos para o trabalho social em HIS com movimentos de moradia
2007 2009	PAC	Intervenções de provisão habitacional, e em intervenções de urbanização de assentamentos precários. Trabalho social orientado pela Instrução Normativa 8/2009 que regulamenta o trabalho social nas ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades no PAC, em todo o Brasil
2009 2019	PMCMV; PMCMV-E, com a possibilidade de construir com mutirão e autogestão na produção habitacional	Os profissionais atuam via poder público no PMCMV; com os movimentos sociais no PMCMV-E; normatização do trabalho social; maior recurso para o trabalho social com movimentos de moradia; conquista das lutas sociais; o trabalho social é componente da política urbana (conquista)

Fonte: Elaboração HEIN; C. D. S com base nos estudos de Rosangela Paz (2017).

Ainda que na conjuntura dos programas habitacionais, o Estado tenha direcionado e limitado as ações do trabalho social voltados a “amenizar” situações de conflitos e realizar trabalhos pontuais que contribuam para a manutenção da ordem existente, os profissionais de Serviço Social dispõem de atribuições específicas e de fundamental importância no enfrentamento à segregação das cidades, contribuindo para as lutas pela garantia de direitos dos trabalhadores.

A ideologia capitalista fomenta a injustiça social na medida em que é fundamentada na exploração das classes dominadas, criando mecanismos de dominação e de controle social que impedem as classes dominadas de reagir.

Por isso, é importante que os profissionais sejam capazes de interpretar a realidade no cotidiano identificando esses mecanismos; ter visão crítica; cultivar conhecimentos e habilidades de investigação e com engajamento político para desmistificar os fundamentos da ideologia capitalista e traçar estratégias de luta para a superação das desigualdades e enfrentamento da luta de classes.

E qual é o espaço que se tem, dentro da sociedade capitalista, para tentar transformar essa estrutura desigual? A atuação com os movimentos de moradia pode ser um dos caminhos.

Neste capítulo, abordamos aspectos da divisão desigual da terra no Brasil e as heranças das ideologias burguesas do Período Colonial. Apresentamos reflexões, por meio dos estudos de Martins, sobre como a falsa ideia de propriedade privada, enquanto forma de inclusão do trabalhador na sociedade, na verdade, é uma forma real de exclusão.

O processo de divisão desigual de terras contribuiu para a forma desigual de formação das cidades brasileiras, com ocupações irregulares enquanto única alternativa de moradia para os trabalhadores. Além disso, no processo histórico de construção das cidades consta a disputa pelo controle social no espaço urbano, que se expressa enquanto espaço de luta de classes.

A carência de alternativas, bem como as respostas insuficientes do Estado, contribui para que, desde o período colonial até o neoliberalismo na sociedade brasileira, os trabalhadores, organizados em movimentos sociais, lutem por direitos. No caso dos movimentos de moradia, as principais bandeiras são: Reforma urbana; direito à cidade; direito à moradia digna; política urbana que possibilite a participação

popular nos processos de tomada de decisão da cidade, do bairro e da moradia; realizar a autogestão na produção habitacional; e utilizar o trabalho em mutirão.

Neste sentido, fomos buscar, nos estudos de Marx, subsídios para compreender a concepção de trabalho em cooperação na sua forma simples, e na relação com os modos de produção do capital. No decorrer da história, houve avanços nas lutas, como, por exemplo, a conquista da própria Constituição de 1988; a Política Nacional de Habitação, Estatutos das Cidades e a criação de programas habitacionais para atender à população de baixa renda. Entretanto, os programas pensados para atender ao mercado não compõem a realidade dos trabalhadores e, por isso, destaca-se que não são suficientes para atender à população.

As trajetórias de sujeitos participantes na pesquisa, mas principalmente na construção da história de luta, também foram abordadas e apresentaram elementos de avanços e contradições.

No processo de luta por direitos, atuam profissionais comprometidos com o projeto político dos trabalhadores. No capítulo, demos destaque aos profissionais de Serviço Social, pioneiros na atuação com trabalho social em habitação, mas, também, a sujeitos históricos que realizaram e realizam fortes enfrentamentos políticos às ações conservadoras que não estão alinhadas com os interesses da classe trabalhadora.

Identificamos os principais elementos da sociabilidade capitalista na trajetória de luta dos trabalhadores pelo direito à terra e a cidade: sociabilidade da organização política da minoria burguesa e tentativa de desorganização política dos trabalhadores.

3 MOVIMENTOS DE MORADIA, NA CONQUISTA DO PROJETO ALEXIOS JAFET: QUE HISTÓRIA É ESSA?

Pessoal vem nos visitar e diz: “Nós queremos ver favelas”. Poxa, por que esse pessoal só quer ver miséria? Nós queremos mostrar as coisas boas que fazemos. (Donizete Fernandes, 2019)⁴⁹

Neste capítulo, apresentam-se, brevemente, as principais conquistas e contradições na luta pela moradia dos movimentos vinculados à UMM-SP relacionadas ao projeto Alexios Jafet. O projeto está em fase obra no período vigente (2020), a previsão de término é de pelo ao menos mais dois anos.

O Movimento Noroeste, de forma mais específica, desde os anos 1980 além da luta pelo direito a cidade, por reforma urbana, pela moradia digna e a autogestão na produção habitacional, contribui para a organização política dos trabalhadores. Conta com quatro sedes⁵⁰ e os trabalhos coletivos, inclusive o trabalho social, ocorrem em todas as quatro sedes e no terreno do projeto Alexios Jafet.

É fundamental apresentar a forma de organização dos movimentos que compõem o projeto; a escolha pela assessoria técnica; e quem são os profissionais engajados na atuação coletiva, considerando que o projeto Alexios Jafet tem especificidades em seu processo histórico de conquista, trabalho social e elaboração e execução de projeto arquitetônico.

Apresenta-se as formas de contratação de profissionais de Serviço Social para a elaboração de projeto, acompanhamento e realização do trabalho social.

Para o desenvolvimento de projeto arquitetônico e acompanhamento de obra, foram contratados arquitetos/as e engenheiros/as. Busca-se apresentar, ainda, como se deu a organização do trabalho social com os três movimentos; os principais desafios e as estratégias na relação com as lideranças.

Apresentamos reflexões acerca das “coisas boas” que acontecem também nesses espaços.

⁴⁹ Compõe o diário de campo da pesquisadora em 15 de julho de 2019. Donizete autorizou a utilização identificada de seu diálogo.

⁵⁰ Sede 01 (Barra Funda) - Rua João de Barros 76, Barra Funda; Sede 02 (Cantídio) - inicialmente na Av. Cantídio Sampaio, 166, Cachoeirinha; Sede 03 (Jaraguá) - Rua Dr. Rafael Araújo, 44, Jaraguá; e Sede 04 (Jaraguá) - do Projeto Alexios Jafet.

Por fim, destacamos as conquistas dos movimentos, sem desconsiderar as armadilhas colocadas aos trabalhadores pela lógica de mercado e de programas habitacionais que são criados embasados nessa mesma lógica.

3.1 Movimento Noroeste, A.H.D e Anjos da Paz, na conquista da terra e do projeto Alexios Jafet: Um é pouco? Dois é bom? E três é demais?

Uma das principais conquistas dos Movimentos de Moradia vinculados à UMM-SP é o projeto Alexios Jafet⁵¹, uma conquista de três movimentos de moradia que se organizaram para construir 1.104 unidades habitacionais em mutirão e autogestão.

A alternativa de construir moradias por meio de movimentos ou associações de moradores veio em 2005 por meio do programa Crédito Solidário, e 2009 por meio da modalidade Entidades do PMCMV que prevê a compra⁵² antecipada de terrenos operada pelo agente financeiro, a Caixa Econômica Federal (CEF) e regularização fundiária.

O recurso para pagamento do trabalho de assessoria técnica (equipe de trabalho social, urbanístico e jurídico), bem como para compra antecipada de terra e a realização da obra, é oriundo do PMCMV-E. Primeiro projeto nessa proporção e modalidade, no Brasil, o projeto Alexios Jafet ocupa um terreno localizado no bairro do Jaraguá.

O valor do recurso, por unidade habitacional (U.H), é de R\$ 76.000, repassado pelo governo federal e havia a possibilidade de mais R\$ 20.000 por U.H de aporte⁵³ do governo do estado de São Paulo. Foi a primeira vez que um programa federal previa recursos nessa proporção para o trabalho social. Além disso

⁵¹ Alexios Jafet é o nome da avenida onde está localizado o terreno em que vem sendo construídos os empreendimentos, portanto, é um nome temporário. Há momentos específicos de escolha do nome dos empreendimentos, por parte das famílias participantes.

⁵² No programa Crédito Solidário, por exemplo, não havia a opção de compra antecipada da terra, ou seja, só era possível realizar o empreendimento com a contratação de financiamento de terra e obra ao mesmo tempo. Entretanto, as aprovações do projeto arquitetônico tardavam tanto que os proprietários desistiam e vendiam a terra para construtoras, que pagavam mais e mais rápido. O PMCMV-E, neste sentido, tem um avanço, pois garantia a opção de antecipar o processo de compra da terra. Para maior detalhamento desse processo, ler a referência de Santos, 2016.

⁵³ O governo do estado, gestão do Geraldo Alckimin, alegou que iria repassar o aporte, mas até o período vigente, isso nunca aconteceu. A obra só teve início com os repasses de aporte municipal, gestão do prefeito Hadadd. Casa Paulistana.

esse valor destinado a HIS é fruto de muita luta dos trabalhadores conforme nos aponta Santos (2020, p. 109),

Os representantes da UMM-SP conseguiram implementar propostas apresentadas em seminários que realizaram em diversas regiões, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, e que foram consolidadas na Instrução 45, de 11 de novembro de 2012, e em especial na luta pelo aumento do valor estipulado para as UH, que passou de R\$ 52 mil, previstos na Resolução 141, de junho de 2009, para R\$ 76 mil, alterado na legislação mencionada e que se mantém na atualidade. Esse valor de R\$ 76 mil, já era o valor acessado pelas construtoras.

Por se tratar de loteamentos e para empreendimentos sob a forma de condomínios, o valor do trabalho social do Alexios corresponde a 2% (dois por cento) do montante do recurso da obra.

Em relação aos protagonistas dessas conquistas, os três movimentos que compõem a luta do projeto Alexios Jafet são: Associação Anjos da Paz da Vila Santista; Associação por Habitação com Dignidade (A.H.D) e Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste (Movimento Noroeste).

Como assessoria técnica, os movimentos escolheram a Ambiente Arquitetura que, além da atuação com os movimentos de moradia, tem como objetivo contribuir para a transformação do espaço urbano.

3.1.1 Assessoria técnica Ambiente Arquitetura: os desafios no âmbito da situação ocupacional

Compreendemos as assessorias técnicas como “amigadas”⁵⁴ dos movimentos de moradia. No caso da Ambiente Arquitetura, ela é composta por arquitetos/as; engenheiros/as e assistente sociais. Elabora projetos arquitetônicos; acompanha a obra; elabora projetos sociais; e realiza as atividades do trabalho social.

É importante destacar que a assessoria compõe o histórico de lutas do final da década de 1980 e início da década de 1990, na cidade de São Paulo, onde os

⁵⁴ De Karina Leitão, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Diário de campo da pesquisadora. Reunião das Assessorias técnicas. São Paulo. 28 de setembro de 2018. Karina utilizou o termo “amigado” que, na opinião dela, a qual a pesquisadora compartilha, é mais próximo da realidade entre os profissionais e o movimento, do que o termo “parceria”.

profissionais que, de alguma forma, já se articulavam com as lutas dos movimentos de moradia, se organizaram em assessorias técnicas. Algumas surgiram em espaços acadêmicos; outras foram compostas por técnicos que atuavam com os movimentos, ou mesmo no poder público, na área de habitação. O foco dessas assessorias é a luta pela reforma urbana, pelo direito à cidade, direito à moradia digna, enfim, pela qualidade de vida dos trabalhadores. Assim, em 1992, foi fundada a assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado, conhecida atualmente como Ambiente Arquitetura.

A Ambiente era como outras assessorias técnicas daquela época, era uma associação, na realidade. Não tinha uma figura jurídica que formasse essa pessoa, essa assessoria técnica. Havia algumas ONGs, mas a maioria das assessorias que atuava naquela época eram associações. Eram pessoas jurídicas sem fins lucrativos. (SANTOS *apud* CABRAL⁵⁵, 2016, p. 79).

A assessoria Ambiente Arquitetura sempre atuou exclusivamente com movimentos de moradia, em especial, com os movimentos vinculados à UMM-SP, no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, defende a ideia de autogestão na produção habitacional, importante forma de contrapor-se à ideia de mercado, que padroniza os projetos arquitetônicos para famílias de baixa renda, com vistas a diminuir os custos, e desconsidera a realidade da população, que, nessa lógica, deve se adaptar à moradia e não ao contrário.

O processo de trabalho com assessoria e movimentos, por meio da autogestão, prevê que as famílias organizadas coletivamente participem das decisões também nas etapas do projeto arquitetônico, desde o momento de elaboração até depois da obra pronta. O mesmo deve ocorrer com as ações voltadas ao trabalho social.

Esses profissionais participam das ocupações, manifestações e de seminários em outros estados; contribui para a realização de cursos; elaboração de materiais didáticos; visitas às moradias já concluídas no mesmo processo (mutirão com autogestão) frutos de conquistas, com vistas à troca de experiências; contribui na articulação com o poder público, tanto na parte burocrática como na relação

⁵⁵ Trata-se da narrativa que consta na dissertação de mestrado da pesquisadora. A narrativa é da arquiteta e urbanista, Isabel Cabral, uma das fundadoras da assessoria Ambiente Arquitetura.

cotidiana com as lideranças que, por sua vez, utilizam, também, essas informações para pressionar o poder público.

Na contratação de profissionais, prioriza-se aqueles que estejam alinhados com o pensamento de construção de cidades mais igualitárias e participativas. Há, ainda, um processo de formação política e técnica dentro do próprio espaço de trabalho, já que, nas relações, a equipe aprende, enquanto produz seu trabalho.

Entretanto, no contexto capitalista, é contraditória a condição de assessoria, uma vez que, ao mesmo tempo em que contribui para a luta dos trabalhadores, os profissionais não têm assegurados seus direitos trabalhistas por contratação formal e, dependendo do contexto, nem os instrumentos necessários para realizar as atividades em sua amplitude.

Ocorre que a assessoria Ambiente Arquitetura não é uma empresa que movimenta a economia do País. Os fundadores e os profissionais que atuam nesse espaço optam por atuar apenas com os movimentos sociais. Para conseguir realizar os trabalhos e pagar a equipe técnica, recebe recursos previstos nos programas habitacionais, para projetos existentes. Não há legislações e programas que contemplem a realidade e os tempos dos trabalhos realizados. Quando há projetos com recursos disponíveis, há trabalho, quando não há, os trabalhadores não têm como se manter atuando nesse espaço.

A instabilidade nessa forma de atividade faz com que muitos profissionais, pela necessidade de um trabalho que lhes garanta a mínima segurança, procurem ou aceitem outras opções de emprego. No contexto em que o desemprego é estrutural, uma das formas de manutenção do sistema capitalista, o resultado é a insegurança. O que contribui para que os trabalhadores ou tentem manter-se no emprego a todo custo, ou aceitem propostas, não que lhes forneça segurança, mas que sejam menos inseguras. As transformações históricas do capitalismo em todo o mundo resultaram no neoliberalismo e no

Agravamento da desigualdade estrutural e na degradação da vida humana e da natureza. Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana. As formas de (re)produção social imprimem uma nova dinâmica ao conjunto das relações sociais. (BARROCO, 2011, p. 206).

Essa forma de sociabilidade capitalista, ou seja, a sociabilidade da insegurança, desmobiliza a organização dos trabalhadores em processos de enfrentamentos ao capital, pois, diante das situações colocadas, acabam por buscar saídas individuais e não coletivas.

O pensamento dominante no capitalismo contemporâneo - a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna -, exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a "era pós-moderna". (BARROCO, 2011, p. 206, grifos do original).

Desse modo, compõe a contradição capitalista o fato de uma equipe que atua na defesa de direito dos trabalhadores, não ter os seus próprios garantidos. Tal contradição aparece nas narrativas da assistente social Tuane Rossatto, por meio dos estudos de Santos (2020, p. 140), acerca do trabalho social e da assessoria técnica Ambiente Arquitetura:

em relação a contradição que se coloca entre nossa fala e nossa prática no que diz respeito à luta pelo direitos dos trabalhadores, informamos, alertamos e incentivamos a luta pela garantia, conquista, avanço e manutenção dos direitos sociais e trabalhistas e nos submetemos a condições trabalhistas degradantes, sem proteção, sem segurança, sem direitos, assim, penso que estamos consolidando direitos, no caso o direito à moradia digna a trabalhadores, às custas da retirada de direitos de outros trabalhadores [...] somos muitos os que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver e, nesse sentido, a assessoria muitas vezes se torna um espaço inviável de se permanecer por muito tempo, pois as condições da vida urgem.

Uma das formas de enfrentamento é a participação e articulação dos profissionais em espaços de organização política e luta dos trabalhadores, da

categoria profissional, dentre outros. No âmbito do direito à cidade, participam de espaços que possibilitam as intervenções na elaboração de propostas para políticas públicas, plano diretor⁵⁶, Plano Nacional de Habitação, e demais esferas em que possam ocorrer tomadas de decisão no planejamento das cidades.

Há o obstáculo aos profissionais que atuam na assessoria técnica, quando, por exemplo, o próprio PMCMV-E coloca situações que retiram o caráter político do trabalho e mesmo das relações com o Movimento, de forma que essas correm o risco de ser reproduzidas enquanto relações empresariais.

O PMCMV impôs uma reconfiguração dos papéis de todos os agentes envolvidos nesse modelo de produção habitacional: transformou os antigos movimentos sociais e associações populares em algo como uma 'empresa empreendedora de habitação popular' [...], transformou também o papel das assessorias técnicas em prestadores de serviços (a antiga parceria de luta ganhou novos contornos, inclusive não mais sendo fundamental para o decorrer dos novos processos autogestionários), e ainda transformou o Estado em verdadeiro agente avalista de operações financeiras milionárias. (CASTRO, 2018, p.188-189).

Nesse sentido, são poucas as experiências nessa forma de trabalho, mas os profissionais da assessoria técnica Ambiente Arquitetura participam das lutas sociais e defendem a democratização do acesso ao trabalho social de qualidade, bem como a arquitetura de qualidade. Os profissionais que atuam na assessoria não apenas defendem a classe trabalhadora, como fazem parte dela.

3.1.2 Projeto Alexios Jafet e a compra antecipada da terra.

No que tange ao projeto Alexios Jafet, por meio da arquiteta Isabel Cabral e Ricardo Gaboni (Foto 10), em 2007, a assessoria contribuiu com buscas de terrenos disponíveis e com a possibilidade de realizar projetos de HIS na região oeste e noroeste do município de São Paulo.

⁵⁶ Previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 182, é um importante instrumento de planejamento das cidades.

Foto 10 – Ricardo Gaboni e Isabel Cabral. Seminário de moradia (2014)



Fonte: Acervo HEIN, C. D.S.

A escolha pela assessoria partiu da coordenadora Terezinha Gramacho, do Movimento Associação Anjos da Paz da Vila Santista. Em espaços de reuniões do projeto Alexios Jafet, Terezinha relatou ter recebido indicação da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura por meio de um funcionário da CEF, agente financeiro do PMCMV-E.

A gente tinha uma assessoria que o cara era ruim que só. Aí o PH, que é o Paulo Henrique, passou uma lista de assessorias que trabalham com movimento, uma delas era a Ambiente Arquitetura. Eu conheci primeiro o Ricardo e ele me apresentou a AHD e o doutor Edilson (Depoimento de Terezinha, 2019)⁵⁷.

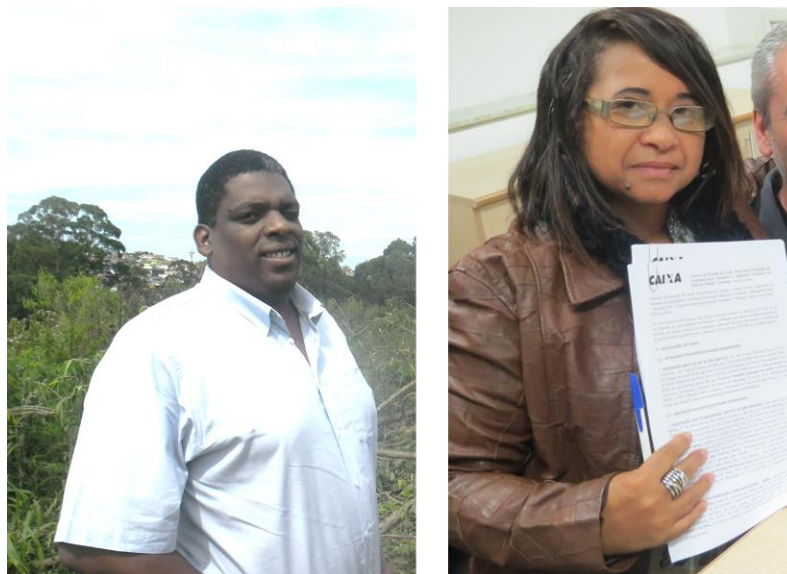
Edilson Mineiro é antigo militante nos movimentos de moradia, em especial, o Movimento Sem-Terra Leste 01 e UMM-SP. Na trajetória de sua militância, atuou com Henrique Pacheco recebendo a influência que contribuiu à sua trajetória e a escolha em realizar graduação em Direito. É uma das principais lideranças da UMM-SP e atua como advogado dos movimentos de moradia. No caso do projeto Alexios Jafet, é advogado da Anjos da Paz e A.H.D.

Edilson Mineiro também contribuiu para o Movimento Anjos da Paz da Vila Santista, além de assessoria jurídica, com articulação política; no estímulo de

⁵⁷ Para compor o estudo, a pesquisadora consultou Terezinha para a possibilidade de utilizar suas narrativas em espaços de reunião do projeto Alexios Jafet. Terezinha concordou. Compõe o diário de campo da pesquisadora do dia 29 de julho de 2019.

processos coletivos de luta para a conquista do projeto; e na sensibilização para a autogestão na produção habitacional (Fotos 11 e 12).

Fotos 11 e 12 – Edilson Mineiro e Terezinha Gramacho (2010 e 2015)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura e HEIN, C. D.S.

Após várias tentativas, foi encontrada terra disponível de aproximadamente 46 mil metros quadrados, localizada em área favorável e com possibilidade de negociação com os proprietários. Devido à boa localização e infraestrutura instalada nos entornos, foi bastante difícil para o movimento correr contra o tempo, já que o terreno estava à venda e havia uma construtora interessada na compra. A lógica da especulação imobiliária compõe as ideias capitalistas, como já afirmou Lefebvre (1999, p. 142), ao analisar as tendências nos anos 1970 e o aumento da dependência do capital em relação ao consumo e à produção do espaço nos últimos anos.

[...] o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão.

A ideia de ocupação dessa terra não foi cogitada no primeiro momento, pois Terezinha queria viabilizar a compra da terra por meio do PMCMV-E. Mas, caso não fosse possível, a ocupação era uma das propostas, como forma de pressionar o

governo para viabilizar a função social de propriedade, garantida pela Constituição de 1988, uma vez que esse terreno não a cumpria.

Tal indicação é relevante, considerando que a luta para a garantia da função social da propriedade é pauta antiga dos movimentos de moradia. De acordo com Rodrigues (2004), não apenas em 1988, mas em outras tentativas de consagrar garantias de direitos, a ideia de função social já constava nas pautas de luta.

A possibilidade de viabilizar a construção de habitações populares por meio de movimentos de moradia e associações, mobilizou instituições que não atuavam nessa perspectiva. O Movimento Anjos da Paz, quando buscou a assessoria, atuava com entrega de leite e intervenções com moradores da região norte.⁵⁸

Sob influência da Associação Clube de Mães, localizada no bairro Capão Redondo, na cidade de São Paulo, Terezinha Gramacho ouviu falar sobre a possibilidade de atuar com construções de moradia por meio de autogestão na produção habitacional, mas não lhe parecia interessante iniciar os processos por essa opção.

Isabel Cabral, que já atua com movimentos de moradia há 27 anos, em projetos de HIS, contribuiu com orientações a Terezinha Gramacho para se articular com os movimentos de moradia mais antigos; para que o processo de conquista de terra, bem como a produção de moradias ocorressem com mobilização, organização política e a defesa por processos de autogestão na produção habitacional.

É uma maneira de enfrentamento dos profissionais às formas convencionas de construir moradia, que exclui a participação da população; indicar seu posicionamento político e apresentar outras opções de trabalho aos grupos que procuram a Assessoria, mas não estão organizados em movimentos de moradia.

Na trajetória do projeto Alexios Jafet, Isabel e Ricardo precisavam demonstrar tecnicamente para a CEF e os órgãos públicos, a viabilidade de realizar o projeto no terreno. Em paralelo, buscavam, com Terezinha e Edilson, contribuir na negociação com o proprietário da área, que durou três anos, de 2007 a 2010.

A Associação Anjos da Paz da Vila Santista atuava com um grupo composto por 404 pessoas; no entanto, a arquiteta Isabel indicou que era possível construir 1.104 unidades habitacionais no local, assim seria necessário articular com outros

⁵⁸ A pesquisadora tem conhecimento do processo e da história, por ser uma das participantes na história. Por diversas vezes, teve que estudar esse início da história de conquista, para realizar suas intervenções profissionais.

movimentos.⁵⁹ Aparecido Monteiro (Cido), coordenador da A.H.D, foi convidado por Terezinha a compor a luta por essa terra (Foto 13). Desse modo, indicou 300 participantes dos grupos de base do movimento.

Foto 13 – Cido na primeira limpeza mutirante no terreno (2011)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura; HEIN, C. D.S

É importante destacar que os profissionais da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura já conhecia tanto Aparecido, como o movimento A.H.D, uma vez que, nos anos 1990, trabalharam, juntos, na construção de moradias por autogestão no bairro Brasilândia, na cidade de São Paulo, com recursos do governo do estado, entre as quais uma era a moradia de Aparecido.

Aparecido tinha trajetória política de participação em sindicatos e movimentos sociais, além disso, foi um dos coordenadores estaduais da UMM-SP. Essa experiência de articulações e mesmo na forma de organização dos movimentos e construção de moradia enquanto processos participativos e coletivos, somou não apenas em número, mas em força política, tão necessária às lutas sociais no País.

Ainda faltavam 400 participantes para compor a possibilidade de conseguir realizar o empreendimento para 1.104 unidades habitacionais. Ao mesmo tempo,

⁵⁹ No dia 4/6/2019, Cido, que tanto contribuiu para o processo, faleceu, deixando um grande legado de luta e conquistas.

era importante que o próximo movimento a ser articulado pudesse ser um dos mais antigos e experiente nas articulações políticas, na pressão popular em esferas de governo e na própria atuação em processos autogestionários. Deste modo, os profissionais da assessoria, reuniram os coordenadores dos Movimentos Anjos da Paz e A.H.D com os coordenadores do Movimento Noroeste. Para o projeto Alexios Jafet, o Movimento Noroeste compôs a articulação indicando mais 400 participantes. Inicialmente, Julieta Abraão, coordenadora do Movimento, participou das primeiras negociações e articulações, quando muitas pessoas não acreditavam que seria possível. Em 2009, Julieta articulou novo projeto⁶⁰ e, outro coordenador, Donizete Fernandes, deu continuidade e foi um dos principais articuladores políticos do processo, no período de negociações.

Uma das responsáveis pelo setor, na CEF, que acompanhava as negociações do projeto Alexios Jafet, não confiava na sua viabilidade e colocou diversos obstáculos burocráticos, muitos não previstos em nenhuma legislação e esse foi um dos principais motivos de a negociação da terra ter durado tanto tempo.

Após as negociações; demonstrações de força política e mobilização popular; de viabilidade técnica; comprovações burocráticas de que os movimentos tinham capacidade de construir moradias e desenvolver a autogestão na produção habitacional, em 3 de outubro de 2010, o contrato de compra antecipada foi assinado com a CEF, com recursos do PMCMV-E (Fotos 14 e 15).

Fotos 14 e 15 – Assinatura do contrato de compra antecipada de terra (2010)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

⁶⁰ Julieta articulou e conquistou com o Movimento Noroeste, a terra e recursos para obra de 500 unidades habitacionais. Trata-se do projeto Barra do Jacaré (2011), cuja obra foi finalizada em 2020.

A história de conquista do projeto Alexios Jafet compõe a luta dos movimentos de moradia na sociedade, e necessitam demonstrar força, diante da ausência de respostas do Estado e, ao mesmo tempo, pressioná-lo a que cumpra seu papel.

Um dos motivos que explica a força desse movimento está na capacidade que ele tem demonstrado de aprender com a experiência da interação conflitiva com o Estado, diversificando suas estratégias de ação e combinando-as de forma criativa a partir das oportunidades e constrangimentos impostos pela conjuntura. (TATAGIBA; PATERNIANI E TRINDADE, 2012, p. 401).

Essa foi a primeira etapa do processo. As lutas de 2010 até o período vigente, 2020, envolvem temas como: Acesso ao direito de aporte⁶¹ do governo do Estado de São Paulo, que lhes foi negado; conquista do aporte municipal⁶² para o projeto Alexios Jafet e outras bandeiras que não estão diretamente relacionadas ao projeto, mas que compõe a luta da classe trabalhadora. Após a compra antecipada, é necessário entregar, ao agente financeiro, propostas dos projetos arquitetônicos. Antes da compra, é necessário apresentar o estudo de viabilidade.

Ocorre que a mesma equipe da CEF que analisou os processos de compra da terra, não concordava com a realização desse projeto e desse modo continuava a colocar entraves no processo. Entretanto, em 2011, Donizete mobilizou, com a UMM-SP, uma manifestação com todas as famílias dos três movimentos, somados a outros que compunham a UMM-SP e vinham enfrentando os mesmos problemas, em frente ao prédio do Departamento de Gerência Executiva de Habitação (Gihab), na Av. Paulista. As famílias levaram tendas, barracas e ficaram acampadas no local até ter um retorno positivo. E tiveram.

A crítica principal dos movimentos é que não havia nenhum impeditivo legal aos trâmites dessa negociação, bem como às propostas indicadas ao agente financeiro pela assessoria, desse modo, os participantes queriam agilidade e continuidade no processo. Mas os movimentos, movimentam-se e as famílias do projeto Alexios Jafet, somados a outros movimentos amigados, realizaram e

⁶¹ Há opção, nos programas federais, de que o governo estadual contribua com aporte financeiro aos projetos de HIS. Os projetos arquitetônicos foram elaborados, contando com essa opção. Por diversas reuniões entre os movimentos e o governo do Estado, foi informado que o projeto receberia o aporte. Como isso não ocorreu, muita pressão dos movimentos segue até o período vigente, 2020. O governo do Estado, desde a gestão Geraldo Alckmin alega não ter recursos para o aporte.

⁶² Em 2017, gestão do prefeito Haddad.

realizam diversificadas manifestações nas ruas, seja em Brasília ou na cidade de São Paulo, como forma de pressionar os governos (Fotos 16 a 25).

Fotos 16 a 20 – Manifestação dos movimentos na Gihab (2011)



Fonte: Acervo HEIN, C. D.S.; Anjos da Paz da Vila Santista.

Fotos 21 a 25 – Manifestação dos movimentos em Brasília (2012)



Fonte: Acervo Anjos da Paz da Vila Santista.

Por serem três movimentos diferentes, com trajetórias políticas diversas, mas com o mesmo objetivo e conquistando o mesmo terreno para desenvolver diferentes propostas de projetos arquitetônicos, as coordenações dos movimentos, acompanhadas de assessoria jurídica, social e urbanística, necessitaram elaborar formas de organizações coletivas.

Devido ao fato de um trabalho, na proporção do projeto Alexios Jafet ser algo novo em todo o Brasil, tanto os movimentos, a assessoria técnica, o agente financeiro e poder público, foram levados a criar e aprender estratégias de abordagem para viabilizar o projeto. Para a compra antecipada de terra, por exemplo, o agente financeiro exigiu que os movimentos assinassem um Termo de Parceria, para garantir a permanência dessa organização entre os três até o fim da obra, considerando que parte seria realizada utilizando passagem nos lotes correspondentes a cada movimento.

A arquiteta Isabel apelidou o termo de Certidão de Casamento, sem direito a divórcio até o final da obra. A equipe social e os participantes no movimento apelidaram a Assessoria Técnica de “amante” dos três movimentos, considerando o fato de ser a mesma para os três. Partilhar da mesma luta, proporciona, sim, momentos de descontração entre os participantes e profissionais. A relação nem sempre é algo fechado, onde somente podem ser tratados assuntos de trabalho, sem piadas ou sorrisos. Essa seria uma relação mais voltada às propostas do capital, que define parâmetros de como deve ser a relação mecânica de trabalho.

Além do termo de parceria, outro instrumento foi criado: O Regulamento Interno (RI). O instrumento criado para ser específico para os três movimentos e criar diretrizes de organização para ações coletivas entre todos. Foi elaborado pela Assessoria Jurídica do período (2010): Miguel Reis, Edilson Mineiro e Juliana Avanci e pela equipe urbanística da assessoria técnica. É importante destacar tais instrumentos, pois contribuíram para a organização inicial dos coordenadores para tomar decisões coletivas, com acompanhamento dos profissionais, inclusive a equipe social.

Outro processo importante na etapa pré-obra foi a divisão inicial de lotes no terreno, com proposta de desmembramento futuro. Os lotes foram definidos da seguinte forma conforme consta no Quadro 4.

Quadro 4 – Divisão de lotes do projeto Alexios Jafet (2008-2015)

ÁREA	MOVIMENTO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
Lote A	Anjos da Paz da Vila Santista	404
Lote B	Noroeste	400
Lote C	A.H.D	300

Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Essa divisão foi escolhida pelos coordenadores dos movimentos, que organizaram reuniões com a assessoria para tais definições e indicaram a forma de organização ao agente financeiro para constar nos contratos do projeto. Não houve grandes impasses para essas definições de divisão, pois foram elaborados critérios entre os participantes, como, por exemplo, o movimento A.H.D, que perdeu para a especulação imobiliária a terra onde seriam construídas 300 unidades habitacionais, e, desse modo, 300 famílias precisariam de outra possibilidade. Além disso, tal divisão relaciona-se com as disposições dos projetos arquitetônicos e, portanto, foram mediações realizadas pelos arquitetos Isabel Cabral e Ricardo Gaboni, com as lideranças, antes mesmo da entrada da equipe social.

Em julho de 2016, foi assinado o contrato para início da obra, mas, no tempo real, viabilizada em fevereiro de 2017 (Fotos 26 a 29).

Fotos 26 a 29 – Assinatura de contrato de obra na CEF (2016)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

A história inicial das articulações políticas e organização de três movimentos e 1.104 famílias, revela um marco para os movimentos de moradia. Além da conquista da terra que também era de interesse de grandes construtoras, a possibilidade de organizar e realizar o trabalho social no processo de construção de moradias foi um caminho para o enfrentamento à sociabilidade do capital.

No contexto de ideologias burguesas, a ideia de três é “demais”, é advérbio de modo excessivo, mas defende-se que, no contexto de luta dos trabalhadores, quanto mais trabalhadores organizados e unidos pela mesma luta melhor. Sim, três é demais, pois, no caso dessa luta, é adjetivo!

3.2 Pré-obra e início da obra: As possibilidades de trabalho no contexto das contradições capitalistas

A profissão de Serviço Social está inserida na divisão social e técnica do trabalho e, desse modo, o assistente social atende às necessidades colocadas pela instituição na qual atua, enquanto profissional assalariado e assim possibilita que o trabalho privado adquira um caráter social. Nesse sentido, o trabalho do assistente social tem dupla dimensão (IAMAMOTO, 2007).

A concepção do trabalho social realizado pelos profissionais de Serviço Social da assessoria defendida no exercício profissional e no presente estudo, é um trabalho com direção política, que deve contribuir para o enfrentamento da sociabilidade do capital, com formação política dos trabalhadores; estimular o pensamento crítico, a luta por direitos sociais e por melhor qualidade de vida para todos.

No contexto de ideologias burguesas, estimular o pensamento crítico é contribuir para que seja revelado o que está para além do aparente, para que os trabalhadores possam pensar em propostas de enfrentamento e conseguir sua autonomia. Ter a possibilidade de desvendar a realidade e assim construir suas críticas.

Os trabalhadores sociais podem contribuir com possibilidades de transformação social, no entanto, não há como realizar enfrentamentos ao capital sem a consciência crítica e a construção de identidades coletivas “pois as identidades são, fundamentalmente, condição de ser e possibilidade, são permanências, e são transformações”, e sem este processo “não seria possível realizar mudanças” (MARTINELLI, 2013, p. 146).

Posto isso, destacam-se os principais desafios e as possibilidades das equipes que atuam de forma coletiva, no trabalho com o Projeto Alexios Jafet.

A contratação de um profissional para o trabalho social ocorreu pouco depois da assinatura do contrato da compra antecipada da terra. A arquiteta Isabel Cabral admitiu uma assistente social em 2010, para essa etapa de trabalho no projeto Alexios Jafet. A opção pela profissional com formação em Serviço Social, foi uma escolha, pois, na avaliação dos arquitetos, fundadores da assessoria Ambiente Arquitetura, a partir de suas experiências ao largo de 27 anos, os assistentes sociais atuam com viés mais político. É possível encontrar tal afirmação em Santos (2016, p.151-152) quando apresenta em seus estudos a narrativa de Isabel Cabral:

Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante.

A trajetória de luta de profissionais do Serviço Social vinculada à formação acadêmica e defesa do projeto ético-político, contribuem para a atuação de profissionais embasada por uma dimensão política na perspectiva de direitos. É relevante considerar que profissionais de outras áreas apresentam o trabalho social mais politizado como inerente à atuação do assistente social. Isso pode indicar que, nos resultados do trabalho, há algum diferencial.

As normatizações do PMCMV-E preveem que, após a compra da terra, além dos trâmites burocráticos para aprovação de projeto arquitetônico, sejam contratados profissionais para realizar o trabalho social. Esse trabalho deve ser executado em três etapas: pré-obra (três meses antes do início da construção), durante-obra (21 meses) e pós-obra (3 meses depois de finalizada a obra).

A etapa pré-obra do projeto Alexios Jafet ocorreu de 2010 até o início de 2017, ou seja, 7 anos de trabalho social sem a obra. A contradição entre o que está previsto nas legislações do programa habitacional com o que ocorre na realidade é latente nas propostas de políticas públicas que têm como modelo a lógica de mercado, a lógica da propriedade privada.

Os trâmites burocráticos de aprovação de projetos arquitetônicos foram demasiadamente longos. Além disso, o valor dos itens, como, por exemplo, de materiais previstos nos cronogramas⁶³, tanto de obra como de projeto social, aumentaram o valor, com as conjunturas de inflação no país, mas o valor destinado ao trabalho e à execução de obra, é o mesmo. E para contribuir na organização dos grupos, o trabalho social, nessa etapa, teve que manter-se ativo. Foi e é um desafio para os profissionais contribuir para a organização dos movimentos

Nota-se que, mesmo com a posse da terra, os trabalhadores participantes no movimento, que já tem o direito à cidade e a moradia digna negligenciados,

⁶³ Elaborados a partir das legislações do programa MCMV-E, são o planejamento dos trabalhos de obra e abordagem social. Ambos têm que seguir os mesmos prazos, com a diferença que o trabalho social tem a previsão do trabalho de pós-ocupação. Nos cronogramas, deve constar composição de custos; equipe técnica; as atividades que serão realizadas; e o prazo de início e fim dos trabalhos. No caso do trabalho social, o cronograma segue anexo ao Projeto Técnico respectivo.

esperaram 7 anos para o início da obra, isso sem considerar o tempo em que participam nos grupos de base do movimento.

Por meio das narrativas dos participantes no estudo, é possível constatar o tempo real das lutas e dos prazos de atendimento dos trabalhadores.

A Vandinha, que é uma amiga minha, muito tempo atrás, conheci ela lá e ela falou que fazia parte do mutirão, movimento de moradia. Aí eu falei: “Eu quero participar”. Aí comecei a participar com ela, né. Eu tinha ainda 17 anos, ia fazer 18, comecei a participar com ela [...] Eu fiquei 8 anos na coordenação no Brasilândia III⁶⁴, foi quando eu tive minha primeira filha, engravidei e saí⁶⁵ para mim o projeto Alexios Jafet, comecei a trabalhar, a participar, aí minha barriguinha foi crescendo, no oitavo mês, eu passei a ser liderança. (Depoimento de Fernanda, 2020).

No movimento, eu tô desde 2004. Participo desde as reuniões de bairro, desde quando minha mãe passou para o meu nome e falou: “Ó, é para você! agora você tem que tocar”. (Depoimento de Valter, 2020).

Conheci o movimento de moradia em 2007 quando já estava mexendo no Colinas da Oeste⁶⁶. Porque eu morava ali na rua da avenida Jerimanduba e já tinha ido em outros vários movimentos, só que tudo a prazo muito longo, né. A expectativa era um prazo longo, nada médio, nada perto. Não que não aconteça, mas que eram muito longe e por eu ter duas crianças eu queria um negócio um pouquinho mais palpável, mais rápido. (Depoimento de Luciana, 2020).

Fernanda participa há vinte anos; Valter participa há dezesseis anos; e Luciana há treze anos, no movimento. São longos anos de luta para acessar o direito de morar. Luciana, por exemplo, narra sua expectativa, devido à condição de sua família, em ter acesso à moradia em prazos mais curtos. Além disso, o acesso a moradia, na representação que ela tinha, só era possível por meio do modelo de mercado, com construtora, indicando a cultura de mercado na vida do trabalhador.

⁶⁴ Nome do grupo de base do qual fazia parte.

⁶⁵ As famílias do Movimento Noroeste participam no grupo de base, acompanham as lutas pela terra, realizam ocupações e demais mobilizações. Ocorre que o movimento não tem critério de sorteios, pois defendemos que direito não é sorte. Deste modo, organizam-se por meio de lista de presença nas atividades e por datas. Com isso, é possível identificar quem está participando do processo e há quanto tempo. Também busca-se identificar se as pessoas atendem aos critérios do programa. Após esse processo, as pessoas que participam há mais tempo são as primeiras a ser atendidas quando o movimento consegue algum projeto. Mas a palavra “sorteio” está tão impregnada na mente do trabalhador, que, mesmo conhecendo o processo, dizem: “Quando eu fui sorteado” ou “quando o projeto saiu para mim”, como se ele mesmo não tivesse lutado por essa conquista.

⁶⁶ Moradias construídas com mutirão e autogestão, pelo Movimento Noroeste e Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura com recursos do programa Crédito Solidário.

E aí quando começaram a mexer eu perguntei para o pessoal que ali estava, que até então eu achava que eram os trabalhadores⁶⁷, que tipo de empreendimento era aquele, se tinha alguma construtora, onde que eu poderia me informar a respeito, se eles iam abrir uma tenda, aquelas coisas que a gente acha que está acontecendo. E aí a moça que me atendeu falou que não, que era um movimento de moradia e me passou o endereço da rua João de Barros. (Depoimento de Luciana, 2020).

As primeiras⁶⁸ regulamentações do PMCMV-E indicava o pagamento do trabalho social da etapa pré-obra no início das obras. O projeto Alexios Jafet estava inserido nesse contexto. Entretanto, havia a exigência da contratação de profissionais com experiência em trabalho social, na realização do trabalho pré-obra. O recurso foi liberado no início da obra, sete anos depois.

É a lógica de mercado imposta aos movimentos de moradia. O próprio nome da modalidade do programa – Entidades – mudou a forma como os representantes dos movimentos atendidos por esse programa se referiam a si próprios. Antes, como movimento, e depois do programa como Entidade.

Como as regulamentações indicam que deve ocorrer o trabalho três meses antes da obra, se o pagamento é realizado apenas no início da obra? Qual o tempo real previsto? Ter recurso para três meses de um trabalho que ocorreu em sete anos é colocar os movimentos sociais e suas assessorias técnicas como grandes empresas, que têm meios disponíveis para se manter por certo tempo, sem a necessidade de liberação de recursos.

No período de 2010 até início de 2017, a previsão de liberação de recursos do programa destinava-se à elaboração de projeto arquitetônico. Desse modo, para o pagamento de equipe do trabalho social, os movimentos organizaram-se com as famílias para ter um fundo de caixa destinado à contratação de equipe, não pela exigência do programa, mas porque defendiam ser importante o trabalho social com os participantes do movimento, bem como que o trabalhador deve ter as condições necessárias de sobrevivência.

Desse modo, para o pagamento de equipe do trabalho social, os movimentos organizaram-se com as famílias para ter um fundo de caixa destinado à contratação de equipe, não pela exigência do programa, mas porque defendem ser

⁶⁷ Trabalhadores em grandes construtoras.

⁶⁸ No decorrer dos anos, novas regulamentações possibilitaram a antecipação do pagamento do trabalho social para etapa pré-obra em projetos de HIS posteriores ao Alexios Jafet.

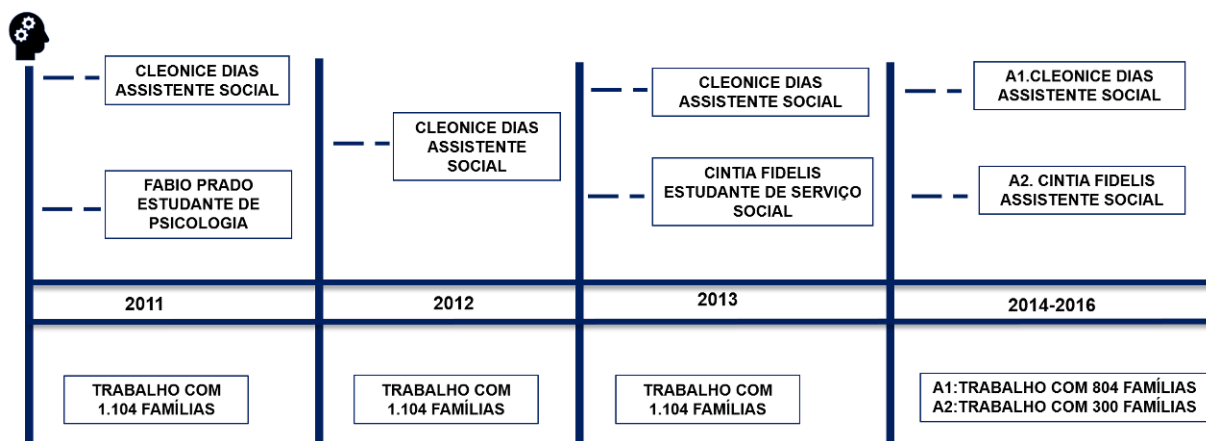
importante o trabalho social com os participantes do movimento, viabilizando as condições necessárias de manutenção e sobrevivência para o trabalhador.

A normatização vigente sobre diretrizes do trabalho social é a Portaria 464, de 25 de julho de 2018, entretanto, as ações do trabalho social do projeto Alexios Jafet, bem como a elaboração dos projetos de trabalho social foram norteados pela Portaria 21, de 24 de janeiro de 2012.

De acordo com o estabelecido na referida Portaria, para o trabalho social, nos “três meses” da etapa pré-obra, deveriam ocorrer ações como: Cadastramento das famílias para levantar as informações do grupo familiar; Processo de seleção das famílias e inclusão de seus dados no Cadastro Único (CadÚnico); Entrega da documentação solicitada pelo agente financeiro; Elaboração de projeto técnico; Apresentação do projeto urbanístico; e Orientações sobre o programa.

Essas e muitas outras ações ocorreram, para além do que está posto; entretanto, durante 7 anos, foram necessários diversas estratégias, lutas, trabalho coletivo, para continuar a organização e formação política das famílias. Ainda que o grupo de famílias participantes fosse bastante grande, a equipe técnica na etapa pré-obra era reduzida. Na linha do tempo, apresentamos as equipes sociais que acompanharam as etapas iniciais (Fig. 4).

Figura 4 – Linha do tempo de composição de equipe social, etapa pré-obra (2011-2016)



Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Os participantes do movimento consideram que o trabalho realizado por eles é o “pré-pré”, pois, muito antes da obra e mesmo da previsão expressa nas regulamentações, já há organização com as famílias participantes.

Outro ponto que os participantes defendem é que, o trabalho social pós-obra, no processo de construção de moradias por autogestão, tem início desde que as pessoas chegam ao movimento. A autogestão na área habitacional envolve o trabalho coletivo que democratiza as relações entre os trabalhadores, o sentido para essa forma de trabalho.

Um dos trâmites burocráticos e necessários ao projeto Alexios Jafet foi o desmembramento da área que, como já destacado no presente estudo, eram três lotes em um mesmo terreno, um para cada movimento. Já era proposta inicial esse processo, pois o projeto arquitetônico precisaria seguir as normas técnicas e legislações. No desmembramento, a divisão definiu cinco lotes e uma área verde, distribuídos para os três movimentos como apresentado no Quadro 5 e Figura 5.

Quadro 5 – Divisão de lotes do projeto Alexios Jafet (2016 - atual - 2019)

LOTEAMENTO	QTD. DE FAMÍLIA	MOVIMENTO
Lote A	202 famílias	Anjos da Paz da Vila Santista
Lote B	202 famílias	Anjos da Paz da Vila Santista
Lote C	200 famílias	ATSTZN
Lote D	200 famílias	ATSTZN
Lote E	300 famílias	A.H.D

Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Figura 5 – Mapa da disposição dos lotes (2019)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Com essa proposta de divisão dos lotes, os planejamentos do Projeto Técnico do Trabalho Social (PTTS) foram elaborados um para cada lote. Ao todo, os cinco projetos foram distribuídos da forma apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Disposição de PTTS (2015-2016)

MOVIMENTO	QTD. DE PTTS	QTD. DE PARTICIPANTES
A.H.D	1	300 famílias
Movimento Noroeste	2	400 famílias
Anjos da Paz	2	402 famílias

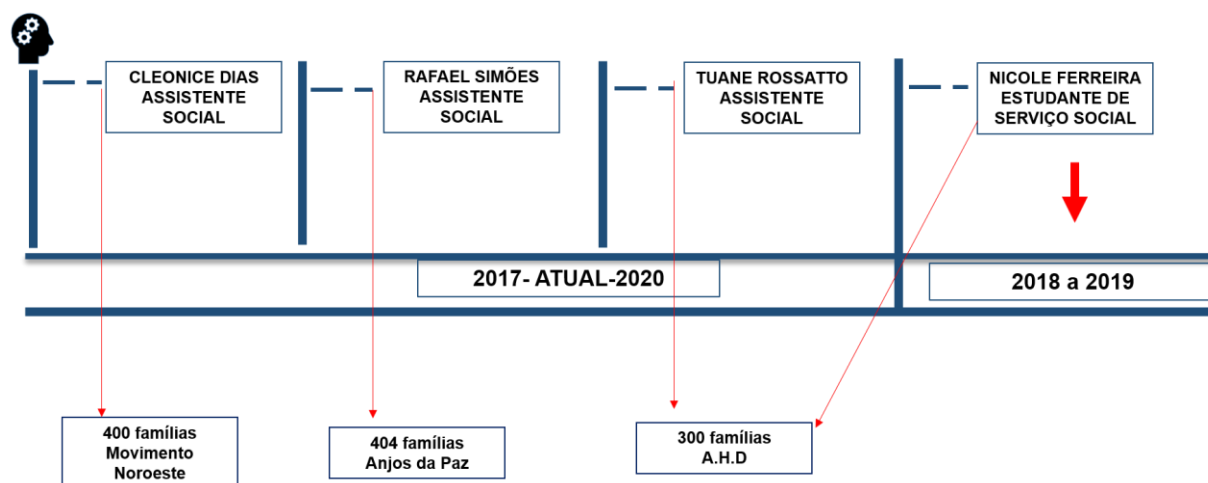
Fonte: Elaboração HEIN. C.D.S. (2019).

Os projetos sociais foram sendo elaborado desde 2011 até 2016, e a metodologia de construção envolveu a participação das famílias. Eram organizados pequenos grupos de debates para planejar as ações do trabalho social, como, por exemplo, levantamentos coletivos de serviços públicos e privados na região e atividades com temas que contribuíssem para a formação política do grupo, além das ações previstas nas regulamentações vigentes no período.

O levantamento do histórico de luta de cada movimento que compõe a elaboração dos projetos sociais ocorreu em 2011, feito pela assistente social que atua desde 2010 nos projetos. Ela entrevistou as lideranças para que essa história fosse contada por quem a vivenciava. Os projetos sociais foram entregues ao agente financeiro, em 2016, período definido pelos responsáveis, na CEF, por acompanhar o trabalho social.

A obra teve início em fevereiro de 2017. Entretanto, com este início e a liberação de recursos, foi possível contratar mais profissionais para compor a equipe social. Na Figura 6, observa-se na composição de equipe, a prevalência de profissionais de Serviço Social na atuação com o projeto Alexios Jafet.

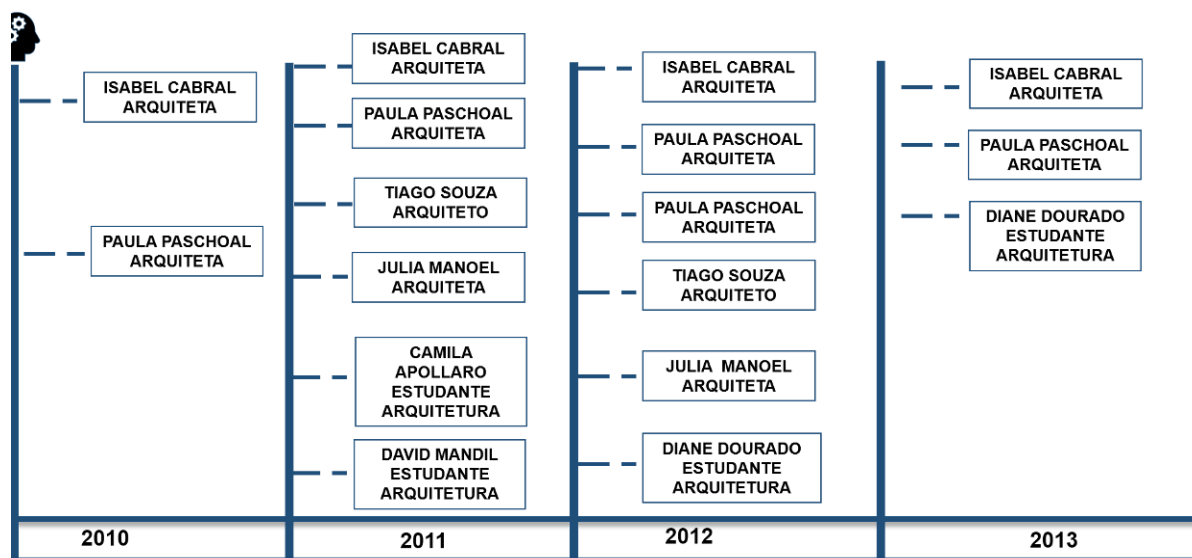
Figura 6 – Linha do tempo de composição de equipe social, etapa obra (2019)



Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

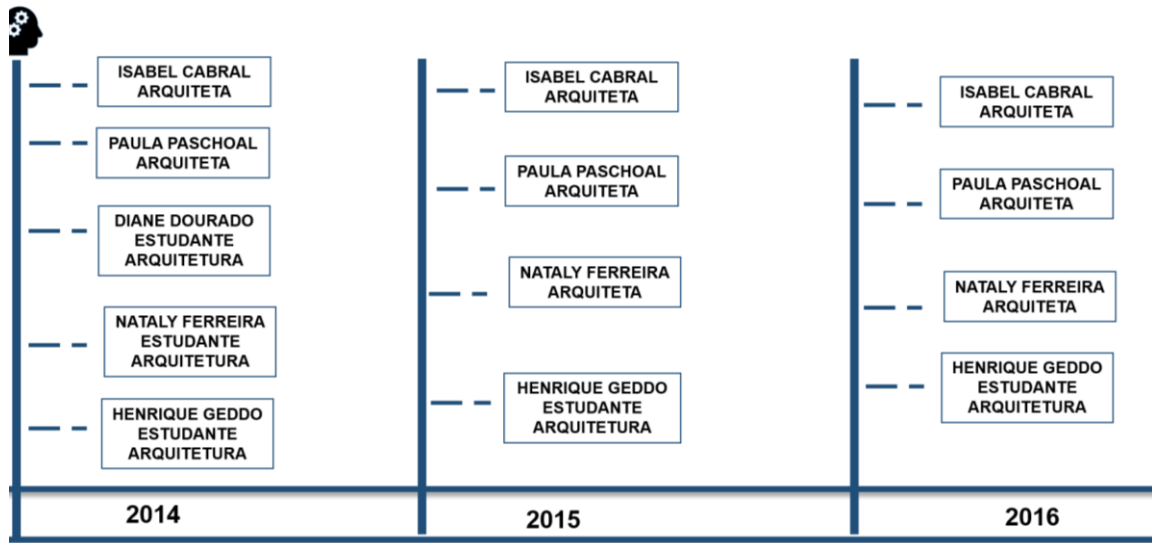
Ainda que o número de assistente sociais tenha aumentado na etapa obra, não foi suficiente para a quantidade de trabalho e de famílias participantes no projeto (Figs. 7 a 10).

Figura 7 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa pré-obra (2010-2013)



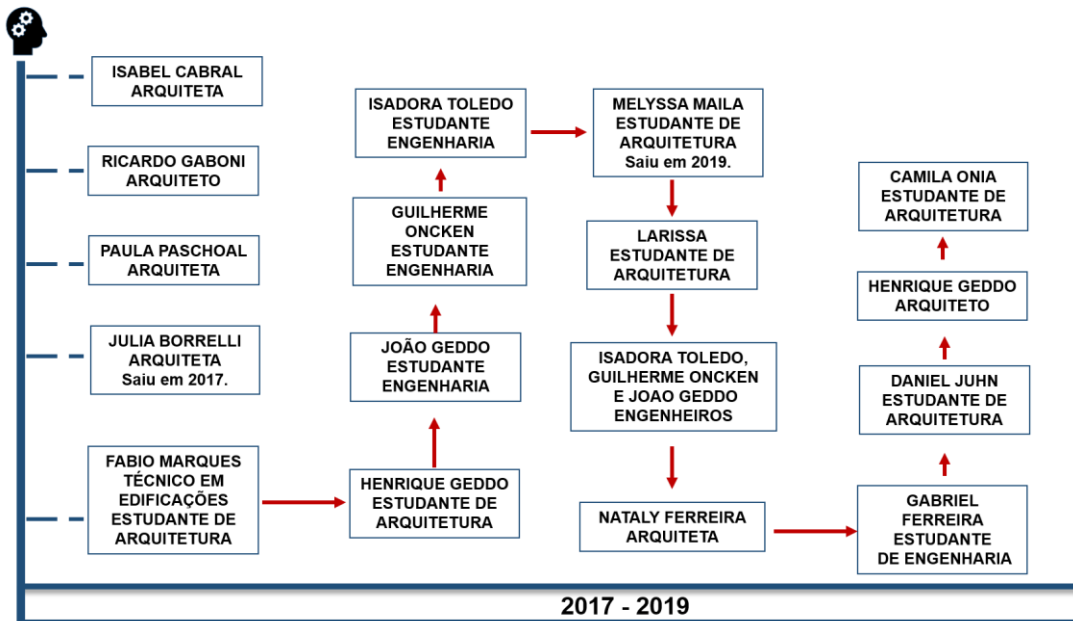
Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Figura 8 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa pré-obra (2014-2016)



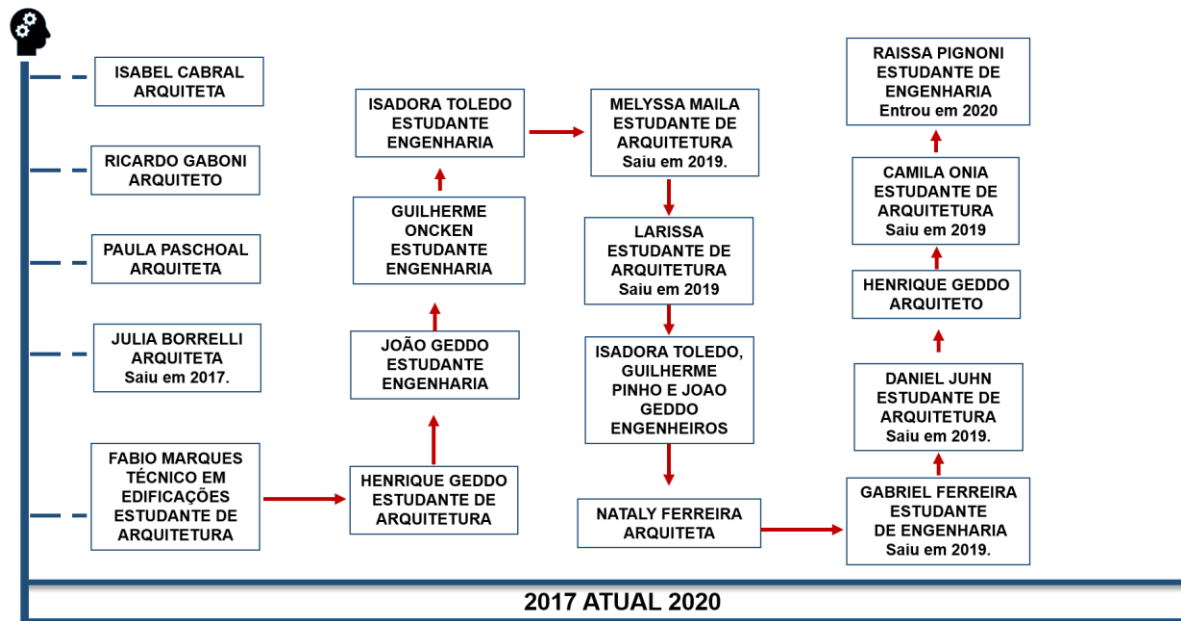
Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Figura 9 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa obra (2017-2019)



Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Figura 10 – Linha do tempo de composição de equipe urbanística, etapa obra (2017-2020)



Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Ao observarmos a linha do tempo de composição da equipe que acompanha o projeto Alexios Jafet é notável a discrepância entre o número de profissionais ligados à área urbanística (arquitetos e engenheiros) e dos profissionais vinculados ao trabalho social.

O PMCMV-E, ainda que tenha possibilitado maior recurso destinado ao trabalho social, não foi suficiente para atender à realidade do processo, observa-se que os tempos previstos não condizem com a realidade. Além disso, para o PMCMV-E era necessário aferir o trabalho social proporcionalmente para cada uma dessas áreas, reproduzindo a lógica do mercado da construção civil e de caráter produtivista que caracteriza a sociedade capitalista, em que a valorização dos profissionais se vincula não só, mas também, à sua capacidade de apresentar produtos como resultado de seu trabalho.

Há produtos do trabalho social estabelecidos nos programas e financiamentos públicos, mas defende-se o trabalho social não é um produto. Ele é composto de processos, que não são visíveis e palpáveis, como o avanço de uma obra. Como bem define Paz (2019, p.46),

O trabalho social é essencialmente um processo de trabalho em territórios, centrado na participação e organização coletiva, cujo horizonte é a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento do direito à cidade, que se materializa através de um amplo leque de estratégias e ações. Implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir junto a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, respeitando as características socioculturais.

Nessa perspectiva a “medição” do trabalho social não pode ficar restrita a lógica financeira que pré-estabelece produtos, em que muitas vezes o investimento para o trabalho social fica relegado ao “possível” e não ao “necessário. Mas sabe-se que

Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem em coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços. (IAMAMOTO, 2007, p. 68).

Para os trâmites burocráticos do agente financeiro, o relatório de acompanhamento do trabalho social, por exemplo, é um produto, em que são registradas as ações do trabalho, e uma forma de prestação de contas. Defende-se, aqui, que o trabalho social é qualitativo e os relatórios do trabalho social são parte do processo que registra memórias e reflete as ações realizadas com e para as famílias participantes.

Quando documentamos estamos ilustrando e também deixando as marcas de nossas ações, contribuindo com a construção de um legado, de uma memória para nós mesmos e para os outros que nos sucederão. O ato de documentar não é, portanto, ato neutro, insípido e sem cor. Ele é, pelo contrário, ato carregado de valores, emoções e significados. Mesmo quando pareça ser ato cinzento, burocrático, ele se torna expressão do significado que o sujeito lhe dá. (PITARELLO, 2000, p. 5).

O trabalho social tem direção política, que busca a formação de sujeitos autônomos, críticos, que lutam por direitos sociais e qualidade de vida para todos. Entretanto a formação de valores coletivos está na contramão dos valores neoliberais que perpassam toda a vida em nossa sociedade capitalista e são veiculados cotidianamente por meio dos meios de comunicação de massa: a submissão às ordens, obediência às hierarquias do sistema, o individualismo e a

competição. Reforçam a perpetuação das desigualdades sociais e mascaram seus verdadeiros interesses para a classe trabalhadora, em benefício dos privilégios de uma minoria dominante. Nesse sentido, a presença de técnicos com formação em Serviço Social agrega questões importantes ao processo, visto que essa profissão possibilita intervir na realidade a partir da perspectiva crítica.

Então, nesses primeiros momentos de organização do trabalho no projeto Alexios Jafet, os principais desafios relacionam-se à insegurança da viabilidade do trabalho, causada pela instabilidade da conjuntura política no país; o tempo de espera para início da obra; falta de recursos para pagamento de equipe e do trabalho como um todo; e mesmo de marcar, enquanto trabalhador social, a importância do trabalho desenvolvido. Ao mesmo tempo, cria-se a possibilidade de os profissionais elaborarem estratégias de organização e enfrentamento com as famílias dos movimentos.

3.3 O trabalho social com os participantes dos três movimentos: Discutindo relações.

O trabalho de organização com os participantes dos três movimentos, bem como com as principais lideranças, impõe o desafio do diálogo. Assim, “discutindo relações” (as chamadas, popularmente, DRs) é aqui colocado como um espaço que garante a construção do comum, com enfrentamento de contradições que se expressam entre a constituição do modo de fazer coletivo e a sua negação. É colocado como espaço de debates sobre as relações de trabalho; os planejamentos coletivos; as disputas de poder e ego e, ao mesmo tempo, para o trabalho social, é um dos principais espaços para criar, com os grupos maiores de participantes, as possibilidades de contribuir para a emancipação humana e as articulações de processos políticos. Em suma, não é um espaço dado, mas construído política e tecnicamente; não é linear, pois há perdas e ganhos, avanços e retrocessos.

As disputas não estão presentes apenas entre coordenadores dos movimentos, mas também na relação entre os trabalhadores em processo de mutirão, nas assembleias, na relação dos profissionais entre si e com as lideranças, enfim, todos os que participam do processo e vivem na sociedade capitalista estão sujeitos à reprodução de valores burgueses.

A disputa de poder compõe as relações sociais, no contexto do capital, e, está impregnada nas relações de trabalho, em todos os espaços, e, neste sentido, é um ponto que o profissional que atua com o movimento deve estar atento, para fazer as mediações necessárias, criar atividades de formação que possibilite o resgate dos objetivos do movimento, pois muitas vezes se perde pelas questões objetivas do cotidiano. A ideologia neoliberal valoriza a “instabilidade e a dispersão”, além disso,

a ideologia neoliberal pós-moderna declara o “fracasso”: dos projetos emancipatórios, das orientações éticas pautadas em valores universais, da razão moderna, da ideia de progresso histórico e de totalidade. O estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento. (BARROCO, 2011, p. 207, grifos do original).

Desse modo, é uma possibilidade de trabalhar com os grupos em relações diferentes da sociabilidade burguesa, que retira a humanidade do homem, e estimula o individualismo e a violência. É uma possibilidade de tentar atuar rumo a uma cultura que favoreça o trabalhador e um outro projeto societário.

3.2.1 Organização dos registros e arquivos do trabalho social

Desde 2010, a assistente social contribuiu para a criação de metodologias de registros coletivos acerca do projeto Alexios Jafet, bem como dos demais projetos que a equipe acompanha.

Há diversas formas de registros das ações, dentre os quais destacam-se: Elaboração de materiais e arquivos que contêm todo o histórico do projeto; Elaboração de relatórios; Registros fotográficos; Mídias visuais; Registro em vídeos e arquivos que compõe todo o conteúdo planejado e utilizado nas ações do trabalho social organizadas por ano e atividade. Há, ainda, atas de reuniões organizadas em um único arquivo no qual é possível acompanhar, por ordem de data, em linha do tempo, os debates e as atividades dos quais as equipes participam.

Todos os passos do trabalho são registrados, e a metodologia de registro é utilizada com os três Movimentos, respeitando os elementos subjetivos de cada um e conforme a dinâmica da vida real das ações do trabalho social.

Os materiais de pesquisa com as famílias são tabulados e mantidos em arquivos físicos organizados, bem como os materiais que as famílias preparam para a equipe social. São registradas, ainda, as narrativas e avaliações das famílias sobre o trabalho realizado pelas equipes. Tal processo ocorre desde 2010, portanto, é possível acompanhar os resultados do trabalho social, seus desafios e avanços.

O registro compõe o arsenal técnico operativo do Serviço Social. A sistematização do trabalho possibilita a identificação de elementos para as análises e, a partir disso, as intervenções. Por meio da documentação, a sistematização possibilita reflexões sobre o exercício profissional, de forma organizada e crítica, identificando e problematizando as contradições, as relações vivenciadas e experiências.

3.1.3 Organização e relação entre equipes: Quais os desafios e as possibilidades?

Do período de 2010 até meados de 2016, não ocorriam processos de obra e, por esse motivo, a equipe para realizar o trabalho com os grupos era reduzida. Ainda assim buscava planejar ações e conteúdos tanto do trabalho social, como de ações de formação dos grupos com a equipe urbanística.

Havia divergência sobre a atuação e o papel do profissional na realização do trabalho social, pois era uma das primeiras vezes que a assessoria contava com assistentes sociais e vinculava as ações das profissionais, com a experiência de outros trabalhos. Com isso, foram necessários enfrentamentos para fortalecer a forma e a defesa de trabalhos realizados por assistentes sociais que, com o tempo, conseguiram ganhar espaço e respeito às ações e o reconhecimento das particularidades da profissão. Por outro lado, as profissionais de Serviço Social também apreenderam as formas de relações com as lideranças proporcionadas pela convivência com a equipe urbanística, assim como outros ricos elementos de troca.

O profissional de Serviço Social está inserido no contexto histórico da sociedade, nas relações sociais e das identidades construídas e atribuídas da profissão, sendo

as primeiras, compreendidas como sínteses dialéticas entre modos de ser e de aparecer socialmente das profissões, as segundas como identidades que decorrem de circuitos externos às próprias profissões. (MARTINELLI, 2013, p.152).

Assim, os profissionais da equipe urbanística indicavam suas percepções sobre as identidades atribuídas aos profissionais de Serviço Social.

Do final de 2016 até 2020, as equipes aumentaram, bem como o alinhamento de ideias e defesas políticas. Muitas ações dos trabalhos e dos conteúdos são debatidas pela equipe e apresentadas aos grupos de famílias. No contexto de equipes, não há cerceamento ideológico ou sobre do papel do trabalho social nas ações, pois a equipe urbanística respeita a autonomia dos profissionais que realizam o trabalho social, bem como partilha da defesa dos conceitos apresentados e ainda contribui.

Os momentos de debates sobre o trabalho social são entendidos como possibilidades para que os assistentes sociais contribuam com a equipe urbanística acerca dos elementos da dimensão política do trabalho. Em diálogos⁶⁹ com a arquiteta Renata Miron⁷⁰, que compõe a equipe da assessoria, foi possível observar que as particularidades da profissão de Serviço Social são perceptíveis e transformadoras:

Eu trabalho há dez anos com a assessoria técnica [...] e eu acredito que o assistente social se diferencia dos outros técnicos sociais, porque ele vai trabalhar com as famílias, antes de tudo, a consciência crítica, buscando politizar os problemas cotidianos, no movimento de tentar emancipar pensamentos sem criar vínculos de dependências e não se limitando a fazer com que aquelas pessoas convivam bem no coletivo, o que já é um ganho muito grande, mas que elas consigam levar essas reflexões para a vida e que não fique só na questão da moradia. Eu acho que ele tem um papel importante também, dentro da equipe [...] alinhando projetos políticos e reafirmando as nossas ideologias, estimulando que a gente não se distancie muito e não deixe de criticar o que a gente vive, não deixe de criticar o que a gente reproduz [...] mediante as urgências dos próprios canteiros, que tudo é pra ontem, o assistente social nos ajuda [...] a não cair na alienação da reprodução do trabalho [...] não

⁶⁹ Trata-se de um áudio gravado via WhatsApp e enviado à pesquisadora, com diálogos trocados entre equipes. Foi autorizada a transcrição e utilização das informações, bem como a indicação do nome da arquiteta. Diário de campo virtual de 26 de junho de 2020.

⁷⁰ Arquiteta e urbanista que compõe a equipe de arquitetas da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura. Graduiu-se na Universidade Mackenzie e é estudante de Mestrado em Serviço Social pela PUC/SP.

é uma ajuda, no sentido de conselho [...] quando a gente participa do trabalho com as famílias, enquanto ouvintes, inclusive, a gente também aprende [...] aí é impossível não refletir as questões [...] no nosso cotidiano profissional. (Diálogos de Renata Miron com a pesquisadora, 2020).

Nesse sentido, é relevante reconhecer a potencialidade da dimensão política da categoria profissional e de seu lugar socialmente ocupado,

no conjunto das profissões e no contexto societário mais amplo, no sentido de lutar coletivamente pela construção de identidades sintonizadas com o momento histórico, que apareçam socialmente pela mediação de práticas consistentes, rigorosas, politicamente valiosas e como tais reconhecidas socialmente. (MARTINELLI, 2013, p.153).

Portanto, nessa via de mão dupla, o assistente social pode subsidiar e oferecer respostas qualificadas às manifestações de comportamentos embasados nas ideias da classe dominante, bem como das desigualdades sociais. Por outro lado, deve-se repensar, modificar e receber as contribuições dos profissionais da equipe (arquitetos, engenheiros e outros mais), assim como dos participantes nos movimentos, pois o alinhamento do projeto político é necessário ao enfrentamento das amarras do capital.

E uma coisa que eu já te falei algumas vezes e de fato me faz repensar muita coisa, é esse cuidado do assistente social com as palavras, né? [...] para que a gente pare de ficar replicando, falas, não só ações, mas falas, sem compreender de fato os sentidos delas né? Sem esvaziar o sentido delas. É a importância e o poder das palavras [...] de como reproduzir algumas palavras, de fato elas vão colaborar para que aqueles pensamentos continuem sendo fortalecidos e de repente isso não é aquilo que a gente gostaria, não é aquilo que a gente quer. Então, eu passei a me preocupar mais com as palavras que eu utilizo, não só com as famílias, mas na minha vida, porque eu entendo [...] que dentro de uma palavra se reproduz um pensamento, reproduz uma ideologia, se reproduz racismo, se reproduz machismo. Então, eu acho que isso é uma contribuição, assim imensurável, Florzoca, (Diálogos de Renata Miron com a pesquisadora, 2020).

O assistente social, devido à sua formação profissional, tem o cuidado com as palavras, pois, para além do que foi narrado por Renata, ou seja, a consciência da não reprodução de palavras que reforcem as ideologias burguesas, ou mesmo

cause constrangimento aos trabalhadores, o profissional, assim como o pesquisador, deve ter a consciência de que as palavras que usa, o revelam (MARTINELLI, 2018)⁷¹.

No contexto em que os trabalhadores são convidados, pela lógica de mercado, a esvaziar os sentidos das palavras, o assistente social é reconhecido como capaz de revelar que as palavras estão repletas de sentidos. Há o reconhecimento de que o profissional de Serviço Social, por meio de suas particularidades vinculadas à dimensão política da profissão, pode contribuir ao despertar para as reproduções de ideias que retiram os sentidos das relações sociais.

Entre os assistentes sociais que atuam juntos desde o início da etapa obra, há alinhamento de ideias e defesas políticas embasado nas diretrizes e na dimensão política da profissão, de forma que todos os conteúdos que serão trabalhados com os movimentos são debatidos pela equipe que realiza reflexões acerca dos possíveis resultados e avanços. Ainda que a metodologia possa ocorrer de forma diferente nos espaços de cada movimento que compõe o projeto Alexios Jafet, respeitando as características de cada um, os conteúdos são os mesmos.

3.1.4 A relação do trabalho social com o agente financeiro⁷²

De 2014 a 2016, o contato da equipe com o agente financeiro relacionava-se ao administrativo, departamento responsável pelo recebimento de documentação e assinatura de contrato para o processo de seleção das famílias. Foi um período bastante difícil, considerando que os funcionários da CEF não tinham conhecimento do processo e indicavam impeditivos que não constam nas regulamentações do PMCMV-E.

Nesse sentido, os profissionais, com as coordenações dos movimentos, reuniam-se com o agente financeiro solicitando esclarecimentos. Houve, inclusive, perda de documentação das famílias por parte da CEF, estendendo, assim, o processo, por longos prazos e fazendo com que os participantes no Movimento

⁷¹ Compõe anotações de aula do Nepi de 21 de fevereiro de 2018.

⁷² Para reflexões mais aprofundadas acerca dessa temática, sugerimos a leitura da dissertação de mestrado da pesquisadora, que compõe as referências bibliográficas do presente estudo. O título da dissertação é Trabalho Social e Movimentos de Moradia: Um estudo da Trajetória da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

realizassem novos processos de entrega de documentos. Portanto, a seleção das famílias causou desgastes aos participantes e isso repercutiu nas ações do trabalho social.

Foi necessário o enfrentamento da lógica vinculada à cultura da valorização de setores que favorecem a classe dominante (oficinas, debates, resgate de temas sobre o papel do Estado e burocracias), antes de retomar o processo de seleção. Tais ações contribuíram para a construção de vínculos com o processo, uma vez que a confiança não é algo que está dado.

As coordenações dos três movimentos, por acompanharem de perto a organização do processo de seleção das famílias; por terem debatido as regras do programa com os profissionais; e mesmo pela defesa do trabalho, foram protagonistas fundamentais na pressão pela força política, ao agente financeiro, para encaminhar o processo de seleção.

Já em relação aos profissionais, vinculados ao agente financeiro, que acompanham as ações do trabalho social, de forma geral, as relações são de entrega de relatório. O profissional que não conhece os movimentos, que não vai até o espaço onde o trabalho acontece, acaba acompanhando o trabalho por meio de interpretações dos relatórios e, sem compreender a dinâmica, realiza solicitações irreais aos profissionais envolvidos, muitas vezes, tentando encaixar na ideia de “sustentabilidade da obra”, que é a forma de mercado de compreender o papel do trabalho social.

Os relatórios não deveriam apresentar as dinâmicas do que é realizado? Sim, e apresentam, mas podem ter diferentes interpretações dos profissionais responsáveis pela aprovação na CEF.

No caso específico do projeto Alexios Jafet, ainda que a relação se limite à entrega de relatórios⁷³ de acompanhamento de trabalho social e liberação de recursos, os profissionais da CEF demonstram estar alinhados com a proposta dos movimentos. Defendem o trabalho social realizado pela equipe da assessoria e participam dos mesmos espaços de organização político-profissional, como, por

⁷³ É a memória de atividade do trabalho social que deve ser entregue para avaliação do agente financeiro que libera recursos, caso o material entregue esteja de acordo com o previsto no projeto técnico social. No caso do projeto Alexios Jafet, por realizar mais ações do que o previsto, não há impasses na transferência de recursos, exceto quando há processos políticos de desmonte de políticas públicas que atrasam não apenas a obra e o trabalho social, mas a vida dos trabalhadores do País.

exemplo, o Fórum do Trabalho Social em Habitação de Interesse Social da cidade de São Paulo ⁷⁴, mas têm dificuldades de participar das ações do trabalho social no projeto Alexios Jafet, pelos limites institucionais da CEF. Há normativos internos que desautorizam esses profissionais a saírem para acompanhar atividades durante a noite, ou em finais de semana, quando elas realmente ocorrem no projeto.

Os diálogos ocorrem em reuniões na sede do agente financeiro, por contato telefônico e nas visitas desses profissionais, em específico, na obra. Santos (2016) indica que nunca os profissionais do departamento de trabalho social do agente financeiro haviam sequer ido à obra dos projetos de HIS com os movimentos de moradia que acompanham. Nesse sentido, os profissionais são colocados no papel de cumprir metas e fiscalizar trabalhos.

3.1.5 Organização de recursos financeiros para o trabalho social com os três movimentos

Ainda que existam previsões de prazos nos cronogramas de atividades de obra e trabalho social, na prática, não se concretizam. Destaca-se que, na etapa de obra, o término estava previsto para o ano de 2018, mas, devido à conjuntura política e mudanças de governo, a liberação de recursos não ocorreu e a obra ficou parada por quatro ou cinco meses. Assim como na etapa pré-obra, o trabalho social teve continuidade.

Portanto, não há como prever quando realmente a obra será finalizada; entendendo que depende da conjuntura política; da liberação de recursos; da gestão do empreendimento; e até mesmo da previsão climática.

Quem sofre é o trabalhador, afinal, a moradia é uma das necessidades básicas para a reprodução social dos indivíduos, desse modo, é fundamental a possibilidade de acesso.

As coordenações dos movimentos organizam com as famílias participantes um fundo financeiro. O objetivo é utilizar esse fundo para suprir necessidades e interesses coletivos dos participantes. Os participantes nos movimentos ainda organizam festas e outros eventos para arrecadar recursos destinados a esses

⁷⁴ O Fórum é um espaço de articulação política que partilha, em especial, dos princípios de lutas sociais de direito à cidade e reforma urbana.

fundos. Há casos em que esses fundos são denominados de Fundos de Obra, como ocorre com o projeto Alexios Jafet. A utilização desses recursos deve ser debatida em assembleia específica, ou, no caso do Movimento Noroeste, quando se refere ao fundo geral, deve ser debatido com todos os coordenadores do Movimento, que levam a pauta aos demais projetos em assembleias.

Tal esclarecimento indica que, muitas vezes, são esses recursos que dão conta de manter os profissionais atuando, enquanto ocorrem pressões populares por meio de manifestações nas ruas ou articulações políticas nas instituições governamentais e no agente financeiro para a continuidade das ações e liberações de recursos.

Com vistas a contribuir para a melhor compreensão dos processos de organização para o trabalho com as famílias do projeto Alexios Jafet, apresentamos, ainda que brevemente, a forma de organização com as famílias dos três movimentos de forma coletiva. Ocorre que a equipe profissional, na etapa pré-obra, teve que organizar formas de trabalho, tanto com as famílias dos três movimentos coletiva e individualmente, como com cada movimento, com ações que consideram a característica de cada um.

Um dos primeiros processos de organização que se aplica aos movimentos participantes é a eleição da Comissão dos Representantes do Empreendimento (CRE) e Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO). A composição dessas comissões, de acordo com as legislações do PMCMV-E deve ser de, no mínimo, duas pessoas que vão morar no empreendimento e um coordenador do movimento, que não vai morar.

Os representantes da CAO e CRE têm a função de acompanhar bem mais de perto as reuniões com o agente financeiro, poder público; os custos; as liberações de recursos e prestação de contas às demais famílias. Quem elege os representantes, são as famílias participantes, no espaço da assembleia geral, principal órgão de decisão. Cada movimento que compõe o projeto tem suas próprias CAO e CRE.

A existência de comissões como forma de organização de atividades compõe as raízes de organização política dos Movimentos vinculados à UMM-SP desde os anos 80. Vão mudando as formas de propor e organizá-las, bem como as nomenclaturas, que são criadas de acordo com a forma de trabalho dos profissionais

e movimentos. Ocorre que as ações dos movimentos, nesse caso, foram incorporadas aos programas habitacionais Crédito Solidário e PMCMV-E.

Para o projeto Alexios Jafet, a partir do Regulamento Interno que fornece diretrizes, competências e responsabilidades para as atividades conjuntas (famílias dos três movimentos) e a criação de comissões para a gestão das atividades, foi possível iniciar a organização da primeira etapa. Desse modo, além da CAO e CRE, foram criadas comissões, como por exemplo:

✓ **Comissão executiva:** Os coordenadores-gerais⁷⁵ dos movimentos compõem a Comissão Executiva e são os principais responsáveis pela articulação política dos movimentos. Ainda organizam e participam das reuniões com o agente financeiro e poder público.

O espaço de reunião executiva é onde ocorrem as propostas, decisões e articulações que envolvem as áreas em comum no terreno. Muitas vezes, são as decisões mais imediatas necessárias ao processo de trabalho. Há também atividades voltadas à organização de atos políticos em órgãos públicos visando à agilizar as aprovações de projeto arquitetônico; liberação de recursos; repúdio às ações dos governantes relacionada à conjuntura política; dentre outras reivindicações

No que tange ao trabalho social, durante todos esses anos, as equipes da Assessoria Técnica e Comissão Executiva elaboram planejamentos de reuniões e seminários com as demais famílias.

Nesse espaço, os profissionais, de forma geral, indicam os problemas, avanços e trabalhos que precisam ser encaminhados. Os representantes debatem o que pode ser melhor para os três movimentos e cada um leva os encaminhamentos para seu espaço, para dialogar com as demais famílias do projeto.

Na etapa pré-obra (2011-2016), a Comissão Executiva se reunia toda semana, às sextas-feiras pela manhã. Na etapa obra, o grupo continuou na mesma dinâmica de reunião um dia por semana, mas o dia exato depende do que está acontecendo na obra e na política do país.

⁷⁵ No período inicial: Aparecido Monteiro (A.H.D) e Lucia Merlin, Edson Morais e José de Jesus-Zequinha (Noroeste) e Terezinha Gramacho e Kelly Gramacho (Anjos da Paz). Em 2020: Erika (A.H.D.), Vera Eunice da Silva (Movimento Noroeste) e Terezinha Gramacho e Kelly Gramacho (Anjos da Paz).

3.1.6 Principais “D.Rs”⁷⁶ e estratégias da equipe na relação com as lideranças da Comissão Executiva

Na relação com as lideranças, tanto de forma individual como coletiva, os profissionais encontram impasses para a realização do trabalho e, portanto, necessitam vivenciar os enfrentamentos da reprodução de ideias burguesas. Todas as ações coletivas (que envolve os três movimentos) do trabalho social devem passar primeiro pela coordenação/ Comissão Executiva.

Os participantes da Comissão Executiva são as principais lideranças de cada movimento; parte com trajetória política desde os anos 1980, outros, mais recentes (Fotos 30 e 31). São pessoas que não vão morar no empreendimento, mas viabilizaram a luta e a possibilidade da realização de todo o trabalho. Como costumam dizer, são “a linha de frente” dos movimentos. Com exceção da representante do movimento Anjos da Paz, as demais lideranças construíram a moradia por meio de mutirão e autogestão; passaram por processo semelhante ao das famílias que hoje estimulam para a luta.

Fotos 30 e 31 – Reunião executiva (2011)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.⁷⁷

⁷⁶ Discussão de relações.

⁷⁷ As imagens apresentadas (2011 e 2012) foram capturadas pela pesquisadora que, durante o acompanhamento do trabalho, contribuiu com o registro fotográfico e a organização das famílias, quando essas solicitavam registros coletivos. Não cabe dizer que as imagens são de acervo próprio, pois são do coletivo. Pertence a cada participante no processo.

Talvez por ser um grupo com menor número de participantes, tem ampliada a possibilidade de debates, intervenções, defesa dos interesses, que favoreçam seus grupos e mesmo os interesses individuais. Nesse espaço de trabalho, é possível observar a contradição de que estar no lugar de “coordenação” contribui para a reprodução da lógica do autoritarismo, da disputa interna e, em especial, da ideia de propriedade privada como inclusão do trabalhador na sociedade. Compõe a sociabilidade burguesa a ideia de hierarquias.

Compreendemos, como parte do processo, que qualquer mudança é difícil e há velada disputa por “quem está na frente” nos processos de trabalho, tal qual nos indica Marx (2013), ao destacar que o simples contato social, com destaque aos trabalhos produtivos, provoca o sentimento de disputa. Para exemplificar, indicamos dois dos principais pontos de conflito:

- ✓ Quando é necessário utilizar recursos financeiros que devem ser planejados e aplicados em ações em comum (pagamentos de documentos relacionados ao projeto; compra de materiais de construção, dentre outros), toda vez que há esse debate, há também tentativas de individualizar os problemas, que são coletivos.

- ✓ Há ainda situações, quando a equipe social indica que é necessário consultar todas as famílias sobre determinados temas, e surgem, durante as reuniões, colocações como: *“Não tem que consultar ninguém, quem tem que decidir somos nós que estamos na linha de frente”*; *“Aqui tem hierarquia”* ou *“Nós é que contribuimos para que as pessoas tenham casa própria”*.

Essas eram frases bastante recorrentes na etapa pré-obra. O discurso de *“Ter uma casa própria”* compõe a cultura burguesa de propriedade privada, que soa como algo isolado, vazio de luta.

Como contribuir na desconstrução dessas ideias, uma vez que todos vivemos no contexto das relações sociais do capital? A equipe, sem ter a pretensão de dar conta de desconstruir, somente com o trabalho social, ideias adquiridas em um longo processo, defende a possibilidade de transformação social e, desse modo, busca criar espaços de diálogos com as lideranças e trazer reflexões e questionamentos, como, por exemplo, *“Qual o significado de fazer parte de um movimento de moradia? Quais as lutas e bandeiras defendidas? Por que a opção de realizar o trabalho pelo processo*

de autogestão na produção habitacional e mutirão?; *“Qual o papel do patrão?”* ou ainda *“Entidades ou movimentos de moradia*⁷⁸?

Quando a assistente social problematiza essas questões com as lideranças, os debates são intensos. São momentos polêmicos, nos quais é necessário demonstrar que o objetivo não é o enfrentamento a eles e sim à ideia que não condiz com o objetivo dos movimentos sociais. Os profissionais observam a reprodução da sociabilidade, de relações de mercadoria, em frases como: *“Nós que pagamos os técnicos então tem que fazer o que a gente manda, pronto e acabou”*.

Quando frases como essas são reproduzidas e há abertura para o diálogo, é estratégico debater o assunto indicando que esses pensamentos e ações embasadas neles, fortalecem a lógica que não compõe a luta dos trabalhadores. Mas também é uma das estratégias utilizada, aguardar os ânimos se acalmarem e, em outro momento, trazer de volta a discussão. Afinal, defende-se, no trabalho social, o enfrentamento político às ideias da classe dominante e não o confronto pessoal com o trabalhador que já tem em suas trajetórias marcas da desigualdade, lutas, perdas e conquistas. Em um contexto em que haverá outros momentos de debates, é importante ter tempo para pensar sobre qual a melhor forma de enfrentar as situações. O confronto com um trabalhador que está sujeito a reproduzir a lógica burguesa, pode contribuir para desentendimentos; ser levado para o âmbito pessoal; e inviabilizar a continuidade de trabalhos importantes, pois as emoções emergem nesses espaços.

O pensamento é reproduzido por outros participantes e compõe a cultura de formação da sociedade brasileira, então, o posicionamento é utilizar situações como essa, que coloca o profissional como alguém que deve obedecer por estar sendo pago, em um espaço de movimentos sociais; é uma boa situação para pensar em estratégias e realizar debates mais amplos sobre os temas. Entende-se que não se pode ignorar, aquilo que foi reproduzido de maneira preconceituosa ou autoritária, deve ser debatido e enfrentado de alguma forma, pois, ao contrário, fortaleceria a sociabilidade burguesa.

⁷⁸ Essa é uma discussão que ocorre também nos espaços da UMM-SP e consta nas apostilas dos cursos de capacitação de lideranças que a UMM-SP realiza; há um texto escrito por Donizete Fernandes, com a pesquisadora, sobre a temática: Participação Popular: Movimento ou Entidades. Assim, esses materiais contribuem para os debates do trabalho social.

Para trazer reflexões sobre posturas autoritárias, não se deve também ter uma. O enfrentamento é mais estratégico e coletivo, pois as ideias apresentadas pelos profissionais não ficam apenas na pessoa que disse algo autoritário e fora do contexto dos movimentos, mas, ao contrário, pode ser absorvida por outros participantes, quando ocorre em uma atividade planejada e com intencionalidade política.

O trabalho social contribui, nesses espaços, para a quebra de regras da cultura dominante, além disso, foram anos de trabalho e, portanto, um longo processo de diálogos e trocas. Percebe-se que no decorrer do processo, a postura das lideranças, em relação aos profissionais de Serviço Social, foi tornando-se de respeito ao conteúdo e aos profissionais, ainda que ocorram novas situações.

Também os profissionais se modificaram nesse processo, sendo desafiados a repensar e criar estratégias de trabalho.

Ocorre ainda, que profissionais vão atuar com os movimentos de moradia, e levam para o espaço experiências de trabalhos com o poder público ou outras instituições que não se enquadram na realidade dos movimentos. Muitas vezes, as lideranças é que indicam as diferenças e a realidade desses espaços, fornecendo elementos aos profissionais para pensar em estratégias e metodologias. Com isso, os participantes no movimento contribuem para a desconstrução de ideias que podem estar fechadas em determinada forma de pensar o trabalho social, ou mesmo de como deve ser a forma de organização dos movimentos.

Os conflitos fazem parte da relação entre movimento e profissionais, mas a pactuação de valores e propostas é fundamental para essa relação.

É obvio que tem um pacto prévio aí entre profissionais e movimento: “Olha, quais são os valores que a gente defende, e que nós, como movimento, queremos que isso se concretize naquele empreendimento”. E claro que os profissionais têm que se colocar: “Eu me alinho ou não me alinho”. Não é que isso não haja conflito: “A gente pensa igualzinho e a gente vai ter que tolerar”. Não, ao contrário, é claro que vai ter conflitos né. E os conflitos de todos os tipos, desde o limite do que esse grupo quer fazer efetivamente a autogestão, se ele defende efetivamente a autonomia das pessoas, o fortalecimento das pessoas, que as pessoas saiam mais fortes e mais capacitadas e mais empoderadas desse processo e que podem inclusive questionar a própria coordenação, a própria associação e o próprio trabalho social. (SANTOS *apud* EVANIZA, 2016, p. 70).

Os profissionais também estão sujeitos a reproduzir a lógica da dominação, no entanto, buscam manter-se atentos aos ardis do capitalismo na alienação dos processos e desmobilização dos grupos. Além disso, defende-se que

As articulações e interações entre lideranças e profissionais potencializam as lutas e conquistas populares. São relações permeadas por tensões, conflitos e diferenças, mas com uma identidade política pautada pela reforma urbana, pelo direito à cidade e as moradias com qualidade e a participação social, que fazem diferença na cena pública. (PAZ; SANTOS, 2017, p.176).

Com os conflitos, a maioria das propostas dos profissionais é aceita e viabilizada. Os profissionais debatem a partir da direção do trabalho coletivo e, por isso, argumentam que as propostas são elaboradas de modo a favorecer o conjunto.

Espaços são abertos ao debate sobre como os participantes podem realizar suas críticas, sem a necessidade de comunicação violenta, além de que o espaço deve conter também propostas e encaminhamentos. Entretanto, é um processo de aprendizado mútuo, ou seja, tanto para a equipe, que necessita estar sempre olhando para a realidade do grupo, elaborando estratégias que às vezes funcionam, e às vezes não, bem como para o próprio grupo se repensar e obter avanços no processo.

3.1.7 Organização e relação com Comissão Compartilhada: Executiva, CAO e CRE

Além da Comissão Executiva, criamos também a:

✓ **Comissão Compartilhada:** funcionou apenas na etapa pré-obra. Com aproximadamente trinta participantes, era composta pelos participantes da Comissão Executiva, somada aos representantes da CAO e CRE dos três movimentos. A ideia era ampliar os espaços de acompanhamento dos processos e de decisão no projeto, com participantes que iam morar no empreendimento. Nesse sentido, foram planejados, para essa comissão, encontros que ocorriam uma vez por mês com representantes da assessoria.

Foi um importante espaço no qual os participantes de um movimento interagiram com os participantes de outro. Conversavam, contavam como funcionava, em seu espaço de participação, e iam levantando informações que poderiam comparar uns com os outros. Além, é claro, das ações interventivas no processo de autogestão.

Já à assessoria, coube contribuir com ações de formação política do grupo; em decisões relacionadas ao projeto; informações acerca do andamento de cada etapa de projeto arquitetônico e social; e ações coletivas no terreno.

3.1.8 As principais “DRs” e estratégias da equipe na relação com as lideranças

No início da etapa pré-obra, os participantes da CAO e CRE não expressavam suas opiniões nesses espaços de reunião compartilhada. O espaço parecia mais outra atividade de reunião da Comissão Executiva, já que apenas os coordenadores conduziam o debate. Muitas vezes, as pessoas não estavam de acordo, mas não diziam nada. Então, a equipe social planejou seminários sequenciais com diferentes temas (trabalho social e movimentos sociais; espaços participativos e a ideia de emancipação; assessoria jurídica; projetos participativos; legislações, orientações dos programas de moradia, dentre outros).

Especificamente no Seminário de Trabalho Social em 2012, o tema foi pensando pela assistente social para os participantes que não compõem a coordenação dos movimentos, de forma a estimular a compreensão, de cada participante, de que eles também são os principais protagonistas nesse processo, bem como devem se posicionar quanto às decisões relacionadas à sua moradia, ao seu bairro, cidade e à sociedade.

Durante as atividades do trabalho social, posteriores ao seminário, uma das participantes, ao propor trabalho com as demais famílias em assembleia, destacou: *“Cleo, por que você não faz com todas as famílias aquele seminário que fez com a gente? Sabe aquele sobre direitos, cidadania e luta? Aquilo lá me despertou e vi as coisas do mundo de outro jeito. Quem sabe funciona com outras pessoas?”*⁷⁹.

Foi possível realizar novas ações a partir das indicações dos participantes. Além disso, a narrativa indica que o trabalho social contribuiu para o “despertar” como se algo estivesse sido escondido da participante por um tempo. O modelo burguês de sociabilidade oculta a realidade do trabalhador que, quando consegue desvendar a realidade, sente-se como se estivesse dormindo, enquanto processos acontecem na sociedade, fora da história (Fotos 32 a 37).

⁷⁹ Participante no movimento A.H.D. Compõe o diário de campo da pesquisadora; São Paulo, 31 de janeiro de 2014.

O despertar para compreender o mundo de forma mais real pode ser uma contribuição do trabalho social para a construção da sociabilidade do trabalhador.

Fotos 32 a 37 –Seminário do trabalho social com Comissão Compartilhada (2012)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Após algumas atividades, tanto no espaço da reunião compartilhada, como nos espaços dos próprios movimentos, de forma individual, os participantes passaram a manifestar compreensão por essa forma de trabalho e o papel dos movimentos sociais. Observaram as contradições nas ações de algumas lideranças e passaram a se posicionar. Foi bastante difícil conseguir manter esse espaço de ações coletivas da reunião compartilhada por três anos⁸⁰. Algumas das principais lideranças sentiam-se desafiadas e insistiam em dizer que o espaço não era válido, pois são elas que já respondem pelo projeto nas reuniões com a Comissão Executiva.

Não era apenas por estarem sendo confrontadas pelos participantes das CAO e CRE, mas também pelo receio de não conseguirem realizar tamanho trabalho com tantas pessoas decidindo juntas. Tem relação com a lógica que somente

⁸⁰ Devido ao longo prazo para aprovação de projeto, a Comissão Executiva decidiu abolir as atividades da Comissão Compartilhada, pois, segundo eles, estava gerando desgastes aos participantes. De fato, o tempo de espera pelo projeto foi desgastante, mas durante o trabalho social, observamos pelas próprias narrativas dos representantes das CAO e CRE, que eles não estavam desgastados com o trabalho nessa comissão.

determinados grupos especializados, como as construtoras, são capazes de realizar algo tão grandioso, em termos de construção civil e administração de recursos.

Há ainda o receio de que suas próprias trajetórias de luta no processo do Alexios Jafet, bem como em outros espaços, sejam apagadas pela chegada do “novo”, mas, como aponta Barbosa (*apud* CARPANELLI, SANTOS; PAZ, 2014, p.10): “a roda da história vai girando e gerando novos fatos. O novo foi gestado no velho”. (Fotos 38 a 43).

Fotos 38 a 43 – Oficinas do trabalho social com a Comissão Compartilhada (2012)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

O trabalho da assistente social foi indicado por diversas vezes como “aquele que fica estimulando as pessoas contra as lideranças”. Mas, os profissionais não são contra as lideranças, ao contrário, foi e é realizado um trabalho de formação baseado nos objetivos dos próprios movimentos de que eles participam. Além disso, no que se refere ao profissional de Serviço Social, é papel do trabalho do assistente social reforçar os interesses da classe trabalhadora.

Sendo a profissão atravessada por relações de poder, dispõe de um caráter essencialmente político, o que não ocorre apenas das intenções pessoais do assistente social, mas dos condicionantes históricos sociais dos contextos em que se insere e atua. (IAMAMOTO, 2007, p. 25).

O trabalho social contribui para as reflexões de que são também as lideranças que fazem história e contribuem para a transformação da sociedade, por

optar por uma forma de organização coletiva, politizada e em prol dos trabalhadores (Fotos 44 a 49).

Fotos 44 a 49 – Oficinas do trabalho social com a Comissão Compartilhada (2013)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

3.1.9 O mutirão de limpeza do terreno: De 2012 a 2016

O processo em que as famílias contribuem para a limpeza do terreno, capinam o local é um dos primeiros contatos do grupo com o espaço. Ocorre, em especial, a etapa pré-obra, enquanto acontecem os trâmites de aprovação de projeto arquitetônico e, enquanto a obra não é iniciada.

No caso do projeto Alexios Jafet, o mutirão de limpeza era planejado para ocorrer em fins de semana com as famílias dos três movimentos divididos em grupos. A ideia era que cada participante fosse ao terreno pelo menos uma vez ao mês.

Para essa organização, a assistente social, articulada com as equipes jurídica e urbanística, contribuiu com o planejamento, as ações e o acompanhamento das atividades. A organização proposta para as atividades de mutirão, e aceita pelos participantes dos três movimentos, foi dividir em grupos, as famílias, com cada grupo composto por cem famílias e a escala de trabalho era comum aos três movimentos (Quadro 7).

Quadro 7 – Escala elaborada para trabalhos no mutirão de limpeza (2012)

ESCALA	GRUPOS	MOVIMENTO	QTD. DE GRUPOS	FAMÍLIAS
1º Sábado	1	A.H.D	1, 2, 3	300
1º Domingo	2	Noroeste	1, 2, 3, 4	400
2º Sábado	3	Anjos da Paz	1, 2, 3, 4	402
2º Domingo	4			

Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

A participação da assistente social, nesses espaços, foi fundamental para definir quais impactos o trabalho em mutirão poderia ter na relação dos trabalhadores com todo o processo e o trabalho social, além de criar vínculos com os grupos (Fotos 50 a 52).

Fotos 50 a 52 – Primeiro mutirão de limpeza do terreno com os três movimentos (2012)

Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Entretanto, em 2012, a primeira entrada dos trabalhadores em sua própria terra, não foi um processo tranquilo. Os vizinhos pensaram tratar-se de uma ocupação e acionaram a polícia, que chegou ao local. No diálogo inicial com os policiais, estava Terezinha Gramacho e a assistente social. Foi necessário apresentar as documentações dos três movimentos, bem como o esclarecimento sobre o projeto. Ao final do processo, um fato inusitado, o policial, na condição de trabalhador que também não tinha moradia, perguntou como funcionava para fazer inscrição.

Nota-se mais uma contradição do sistema capitalista: Os trabalhadores colocados em situação de “uns contra os outros” e do estigma de trabalhadores sem-teto como “invasores”. Os setores da classe dominante sustentam a construção de representações sociais acerca dos movimentos de moradia, suscitando, no imaginário social, a ideia de que nesse espaço estão os criminosos, malandros, a vagabundagem, enfim, um aparente contexto de desordem social. Ainda que com tantas dificuldades, considerando que os primeiros dias de trabalho contaram com a presença da Polícia Militar e Polícia Ambiental, as famílias seguiram com os trabalhos.

3.1.10 O processo de construção da casa do caseiro (2012 a 2013)

O processo compõe a trajetória das ações dos movimentos vinculados à UMM-SP com o objetivo de ter alguém para tomar conta do terreno até o final da obra. A pessoa definida para morar deve fazer parte dos futuros moradores no empreendimento. Além disso, há movimentos que formalizam a contratação do caseiro por meio da carteira de trabalho, como é o caso do projeto Alexios Jafet.

A construção ocorreu por meio de trabalho mutirante. Foram construídas três casas, uma para cada movimento. A escolha de quem iria morar no local ocorreu de formas diferentes, em cada movimento, mas todos consideraram três critérios principais: Ser participante do movimento e compor o grupo que iria morar nos empreendimentos do projeto Alexios Jafet; quem se candidatasse e, dentre os candidatos, a família escolhida deveria atender ao critério de prioridades (renda, composição familiar, etc.). A organização para concretizar essas atividades ocorreu em diversas reuniões com a Comissão Compartilhada e os profissionais da assessoria (Fotos 53 a 58 e 59 a 62).

Fotos 53 a 58 – Mutirão da construção da casa do caseiro do Movimento A.H.D (2012)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Fotos 59 a 62 – Mutirão da construção da casa do caseiro do Movimento Noroeste (2012)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

3.1.11 As narrativas dos participantes na pesquisa: sobre a casa do caseiro e mutirão de limpeza

De 2010 até início de 2013, para realizar o trabalho social, havia uma assistente social para acompanhar as ações que envolviam os três movimentos, assim como as ações que cada um deles demandava em suas sedes. O mesmo ocorreu de 2013 ao início de 2014; entretanto, a equipe era composta por uma assistente social e uma estagiária de Serviço Social.

Por ser praticamente impossível estar em todas as atividades e com pouco recursos para realizar o trabalho, foi criado, em planejamento com a Comissão Executiva, um cronograma com propostas de ações e temas, para acompanhar o trabalho com as famílias de cada um dos movimentos. Nesta etapa pré-obra, a assistente social criou metodologias de trabalho para atender às características de cada um dos movimentos que compõe o projeto Alexios Jafet (Quadro 8).

Quadro 8 – Organização para o trabalho social com cada movimento (2011)

ATIVIDADES	ENCONTROS
Assembleias	Uma vez por mês
Reuniões com CAO e CRE	De 15 em 15 dias
Processos de seleção das famílias	De 2014 - atual
Reuniões com as demais comissões	Uma vez por semana
Seminários, cursos, oficinas	Variava com a necessidade
Elaboração de materiais didáticos	Em todas as atividades
Mutirão	Variava com a necessidade
Organização dos grupos de trabalho	Em todas as atividades

Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Com essa dinâmica, foi possível acompanhar os processos, até que tivessem início as obras e fossem liberados recursos do governo federal, quando houve a contratação de assistentes sociais para compor o trabalho social em obra, com cada movimento. Desse modo, na etapa obra, a assistente social que participou desse trabalho desde 2010, realiza o trabalho social de forma mais específica com o Movimento Noroeste, mas contribui com os demais profissionais em ações que demandam a organização dos três movimentos.

Nas atividades com os movimentos, manifestava-se a ideia de disputa entre os trabalhadores, como representações aprendidas na cultura burguesa. Entretanto, são situações que todos nós estamos sujeitos a reproduzir no contexto das relações

sociais capitalistas. Mas, nem tudo é sociabilidade do capital, é possível realizar mudanças na realidade. Concordamos com Martins (2015, p.52) quando diz que:

Se a vida de todo dia se tornou refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil dos movimentos sociais.

As lideranças que estão mais à frente do processo, bem como as famílias participantes, que também são lideranças, e os profissionais que atuam no movimento, ainda que reproduzam a lógica, contribuem para a transformação da sociedade. Além disso, contribuem com a melhora na qualidade de vida do trabalhador e para o resgate e a construção de valores coletivos. Um exemplo dessa situação ocorreu na própria construção da casa do caseiro nos lotes do Movimento Noroeste, manifestado nas narrativas de Valter, um dos caseiros.

[...] Aí eu casei com a minha esposa tal, morava de aluguel junto com a mãe dela, junto com o pessoal. E vi que aquilo ali não tava dando. Eu trabalhava recebia setecentos reais. Era seiscentos no aluguel, ficava com cem reais para comer. As vezes até faltava as coisas. Aí foi quando teve o convite que [...] a associação comprou o terreno e fez o convite de alguém vir morar. Eu moro aqui desde 2012, para mim, esse terreno é o melhor que tem! (Depoimento de Valter, 2020).

Valter indica, em sua narrativa, mais um elemento da sociabilidade do capital que coloca o trabalhador em condições tão degradantes que o seu salário, além de não suprir sua necessidade básica, destina-se ao pagamento do aluguel.

Eu estava numa situação que eu estava quase atrasando o aluguel, daí eu falei pra minha esposa: “Vamos?” e ela falou que não ia vir morar no meio do mato. Daí eu falei: “Se você não quiser ir, eu estou indo. Porque, em primeiro lugar, a gente tem que ter um canto”. E ela: “É, mas como é que você vai fazer com seu trabalho?”. E eu falei: “Eu saio. Eu vou sair do meu trabalho e você fica no seu, mas, pelo menos, aluguel a gente não paga mais”. Quando cheguei aqui, encontrei bastante dificuldade. Fiz amizade aqui com outro amigo que também mora aqui dentro do terreno, o seu Paulo⁸¹, e a gente resolveu conversar com o pessoal e ver o que a gente podia fazer

⁸¹ Caseiro eleito para morar no lote do Movimento Anjos da Paz.

para melhorar. Então o pessoal da associação cercou o terreno. (Depoimento de Valter, 2020).

Valter expressa o desejo de muitos trabalhadores na sociedade, que é “ter um canto” e sair do aluguel. O pano de fundo da situação de viver de aluguel, é a cultura do lucro no contexto da sociedade onde os trabalhadores têm baixos salários para suprir as necessidades básicas.

Observa-se que Valter, morando de aluguel antes de ser caseiro no terreno do projeto Alexios Jafet, vivia em condições de insalubridade, pois não necessariamente, o fato de pagar aluguel garante moradia digna. Sua filha estava doente devido a essa situação.

Eu morava numa casa que só tinha um corredorzinho e a rua da frente era uma avenida movimentada, atrás, tinha um escadão, que era ponto de venda de droga. Então, minhas crianças ficavam em casa o dia inteiro. Ficava trancada o dia inteiro dentro de casa. Era da escola para casa ou, quando chegava do trabalho, para levar na praça, para dar uma voltinha, eu via muita, que eu queria que eles não vissem, né? (Depoimento de Valter, 2020).

A questão da segurança urbana e do tráfico de drogas estão presentes nas narrativas e também se relaciona com o processo de acumulação do capital.

Existem, é triste dizer, muitas outras formas de acumular o poder social que o dinheiro possibilita: fraude, corrupção, banditismo, roubo e tráfico ilegal. Mas vou considerar aqui em especial as formas legalmente sancionadas, embora possa haver um argumento sério de que as formas extralegais são fundamentais, não apenas periféricas, ao capitalismo (os três maiores setores de comércio externo global são as drogas, as armas ilegais e o tráfico de seres humanos). (HARVEY, 2011, p. 44).

O processo de colocar o trabalhador na condição de vulnerabilidade e insalubridade, prejudicando a vida e a saúde do trabalhador, vem de longa trajetória histórica como já indicava Engels (2010, p. 155), em seus estudos acerca da classe trabalhadora, na Inglaterra do século XIX.

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana [...] Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis.

Nas bases históricas do Brasil, temos o modelo da Casa Grande (com qualidade e digna) para os ricos e a Senzala (precária e insalubre) para os trabalhadores. Portanto, é preciso romper com essa lógica e provocar transformações.

Nos espaços conquistados pelos movimentos de moradia, mais especificamente no projeto Alexios Jafet, há possibilidades de acessar qualidade de vida.

Então, quando a gente veio para cá, meus filhos teve a oportunidade de soltar pipa, andar descalço. A minha filha só vivia doente na outra casa, depois que ela veio pra cá, que ela teve contato com a terra e com a natureza, ela nunca mais ficou doente, o máximo que pega é gripe, que é normal [...] Então, a gente teve um contato muito gostoso porque tipo o quintal era grande, criava cachorro, às vezes a gente dormia de porta aberta, não tinha essa preocupação que tinha lá, não via a molecada usando drogas, nem o cheiro de droga no seu portão [...] A gente começou a plantar bastante coisa, fizemos horta, roça e um monte de coisa. A gente deu uma melhorada no terreno [...] eu tenho minhas galinhas, o pessoal fala assim: Ah, mas no meio dos prédios, onde que você vai criar galinha? Eu ainda tenho minhas galinhas aqui (risos) e isso que é legal. (Depoimento de Valter, 2020).

A possibilidade de sair dessa condição precária já contribui para que trabalhadores, como Valter, tenham condições básicas de viver e pensar em seu próprio processo de participação no movimento.

Então, quando a população é esquecida pelo poder público, busca formas de participar da vida nas cidades, ao mesmo tempo em que cria e recria sua forma de habitar, como destaca Lefebvre (1999, p. 79): “o ser humano só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira”.

Assim, Valter, a partir de sua narrativa, indica que compõe a sociabilidade do trabalhador ter espaços para trabalhar na terra, para plantar uma horta, conviver com aves, animais, e ter espaços para que sejam saudáveis, com as crianças brincando “descalças” na terra. Valter nos apresenta a poesia do habitar fabricada à sua maneira. Apresenta a poesia da sociabilidade do trabalhador. Assim, os movimentos de moradia que compõem o projeto Alexios Jafet com a assessoria dos profissionais que atuam no processo, contribuem para essa história de luta e poesia.

Entretanto, supõe-se que uma liderança de movimento de moradia não pode ser autoritária, mas, às vezes, é, assim como também há as que não são. Há momentos em que as lideranças reproduzem a lógica de mercado, mas não retiram a humanidade do trabalhador, nem o desejo de realizar as coisas mais simples e prazerosas, como a possibilidade de criar galinhas. Ao contrário, possibilitam a criação; abrem espaço para que as pessoas participem do trabalho social, cujos temas, às vezes, criam polêmicas.

Observamos esse fato a partir de reunião com a comissão Executiva, em 2013, quando uma das arquitetas disse que os participantes manifestam mais as próprias opiniões se há a presença da assistente social. Em tom de brincadeira um dos participantes disse: *“É que ela traz assuntos mais polêmicos e a gente fica com vontade de opinar”*⁸².

O trabalho social realizado pela assistente social e os movimentos criou como metodologia, grupos de comissões temáticas (saúde, criança, idosos, formação, juventude, dentre outras). O nome das comissões é sugerido pelas famílias, as lideranças mais antigas e os profissionais. Para o projeto Alexios Jafet foram criadas 22 comissões para cada lote, com o objetivo de atuar nos processos autogestionários. Todos os membros são futuros moradores.

Cabe salientar que até o início da obra, em fevereiro de 2017, não havia certeza de que ela iria ser viabilizada. Havia sempre um entrave que colocava em dúvida o avanço da obra, que em meados de 2016, relacionava-se a questões jurídicas de matrícula da terra. Entretanto, as lideranças, somadas aos profissionais da assessoria técnica, enfrentaram e conquistaram mais esta etapa, considerando o fato de que outros desafios sucedem no processo.

⁸² Participante na reunião executiva. Diário de campo do autor. São Paulo. Sede do movimento Noroeste, 1º de março de 2013.

O trabalho social, nesse processo de sete anos da etapa pré-obra, buscou resgatar e contribuir com a cultura de um pelo outro em contraponto ao individualismo.

É uma disputa com o capital, em que é preciso trazer ao debate a questão do individualismo. Essa necessidade revela que há, sim, ideias da classe dominante e a incorporação de valores de individualismo. Se, nessa disputa, a cultura do capital e o individualismo não estivessem nos espaços do movimento, não seria necessário trabalhar tanto a ideia do coletivo.

Neste capítulo, refletimos, ainda, sobre a sociabilidade capitalista da insegurança, que tem como objetivo principal a desmobilização dos trabalhadores.

Destacamos breve histórico do projeto Alexios Jafet que é marco histórico da luta pela moradia no Brasil e a participação de lideranças e profissionais nesse processo. Assistentes sociais, arquitetos e engenheiros partilham do projeto político dos movimentos.

A contratação de assistentes sociais, pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura, teve intencionalidade, por serem considerados profissionais que atuam com viés politizados. Os profissionais de Serviço Social, no contexto da luta por direitos, ao mesmo tempo em que contribuem para a luta dos trabalhadores, não têm assegurados os próprios direitos trabalhistas. Os recursos direcionados ao pagamento de assessoria técnica no PMCMV-E não atende ao tempo e à realidade dos trabalhos. O recurso do trabalho social é previsto para três meses, mas o tempo real do trabalho foi de cerca de 7 anos.

Com isso, demanda ainda mais custos das famílias participantes. O que é contraditório, uma vez que as famílias procuram atendimento em programas sociais devido à dificuldade de obter acesso financeiro; por morar de aluguel, e atender aos critérios estipulados por programas sociais. No contexto da lógica produtivista, o trabalho social no projeto Alexios Jafet fica relegado ao possível e não ao necessário, pelas propostas das legislações do PMCMV-E, assim como a disposição de recursos. Entretanto, o trabalho social foi planejado, elaborado e executado durante todo o tempo em que não ocorreu a construção do empreendimento, ou seja, por 7 anos.

Outro ponto de reflexão deu-se em relação à organização do trabalho social com os três movimentos, os principais desafios e as estratégias na relação com as

lideranças. Na interação entre assessoria e lideranças, observam-se contradições como: Reprodução da lógica burguesa do autoritarismo; do individualismo; da lógica do patrão; das relações de trabalhador enquanto mercadoria; e da lógica da propriedade privada. Essas compõem a cultura e a sociabilidade burguesa. Além disso, uma das principais características da sociabilidade burguesa da contemporaneidade é “a tendência ao intimismo, o retorno às questões da vida privada” (BARROCO, 2011, p. 207).

Como sociabilidade do trabalhador, identificamos a poesia do morar, que envolve a consciência acerca da luta, da saúde com qualidade do trabalhador e de espaços que tornam possível o trabalho prazeroso que é retirado do trabalhador pelo capital.

Como contribuição do trabalho social, observa-se a possibilidade da desconstrução de ideias burguesas e a construção de uma nova cultura, com comportamentos mais coletivos e humanos. Outra contribuição identificada no capítulo III é a possibilidade do “despertar” dos trabalhadores, ao que é ocultado pelos ardis do capital, por meio de trabalho social realizado com intencionalidades crítica e política.

A história do projeto Alexios Jafet e seus protagonistas é a história de luta dos trabalhadores.

4 TRABALHO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE COLETIVA NO MOVIMENTO NOROESTE.

Tem gente que passa a vida inteira travando a inútil luta com os galhos, sem saber que é lá no tronco que está o coringa do baralho. (SEIXAS, 1993).

Neste capítulo, concentra-se a maior parte das narrativas dos participantes na pesquisa e as reflexões relativas ao trabalho social. Também é apresentada a contribuição do trabalho social para a construção da sociabilidade coletiva.

O foco é o trabalho social realizado especificamente com o Movimento Noroeste, no projeto Alexios Jafet e como contribui para organização das famílias participantes nos processos de autogestão, bem como o processo de construção do espaço profissional junto aos participantes do movimento. O embasamento teórico do curso de graduação em Serviço Social contribui para que os profissionais tenham particularidades no processo de atuação, desse modo, apresentem essas particularidades da prática apoiada nos estudos como os de Yolanda Guerra e Marilda Iamamoto.

No capítulo, ainda são apontadas as estratégias do assistente social e as principais mediações no trabalho com adultos e crianças. Além dos instrumentos e das metodologias do trabalho realizado pela profissional, ainda são apresentadas reflexões referentes às comissões específicas em que os participantes da pesquisa atuam ou citam em suas narrativas.

É destacada a contribuição do trabalho social e dos profissionais (assistente social e equipe urbanística) para o processo de trabalho no mutirão com reflexões embasadas nos estudos de Marx.

Por fim, durante o processo de pesquisa e reflexões, surgiram elementos que indicam a arte como uma das mediações do trabalho social e, desse modo, tais elementos e as reflexões que demanda, constam no presente capítulo.

4.1 O trabalho social com o Movimento Noroeste e a organização das comissões: A intencionalidade política na definição de temas e ações

O trabalho social é aqui compreendido como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que fortaleçam a atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. Defende-se, no presente estudo, a ideia de emancipação humana, que difere da emancipação política e resulta da revolução burguesa, compondo, portanto, a emancipação da burguesia em específico, não da humanidade (MARX, 2010).

Para um trabalhador social, é desafiante atuar com a construção de uma nova sociabilidade, ou até mesmo de resgatar os valores da classe trabalhadora, já que todos sofrem influências de processos históricos culturais e de discursos ideológicos burgueses.

Conforme já destacado, os assistentes sociais que compõem a equipe social da assessoria técnica pensam em um trabalho que permita a apreensão da realidade de forma crítica, e com as ações alinhadas aos valores da classe trabalhadora. Defende-se o pensamento crítico como aquele que possibilita enxergar o real, para além daquilo que está sendo mostrado. Para Rossatto (2018, p. 81):

Na perspectiva do movimento, o trabalho social tem orientações ética e política que buscam tornar-se os participantes desse processo protagonistas de suas histórias [...], assim, espera que a ação do trabalho social contribua para que os participantes adquiram, ao longo do processo, ferramentas de organização, reconstruam laços sociais; ressignifiquem os vínculos; construam noções de pertencimento e identidade de classe, pois essas são as ferramentas que mobilizam para as lutas sociais, por direitos, por outra organização social.

Além da atuação embasada por um projeto político em defesa da classe trabalhadora, o profissional de Serviço Social conta com a instrumentalidade, assim definida por Guerra (2000, p. 1):

[...] a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

No contexto da instrumentalidade como “propriedade sócio-histórica da profissão”, a autora destaca ainda:

a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. (GUERRA, 2000, p. 2).

Assim, por meio do conhecimento adquirido na atuação profissional, o assistente social pode intervir na realidade, ou, nas palavras da autora, os assistentes sociais “modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano” (GUERRA, 2000, p. 2).

Os profissionais utilizam, criam e adéquam as condições existentes, transformando-as em instrumentos que concretizam as intencionalidades. Nessa perspectiva, as ações, para Guerra (2000, p. 2) “são portadoras de instrumentalidade”. E a instrumentalidade é constitutiva de todas as áreas de conhecimento e do trabalho que realizam, como é o caso do Serviço Social.

Conforme apresentado no terceiro capítulo, nas etapas pré-obra e obra, há organizações de trabalho, tanto com a participação das famílias dos três movimentos que compõem o projeto Alexios Jafet, como, de forma mais específica, com cada movimento.

Nesse contexto é que foi e é desenvolvido o trabalho social com as famílias do Movimento Noroeste, no projeto Alexios Jafet. Os participantes, no movimento, são homens e mulheres; brancos e negros; idosos; jovens, crianças e crianças recém-nascidas; são as famílias com as quais a assistente social e os profissionais da equipe urbanística interagem.

Quando os profissionais vão atuar com o Movimento Noroeste, já existe a organização política das famílias, tanto do projeto Alexios Jafet, como de outros projetos e grupos de base. Desse modo, são eles os protagonistas e os profissionais necessitam encontrar formas de atuar nessa organização. Também deve propor o novo; nem sempre uma tarefa fácil.

Os espaços de reunião, assembleia, mutirão, oficinas, cursos, seminários, passeios e festas, contemplam a organização política do trabalho social. Possibilitam ao assistente social utilizar sua capacidade e os conhecimentos embasados nos

referencias do Serviço Social, ou seja, de sua instrumentalidade e seus instrumentos, em caráter de mediação.

4.1.1 Organização de Assembleia

Órgão máximo de decisão na forma de organização do Movimento Noroeste, a assembleia, inclusive, é regra que compõe o Estatuto do Movimento. Normalmente, é conduzida pelas lideranças, pois também serve para articular manifestações políticas por meio de atos nas ruas; é espaço de informações e formações do movimento.

Os profissionais da assessoria participam mais diretamente, quando há decisões vinculadas ao projeto Alexios Jafet, e de processos de articulação política.

Nos espaços de assembleia é que as famílias colaboraram com a construção do projeto técnico-social. E também decidiram pela forma do projeto arquitetônico; por exemplo, se haveria ou não varanda; como seria a disposição dos quartos; as cores dos prédios; os pisos, enfim, tudo o que se relaciona com a futura moradia. Mas há limites, por exemplo, para decisões de projeto arquitetônico, considerando que há especificidades técnicas e legais que devem ser seguidas.

Outro ponto dificultador é quando ocorre de algum representante da coordenação do Movimento entender que determinado assunto deve ser decidido de forma favorável ao gosto individual dele, ou seja, sem a necessidade de consultar os demais participantes, como é a proposta do trabalho. São momentos de bastante atrito, que, inclusive, se estende às ações do trabalho social. Cita-se o exemplo de situações como quando a assistente social realiza atividades cujos temas tratam da participação e autogestão, e as famílias participantes indicam a contradição existente nesse espaço, ao expressarem que nem sempre conseguem fazer prevalecer a vontade da maioria, nas decisões, mesmo em processos que deveriam ser democráticos.

Mas a constatação da contradição pode ser um ponto favorável, pois demonstra que os participantes estão acompanhando as reflexões do trabalho social proposto. Nesse sentido, é ainda uma possibilidade de o profissional instigar os questionamentos do grupo com reflexões acerca de perguntas, como, por exemplo: *Que cultura de autoritarismo é essa? Como é possível fazer o enfrentamento*

coletivo e político em situações como essas? Torna-se um diálogo reflexivo, com possibilidades práticas de ações interventivas.

Observa-se, pelas narrativas das crianças participantes na pesquisa, que a assembleia é vista como espaço de decisão, de democracia, mas também de “brigas” e enfrentamentos. Ao serem indagadas acerca do que os pais realizam, nos espaços de assembleia, as crianças narraram:

Eu acho que eles ficam discutindo as coisas que vão colocar no prédio. As coisas que não estão certas aqui dentro, umas coisas que estão legais. Eles ficam discutindo isso. Eu tenho certeza que eles discutem isso [...] se for a opinião só de um, os outros não vão gostar da mesma opinião. Aí tem que ter votação, essas coisas. (Depoimento da criança Yara, 2020).

Para discutir o que eles não gostam, e tipo, “eu não gostei de tal coisa”, aí eles criam uma reunião e discute sobre essa coisa. Eles tomam decisão junto [...] se não for deste jeito, todo mundo pode tomar decisão diferente [...] aí vira briga. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Ela discute o que é bom para o prédio, o que é bom para gente e o que não é bom. Gosto de ir com a minha mãe [...] é para melhorar o prédio. (Depoimento da criança Vih, 2020).

As narrativas indicam elementos democráticos nos espaços da assembleia; além disso, é possível considerar que a partir da influência desses espaços no cotidiano das crianças, há um caminho para a compreensão delas em relação a realidade e a construção de consciência democrática política.

4.1.2 Trabalho social: Coordenação do Movimento, CAO e CRE

Como já mencionado, o trabalho social teve início em 2010, na etapa pré-obra, com uma das primeiras atividades diretas com as famílias, que foi o processo de eleição de duas comissões: a CAO) e a CRE. Para lembrar, a composição de cada uma dessas comissões é de, no mínimo, três pessoas (três para a CAO e três para a CRE), distribuídas da seguinte forma: Duas pessoas que vão morar no empreendimento e uma pessoa que compõe a coordenação do movimento.

A coordenação do Movimento Noroeste deixou o espaço aberto a quem quisesse participar das atividades das comissões, ainda que não fosse da

composição. Desse modo, o número de participantes era de aproximadamente quatorze pessoas.

Na etapa obra e com o desmembramento dos lotes, o Movimento Noroeste tornou-se o responsável pelos lotes C (duzentas famílias) e D (duzentas famílias), deste modo, foi necessário definir representantes de CAO e CRE para o lote C e representantes para o lote D. Como já havia um grupo que acompanhava desde a etapa pré-obra, esse grupo foi mantido. O número de participantes nessas duas comissões aumentou, entre uma etapa e outra.

Os representantes dessas comissões são os mais próximos da coordenação do Movimento e assessoria técnica. Na etapa pré-obra, por exemplo, eram as pessoas com quem a assistente social e a equipe de arquitetas/os mantinham mais contato e promoviam atividades. A primeira organização foi definir como seriam as reuniões e, dessa forma, as reuniões com representantes da CAO e CRE ocorrem toda quarta-feira, na sede Barra Funda.

Os coordenadores⁸³ do Movimento Noroeste, que acompanham especificamente o projeto Alexios Jafet, as vezes se colocam, por meio de suas falas, no lugar de contratante nos moldes do capital. No decorrer de anos de trabalho, houve processos de debates bastante intensos entre a assistente social, na defesa do trabalho social em prol dos trabalhadores e a coordenação do Movimento.

Assim, na atuação com o Movimento Noroeste, são necessários enfrentamentos, em especial, nas situações de planejamento.

É importante salientar que o trabalho social é componente da política habitacional, definido pelo Ministério das Cidades como aquele que,

[...] compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, PORTARIA Nº 464, DE 25 DE JULHO DE 2018).

⁸³ 2010-2016 (Pré-Obra): Edson Morais e José de Jesus; 2017-2020: Vera Eunice da Silva; Edson Morais e José de Jesus (Obra)

No caso do Movimento Noroeste, o trabalho social é realizado por assistentes sociais, que implementam as diretrizes e exigências do PMCMV-E, a partir de um plano de trabalho discutido com o movimento e, ainda, dispõem do arcabouço técnico operativo, teórico metodológico e ético-político profissional para a efetivação dessas ações.

Por vezes, as ações próprias dos movimentos de moradia se entrelaçam e até mesmo se confundem com as ações do trabalho social. Compreendemos que as ações dos movimentos sociais têm dimensões política, social e cultural, que se expressam nas atividades realizadas, como a formação política, a convivência em grupos, as ações de solidariedade junto a suas redes. São ações importantes de fortalecimentos de identidade e vínculos sociais que atendem necessidades objetivas das famílias e legitimam a organização coletiva.

Tal situação não é exclusiva da política habitacional. No campo do Serviço Social ele é abordado por autores que trabalham com a imagem atribuída e construída da profissão, como por exemplo, Maria Lúcia Martinelli, entretanto, busca-se indicar, no estudo, as ações profissionais do trabalho social realizado com os participantes no Movimento Noroeste.

O trabalho social com o Movimento refere-se aquele discutido, planejado e executado de forma sistemática pelos profissionais, apontando essencialmente para a dimensão política e educativa, para o fortalecimento coletivo, compondo o planejamento estratégico mais geral do Movimento, mas, sem se confundir com as atividades específicas ou pontuais realizados.

Nessa medida, destacam-se os principais elementos que foram e são alvos de disputas desde o início do trabalho:

✓ **Disputa pelo recurso do trabalho social.** Foi difícil, no início das liberações de recursos, em 2017, pois a maioria dos participantes associava o trabalho social às ações desenvolvidas pelo Movimento e com isso, entendiam que o recurso poderia ser destinado às continuidades de suas ações, por exemplo, de solidariedade.

Foi necessário avançar, ou seja, os profissionais, lideranças e participantes nas atividades do trabalho social, no sentido de construir a ideia de que as ações do Movimento poderiam ser articuladas ao trabalho social e vice-versa. Por exemplo, o

Movimento planejou um curso para produzir ovos de Páscoa, que poderia se articular ao eixo do trabalho social de Desenvolvimento Produtivo e propiciar a criação de uma cooperativa de mulheres produtoras de chocolate.

✓ **Disputa pela agenda em prol das atividades de obra.** A agenda de atividades é organizada pela coordenação do Movimento, uma vez que deve ter garantida sua autonomia. Entretanto, muitas vezes, por não consultarem os profissionais, tanto a equipe urbanística como a assistente social, implica que as ações do trabalho social não são incluídas na agenda, e, por esse motivo, os profissionais, em especial a assistente social, realiza enfrentamentos para que as ações ocorram. Está presente que a prioridade nas ações está voltada para a obra. Ideia que ainda não foi totalmente desconstruída.

✓ **Disputa pela metodologia de trabalho.** Houve a insistente proposta da coordenação de que o trabalho social deve ocorrer com todas as quatrocentas famílias em um único dia, ao mesmo tempo, como uma espécie de assembleia e, nesse sentido, quando previsto na agenda, o trabalho social é sempre em um único dia.

✓ **Dificuldade de planejamento prévio das atividades.** Toda ação a ser realizada com qualquer grupo, bem como os temas, devem primeiro passar pela coordenação do Movimento Noroeste que acompanha o projeto Alexios, entretanto, o retorno para as propostas da equipe não é imediato e, ao contrário, muitas vezes esquecido; portanto, é necessária nova defesa da ação, até que retornem. Na prática, é um ponto dificultador para a concretização do trabalho social, considerando que as ações, muitas vezes, requerem planejamento em longo prazo, como, por exemplo, agendamentos de espaços com antecedência; seminários; palestras; futebol com os jovens; dentre outros.

4.1.3 Principais estratégias utilizadas pela assistente social

✓ Fortalece e amplia os conhecimentos dos representantes das comissões CAO e CRE, para contribuir na democratização das ações de planejamento; a profissional, desde o início, organiza com os representantes uma gama de atividades formativas e informativas; dentre elas, a importância do trabalho social. O resultado é que os representantes das CAO e CRE são fortes aliados dos

profissionais quanto às colocações e tentativas de reduzir os espaços de atividade do trabalho social.

✓ A assistente social apoia as propostas da coordenação e realiza o trabalho social em um único dia, com todos os grupos, mas todo mês reivindica mais espaço na agenda, para atividades com as famílias, em oficinas e reuniões com pequenos grupos, ganhando, assim, mais espaço de trabalho. Opta-se por contribuir para que mais participantes no Movimento possam tomar as decisões a partir da defesa consciente do trabalho social.

É contraditório ter que defender o trabalho social enquanto potencializador das lutas sociais, nos espaços do Movimento Noroeste, mas os enfrentamentos não têm como foco as lideranças, e sim a cultura da propriedade privada, das relações mistificadas da sociedade capitalista e sua reprodução explicitada no discurso dos trabalhadores. Mas, a assistente social atua na contradição do sistema capitalista.

Mas o assistente social tem o compromisso ético-político profissional de contribuir e fazer parte dos avanços da luta coletiva por meio da construção de espaços, estimulando, inclusive, a participação de novos sujeitos que podem fortalecer o enfrentamento diante das múltiplas e perversas formas de opressão.

Para o trabalho social, foi planejado o espaço de reunião com representantes de CAO e CRE e atividades de cursos, seminários, organização de ações, tanto voltadas para o trabalho social e formação política, como para obras e decisões mais imediatas, considerando que a maioria das decisões deve ser tomada por todos os participantes em assembleia.

Compreendendo que os participantes das CAO e CRE são os que devem estar à frente das famílias, com os coordenadores do Movimento, é necessário que as atividades do trabalho social contribuam para a compreensão do papel político deles; do papel do movimento; da assessoria técnica e do trabalho social.

A compreensão dos trabalhadores sobre os processos e mesmo do trabalho social, fortalece o grupo que contribui na defesa consciente do trabalho realizado pelo profissional que o realiza, no caso do Movimento Noroeste, a assistente social.

Durante as reuniões com as comissões, identificou-se que, na opinião do grupo, o papel do assistente social era a ajuda e o assistencialismo. Apesar do processo ser por autogestão, entendia-se que os profissionais é que teriam de encarregar-se das funções que competem à comissão.

Tal fato pode também ter relação com as ideologias que se mantiveram historicamente, desde a origem da profissão de Serviço Social, vinculadas, dentre outros elementos, à ajuda e filantropia. Mas, vale lembrar que, historicamente, esses elementos de ideias vinculadas ao conservadorismo são enfrentados pela categoria profissional por meio de lutas e defesa do projeto ético-político, para que a imagem social da profissão seja vinculada à defesa de direitos e lutas sociais, que, de fato, representa a escolha dessa categoria de profissionais.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

Na condição de profissional que compõe o enfrentamento ao conservadorismo, no início de 2011, foi proposto um debate sobre o trabalho social na perspectiva de direitos e, portanto, relacionado a processos que contribuíssem para as transformações sociais e o movimento, que é diferente do trabalho assistencialista, que atende ao imediato, sem romper com a lógica; além disso, favorece os interesses da classe burguesa.

O posicionamento dos participantes das CAO e CRE, em relação ao papel do assistente social pode ser observado nos estudos de Santos (2019, p. 234), quando apresenta as narrativas de Leila, uma das participantes desta atividade.

Eu não concordo. As pessoas não sabem fazer as coisas e sempre me pedem, por exemplo, daí eu faço tudo que eu posso para elas. Acho que o assistente social do movimento tem que fazer as coisas para ajudar as pessoas.

Em processos, foram realizadas formações, mas posicionamento político da profissional, diálogos, debates e indicações de leituras textos, inclusive os produzidos por ela.

Para trabalhar com os grupos de família, é importante ao profissional observar o que chama a atenção dos participantes. A metodologia escolhida tem que gerar a paixão necessária a identidade do grupo com que está sendo proposto.

No caso deste grupo, foi observado pela profissional, que os participantes se identificam com imagens, músicas e vídeos, em especial, quando as imagens ou nome deles são utilizados. O reconhecimento explícito de que os participantes são protagonistas, gera, neste caso, identificação com o trabalho do assistente social.

O trabalho tem a possibilidade de convocar vontades e ele “não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar a paixão. “A razão controla, a paixão move”. (TORO; WERNECK 1996, p. 20).

Em junho de 2011, outra atividade planejada pela assistente social envolveu uma apresentação acerca do papel do movimento de moradia na sociedade e qual a relação dos representantes das CAO e CRE do projeto Alexios Jafet nesse processo. Um dos instrumentos foi a apresentação de um vídeo indicando a organização das comissões em projetos de mutirão e autogestão, de experiências antigas realizadas pela assessoria técnica com o movimento Noroeste.

Também foi o momento de identificar a potencialidade dos participantes e debater sobre ela. Ao abrir o espaço aos representantes para que pudessem contribuir com o debate, os participantes destacam: “*Meu papel é muito maior do que pensei. Eu sou CAO [...], mas agora estou pensando não apenas no acompanhamento da obra, como também no papel junto às famílias como um todo*”⁸⁴. Outro participante destacou que ele não é bom em coisas que demandem leituras, mas, disse ele: “*Tenho vivência, sei trabalhar na terra, com as ferramentas, sei mobilizar o povo*”⁸⁵.

Sobre essa mesma atividade, destaca Santos (2019, p. 234), por meio da narrativa de Leila “[...] as pessoas não aprendem com trabalho assistencialista, né? Alguém vai lá, faz e acabou. Daí a pessoa não participa e não aprende e, sem aprender, não dá para mudar a mente”.

Outra participante destacou sua surpresa: “*Eu achava que a assessoria é quem ia mandar na obra*”⁸⁶. Observa-se que as atividades contribuem com os questionamentos e as reflexões dos participantes, algumas vezes durante a atividade; em outros momentos, no decorrer do processo de trabalho. Notam-se

⁸⁴ Participante 1 no Movimento Noroeste, projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 6 de junho de 2011.

⁸⁵ Participante 2 no Movimento Noroeste, projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 6 de junho de 2011.

⁸⁶ Participante na Comissão CRE. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 16 de março de 2011.

indicações de desconstrução de algumas ideias nas narrativas: da ideia de que as ações se limitam à execução de tarefas.

O trabalho do profissional de Serviço Social, fortalece a compreensão do papel dos participantes para algo além da obra; para a desconstrução da ideia de que aquele que tem a “vivência”, com saber desvalorizado pela burguesia, não tem condições de contribuir para a sociedade, ou mesmo com um projeto de moradia, ao indicar a capacidade de “mobilizar o povo” e a desconstrução da ideia do trabalho social como abordagem assistencialista, que não “muda a mente”.

Observamos nas narrativas que as atividades do trabalho social, cujo planejamento é realizado a partir do conhecimento teórico e com direção política, contribuem para o desenvolvimento das potencialidades. As ações do profissional de Serviço Social contribuem para a compreensão do grupo para a realidade do trabalho que desenvolve. Contribuem para o entendimento de que se esse espaço fosse apenas para construir moradias iria na contramão dos interesses dos trabalhadores.

4.1.4 Trabalho social e a divisão das comissões com as demais famílias

No projeto Alexios Jafet do Movimento Noroeste, são quatrocentas famílias participantes, e, portanto, não há condições objetivas de espaço físico, para as atividades do trabalho social que possibilitem a interação e os diálogos com todas ao mesmo tempo, ou seja, a troca entre falar e ouvir de todos os participantes.

No primeiro momento, foram divididos quatro grupos de cem participantes, conforme vimos na disposição para os mutirões de limpeza do terreno. No segundo momento, na etapa de obra, os participantes optaram por escolher cores para os grupos: Lote C: grupo Azul-Turquesa; grupo Vermelho; e grupo Verde. Lote D: grupo azul turquesa; grupo vermelho; e grupo verde.

Para as ações, de forma geral, e a participação das famílias, a equipe social contribuiu com os levantamentos para identificar as famílias que, devido a condições de trabalho, ou outra questão, só poderiam participar das atividades ou no sábado ou no domingo; identificação de idosos ou pessoas com deficiência para pensar na logística de obra e acessos aos espaços do trabalho social; mães que não têm com

quem deixar seus filhos, dentre outras situações que foram identificadas ou surgiram no processo.

Desse modo, a forma de organização para as atividades⁸⁷, levou em consideração as diferentes situações para que todas as pessoas pudessem participar de alguma forma. Na Figura 11 apresenta-se a organização das atividades com as quatrocentas famílias.

Figura 11 – Organização do trabalho coletivo (2016)

FIM DE SEMANA	SÁBADO			DOMINGO		
	OBRA	SOCIAL	FOLGA	OBRA	SOCIAL	FOLGA
1º	A	B	C	B	C	A
2º	A	-	B C	C	-	A B
3º	B	-	C A	C	-	A B
4º	-	A	-	ASSEMBLEIA A + B + C		

Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

Para os processos de autogestão, como estratégia⁸⁸, foram realizadas reuniões com os representantes da coordenação, da CAO e CRE, quando foram definidas as Comissões Temáticas e as funções de cada uma delas.

Comissões temáticas compõem a organização do Movimento Noroeste em outros projetos, mas a forma de organização, trabalho e definições dos nomes são diferentes, a cada processo, tanto pela característica de cada grupo, como pela contribuição dos profissionais. Para essa proposta, foram criados 20 nomes de comissões, além de CAO e CRE. As equipes social e urbanística reuniram-se e sugeriram nomes para as comissões, como proposta aos participantes no Movimento que, além de aprovar a sugestão dos profissionais, indicaram suas próprias sugestões. No total, são 22 nomes. As comissões foram distribuídas de

⁸⁷ Um dos processos com bastante participação de escolha das regras de ações na obra, trabalho social, assembleias, enfim, tudo o que envolve as ações do projeto, realizado pelas equipes integradas em 2015.

⁸⁸ Importante destacar que essa metodologia foi aplicada também às 300 famílias participantes no Movimento A.H.D. e as 400 famílias participantes no Movimento Anjos da Paz da Vila Santista, com singelas diferenças, considerando as escolhas e realidades de cada movimento.

forma igual para cada um dos três grupos, ou seja, um total geral de 198 comissões do Movimento Noroeste.

Ressalta-se que, independentemente da função sugerida, os participantes nas comissões têm sua organização de formação política, bem como elaboração dos temas e atividades, criados com a equipe social, que contribui para que a participação na comissão não seja mera tarefa. Para ilustrar a divisão, os Quadros 9 e 10, contêm breve resumo do papel de cada comissão.

Quadro 9 – Lote C – Divisão para as comissões (2016)

GRUPOS	COMISSÃO	FUNÇÃO
Lote C: Azul- Turquesa Verde e Vermelho	Almoxarifado	Organiza os materiais e ferramentas, bem como contribui para as formações sobre o tema
	Capacitação	Organiza diversos temas com a equipe social para trabalhar com as famílias do projeto, bem como cuida da articulação com os palestrantes
	Ciranda	Responsável pelas atividades com as crianças
	Compras	Contribui na compra tanto de materiais para as obras como os demais vinculados ao trabalho no projeto Alexios
	Comunicação	Contribui na comunicação articulada com a equipe social e serviços na região; contribui no desenvolvimento de informativos, seminários, dentre outros
	Conselho Fiscal	Confere a prestação de contas antes de ir para a assembleia e atesta, ou não, dependendo das possíveis inconsistências
	Contratação	Articula com a equipe jurídica e fornecedores, bem como com as famílias para realizar as contratações de serviços de obra
	Coordenadores de Obra	Mediadores entre assessoria técnica urbanística e grupos de mutirão
	Cozinha	Cozinha para as famílias mutirantes, bem como para os trabalhadores da obra
	Ética	Contribui para a construção de valores coletivos
	Lote C: Azul- Turquesa Verde e Vermelho	Idosos
Juventude		Responsável por realizar atividades com os jovens
Limpeza		Realiza a limpeza dos espaços vinculados à comissão de cozinha e meio ambiente, nas capacitações organizadas pela equipe social
Meio Ambiente		Ações voltadas ao meio ambiente

Quadro 9 – Lote C – Divisão para as comissões (2016)

GRUPOS	COMISSÃO	FUNÇÃO
	Participação	Organiza e aplica a lista de presença; contribui no levantamento, na tabulação e análise dos dados das famílias coletados em todos os espaços de participação
	Prestação de Contas	Organiza as notas de tudo o que foi utilizado de recursos e presta contas para todas as famílias em assembleia
	Saúde	Ações voltadas à saúde
	Segurança da Obra	Contribui nas indicações necessárias à segurança do espaço físico da obra
	Segurança do Trabalhador	Contribui nas indicações necessárias à segurança dos trabalhadores
	Socioeducativa	Contribui em todo o processo de seleção das famílias; no levantamento de dados socioeducativos; das potencialidades e organização de atividades dinâmicas, embasadas nos levantamentos realizados

Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Quadro 10 – Lote D – Divisão para as comissões (2016)

GRUPOS	COMISSÃO	FUNÇÃO
Lote D: Azul- Turquesa Verde e Vermelho	Almoxarifado	Organiza os materiais e ferramentas, bem como contribui nas formações sobre o tema
	Capacitação	Organiza diversos temas com a equipe social para trabalhar com as famílias do projeto, bem como a articulação com palestrantes
	Ciranda	Responsável por realizar atividades com as crianças
	Compras	Contribui na compra tanto de materiais para as obras como os demais vinculados ao trabalho no projeto Alexios Jafet
	Comunicação	Contribui na comunicação articulada com a equipe social e serviços na região; contribui no desenvolvimento de informativos, seminários, dentre outros
	Conselho Fiscal	Confere a prestação de contas antes de ir para a assembleia e atesta ou não, dependendo das possíveis inconsistências
	Contratação	Articula com a equipe jurídica e fornecedores, bem como com as famílias para realizar as contratações de serviços de obra
	Coordenadores de Obra	Mediadores entre assessoria técnica urbanística e grupos de mutirão
	Cozinha	Cozinha para as famílias mutirantes, bem como para os trabalhadores da obra
	Ética	Contribui para a construção de valores coletivos
	Idosos	Responsável por realizar atividades com os idosos

Quadro 10 – Lote D – Divisão para as comissões (2016)

GRUPOS	COMISSÃO	FUNÇÃO
Lote D: Azul- Turquesa Verde e Vermelho	Juventude	Responsável por realizar atividades com os jovens
	Limpeza	Realiza a limpeza dos espaços vinculados à comissão de cozinha e meio ambiente nas capacitações organizadas pela equipe social
	Meio Ambiente	Ações voltadas ao Meio Ambiente
	Participação	Organiza e aplica a lista de presença; contribui no levantamento, tabulação e análise dos dados das famílias coletados em todos os espaços de participação
	Prestação de Contas	Organiza as notas de tudo o que foi utilizado de recursos e realiza prestação de contas para todas as famílias em assembleia
	Saúde	Ações voltadas à saúde
	Segurança da Obra	Contribui nas indicações necessárias à segurança do espaço físico da obra
	Segurança do Trabalhador	Contribui nas indicações necessárias à segurança dos trabalhadores
Socioeducativa	Contribui em todo o processo de seleção das famílias; levantamento de dados socioeducativos; levantamento das potencialidades e organização de atividades dinâmicas, embasadas nos levantamentos realizados	

Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

A equipe da assessoria, de forma integrada, realizou pelo menos quatro dinâmicas, com apresentações sobre o papel que cada comissão poderia desempenhar no processo e a relevância das ações para o desenvolvimento do projeto; para o entorno do projeto; para o conhecimento, articulações de serviços, enfim, foram trabalhadas as possibilidades que a organização poderia apresentar aos grupos, para além da conquista da moradia.

As famílias participantes escolheram compor as comissões com as quais mais tiveram identidade. Algumas pessoas já atuavam com a temática eleita, outras optaram por aprender algo novo. No entanto, essa identidade com os temas escolhidos faz parte da trajetória de vida dos participantes do Movimento Noroeste e não são opções aleatórias. É como no campo da pesquisa acadêmica, onde “nossos temas não são episódicos, nem eventuais, nascem das nossas trajetórias, são fincadas no solo da história, e por isso um bom pesquisador tem intensa relação com seu objeto” (MARTINELLI; LIMA, 2019, p.106).

A possibilidade de as próprias famílias escolherem seus temas fortalece a ação das comissões que contribuem na elaboração de propostas para o grupo, nas decisões e nos encaminhamentos pertinentes ao projeto Alexios Jafet, além de serem multiplicadores do saber e da prática.

Assim, no decorrer do processo, foi e é preciso realizar diálogos de enfrentamento para que o trabalho social não seja prejudicado. Mesmo no debate de uma agenda há que apresentar a importância e disputar o espaço de trabalho, para que as agendas do trabalho social não sejam modificadas, por não serem consideradas, em alguns momentos, tão importantes quanto pautas de obra, para algumas lideranças e participantes no movimento.

Por fim, para trabalhar com os grupos, é importante saber “para que, para quem, onde e quando fazer e analisar quais as consequências que as ações no nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem” (GUERRA, 2009, p. 30, grifo do original).

4.2 Estratégias do assistente social com as comissões temáticas: o trabalho social com adultos e crianças

Para iniciar o trabalho social com qualquer uma das comissões, os assistentes sociais que atuam na assessoria Ambiente Arquitetura, compreendem ser fundamental debater temáticas que apontem as contradições do sistema capitalista. Nessa perspectiva, são temas que os profissionais consideram como a base para a compreensão pelos participantes dos elementos que, muitas vezes, nos é ocultado. Os principais temas são: Trabalho; capitalismo; modos de produção e trabalho alienado; lutas por direitos no Brasil e os movimentos de moradia; cidadania; política urbana e a dimensão política do trabalho social. Entretanto, compreendemos que

O conhecimento é como raiz da árvore que cresce em silêncio, escondida na terra. Ninguém, a não ser a árvore, é a principal responsável por esse crescimento. Podemos ajudar colocando adubos e remédios, mas, em última instância, o esforço de absorvê-los é da planta (BOGOS, 2010, p.209).

No movimento Noroeste, para esses trabalhos, foram criados e utilizados, pela assistente social, instrumentos e instrumentais como, por exemplo, instrumental

de pesquisas e coleta de dados; elaborações de vídeos; teatros, músicas; apresentações em PowerPoint e gráficos criados a partir da coleta de dados.

A metodologia dos primeiros encontros com cada uma das 22 comissões de cada grupo considerou os seguintes caminhos e temas:

- ✓ Oficinas para debates acerca da questão de trabalho; trabalho alienado; capitalismo e modos de produção; relações de mercadoria.
- ✓ Atividades para contextualizar as lutas sociais no Brasil; lutas pelo direito à cidade, por moradia e pela autogestão na produção habitacional.
- ✓ Oficinas para debater o papel dos movimentos de moradia nas lutas e a organização política dos trabalhadores.
- ✓ Oficinas sobre o trabalho social embasado por uma dimensão política em prol do trabalhador e os aspectos do trabalho social assistencialista.
- ✓ Contribuição para que representantes de comissões diferentes se articulem para trabalhar seus temas coletivamente com adultos, crianças, adolescentes e idosos participantes.

Mobilizar interações dos representantes das comissões entre si foi mais uma das estratégias utilizadas no trabalho da assistente social para que os participantes se articulassem, discutissem os temas das outras comissões das quais eles não fazem parte, para que os trabalhos não fiquem fragmentados e apenas uma determinada comissão detenha o conhecimento acerca do conteúdo das temáticas. O saber tem que ser coletivo e partilhado, de forma a contribuir para o todo.

Além dessas reflexões iniciais, com os temas-base, foram propostas ações com temas mais específicos, de acordo com as indicações dos participantes das comissões.

Outra forma de organização elaborada pela assistente social é que os representantes de cada comissão, além das ações de formações planejadas, propostas e acompanhadas pela profissional, deveriam estudar e pesquisar sobre os temas relativos à sua comissão, bem como contribuir na articulação de redes e serviços na região do projeto Alexios Jafet. Essas experiências devem ser partilhadas, apresentadas e discutidas em espaços de oficinas com as demais famílias participantes, com os representantes das comissões atuando como responsáveis pelas apresentações, reflexões e os debates.

A profissional contribui com o processo de organização com propostas, materiais, organização de debates e reflexões; e, ao final de cada apresentação, contribui com a análise dos elementos levantados nas atividades, bem como os possíveis resultados.

Eu também gosto muito da técnica que permite que a gente faça algumas ações e dentro desta comissão da gente já fez várias intervenções [...] O pessoal é muito participativo e consegue se organizar em busca de pesquisa, de correr atrás das informações para fazer algo bem legal para os futuros moradores. (Depoimento de Luciana, 2020).

Defende-se que todos têm o direito de participar no planejamento, nas ações, na tomada de decisão, tanto na sociedade como no próprio processo de autogestão na produção habitacional. Por isso, estimula-se que não sejam apenas profissionais que, diretamente, realizem as ações, mas que também orientem e contribuam com subsídios que permitam aos participantes das comissões o planejamento e a realização dos atos, ou seja, que sejam os protagonistas do processo. “Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública” (IAMAMOTO, 2009, p.13).

Cada participante, no projeto teve a possibilidade de escolher de qual comissão gostaria de fazer parte. A proposta de trabalho prevê que os participantes podem mudar de comissão, caso não se identifiquem com a escolhida. Valter, por exemplo, escolheu participar e realizar ações com a comissão de Meio Ambiente; Fernanda optou por participar da comissão de Ciranda; e Luciana⁸⁹ optou pela comissão de Saúde.

Quando começou a obra, foi colocado em assembleia todas as comissões que precisaria da participação das famílias em todos os grupos. A princípio fui para uma outra comissão, que é o Conselho Fiscal⁹⁰ e tinha uma determinada quantidade de pessoas. Como eu

⁸⁹ Luciana, no início das atividades pré-obra, era representante de CAO, mas, por motivos pessoais, saiu dessa comissão.

⁹⁰ As propostas de serviços que são contratados para a obra são elaboradas pelas comissões de: Cotações; compras; coordenação do Movimento Noroeste, representantes da CAO, CRE e assessoria técnica. Cada vez que um serviço é contratado e há liberação de valores pelo agente financeiro, a comissão de Prestação de Contas analisa as notas, organiza em planilhas e entrega

não me adaptei a essa comissão, eu pedi para a CAO e CRE, se tinha como me trocar de comissão, por uma coisa que eu me identificasse mais [...] levou uns quinze dias e eu fui para comissão de Saúde. E é claro que eu me identifiquei de cara. A equipe é muito boa. E de lá para cá eu faço parte da comissão de Saúde. (Depoimento de Luciana, 2020).

Era o momento do trabalho social e o fato de Luciana não se lembrar, confundindo esse momento com a assembleia, pode ter diferentes significados, por exemplo, devido à quantidade de atividades organizadas em diferentes momentos pelo Movimento. Outro relevante ponto relaciona-se com a forma escolhida para organizar as ações do trabalho social e da assembleia. Ocorre que, nos momentos de assembleia, é importante que todas as famílias estejam presentes, pois é o espaço maior de decisão e encaminhamentos. Devido ao fato de parte do trabalho social também ser realizado com todas as famílias, ao mesmo tempo, pode confundir de fato os momentos das atividades.

Eu mesmo, quando escolhi as comissões. Eu escolhi, porque eu gosto de terra, eu gosto de planta, e eu gosto de bicho! Aí surgiu a Comissão do Verde e Meio Ambiente e é uma comissão que é legal. (Depoimento de Valter, 2020).

Além de apontar para o processo de escolha da comissão pela identidade com o tema, Valter indica outro importante processo do trabalho coletivo, que é a opção de mudar o nome da comissão, mesmo que já tinha sido definido pela coordenação do Movimento. Destaca que o nome da comissão que escolheu é “Verde e Meio Ambiente”, o acréscimo da palavra “verde” foi definida pelos participantes na comissão, pois combina mais com o que defendem.

*Gosto da Ciranda [...] eu acho que a vida da criança é especial. Eu acho que todo adulto, ele esquece como foi criança, ele não se lembra mais. Ele é adulto. “Não, agora sou adulto, tenho que pagar conta, tenho que ser chato.”
E as crianças não, elas são doces, elas têm o seu lado triste, mas elas são alegres, elas brigam, mas se entendem novamente, é rápido. Criança não odeia. Criança perdoa fácil. Criança não vê se você tá feio ou bonito, por isso que eu gosto muito de trabalhar com*

para a comissão de Conselho Fiscal, encarregada de atestar ou não essa prestação. Quando há divergência, os representantes das duas comissões conferem em conjunto e, após esse processo, fazem a prestação de contas a todas as famílias em assembleia.

criança. São verdadeiras e gostam de você, não pelo que você tem.
(Depoimento de Fernanda, 2020).

O elemento em comum nas três narrativas é a opção da escolha e do “estar bem” com esse trabalho. Nota-se que há entusiasmo nas colocações e, inclusive justificam suas motivações que estão relacionadas a identidade com o tema e com os demais participantes na comissão.

O trabalho do assistente social contribui com a possibilidade de os participantes debaterem sobre dos temas; apresentem reflexões e, a partir do saber acerca dos processos, definam o que gostariam de realizar. Diferencia-se do discurso ideológico que, cotidianamente, estimula o trabalhador a permanecer calado. O trabalhador tem voz e, nesse sentido, não é preciso que o assistente social dê voz a ninguém, mas sim que nesses espaços crie possibilidades de elas serem ouvidas (Fotos 63 a 68).

Fotos 63 a 68 – Escolha dos representantes nas comissões (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

4.1.5 Comissão do Verde e Meio Ambiente

Destacamos o trabalho com a comissão de Meio Ambiente, composta por quatorze participantes. Defende-se que o Meio Ambiente equilibrado e saudável é direito de todo ser humano. No entanto, compõem a lógica de mercado o desmatamento e a destruição da natureza física, para atender ao interesse de lucro

de grandes empresas. Há, também, nesse processo, a destruição da natureza humana, conforme exposto no primeiro capítulo deste estudo. Segundo Marx (2013), no processo histórico, consta a interação entre o ser humano e a natureza, mas, no contexto da sociedade do capital, a tendência é eliminar essa relação e reduzi-la a relações de mercadoria.

A questão do Meio Ambiente, da natureza física, está vinculada à vida cotidiana e à questão da urbanização, enfim, das transformações no mundo do trabalho; entretanto, essas transformações não se relacionam apenas à economia e ao domínio da natureza, mas à sua apropriação pelos modos de produção.

O mercado tem o interesse na matéria-prima e no contínuo aumento da produção de mercadorias que domina as relações sociais em detrimento do ser humano e da natureza. A partir do estímulo da sociedade burguesa, o consumo de mercadorias passou a ser uma prática, não que atenda à necessidade do trabalhador, mas as necessidades prescindíveis.

Com o forte estímulo ao consumo há, dentre outros elementos, a produção excessiva de lixo, a destruição de recursos e a poluição de rios por lixos industriais, sem a menor preocupação e responsabilidade com a natureza. O consumo, nesse contexto, é alienado, colocando o consumo como natural, sem responsabilidade, sem reflexões e preocupações com os impactos que o consumo e os descartes desses produtos causam na natureza, o espaço de todo ser humano. É a produção da cidade que despreza a natureza.

Una proposición clara de la crítica radical de lo cotidiano es que el dominio de la Naturaleza se metamorfosea en apropiación de la vida y del deseo a lo largo de una transformación profunda. Pero no debe por ello olvidarse que la cotidianidad programada, la de hoy, se remite a una estrategia de clases que modificá-las las relaciones de producción sin transformarlas, que introduce nuevos elementos en la práctica por el sesgo del consumo. La vida cotidiana, en el marco urbano en que se establece bajo presión de las relaciones sociales y del orden existente, puede metamorfosearse y servir a la aparición de una vida distinta. Pero en ese marco, y sólo en ese marco, del que no puede separarse! (LEFEBVRE, 1973, p.10).

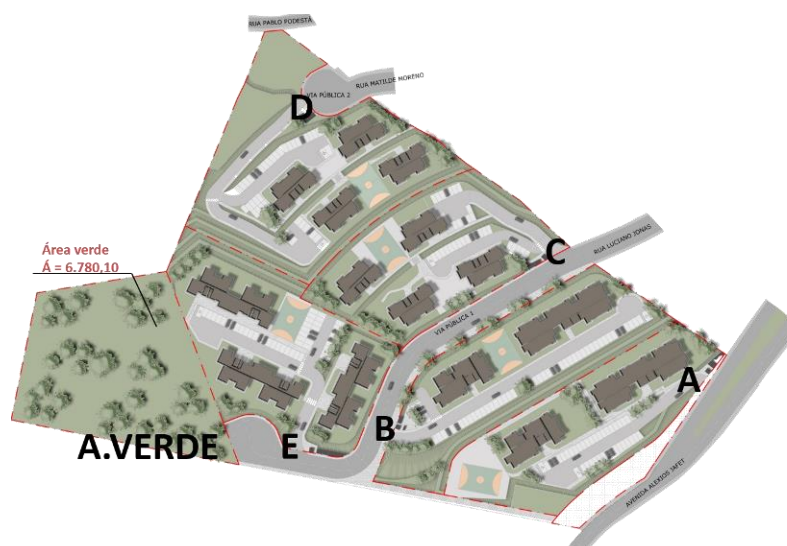
O projeto Alexios Jafet, conforme já destacado no presente estudo, é composto por 1.104 famílias, e quatrocentas participantes no Movimento Noroeste. Com a ideia e a prática de consumo alienado presentes na sociedade, compreende-se que é relevante trazer esse debate e as reflexões críticas aos trabalhadores do

movimento. Nesse sentido, nos espaços de atuação com o Movimento Noroeste, a profissional busca contribuir com reflexões acerca dessa temática, uma vez que

[...] não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplicá-las corretamente. (ENGELS, 1997, p. 223- 224).

No terreno do projeto Alexios Jafet, havia árvores que foram retiradas para o assentamento da obra. Mas, antes disso, os profissionais de arquitetura que atuam na assessoria técnica orientaram as coordenações dos movimentos para que contratassem uma empresa que realize projetos de compensação ambiental para atender às legislações vigentes. Assim, o projeto Alexios Jafet conta com espaço destinado à área verde de compensação ambiental, conforme apresentado na imagem da Figura 12.

Figura 12 – Mapa da área verde (2019)



Fonte: Acervo Ambiente Arquitetura.

É importante que tanto os assistentes sociais como os profissionais de arquitetura contribuam para a organização dos grupos de famílias com foco no trabalho e cuidados com a área verde, um dos papéis da Comissão de Verde e Meio Ambiente.

Visto que cada ato da comissão deve ser compreendido não apenas no âmbito do projeto, mas da sociedade, não caberia à equipe social apenas enviá-los às ações orientadas pela equipe urbanística, nos mutirões da área verde, e dizer “cumpram esse serviço”. Tampouco partir de temas que colocam a destruição do meio ambiente nos espaços das cidades como simplórios, ou seja, o discurso abstrato de que todos os homens igualmente destroem a natureza, ao passo que há desigualdade na apropriação dos modos de produção e dos bens produzidos. Em cartilhas e livros escolares, mídias, redes sociais, televisão, rádio e campanhas ambientalistas, por exemplo, é possível observar esses discursos, mas

há sempre um perigo em sobrestimar limites naturais supostamente “puros” em detrimento da concentração sobre a dinâmica capitalista que é a força das mudanças ambientais em primeiro lugar e das relações sociais (de classe em especial) que movem essas dinâmicas em certas direções ambientalmente perversas. A classe capitalista, é óbvio, está sempre feliz, nesse ponto pelo menos, de ter seu papel deslocado e mascarado por uma retórica ambientalista que não a toma como a criadora do problema. Quando os preços do petróleo subiram no verão de 2008, foi útil reclamar da escassez natural, quando as companhias petrolíferas e os especuladores eram os culpados, (HARVEY, 2011, p.70, grifos do original).

Assim, a proposta de ter Comissões do Verde e Meio Ambiente não é meramente para o cumprimento de tarefas, mas para que os participantes possam ter clareza dos processos e atuar a partir da realidade, com trabalho social que coloca em debate as questões que podem contribuir para o desvendamento da realidade.

Nos anos de 2017 e 2018, a equipe de assistentes sociais, com os profissionais de arquitetura, se articularam com a engenheira ambiental, responsável pelo projeto de compensação ambiental, para oferecer um curso às Comissões de Meio Ambiente dos três movimentos. Assim, dois cursos foram ministrados pela engenheira com a participação dessas comissões. A proposta é também uma estratégia da equipe para que o trabalho das Comissões de Meio Ambiente, de cada um dos três movimentos, esteja articulado na mesma linha crítica.

Toda atividade que envolve famílias dos três movimentos deve ter a proposta apresentada na reunião da coordenação executiva. Nesse sentido, é

necessário que os profissionais elaborem bem não apenas a proposta, mas a forma de apresentação, para conseguir aprovar a atividade.

Não é apenas o que a equipe planeja e já pode executar. É preciso organizar ao menos dois ou três encontros com as coordenações para que esteja explícita a relevância da atividade, e só então conseguir realizá-las com as famílias que vão morar nos empreendimentos. É uma possibilidade para os assistentes sociais contribuírem para a compreensão das lideranças participantes acerca do objetivo de formação política proposto pelo trabalho social.

Os cursos com a equipe de engenharia ambiental envolveram temas teóricos e práticas sobre o plantio de árvores. Nas narrativas de Valter, identificamos reflexões acerca dessas atividades:

A gente planta. O pessoal fez um estudo⁹¹ e viu que a gente tá plantando, todo final de semana. A gente está cuidando, já está perto da gente fazer a nossa primeira colheita de milho⁹², para você ver como que é (risos) [...] A gente tá se preocupando com a fauna e a flora que vai ficar em volta aqui onde a gente vai morar, porque, querendo ou não, quem está invadindo o lugar são as pessoas e não os bichos. Então, a gente tem que se preocupar com os bichos também, porque eles são do lugar. E é isso, cara. (Depoimento de Valter, 2020).

A partir da narrativa, observa-se que o curso da técnica de Engenharia Ambiental trouxe conhecimento aos participantes na comissão para ações específicas no projeto. Esse curso e seu conteúdo são necessários às ações das comissões na área verde.

Mas, de forma específica, com a Comissão de Verde e Meio Ambiente do projeto Alexios Jafet do Movimento Noroeste, na continuidade de sua narrativa, Valter indica elementos que compuseram os temas específicos realizados pela assistente social que atua com ele.

O que sustenta o capitalismo é a exploração. Existe formas alternativas de conviver, mas na forma que a gente está vivendo, vou ser bem sincero com você, a tendência é piorar. As pessoas ligam para as causas de meio ambiente, essas coisas, mas no falar e não

⁹¹ Refere-se à empresa de projetos de Compensação Ambiental.

⁹² Não compõe o projeto de Compensação Ambiental o plantio de milho, mas os participantes no projeto Alexios Jafet plantam, enquanto não chega a época de chuvas para o plantio das árvores.

no fazer. Mas dava para você ter, como é que se diz, a sustentabilidade né? Mas, às vezes, essa sustentabilidade fica cara viu? Ela é tão cara que te obriga a viver de uma forma não sustentável. Vou te dar um exemplo, vai comprar um produto orgânico para você vê o preço. Experimenta ser vegano para você vê o tanto que você vai gastar (risos). Então, é mais fácil a gente consumir e viver no que destrói do que tentar fazer uma “parada” que destrua menos. Deveria ser o contrário. Por não ter pesticida [...] devia ser mais barato, porque aquilo não foi tratado com veneno. Seria até uma forma melhor de se trabalhar [...] só que é tudo ao contrário. (Depoimento de Valter, 2020).

Para indicar como tal narrativa está relacionada aos temas e ações do trabalho social e de diálogos com a assistente social, a narrativa de Valter destaca como exemplo um debate utilizado pela assistente social. No decorrer das narrativas, os participantes vão recordando os momentos de trabalho:

Você deu um exemplo, poxa. Você acha que os caras estão ligando para nós? Os cara já liberaram mais de cinquenta tipo de veneno que eram proibidos no Brasil. Então eles querem que se lasque. Você utilizando a comida com veneno, você adocece. Você já está produzindo e você já está dando lucro para a cadeia produtora de inseticidas e venenos. Aí você vai dar lucro para a indústria farmacêutica e de novo para a indústria do petróleo. Porque, querendo ou não, você vai da sua casa para o hospital, você vai gastar. Meu, um monte de gente lucra com a doença. Você ganha mais com a doença do que com a cura [...] o pessoal fala “ah estamos gastando”. Mentira, quem tá gastando é o povo. Os empresários estão ganhando. [...] enquanto puder ganhar com a destruição, vão ganhar e depois a culpa vai ser de quem? De quem vive naquele meio, não quem destruiu, mas sim de quem vive. (Depoimento de Valter, 2020).

No Quadro 11 demonstram-se as principais atividades e os temas organizados pela assistente social na etapa da obra, em que os elementos da narrativa de Valter, acerca do capitalismo; a exploração do trabalho e lucro, estão contemplados.

Quadro 11 – Atividades do trabalho social com comissão de Meio Ambiente (2017-2020)

DATA	ATIVIDADE	TEMA
17/6/2017 18/6/2017	Oficinas do trabalho social	Estímulo à desconstrução de valores individualistas e mecanizados; debate sobre trabalho alienado; relação com as Comissões de Meio Ambiente, Limpeza e Cozinha no processo; debate sobre a questão do consumo estimulado pelo mercado e os prejuízos decorrentes na vida humana e ao meio ambiente. Qual a importância de realizar ações e consumos a partir da consciência política?
9/12/2017	Curso	Organizado pelos profissionais da assessoria e ministrado pela engenheira ambiental responsável pelo projeto da área verde, o curso foi realizado para a Comissão de Meio Ambiente dos três movimentos, com esclarecimentos acerca da área verde; legislações; processos de plantios e cuidados com o espaço
12/7/2018	Reunião com as comissões	Planejamento com a Comissão de Saúde e Meio Ambiente para a realização de seminário do mês de setembro
11/8/2018	Curso	Organizado pelas assistentes sociais. Ministrado pela engenheira ambiental do projeto, para refletir sobre a maneira como nos relacionamos com o meio ambiente, por meio da discussão sobre o modo de produção capitalista; pensar como as comissões podem colaborar para dentro e fora do projeto; apresentar as atividades de cada comissão, bem como compartilhar as experiências de cada uma; construir metodologias coletivas de ação e planejar ações compartilhadas
20/10/2018	Reunião com as comissões	Organização da atividade de capacitação da Comissão de Meio Ambiente para as Comissões de Cozinha e Limpeza. Palestra com Nutricionista.
25/11/2018	Curso	Comissão de Meio Ambiente realiza capacitação com Comissões de Cozinha e Limpeza; tema: Separação de lixo; reciclagem; reaproveitamento de alimentos; coleta seletiva
15/12/2018	Oficinas	Elaboração da árvore de Natal sustentável - Comissão de Meio Ambiente
25/1/2019	Oficinas	Comissão de Cozinha se organizou para preparar as receitas da cartilha entregue a elas no curso de capacitação pela Comissão de Meio Ambiente
14/3/2019	Reunião com as comissões	Oferecer subsídios para que os representantes das Comissões de Saúde e Meio Ambiente possam realizar as oficinas com todas as famílias do projeto. Os temas escolhidos por eles são: separação do lixo, resíduos, política pública, coleta seletiva e como o consumismo e o lixo implicam a questão da saúde; acompanhamento da tabulação de dados da saúde das famílias
17/3/2019	Oficinas	Comissões de Saúde e Meio Ambiente - apresentação sobre: separação do lixo, resíduos, política pública, coleta seletiva e o que o consumismo e o lixo implicam na questão da saúde
11/5/2019	Reunião com as comissões	Articular as Comissões de: Ciranda, Meio Ambiente e Saúde, com vistas à elaboração da formação com crianças participantes no projeto Alexios Jafet
25/5/2019	Oficinas	Comissão de Meio Ambiente, plantio e construção das caixinhas de madeira para a horta das crianças
16/6/2019	Oficinas	Continuidade a construção da atividade coletiva que será realizada pelas comissões de Ciranda, Meio Ambiente e Saúde, relacionada à capacitação para as crianças do projeto acerca da organização do lixo, materiais recicláveis e doença da dengue

Quadro 11 – Atividades do trabalho social com comissão de Meio Ambiente (2017-2020)

DATA	ATIVIDADE	TEMA
28/7/2019	Oficinas	Apresentação das comissões para as crianças de 2 a 13 anos sobre: Saúde; organização do lixo, materiais recicláveis e doença da dengue; plantio da horta; visita nos apartamentos com a arquiteta. Comissões de Meio Ambiente, Saúde e Ciranda
12/1/2020	Reunião com as comissões	Comissão de Meio Ambiente: Avaliação coletiva dos processos até o momento e quais as reflexões os participantes têm acerca das temáticas: Trabalho e natureza; consumismo alienado e consumismo para a necessidade humana

Fonte: Elaboração: HEIN. C.D.S. (2019).

Não é somente pelo trabalho social desenvolvido que Valter apresenta tais análises; ao contrário, ele tem em sua trajetória elementos para efetivar as análises críticas do processo de exploração de trabalho, pois ele próprio é um trabalhador que compõe a história da sociedade. Entretanto, o trabalho social do assistente social é permeado por bases teóricas, que contribui ao modo de vida desmistificado, uma vez que

o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob forma de serviços que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica, dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. (IAMAMOTO, 2007, p. 69).

Assim, compreende-se que o trabalho com a Comissão de Verde e Meio Ambiente, contribui para a retomada da sociabilidade de relação com as naturezas física, humana e de construção de valores coletivos (Fotos 69 a 72; 73 e 74).

Fotos 69 a 72 – Curso de plantio do projeto Alexios Jafet (2017)



Fonte: Acervo: Ambiente Arquitetura.

Fotos 73 e 74 – Valter no curso de plantio e na atividade do trabalho social (2017-2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

4.1.6 Espaço Ciranda e as atividades integradas das comissões: Os Sem-Tetinhos

Importante destacar que, além do trabalho social com os adultos do projeto, a equipe da assessoria atua com crianças de 0 a 13 anos e com jovens de 14 a 17 anos, por meio da Comissão de Ciranda.

Na atuação com crianças que participam do Movimento Noroeste, defende-se que o processo de conhecimento deve acontecer no cotidiano das crianças, onde a vida

acontece, contribuindo para que elas possam pensar acerca da sociedade em que estão inseridas, além de contribuir para o desenvolvimento das potencialidades delas.

Para que isso ocorra, é fundamental que o trabalho considere as condições culturais e objetivas do mundo do trabalho e utilize as ferramentas necessárias para que as crianças possam se apropriar dessa aprendizagem de forma crítica.

No projeto Alexios Jafet foi proposto, pelas famílias do Movimento Noroeste, para as arquitetas da assessoria técnica, a elaboração do projeto do Espaço Ciranda, que foi construído no terreno, mais precisamente na área que compete ao Movimento Noroeste (Lotes C e D).

O objetivo foi possibilitar que as crianças, cujos pais estavam trabalhando no mutirão, possam, dentro do terreno, ter um local seguro, ou seja, longe dos perigos da obra, mas, principalmente, um espaço de interação entre as crianças, e de internalização de valores que contribuem para a construção de sociabilidade coletiva. A Comissão de Ciranda é composta por dez participantes adultos, dentre eles, Fernanda, participante da pesquisa.

Em dias de mutirão, os representantes organizam-se em forma de rodízio, com as crianças, para realizar ações que, em momentos de reuniões e oficinas, foram trabalhadas pela assistente social, primeiramente com os adultos. As crianças do projeto com a Comissão de Ciranda escolheram o nome de Sem-Tetinhos para o grupo que participa desses espaços.

A assistente social contribui com as ações realizando-as tanto com as representantes da Comissão de Ciranda, como com as crianças para que o espaço Ciranda não seja mais um local onde as crianças passam mais tempo no celular ou assistindo televisão do que interagindo e conhecendo elementos que possam influenciá-los por pensamentos críticos, o que é um desafio, uma vez que a profissional tem com eles um ou dois encontros no mês, enquanto que as mídias e as redes sociais, impregnadas da lógica capitalista, estão com eles todos os dias.

Com isso, não se pretende afirmar que as mídias e a tecnologia, não sejam instrumentos de que contribuam ao conhecimento. Salgado (2008, p. 344), indica a mídia e a tecnologia como possibilidade de a criança acessar conteúdos dos quais, muitas vezes, eram privadas, pelas “práticas adultas” que antes insistiam em denominar a criança como “um ser frágil e inocente”. No entanto há contradições nesse processo, pois

Ela convive com outras amarras, agora, ditadas pelo mercado, que, com seus objetos, imagens e textos, habita sonhos, fantasias, desejos e administra seu universo lúdico, ditando regras para brincar, jogar e compor sua cultura lúdica. (SALGADO, 2008, p. 344).

Mas, ainda que os elementos de mídia e tecnologias tenham os lados positivo e negativo, é importante resgatar antigas práticas e brincadeiras, que possibilitem a elas conhecer relações para além daquelas que o mercado oferece, inclusive a de relações virtuais.

Defende-se que as relações humanas, as brincadeiras e os saberes que possibilitam a relação presencial, contribuem para as atividades mentais e físicas das crianças. Além disso, no espaço Ciranda, é possível aprender a decidir coletivamente, quando, por exemplo, as crianças têm que escolher de qual brincadeira vão participar.

Desde cedo, assistem como é a cultura do Movimento. Aprendem a respeitar as relações humanas; aprendem umas com as outras; aprendem assistindo aos seus pais, em momentos de participação em manifestações políticas; no trabalho com mutirão; em assembleias; no trabalho social, enfim, aprendem os valores coletivos e humanos defendidos pelo movimento. Tal processo contribui, ainda, para que as crianças despertem para as questões do mundo, como, por exemplo, as lutas sociais.

Podemos afirmar que a experiência social começa com o nascimento. O mundo da criança é habitado por outras pessoas. Desde o início, a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo e o ambiente físico, mas também com outros seres humano [...] Sua experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência. São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências. (BERGER; BERGER, 1978, p. 200).

Nesse sentido, e no contexto do capital, é de suma importância que o trabalho social contribua com as experiências coletivas e críticas das crianças. Assim, foi realizada uma diversidade de atividades do trabalho social com as crianças, dentre elas, a de Formação sobre Meio Ambiente e Saúde, realizada em julho de 2019.

O objetivo é a formação acerca da temática Meio Ambiente; separação de lixo; saúde vinculada à má organização do lixo e doença da dengue; a importância dos alimentos e a possibilidade de criar horta orgânica.

O planejamento contou com a participação da assistente social, da arquiteta Paula e daqueles que compõem as comissões. Foram necessários quatro encontros da assistente social, sendo um deles com a presença de Paula, com os participantes para debater e planejar os temas e a forma de apresentação dos grupos. Além dos encontros com a profissional, os grupos também se reuniam sem a presença dela, visto que compõem a proposta do trabalho social, que eles próprios utilizem esses espaços para criar, debater, trocar reflexões, enfim, a organização. E assim ocorre com todas as comissões, durante as ações do trabalho social.

Em momentos como esse, o assistente social tem que utilizar a criatividade para contribuir com as ações dos grupos e, ao mesmo tempo, estimular para que eles também realizem suas propostas.

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo, não só executivo. (IAMAMOTO, 2007, p. 20).

Para a atividade, a Comissão de Meio Ambiente criou caixas de madeira utilizando os materiais sobrantes da obra no terreno para que as crianças pudessem plantar uma horta. Também criaram caixas coloridas de separação de lixo para ensinar as crianças acerca da reciclagem.

As crianças contribuem para pensar a intervenção profissional, as estratégias, técnicas e instrumentos, pois sempre há surpresas quando o trabalho é direcionado a elas. Com adultos também ocorre, mas as crianças se expressam mais e trazem novos elementos.

Um dos primeiros momentos da atividade foi a apresentação da arquiteta Paula. Ela mostrou a planta dos apartamentos para as crianças, explicando didaticamente o que significava aquele material. Indicou a disposição de quartos e cozinhas, visto que as crianças não podem circular pela obra. Ainda que essa

informação faça parte do cotidiano da obra e mesmo da arquiteta⁹³, ela perguntou para as crianças: “*Vocês compreenderam o que significa a planta então?* – “*Sim*”, disseram as crianças. A arquiteta continuou: “*vocês acham que está parecido com os apartamentos?*”. Uma das crianças, de oito anos de idade, responde e todas as demais concordam: “*Depende, nós teríamos que ir até os apartamentos para olhar e saber se está parecida ou não*”.

A partir desse elemento identificado nas falas das crianças, as profissionais conversaram para pensar em como poderiam contribuir e atender à indicação das crianças. Após a atividade com as Comissões de Saúde e Meio Ambiente, a assistente social e a arquiteta organizaram, de forma segura, atividade com as crianças para conhecerem os apartamentos, algo que, até então, não havia sido cogitado por ninguém (Fotos 75 e 76). É a linguagem das crianças, pois ao ter acesso à “*linguagem*, a criança aprende a transmitir e reter certos significados socialmente reconhecidos. Adquire a capacidade de pensar abstratamente e a capacidade de refletir”. (BERGER; BERGER, 1978, p. 203).

Fotos 75 e 76 – Visita das crianças aos apartamentos (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

A criança Yara (depoimento em 2020), em suas narrativas, destaca que um de seus momentos mais marcantes foi “*a visita nos prédios*”, afinal, é onde ela vai

⁹³ Arquiteta Paula Paschoal, que atua na Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, e contribuiu na elaboração do projeto dos cinco lotes e acompanha a obra dos lotes C e D, do Movimento Noroeste. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 28 de julho de 2019.

morar. Mesmo sem ter sido organizada uma forma de as crianças visitarem seus apartamentos, há clareza acerca da razão pela qual não podem simplesmente ir até os prédios. Há informações dos pais para elas, mas também aparecem os elementos do trabalho social nas narrativas das três crianças participantes da pesquisa ao serem questionadas se sabiam o motivo de não poderem ir até os prédios. “*Porque é muito perigoso lá embaixo e é um trabalho muito pesado para gente*” (Depoimento da criança Yara, 2020).

Porque a gente é muito pequeno e a gente não tem os materiais para ir lá. Porque quem vai lá é gente grande e sabe o que está fazendo e também eles têm os materiais certos para ir. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Eu acho que é por causa que a gente não tem óculos, não tem bota, não tem nada, não tem camiseta⁹⁴ para fazer e lá também tem um monte de prego e a gente não pode ir lá. (Depoimento da criança Vih, 2020).

Todas as narrativas dão referências às atividades do trabalho social realizado, que utilizou filmes curtos de desenho animado acerca da segurança do trabalhador; acidentes na obra e equipamentos de segurança, inclusive articulando atividades com a técnica de segurança do projeto e a Comissão de Segurança do Trabalhador (Foto 77).

Foto 77– Atividade sobre segurança na obra (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

⁹⁴ As famílias mutirantes utilizam camisetas do projeto para irem à obra.

Foram realizadas atividades formativas e informativas, com os adultos e as crianças sobre a mesma temática, mas de diferentes formas. As crianças têm a opção de ficarem sentadas ou não. Algumas saem do lugar quando algo chama atenção para ver mais de perto. Além de atividades específicas, como, por exemplo, elaboração de cartilha explicativa para a Comissão de Ciranda trabalhar com as crianças. Sempre ao final das cartilhas, como já destacado, as crianças podem escrever ou desenhar. Às vezes são colocadas questões e às vezes apenas desenharam o que compreenderam das atividades (Figs. 13 e 14).

Figuras 13 e 14 – Desenhos das crianças - Atividade do trabalho social (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social e crianças participantes do Movimento.

No primeiro e no segundo desenho observa-se que as crianças desenharam a grua⁹⁵. No primeiro desenho, representaram os trabalhadores com os equipamentos de segurança, enquanto as crianças estão no canto direito, no espaço Ciranda, aprendendo algo. Já no segundo desenho, a criança criou uma espécie de quadrinhos, onde retrata que as crianças podem se machucar, caso a grua acerte seu corpo. Para ilustrar, a criança indica, de um lado, ela própria dizendo a palavra “ai”, enquanto a grua a acerta, e, do outro lado, “eles”, que supomos, sejam os pais com a mão na cabeça em tom de desespero.

As narrativas das crianças participantes da pesquisa, bem como os desenhos feitos pelas outras crianças que participam do espaço Ciranda, demonstram que elas

⁹⁵ Máquina vertical de transporte de materiais, no canteiro de obra. Não é comum em projetos de HIS, no canteiro de obra dos movimentos de moradia, devido ao custo elevado do aluguel; entretanto, a coordenação do projeto considerou relevante ter esse equipamento, ainda que não fosse uma orientação técnica da assessoria.

apreendem os processos e que compreendem a questão da segurança do trabalhador. Isso pode ser indicativo de que as ações do trabalho social contribuem no processo de transparência das situações vivenciadas pelas crianças.

São indicações aparentemente simples, mas que revelam que a metodologia e planejamento do trabalho social surtem resultados e contribui à diversidade de conhecimento.

Ainda na atividade de julho de 2009, a Comissão de Saúde, por meio dos representantes elaboraram, com materiais recicláveis, fantasias de ratos e mosquito da dengue. Luciana, participante da pesquisa, que compõe a Comissão de Saúde, esteve na atividade e mencionou para as crianças: *“Tem que tomar cuidado com o lixo que a gente produz. Resto de comida por exemplo, pode atrair ratos”*⁹⁶.

Quando a profissional planejou a atividade com os participantes das comissões, tinha a expectativa, por exemplo, de que a exposição dos personagens “ratos” poderia contribuir para a reflexão de que eles são transmissores de doenças. Ocorre que no cotidiano é que os elementos para reflexões da prática profissional podem ser coletados.

Ao observar os personagens de “rato”, as crianças adoraram e, ao contrário do que se esperava, queriam levar os personagens para casa, com o argumento de que nem todo rato é ruim e compararam com personagens de desenhos animados, como, por exemplo, o Jerry⁹⁷ ou o Mickey Mouse⁹⁸. Uma das crianças de três anos disse: *“Ratinha, você poderia ir na minha casa?”*⁹⁹. Outra, de sete anos, questionou: *“Vocês gostam de comida limpa ou suja?”*¹⁰⁰.

⁹⁶ Luciana Vidal, participante na pesquisa e no Movimento Noroeste no projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 28 de julho de 2019.

⁹⁷ Personagem de desenho animado representando por um rato cujo título da série é Tom e Jerry, e Tom é o personagem de um gato. Foi criado por William Hanna e Joseph Barbera, para a Metro-Goldwyn-Mayer (MGM), uma empresa norte-americana de comunicação de massa e distribuição de filmes.

⁹⁸ Personagem de desenho animado, representado por um rato; criado por Walt Disney, tornou-se o maior símbolo da Walt Disney Company.

⁹⁹ Criança de três anos participante do Espaço Ciranda do Movimento Noroeste, no projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 28 de julho de 2019.

¹⁰⁰ Criança de sete anos participante do Espaço Ciranda do Movimento Noroeste, no projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 28 de julho de 2019.

Luciana assumiu a apresentação e, de forma dinâmica, explicou que os restos de comida, limpa ou suja, atraem ratos e baratas, bem como quais doenças eles transmitem. Nas palavras dela, “*mesmo que eles sejam bonitinhos*¹⁰¹”.

Os personagens utilizados pelas crianças, para comparação com as Ratinhas da Comissão de Saúde, são famosos personagens dos canais de televisão. Identifica-se, pelas narrativas, dois principais elementos da ideologia burguesa imposta no cotidiano das crianças: (a) Jerry é um rato que está todo o tempo criando situações de disputa com seu companheiro Tom, que, por outro lado, está o tempo todo criando armadilhas para Jerry, não para comê-lo, mas para persegui-lo e atormentá-lo; (b) Mickey Mouse é símbolo de uma das maiores empresas capitalistas do mundo e seus discursos são fortes influências da cultura de mercado.

Em suma, compõe o real objetivo da criação dessas animações a disseminação de valores burgueses que contribuem para a alienação de adultos e crianças. Martins (2014, p. 93), no texto intitulado *Tio Patinhas no centro do universo* analisa as relações sociais que vinculam os personagens de desenhos animados criados pela empresa Walt Disney e como se espelham na figura do capitalista clássico. A empresa é a mesma que criou o personagem Mickey Mouse. São os personagens que “roubam-nos a humanidade e nos arrastam para a irrealidade”.

Alojados na nossa inteligência, esperam demarcar aí a posse ilícita do terreno em que pretendem vegetar, na continuidade do imobilismo em que foram gerados e que constitui a razão de ser de sua existência. Nada de voltar às origens, enriquecidos pela crítica vital de seus hospedeiros, para, ao menos, comprometerem-se com a vida do mundo que produz.

Além disso, é um incentivo ao consumismo, conforme aponta Barroco (2011, p. 209) ao analisar a valorização da propriedade privada de objetos em detrimento das relações humanas.

Ídolos e mitos são reproduzidos incessantemente pelo mercado da publicidade e pela indústria cultural: Barbies, séries de TV, filmes, novelas, propagandas para cada indivíduo cuja identidade social é dada pelo seu potencial de consumo.

¹⁰¹ Luciana Vidal, participante da pesquisa e do Movimento Noroeste, no Projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora. São Paulo, 28 de julho de 2019.

Portanto, é um desafio para o trabalho dos assistentes sociais contribuir para a desmistificação de valores que cotidianamente tentam roubar, e na maioria dos casos com sucesso, o pensamento crítico e a humanidade, de crianças, jovens, adultos e idosos. Mas há caminhos que podem ser percorridos.

Ao identificar esses elementos, é preciso replanejar e ressignificar as ações a partir do que trazem os participantes e colocar o tema de volta de outra forma. Durante a entrevista com a criança participante da pesquisa, Yara, ela destacou a atividade com as Comissões de Saúde e Meio Ambiente em suas narrativas:

Foi bem legal a de plantarmos sementes para crescer temperos, dentre outros, é, foi bem interessante, essa atividade, pois nós fizemos com nossas próprias mãos. E o melhor foi ver que cresceu muito. (Depoimento da criança Yara, 2020).

Chama a atenção a frase “fizemos com nossas próprias mãos”, como indicativa da sociabilidade de prazer no trabalho manual, do prazer no acompanhamento desse trabalho e no conhecimento acerca do produto, sem a mediação dos modos de produção do capital. Não estamos afirmando que há, para a criança Yara, a consciência dos modos de produção capitalista, mas que o elemento na narrativa indica o prazer com a natureza humana do trabalho. Além disso, disse ela “[...] eu estava aprendendo sobre as lixeiras, essas coisas. Aí eu aprendi sobre socialização, essas coisas assim” (Depoimento da criança Yara, 2020).

Outra palavra que chama a atenção na narrativa é a “socialização”. Para os autores Berger e Berger (1978, p. 201), “o processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome de socialização”. A socialização do capital, ou seja, das relações de exploração, alienação, disputas e lucro, está presente na cultura do trabalhador; entretanto, por meio do trabalho social, busca-se levar o termo para os diálogos, sempre na perspectiva crítica. As ações planejadas podem ou não ser eficientes, pois

Esses padrões chegam mesmo a interferir nos processos fisiológicos do organismo. Os padrões impostos durante o processo de socialização são altamente relativos. Dependem não apenas das características individuais dos adultos que cuidam da criança, mas também dos vários grupamentos e classes sociais a que pertencem esses adultos. (BERGER; BERGER, 1978, p. 201).

Marx (2013), em seus estudos acerca da cultura, indica a possibilidade de construção de nova cultura e do mundo histórico dos trabalhadores. Socializar é uma das formas de apropriação de conceitos, crenças, valores e cultura de determinada sociedade, onde o indivíduo constrói seu mundo histórico repleto de significados (Fotos 78 a 83).

Fotos 78 a 83 – Atividade com as crianças realizada pelas comissões (2019)



Fonte: Acervo do trabalho social da Ambiente Arquitetura

As Comissões de Meio Ambiente e Saúde parecem ser as favoritas das crianças:

Tia, eu gostei do Meio Ambiente, por causa que eu não gosto que fiquem tratando o ambiente desse jeito. [...] a pessoa ela vai, tipo assim, ela joga o que pode reciclar no chão. Pessoal não sabe fazer reciclagem, só isso. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Ainda nessa mesma atividade, cujos elementos nos permitem ricas reflexões, os participantes da Comissão de Saúde conseguiram levar espécimes de larvas do mosquito da dengue disponibilizados pela Unidade Básica de Saúde (UBS) da região do Jaraguá, em pequenos potes de vidro, para que as crianças pudessem conhecer o espécime, interagir e aprender sobre a temática. A articulação com a UBS, ou seja, com os serviços do território, foi realizada pela Comissão de Saúde.

Essa também parece ser uma das atividades marcantes para a participantes adultos na pesquisa:

Já falamos sobre Dengue. Já falamos sobre Zica e Chicungunha, já falamos sobre Saúde Mental; sobre gripe e a história de epidemias; sobre roedores e a parceria com as outras comissões também. Uma parceria que me marcou bastante foi com a Comissão de Meio Ambiente [...] com ação educativa e prática, tanto com as crianças como com os adultos. Eu gosto muito da comissão, acho bem interada. (Depoimento de Luciana, 2020).

A “parceria”, como os participantes costumam nominar, é uma das estratégias de trabalho dos assistentes sociais, que buscam contribuir para que cada comissão, a partir de temas que podem ser combinados, possam criar ações e articulações para atuar com os grupos. Luciana destaca atividades que foram planejadas pelo trabalho social com os grupos, entre elas, a questão da Saúde Mental.

No fim de 2017 e meados de 2018, durante reunião, os participantes da Comissão de Saúde comentaram sobre do alto índice de suicídio no país e salientaram que pessoas estavam se jogando de determinada ponte, no bairro do Jaraguá. Isso coincide com os dados oficiais em relação a questão do suicídio no mesmo período.

Entre 2007 e 2016, foram registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) 106.374 óbitos por suicídio. Em 2016, a taxa chegou a 5,8 por 100 mil habitantes, com a notificação de 11.433 mortes por essa causa (...) nos últimos onze anos, dos 470.913 registros de intoxicação exógena, 46,7% (220.045) foram devido à tentativa de suicídio. Em 2017, o número registrado foi cinco vezes maior do que 2007, saiu de 7.735 para 36.279 notificações. O Sudeste concentrou quase metade (49%) das notificações seguido da região Sul, que concentra cerca de 25%. O Norte foi o que teve os menores índices, em torno de 2%. (BRASIL, 2018, s.p.).

É possível que o profissional nem sempre esteja ciente de todas as informações, nas diversas áreas. Entretanto, é necessário instrumentalizar-se com informações qualificadas diante das demandas que vão surgindo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que estimula o grupo a pesquisar e estudar, ele próprio deve fazer, para dialogar e intervir nos grupos com os quais atua.

A respeito da atividade solicitada pelos participantes na Comissão de Saúde, a assistente social buscou identificar, por meio de conversas com outros participantes do projeto, o interesse em abordar o tema. Foi identificado que, no espaço do Movimento Noroeste, havia forte tabu acerca da temática. Além de comentários de que não se pode tratar desse tema pois é um estímulo para que as pessoas se suicidem e que depressão é “frescura”. Para os participantes no trabalho social, falar sobre suicídio para jovens e crianças significava fornecer ideias favoráveis ao suicídio. De acordo com a folha informativa da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e a Organização Mundial de Saúde (OMS):

[...] 79% dos suicídios no mundo ocorrem em países de baixa e média renda [...]. O estigma, particularmente em torno de transtornos mentais e suicídio, faz com que muitas pessoas que estão pensando em tirar suas próprias vidas ou que já tentaram suicídio não procurem ajuda e, por isso, não recebam o auxílio que necessitam. A prevenção não tem sido tratada de forma adequada devido à falta de consciência do suicídio como um grave problema de saúde pública. Em diversas sociedades, o tema é um tabu e, por isso, não é discutido abertamente. Até o momento, apenas alguns países incluíram a prevenção ao suicídio entre suas prioridades de saúde e só 38 países relatam possuir uma estratégia nacional para isso [...]. O suicídio ocorre durante todo o curso de vida e foi a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo no ano de 2016. (OPAS; OMS, 2018, s.p.).

A partir de diálogos referente a temática, com a coordenação do Movimento, bem como com representantes da CAO e CRE, a profissional pode viabilizar a atividade. Como estratégia, a atividade foi realizada no mês da campanha “setembro Amarelo¹⁰²”.

Devido à presença de crianças nos espaços, há sempre o cuidado dos profissionais, de forma geral, com a forma de exposição do conteúdo; com a escolha de imagens; vídeos ou PowerPoint. Isso porque há imagens de violência que são bastante fortes para os participantes e a proposta do trabalho social não é causar sentimentos de repulsa ou chocar os participantes; ao contrário, a ideia é utilizar

¹⁰² É uma campanha nacional de Prevenção ao Suicídio, organizada, no Brasil, desde 2015 pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM). O mês oficial da campanha é setembro e dia 10 do mesmo mês é o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. O objetivo é a promoção de eventos que proporcionem espaço para debates acerca do suicídio e sua importância, propagando as informações e alertas para a população.

conteúdos e imagens interativos que criem vínculos com a proposta apresentada (Fotos 84 a 87).

Fotos 84 a 87 – Atividade com as crianças realizada pelas comissões (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura

A criança Vih, diferente das demais crianças que mencionaram a atividade com Meio Ambiente, trouxe em sua narrativa referências à atividade acerca da Saúde Mental: *“Eu gostei daquele assunto que vocês estavam falando [...] suicídio, porque eu acho interessante. Eu estava trabalhando isso na minha escola. Eu aprendi que não pode se suicidar”*. (Depoimento da criança Vih, 2020).

Nota-se que Vih compreendeu a proposta da temática e, inclusive, indica ser um tema trabalhado com ela nos espaços de ensino. Ao contrário do que foi colocado para a profissional, que o tema estimula as crianças e jovens de uma forma ruim, Vih indica que aprendeu que não se deve cometer suicídio. O trabalho social possibilita a apreensão e reflexões sobre os temas debatidos.

No contexto do capital, a internet vem sendo utilizada como mecanismo de estímulo ao suicídio de crianças e adolescentes, por meio de redes sociais e *sites*, muitas vezes ligados à violência e, no caso de famílias de baixa renda, à falta de recursos para determinados produtos que são oferecidos, criando disputas e até mesmo a prática de atos violentos, psicológicos e físicos.

Incentiva-se o consumismo e tudo o que desvie os indivíduos da vida pública e da política: questões pessoais, de autoajuda, problemas íntimos, familiares, psicológicos: formas de controle das tensões sociais e de reprodução do modo de ser necessário à apologia do capital. Vê-se, portanto, que estamos em face de uma cultura claramente conservadora. (BARROCO, 2011, p. 209).

Assim, criar espaços onde crianças, jovens, adultos e idosos tenham a possibilidade de acessar informações, conteúdos que indiquem outra forma de relação com o mundo, é um dos papéis desenvolvidos pelos profissionais de Serviço Social na atuação com os trabalhadores.

Bogo (2010), em seus estudos marxistas, chama a atenção para o fato de que as grandes empresas levam os trabalhadores à plena dependência de produtos, o fetiche, que contribui para as mortes física e social, e as duas relacionam-se com as narrativas contidas nas reflexões do participante da pesquisa Valter, que traz elementos do estímulo ao consumismo e produtos químicos nos alimentos, em detrimento dos produtos orgânicos, para o lucro de mercado, como também nas reflexões acerca do suicídio realizada pela Comissão de Saúde e indicada na narrativa de Vih.

A morte física se dá pelo uso excessivo de ingredientes químicos que condena as pessoas à morte pela contaminação, ou ao suicídio causado pela depressão, quando as pessoas já não compreendem mais, nem a si, nem ao meio que habitam. A morte social se dá pela perda de capacidade de participação na vida social [...] é também o início da morte moral. (BOGO, 2010, p.116)

Os profissionais devem estar atentos à conjuntura e com postura aberta à investigação e curiosidade para compreender o inesperado ou mesmo situações que ultrapassem suas referências, buscando sempre ir além daquilo que lhes é colocado no cotidiano.

4.1.7 Atividades específicas do trabalho social com a Comissão de Ciranda

As ações das comissões devem ser formativas, com temas que contribuam para a classe trabalhadora e o fortalecimento da luta.

O primeiro ato em que consiste “formar” está na determinação de compreender e mudar. Compreender a essência das coisas e mudar conceitos retrógrados, preconceitos, práticas oportunistas e assim por diante. Somente nos comprometemos com aquilo que apreendemos. (BOGOS, 2010, p.163, grifos do original).

A Comissão de Ciranda, antes de trabalhar com as crianças, passa pelo processo de formação com a assistente social; isso também ocorre na continuidade do processo, com criações coletivas de metodologias de trabalho. Destacam-se as principais:

1. Definir um tempo em cada encontro com as crianças para discutir, por meio de apresentação, vídeos, teatros, a critério da comissão, temas que a própria comissão esteja estudando, bem como os temas propostos pela equipe social;
2. Estimular, ao final de cada atividade, para que as crianças possam desenhar, ou escrever, no que tange à suas apreensões dos temas propostos, a partir de instrumentais elaborados pela assistente social, bem como os elaborados pela comissão e, às vezes, pelas crianças;
3. Estimular as propostas das crianças e tentar, na medida do possível, contribuir para a realização delas;
4. Utilizar os materiais disponibilizado pela assistente social, bem como pelos serviços que atuam com os direitos da criança e do adolescente, para conhecimento e ações acerca da temática;
5. Realizar articulações que favoreçam a luta do Movimento de Moradia, das crianças e o espaço Ciranda.

A metodologia de organização elaborada pelos representantes da Comissão de Ciranda e a assistente social é narrada pela criança Vih:

Na Ciranda, a gente chega, aí a tia passa uma atividade, aí depois a gente brinca, brinca mesmo. Aí depois a gente vai almoçar. Depois do almoço¹⁰³, a gente volta e brinca, brinca, brinca até a hora de ir embora. (Depoimento da criança Vih, 2020)

Eu aprendi muita coisa. A conviver com todo mundo e, tipo, discutir as coisas dos interesses da gente [...] é que quando a gente sobe lá (Espaço Ciranda), elas falam o que a gente quer fazer, o que a gente

¹⁰³ Além do Espaço Ciranda, foi construído no terreno um grande refeitório. A Comissão de Cozinha prepara os alimentos em conformidade com as orientações repassadas nos cursos com nutricionistas articulados pela assistente social. Os homens e mulheres que compõem a comissão são contratados para cozinhar durante a semana para os funcionários da obra. É uma forma de priorizar o emprego formal para as famílias participantes e futuras moradoras que estão desempregadas.

vai fazer tipo, os temas. Aí a gente fala para elas, e elas tentam, tipo, ajudar a gente a fazer essas coisas. A gente brinca, tipo, tem material lá na creche que a gente inventa coisa para fazer [...] as maquetes; as máscaras [...] A gente ficou se ajudando. Foi na obra do Turquesa¹⁰⁴. A irmã da Josi ajudou a gente [...] tipo, se você tem um espaço, dá para brincar de esconde-esconde ou de pega-pega. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Como há representantes da comissão nos três grupos do Lote C e três do Lote D, a profissional cria espaços nos quais todos os representantes da Comissão de Ciranda possam participar; desse modo, a metodologia é realizada de forma parecida, nos diferentes momentos de mutirões, quando os pais deixam as crianças com os participantes nas comissões.

No mundo das tecnologias de propagandas voltadas ao consumo, as crianças do projeto Alexios Jafet indicam o Espaço Ciranda, como o local em que mais gostam de estar pela possibilidade de interações e brincadeiras. Ao serem questionadas pela pesquisadora a respeito do Espaço Ciranda, responderam:

Se eu fico fora, eu só fico fora e fico estudando. Aqui dentro eu tenho mais tempo de ficar com a minha mãe, porque como ela trabalha a semana inteira, ela chega tarde. Então, eu prefiro ficar aqui dentro, porque eu consigo ficar com ela. E aqui dentro eu posso conversar com meus amigos, eu convivo mais com eles, do que os amigos da escola e é legal ficar aqui, eu aprendo coisas novas. É praticamente uma segunda escola. (Depoimento da criança Yara, 2019).

As longas jornadas de trabalho impedem o trabalhador de ter o lazer ou mesmo a convivência familiar. Marx (2013, p. 307) já chamava a atenção ao destacar que o capital precisa sugar o trabalho vivo “como um vampiro”, precisa de todo o tempo do trabalhador, pois, na lógica capitalista, se o trabalhador “consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista”.

Além disso, o trabalho, no contexto das grandes cidades brasileiras, tem relação com a organização dos espaços que demandam dos trabalhadores longos trajetos até o local de seu trabalho e com dificuldade de transporte. Com isso, o trabalhador tem que sair mais cedo de casa e voltar mais tarde, perdendo ainda mais seu tempo de descanso e de lazer com a família.

¹⁰⁴ Para lembrar, os grupos de famílias para obra são divididos por cores (turquesa, verde e vermelho)

Assim, Yara entende como positivo o fato de o trabalho que a mãe realiza nos espaços do Movimento Noroeste permitir que ambas estejam juntas e contribuir para as reflexões em relação à como o trabalho realizado tenta se diferenciar do trabalho capitalista. *“Aqui o espaço é bem confortável e eu me sinto confortável”* (Depoimento da criança Vih, 2020).

Eu gosto mais de ficar aqui. Porque eu tenho vários amigos. Na minha escola, todo mundo já é de doze, treze e quatorze e aqui todo mundo me entende e todo mundo gosta de brincar. Já na minha escola quase ninguém gosta de brincar, só gosta de conversar. Aqui são vários amigos e aqui tem brinquedos também. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Os elementos da sociabilidade do trabalhador manifestados nas narrativas são do afeto. O carinho pela mãe, a possibilidade de fazer amigos, brincar e se sentir confortável.

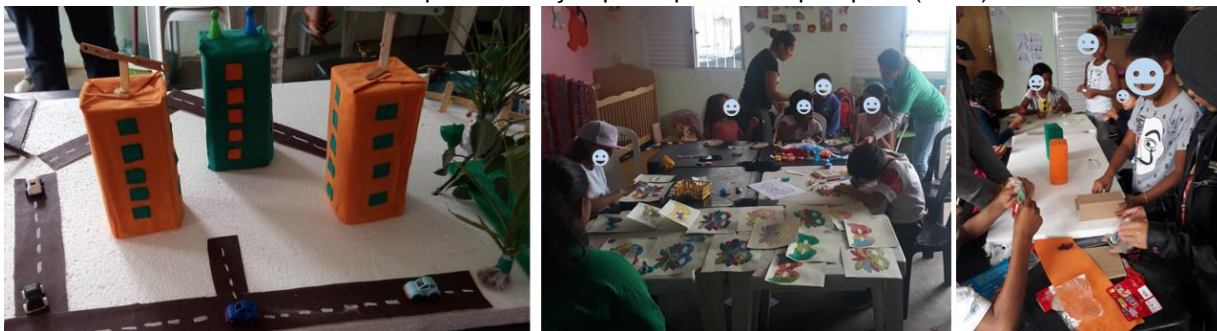
Observa-se que Fortnite e Yara, por exemplo, notam a diferença entre as crianças que participam do Movimento Noroeste e são estimuladas a brincar, criar, refletir e realizar ações a partir dos conhecimentos adquiridos, e as crianças da escola onde estudam. E o motivo desse estranhamento pode ser observado nas próprias narrativas das crianças. A pesquisadora questionou as crianças acerca do que fazem no espaço Ciranda. Vih, por exemplo, destacou: *“Ah, eu aprendi colaborar com o bem-estar de todos e brincar, fazer muitas amizades”* (Depoimento 2020). Na mesma linha, as crianças Yara e Fortnite narram:

A gente aprende a conviver com outras crianças; a gente aprende a brincar, a respeitar o próximo, essas coisas. Para mim, uma das melhores atividades feita no Alexios foi a de carnaval, onde nós fizemos máscaras, enfeites decorativos, e decoramos tudo lá. Ficou tudo muito lindo e bem colorido, e, melhor, foi que nos divertimos depois. (Depoimento da criança Yara, 2020).

As narrativas indicam elementos de convivência; diversão; respeito e a colaboração como algo bom e importante na relação. Chama a atenção a narrativa de Fortnite, ao indicar que, no Espaço Ciranda, eles discutem coisas do interesse deles, ou seja, são protagonistas do processo de decisão das brincadeiras e temas. Fortnite indica que são consultados pelos participantes adultos na Comissão de Ciranda acerca de quais atividades gostariam de realizar, bem como contribuem para elas e indicam temas.

Os adultos estão reproduzindo, para as crianças, valores que favorecem os trabalhadores e contribuindo para a democratização das relações e o processo de construção de consciência política. Isso ocorre porque há compreensão das participantes na Comissão de Ciranda de que são protagonistas das ações e capazes de planejá-las e com objetivos de formação política (Fotos 88 a 90).

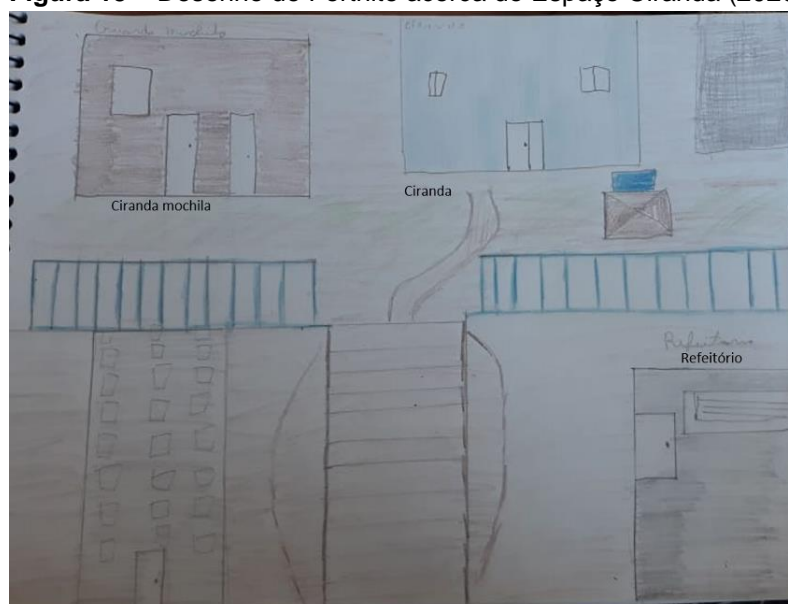
Fotos 88 a 90 – Atividades citadas pelas crianças participantes da pesquisa (2017) ¹⁰⁵



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Fortnite propôs a elaboração de um desenho para compor o presente estudo. Nota-se que desenhou, a partir de sua perspectiva, o projeto Alexios Jafet, com destaque dos espaços com os quais mais se identifica.

Figura 15 – Desenho de Fortnite acerca do Espaço Ciranda (2020) ¹⁰⁶



Fonte: Acervo Fortnite.

¹⁰⁵ Na imagem, não é possível observar, mas, na maquete, as crianças colocaram antenas de *wi-fi*. Também montaram a área verde do projeto.

¹⁰⁶ O Ciranda Mochila, indicado no desenho, é um pequeno espaço onde os trabalhadores e as crianças podem guardar seus pertences durante o trabalho. Na verdade, é um guarda-volumes.

Em março de 2018, a assistente social contribuiu em uma das atividades planejadas para as crianças com a temática: O Dia Internacional das Mulheres. O direito das mulheres, bem como os tipos de violência, inclusive a doméstica, percorrem o processo de trabalho social com adultos e crianças, desde o início do trabalho social, mas, por sua relevância, sempre é retomada e debatida.

No caso da atividade especificamente com as crianças, ocorreram estudos e debates anteriores sobre o tema com os participantes na comissão de Ciranda. Assim, os participantes na comissão é que realizaram a atividade. Nas Figuras 16 a 18 constam os desenhos apresentados após a finalização da apresentação e do debate realizados pela Comissão de Ciranda.

Figuras 16 a 18 – Atividades com as crianças realizada pela Comissão de Ciranda (2018)



Fonte: Acervo Espaço Ciranda

Na primeira imagem, observa-se que a criança indica, por meio de texto, a apreensão da ideia do respeito às mulheres todos os dias. A assistente social observou o desenho da segunda foto e perguntou para a criança que o fez, o que quiz dizer¹⁰⁷. A criança respondeu: “O homem foi preso porque machucou a ‘muié’.

¹⁰⁷ Compõe o diário de campo da pesquisadora de 3 de março de 2018.

*Não pode machucar ela*¹⁰⁸. Em relação ao terceiro desenho, a criança quis demonstrar que as mulheres têm o direito de passear com as amigas.

A abordagem dos participantes da Comissão de Ciranda buscou não levar o tema de violência solucionada com a punição; ao contrário, focou em trabalhar a ideia de direitos iguais, entretanto, uma das crianças quis saber como deve fazer, se um homem agride uma mulher, e as participantes na comissão explicaram que leis protegem as mulheres e os homens violentos são presos.

Os desenhos e as representações, revelam a potencialidade política de reflexão das crianças participantes no Movimento Noroeste.

O debate acerca dos direitos das mulheres está presente, nas memórias das crianças, e representado na arte do desenho: *“Esse não significa só eu. Significa todas as mulheres maravilhas que estão no projeto para lutar pela moradia delas”* (Depoimento da criança Vih, 2020) (Fig. 19).

Figura 19 – Desenho de Vih (2019)



Fonte: Acervo Vih.

¹⁰⁸ Criança de seis anos, do sexo masculino, que participa no Espaço Ciranda do projeto Alexios Jafet. Compõe o diário de campo da pesquisadora de 3 de março de 2018.

A Mulher Maravilha é uma personagem da empresa Marvel¹⁰⁹ e aparece como “salvadora do mundo”. Para Vih, há muitas mulheres maravilha, mas o caminho de salvar o mundo passa pelo processo de luta pela moradia. Vih ressignificou, a partir da experiência nos espaços do Movimento Noroeste, a figura de Mulher Maravilha.

As articulações realizadas pela Comissão de Ciranda ocorreram em diversos momentos, sendo uma delas com a participação de uma representante da CRE. Ocorre que uma atividade que compõe o projeto de pesquisa dos estudantes de arquitetura na Universidade Belas Artes, objetiva o planejamento de móveis articulado com alguma instituição e esses móveis devem ser doados a instituição. A representante da CRE, com a Comissão de Ciranda, articulou para que esse projeto e os móveis produzidos fossem direcionados ao Espaço Ciranda. Um pouco confusa acerca do nome da universidade, Yara não deixou de narrar a importância dessa articulação para ela.

Mais além dessas atividades, o melhor momento foi quando o Espaço Ciranda ganhou os móveis de madeira dos estudantes da USP. Os móveis, além de serem feitos por pessoas que ficaram felizes por ter dado essa alegria para nós, crianças e pré-adolescentes, também eram bem lindos e bem interativos, pelos formatos e confortabilidade. (Depoimento da criança Yara, 2020).

Em momentos de assembleia e trabalho social, por exemplo, quando as crianças acompanham os pais, muitas vezes realizam colocações e sugestões sobre os temas que vêm sendo debatidos. Reproduzem valores em suas práticas e análises que já se diferenciam das propostas da classe burguesa, de individualizar e limitar o saber.

[...] temos de ter claro que a escuta das crianças pequenininhas ultrapassa a mera decodificação de palavras verbais, existindo a necessidade de se ouvir outros sons, outras formas de comunicação, perceber também as linguagens corporais das meninas pequenininhas e dos meninos pequeninhos. (SANTIAGO, 2015, p. 94-95).

¹⁰⁹ Grande empresa que iniciou suas atividades com produção de quadrinhos e em 2008 estendeu suas atividades para levar os personagens dos quadrinhos ao cinema na produção de filmes. Em 2009, a Disney Company, comprou a Marvel e vem realizando produções cinematográficas que mobiliza relevante capital financeiro.

A linguagem da arte e dos desenhos expressa o saber político das crianças. Podemos dizer que o trabalho social realizado pela assistente social e pelos participantes das comissões contribui para a apreensão de valores de sociabilidade do trabalhador, como o protagonismo de adultos e crianças, de convivência; da amizade; do respeito; de participação nas decisões e planejamentos coletivos. A democratização do saber manifesta-se na contramão da manipulação de informações e estímulo à fetichização das relações sociais.

4.3 Trabalho social e o mutirão: A gente se transforma na realização do trabalho e na relação com o outro

O espaço de mutirão contribui para a cooperação consciente entre os trabalhadores por um mesmo objetivo. Com isso, não estamos afirmando que mutirão não é trabalho ou que as pessoas tenham que construir suas moradias, afinal, é papel do Estado atender à população com moradia. Indica-se que, no contexto do capital, o mutirão é um lugar diferenciado, pois, ao contrário do modo de produção capitalista, possibilita ao trabalhador a execução acompanhada da reflexão que, juntas, nesse processo, possibilitam ao indivíduo realizar-se em sua ocupação e a possibilidade de libertação política, pois “o homem se liberta, ao liberta-se politicamente” (MARX, 2012, p. 55). A divisão entre o trabalho intelectual e o manual compõe a ideia de cooperação capitalista.

O mutirão diferencia-se, ainda, do trabalho em grande escala do capital, que proporciona ao trabalhador largas jornadas, que lhe retira a humanidade; o prazer de estar com a família, com os amigos; a possibilidade de realizar reflexões críticas, pois o tempo que o trabalhador teria para pensar, está preocupado com as contas a pagar, com o que comer, onde morar e como sobreviver. Na forma de cooperação do capital, os trabalhadores “como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital” (MARX, 2013, p. 408).

Nos mutirões¹¹⁰ do projeto Alexios Jafet, cada família comparece uma ou duas vezes no mês para essa atividade, especificamente, pois o principal foco está na autogestão de todos os processos e não apenas na construção da moradia.

¹¹⁰ Ver Figura 12: Divisão para organização do trabalho coletivo.

Durante a semana, as obras são realizadas por serviços escolhidos e contratados pelas famílias, em assembleia ou pelas CAO e CRE. A opção de manter as ações de mutirão é a defesa de que também é um espaço de criar rebeldia; quebrar as regras do capital; e construir consciência política. As narrativas dos participantes adultos, na pesquisa acerca dos processos de mutirão, revelam:

[...] o legal do mutirão é que ele é como uma faculdade, sabe? [...]. Você tem um conhecimento muito grande, as pessoas pensam que não. “Ah, a pessoa é analfabeta, sabe de nada, não entende nada”, mas é muito bom participar [...] e o mutirão, eu acho que eu sem o mutirão eu seria “uma pessoa alienada” no mundo. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Porque a gente vai carregar um bloco, a gente não carrega sozinho, sempre tem um do seu lado te ajudando [...] às vezes, você ta com sede, vem uma pessoa que você nem imagina e empresta o copo pra você beber água [...] então tipo, essa união faz o diferencial do movimento de outras coisas [...] a gente tá aprendendo a conviver um com o outro. Aqui a gente tá aprendendo a ser um pouco mais humano, porque a gente se põe no lugar do outro, a gente vive a angústia do outro aqui. E é isso aí. Isso é uma das coisas que me fez acreditar aqui no Movimento também, a gente tem nossas diferenças, a gente discute às vezes, mas democracia é isso, né, a gente, no final, sempre chega num bom senso. (Depoimento de Valter, 2020).

Eu acho que a minha contribuição é a contribuição do coletivo, né. Porque é o que a Verinha fala: “Uma andorinha só não faz verão”. Então, é um monte de andorinha para fazer um verão bem bonito. Então, a minha contribuição para o trabalho do movimento de moradia é tanto quanto o de qualquer outro mutirante, né. É um trabalho coletivo, eu faço com carinho, não faço só por obrigação: “Olha, porque a Caixa exigiu”, eu faço com muito carinho, e gosto muito de tudo que eu adquiri né, dos amigos e tudo que eu adquiri. (Depoimento de Luciana, 2020).

Portanto, o espaço de mutirão é defendido pelas famílias que participam dos processos. Não o fazem por obrigação, nem o consideram um sofrimento; ao contrário, afirmam que é possível realizar reflexões no processo de trabalho em mutirão.

Nota-se que Fernanda utiliza o termo “alienada” para esclarecer que essa seria sua condição, se não participasse desse espaço. Valter destaca que nesse espaço está aprendendo a ser “um pouco mais humano”. Especificamente acerca dessa narrativa, foi um dos poucos momentos que a pesquisadora interferiu para tentar compreender o que Valter quis dizer com a frase, pois surgiu a inquietação de qual momento ele poderia ter sido “menos humano”.

Quando estou aqui que estou fazendo as coisas que eu gosto junto com a galera eu me sinto mais empolgado, mais vivo. Porque você está vendo que você está fazendo e vai dando resultado. Vou te dar um exemplo, se eu estou lá embaixo com as meninas¹¹¹, eu consigo ver na cara das pessoas a satisfação na hora que a gente está fazendo a atividade. Um sentimento de dever cumprido ali, mais uma etapa pronta. [...] é muito da hora. Você vê o cansaço das pessoas, mas você vê que o emocional está mais livre. Quando olhamos tudo que fizemos, pensamos “putz mano, arreventamos”. A gente faz uma parte e junta com que a outra pessoa fez, você vai olhar no somatório, dá um “bagui” grande. Você não chega em casa e fala: “To cansado, trabalhei pra burro e não vi vantagem em nada”. Não! Nem parece que a gente fez tudo isso. E isso que te deixa mais vivo, mais humano, mais solidário. Eu costumo separar muito as coisas: o que é trabalho e o que é mutirão. (Depoimento de Valter, 2020).

Na narrativa, observam-se os seguintes elementos: O trabalhador se satisfaz ao realizar e acompanhar todo o processo de seu trabalho, em especial, ao observar seu produto final, que lhe pertence; o cansaço no trabalho do mutirão não é o que esgota o trabalhador nem lhe causa estranhamento ao fruto de seu trabalho, tampouco na relação com os outros trabalhadores.

O trabalho do mutirão desperta sentimentos de conquista enquanto o trabalho para o capital causa sentimento de fracasso; causa o sentimento de um trabalho em que não há vantagens para o trabalhador; o trabalho no mutirão contribui para que o trabalhador se sinta mais vivo; e o trabalho para o capital faz com que o trabalhador se sinta sem expectativas de futuro. O mutirão possibilita manter a humanidade das relações sociais enquanto os modos de produção do capital retiram-lhe a humanidade.

Mas, para o caso de parecer que a defesa pelo processo de mutirão é satisfatória somente pela ideia de que o homem se satisfaz pelo trabalho, mesmo na forma de trabalho do mercado capitalista e tudo o que isso representa na sociedade burguesa, Valter narra acerca dessa diferença entre o trabalho assalariado do patrão e das relações sociais capitalistas e o trabalho no mutirão.

É assim, na semana, eu me sinto como proletário, como empregado. Ainda mais de um tempo para cá que as pessoas foram me barrando [...] de muitas ideias [...] eu não posso falar, eu não posso publicar, eu não posso mostrar o meu ponto de vista [...] e no mutirão é diferente, as pessoas me procuram para querer saber das coisas [...],

¹¹¹ As mulheres que participam do mutirão.

eu me sinto importante, tá ligado? Não porque: “Ah, as pessoas estão me chamando então eu sou o ‘F...’ aqui” [...] as pessoas pedem a minha ajuda e eu explico a forma que tem que ser feita as coisas e às vezes escuto também a forma que tem que ser feita. E, no fim, a gente soma e vê o resultado de uma coisa satisfatória. E durante a semana não. Sabe aquele videozinho lá que você acorda, vai para o trabalho, volta para a casa e se levanta no outro dia e fala: “Caramba, eu tenho que trabalhar de novo” [...] na semana, lamentavelmente, meu olhar é de funcionário. Vou fazer a minha parte para o patrão não reclamar do meu serviço, mas eu não posso mais opinar. (Depoimento de Valter, 2020).

O capitalismo gera a exclusão, mas o ser humano quer fazer parte de algo e, ao ser excluído dos processos de trabalho, ele se sente inferior e por isso, Valter se sente importante no mutirão. O mutirão contribui a que as pessoas sejam importantes como parte de algo maior e do qual elas enxergam o resultado.

A narrativa apresenta contradição a respeito da relação do trabalho com o Movimento Noroeste, mas para compreendê-la cabe elucidar elementos da narrativa de Valter. Quando Valter destaca o “trabalho na semana” está se referindo ao trabalho para o qual foi contratado na obra do projeto Alexios Jafet, não como caseiro, mas como almoxarife.

Demonstra-se bastante insatisfeito com a forma como vem sendo tratado, inclusive com o sentimento de que ele não é importante nesse espaço, ou, como ele disse: “*Vou fazer minha parte para o patrão não reclamar*”. E é aqui que chama a atenção a narrativa, pois o “patrão” de Valter, durante a semana, é a coordenação do Movimento Noroeste, especificamente a que acompanha as ações do projeto Alexios Jafet, que o contratou. A seguir apresenta-se as Fotos 91 a 95 para indicar os momentos de mutirão dos grupos de famílias nomeados por cores. Valter, por exemplo, compõe o mutirão do grupo Vermelho.

Fotos 91 e 92 – Mutirão do grupo vermelho (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Foto 93 – Mutirão do grupo Turquesa (2017)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Foto 94 e 95 – Mutirão do grupo Verde (2017-2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Os espaços proporcionados a Valter, pelo Movimento Noroeste, lhe causam diferentes sentimentos, pois, ao passo que lhe retiram o sentimento de satisfação, abrem espaços como os trabalhos em mutirão. A liderança que é responsável por

acompanhar os processos de obra do projeto Alexios Jafet, durante a semana, pode estar reproduzindo a ideologia do patrão, tão presente nesses espaços: “Eu pago, você produz e faz o que eu mando”.

Entretanto, a própria liderança é também trabalhadora e, muitas vezes, o que acontece é que

a estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade. (FREIRE, 1987, p.17, grifos do original).

Outro elemento da narrativa de Valter é a palavra “*proletariado*”, que não compõe os discursos dos espaços de formação política específicas do Movimento Noroeste, mas, nas atividades do trabalho social que elabora temas voltados à discussão de trabalho e alienação, é bastante utilizada. Talvez Valter tenha lido ou ouvido, em outros espaços da trajetória dele, entretanto, certos elementos de sua narrativa apontam para atividades do trabalho social, como, por exemplo, quando compara o sentimento dele ao “videozinho” sobre o trabalho. Trata-se do vídeo¹¹² O Emprego, uma animação de curta-metragem que critica as relações de trabalho capitalista, que a assistente social utilizou na formação política das famílias.

Outras animações sobre o tema foram apresentadas, como, por exemplo, O Homem Capitalista; O Vício no Celular, que faz crítica à desumanização de situações violentas filmadas pelas pessoas; Happiness, que, por meio de personagens ratos, faz crítica ao consumismo exagerado, dentre outros. Nesse sentido, defende-se que o trabalho social contribui para o processo de construção de práticas a partir da consciência crítica.

Não apenas os profissionais de Serviço Social da assessoria contribuem para esse processo. Os profissionais da arquitetura e engenharia, que, na maioria das vezes, participam das ações do trabalho social, e vice-versa, trazem elementos importantes para a relação com os trabalhadores.

¹¹² Direção de Santiago Bou Grasso. Disponível no YouTube desde 2014.

Nesse tempo que eu estou aqui, eu não sabia o que era uma planta baixa. Eu comecei a conversar com as meninas da arquitetura aqui, o pessoal que faz assessoria para a gente. As meninas, com toda paciência, me mostraram o que era a planta baixa. Me mostrou o que é duto e coisas que só se aprende na escola, na faculdade e estou aprendendo aqui na prática, no dia a dia e na raça. O pessoal, quando a gente tem dúvidas, eles esclarecem. São pessoas que te ouvem, por mais que você não tenha o mesmo grau de estudo que eles. Eles te ouvem e aceitam opinião. (Depoimento de Valter, 2020).

A escuta é fundamental a qualquer profissional comprometido com a luta do trabalhador.

Para o trabalhador é muito importante que sua voz seja ouvida, que suas ideias sejam consideradas relevantes, pois, muitas vezes, ocorrem de se depararem com profissionais que se colocam acima do saber do trabalhador, por reproduzir a ideia de desvalorização do saber não acadêmico. É a reprodução da lógica da divisão desigual de trabalho (manual e intelectual). Os profissionais que atuam na assessoria não defendem essa divisão. O trabalho deve possibilitar a reflexão dos trabalhadores.

Não é um pessoal que fala, “o arquiteto, o engenheiro, o mestre sou eu”. Não! Aqui a gente tem um convívio legal com isso [...] a gente sempre está junto para dúvidas, para soluções. A gente resolve tudo aqui no coletivo, tudo é de um e é de todos, é igual a geladeira: O que tem na geladeira é de um e ao mesmo tempo é de todos. Ninguém sabe quem colocou, mas todos vão comer um pouquinho (risos). E é isso, a gente faz um pouco de tudo aqui, a pessoa que nunca plantou aprende a plantar, a pessoa que nunca colocou um bloco aprende a colocar, não vou dizer que daqui a gente sai um jardineiro ou sai um pedreiro, mas um quebra galho a gente aprende aqui, de tudo a gente aprende. (Depoimento de Valter, 2020).

O trabalho social teve contribuição na forma com a qual a arquiteta Paula Paschoal, que acompanha o mutirão do qual Valter participa, relaciona-se com o grupo. Em 2019¹¹³, em diálogos com a pesquisadora, Paula destacou que sua atuação na obra e nos mutirões, bem como nas relações com as famílias participantes, foi influenciada pelas ações do trabalho social.

¹¹³ Compõe o diário de campo da pesquisadora, de 8 de junho de 2019. Paula autorizou a inserção do diálogo na pesquisa. Para a pesquisadora, pareceu interessante indicar as narrativas de Valter e Paula, ainda que não soubessem o que um falou do outro.

Todo esse processo de autogestão com mutirão e com as cinquenta mil atividades do social, nos envolve demais com as famílias que vão morar lá. Aprendemos juntos a apresentar uma peça de teatro, a ter um papo bacana sobre mulheres, a montar uma árvore de natal com restos de materiais de obra, a fazer um dreno de muro de arrimo, a fazer reciclagem, sobre a dengue, enfim... [...], mas posso dizer que esse trabalho me aproximou muito dessas 1.104 famílias que irão morar lá [...] na obra e, nos mutirões, a gente não faz as coisas só do jeito do arquiteto ou do engenheiro, lá, a gente discute de igual para igual, estamos ali para ouvir o outro e somarmos as opiniões e esse ensinamento eu levo para vida. Eu sempre penso que não sou eu que vou morar ali, então, a opinião deles importa muito; fazemos as perguntas diretamente, tentamos levar alternativas para escolherem tudo o que faz parte dessa construção [...] Essa parte de ouvir o outro e pensarmos juntos nas coisas, acho que foi um grande aprendizado. (Diálogos com a arquiteta Paula Paschoal, 2019).

Assim como são importantes as reflexões dos adultos no que tange aos processos de trabalho, nesse caso o mutirão, também são importantes as reflexões das crianças, que trazem elementos para pensar a prática profissional. Quando a pesquisadora perguntou para as crianças o que sabiam sobre mutirão, elas responderam na linguagem que lhes foi apresentada:

A minha mãe já falou isso. Eu perguntei para ela e lembro que ela falou que era “formiguinha” algo de formiguinha [...] Eu só vi quando eu estava do lado de fora da creche (Espaço Ciranda); lá em cima, daí eu vi, mas nunca fui para ver. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

Eu acho que é para todo mundo se juntar e fazer uma coisa bonita. Minha mãe também fala que é trabalho de formiguinha, que ela gravou para me mostrar. (Depoimento da criança Vih, 2020).

Eu acho que mutirão é muita gente junta se ajudando. Minha mãe também falou a mesma coisa, que é trabalho de formiguinha, um ajudando o outro [...] eu só vi por vídeo. (Depoimento de Yara, 2020).

O exemplo da formiga pode ser vinculado ao fato de que estas se organizaram para realizar o trabalho coletivamente, parecido com o mutirão, entretanto, os profissionais buscam esclarecer, sempre que possível, que a diferença entre o trabalho da formiga e o trabalho do homem é a consciência, necessária aos processos dos trabalhadores. A preocupação é devida ao grande estímulo ao trabalho alienado por meio de ideologias, como, por exemplo, a famosa

fábula¹¹⁴ burguesa da Cigarra e a Formiga, que está nas raízes da cultura da sociedade brasileira e é reproduzida nos espaços do Movimento Noroeste e nas histórias que são contadas para as crianças.

Ficamos com a defesa de mutirão tal qual nos coloca Vih, que é: “*Todo mundo se juntar e fazer uma coisa bonita*” e acrescentamos que é com consciência política crítica, na contramão do trabalho que aliena. Os mutirantes se transformam enquanto constroem suas moradias e na relação com o outro.

A contribuição do trabalho social para os espaços de mutirão, para além da organização dos grupos, é no despertar para a realidade vivida e fornecer elementos para que os participantes possam pensar seus próprios processos, compará-los, e se organizar para os enfrentamentos necessários.

4.4 A hora do recreio e o trabalho social mediado pela arte na música, nas imagens e festas: O que permeia nossos sons e cores?

No contexto da sociedade burguesa, “sem exigir que os cidadãos de bem saiam de casa, o capital, todos os dias, leva pelas imagens, sons e cores o alimento dos costumes que quer desenvolver” (BOGO, 2010, p. 156). Por outro lado, por meio da arte, é possível concretizar ações que contribuam para a leitura questionadora e crítica do real, bem como o de enfrentamento de situações demandadas da cultura dominante, além de ser uma forma dinâmica de trabalho com grupos. Desse modo, a arte pode contribuir para ampliar a apreensão crítica do real. Para realizar processos com possibilidades emancipatórias, é preciso trabalhar

Primeiro, a autoestima do homem, a liberdade, teria de ser novamente despertada no peito dessas pessoas. Esse sentimento, que desaparece do mundo com os gregos e se desvanece na neblina azulada do céu com o cristianismo, é o único que pode transformar a sociedade novamente numa comunidade humana que visa aos seus fins supremos, a saber, num Estado democrático. (MARX, 2010, p. 65).

¹¹⁴ Fábula que conta a história de uma cigarra que passa o verão cantando enquanto as formigas trabalharam para acumular provisões de alimentos em seu formigueiro. No inverno, sem comida, a cigarra faminta pede-lhes um pouco de grãos e, no resumo da fábula, a mensagem é de que se quiser comer, não pode negligenciar o trabalho com ações como por exemplo, cantar, ou seja, representação da ideologia burguesa de trabalho. No Brasil, no contexto do Sítio do Pica-Pau Amarelo, a fábula foi contada pelo escritor Monteiro Lobato.

Nesse contexto, busca-se, a partir do planejamento coletivo do trabalho social, atuar organizadamente para a realização de danças, músicas, teatros e desenhos, enfim, incontáveis temas podem ser abordados. Buscam-se estimular os temas que estão relacionados à questão da exploração do trabalhador pela classe dominante para o caminho do enfrentamento e da emancipação. Há atividades do Movimento Noroeste em que essas ações são denominadas como Mística.

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem o fim de tudo. Mas aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Esta energia que nos anima para seguir em frente é o que chamamos de “mistério” ou de “mística”. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí está se manifestando a mística. (BOGO, 1999, p.127, grifos do original).

Há possibilidade de articular a cultura popular por meio de conteúdos que vão contra a hegemonia burguesa, pois, “através da música, da dança, dos mitos, dos ritos e de toda uma produção artesanal, a América Latina oferece aos estudiosos das mais diferentes áreas [...] todos os elementos” para desvendar ideologias burguesas por meio de mitos, religiões e todos seus ardis para dominar o trabalhador (FERREIRA, 2001, p. 87).

O assistente social, nesse processo, tem, por meio da arte, um leque de possibilidades. No cotidiano é que se apoiam as possibilidades de realizar o trabalho social que contribua para “defender, efetivar e aprofundar” os princípios democráticos e de direitos garantidos aos cidadãos. E para que seja estabelecida a sociabilidade que vá na contramão da sociabilidade capitalista é necessário a “redefinição das relações entre Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada” (IAMAMOTO, 2008, p. 208). Isso também requer um profissional capaz de orientar o trabalho alinhado às lutas sociais onde as ações

requisitam um perfil de profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica, em sua lógica de explicação da vida social [...] Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as

ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

Criar instrumentos, possibilitar espaços democráticos de decisão, bem como contribuir na criação de mecanismos que democratizem as relações sociais é papel do assistente social. Nessa perspectiva, é preciso ser criativo e realizar ações a partir do que os trabalhadores gostam e vivenciam. É tornar algo que já é prática cotidiana em algo politizado ou, como os profissionais costumam defender na assessoria técnica, a politização dos instrumentos.

A arte pode ser uma dessas mediações que, no contexto de exploração, contribua para

pensar e atuar utilizando da arte na elaboração de projetos e programas que possam ser desenvolvidos com comunidades propiciando quebras de ciclos de preconceitos, agressões e pobreza, potencializando criticamente a consciência dos sujeitos nas suas localidades através da criatividade e de propostas alternativas. (LEÃO, 2019, p. 3).

São momentos em que o grupo pode partilhar diversão. São formas importantes para a sociabilidade, que possibilita e envolve as famílias, nos momentos de interação humana.

- Como o pão chega à mesa?

Até aqui o caminho percorrido na pesquisa, vem buscando apresentar as mediações que foram necessárias para a realização do trabalho social.

No que se refere à arte, são apresentadas as atividades que aparecem nas narrativas dos participantes da pesquisa ou que contribuam para a compreensão dos caminhos percorridos, pois “o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem plantou o pão, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza” (MARX, 2013, p. 261).

Fazer o pão é uma arte e fazer o trabalho social para a formação política também é; os artistas estão presentes na cena da sociedade capitalista, ainda que muitas vezes sejam ocultados do processo.

A música compõe os instrumentos para a realização do trabalho social com as famílias do projeto Alexios Jafet. Ao passo que a música pode ser capaz de

reforçar ideias burguesas, uma vez que tem o poder de mobilizar sentidos, também pode apresentar novos significados para a realidade vivenciada.

Para cada atividade do trabalho social, sempre são utilizadas músicas que apresentam mensagens para possibilitar reflexões críticas. Podem ser músicas que trazem a mensagem correta, despertando sentimentos de luta ou o contrário também pode acontecer, quando a letra de uma música é extremamente violenta, pode se tornar instrumento de reflexão coletiva, como, por exemplo, a letra da música de Sidney Magal: “*Se te agarro com outro te mato, te mando algumas flores e depois escapo*” (1977). Nesse caso, a mensagem parece direta, mas a naturalização da violência contribui para que, muitas vezes, as pessoas reproduzam a canção sem atentar para o que ela representa e qual cultura reforça na sociedade. E assim, em processos, o trabalho social vai fornecendo elementos para reflexões.

Durante todos esses anos de trabalho com o Movimento Noroeste, são organizados debates em roda de conversa; seminários; e cursos específicos para trabalhar com mulheres do projeto Alexios Jafet, sobre temáticas como por exemplo: Violência doméstica; feminicídio; todos os tipos de violências e quais os serviços de atendimento.

Os profissionais de Serviço Social da equipe da assessoria articulam-se para que as mulheres participantes dos três movimentos que compõem o projeto Alexios, estejam presentes nas ações da Secretaria de Mulheres da UMM-SP. Também organiza palestras com mulheres especialistas na temática ou mesmo profissionais do Serviço Social com experiência no campo de atuação com mulheres. Entretanto, todos os anos, no Dia Internacional da Mulher, em particular, a assistente social, planeja atividades para todos os participantes do projeto, para que também os homens estejam presentes.

São utilizadas frases, músicas, imagens. Elaborados pelos profissionais, os vídeos contêm as imagens das mulheres em momentos de luta e, para essas ações, a música tem um diferencial. Cita-se uma das músicas utilizadas nas atividades do trabalho social: Triste, Louca ou Má, composta em 2016 pela cantora Juliana Strassacapa, que faz parte da banda Francisco, el Hombre.

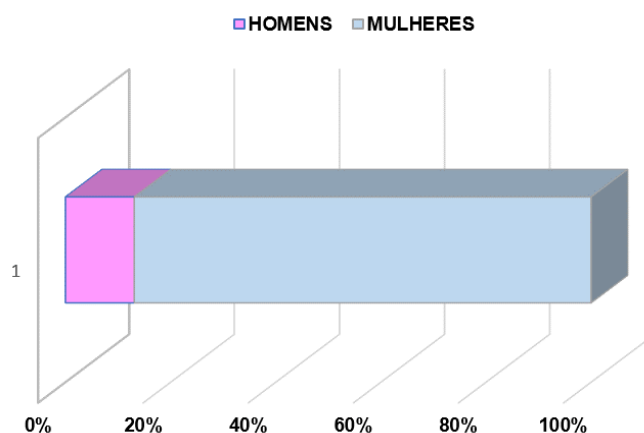
Aceita que tudo deve mudar. Que um homem não te define. Sua casa não te define. Sua carne não te define. Você é seu próprio lar. Eu não me vejo na palavra fêmea, alvo de caça, conformada vítima.

Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar.

A mensagem da música fortalece os diálogos que criam identidades entre as mulheres e o significado das lutas. A partir das narrativas de Valter, é possível observar como as atividades contribuem para que não apenas as mulheres, mas também os participantes do sexo masculino compreendam a relevância e as reflexões da temática.

Quando você falou sobre as mulheres, das mulheres se impor e a importância da mulher na sociedade e a força que isso daí deu. Faz muitas mulheres lá dentro do projeto lá, tipo, dá uma moral, né. Dá moral para as mulheres lá do projeto. Lá que acho que 80% é chefe de família. Acho que as que tem marido o marido não vai e elas estão correndo atrás e elas estão correndo atrás das casas, não todas, né. Tem uma galera de homens que também dão apoio para as mulheres lá, mas a maioria é sozinha né, pode ter imagem do marido, mas as mulheres são sozinhas, porque elas que lutam. Elas que acreditam. Você vai na reunião, você olha e acho que 75% ou 80% são mulheres porque as mulheres acreditam, né, no empoderamento feminino e na força que as mulheres têm e você falou sobre isso no social. (Depoimento de Valter, 2020).

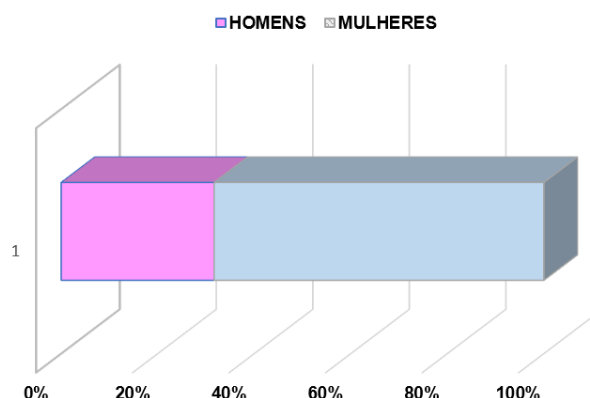
Valter demonstra ter prestado atenção ao tema, que parece ter movimentado seus processos de reflexão crítica, considerando que, durante as entrevistas, não lhe foi questionado nada acerca do tema das mulheres. Outros elementos que compõem as ações do trabalho social são os dados apresentados por Valter. De fato, 80% das participantes no projeto Alexios Jafet são mulheres, conforme apresenta-se no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação das mulheres nas atividades de trabalho social (2020)

Fonte¹¹⁵: Acervo Comissão de Participação; (SANTOS, C. D. dos).

É realidade que as mulheres são as que defendem a luta do movimento de moradia e levam para os espaços do Movimento Noroeste os demais membros das famílias, como, por exemplo, o cônjuge. São elas que estão nas manifestações nas ruas, nas reuniões, nas assembleias, no trabalho social. Entretanto, nota-se que, nos espaços de mutirão, ainda que sejam a maioria, há maior participação masculina do que nas atividades de trabalho social (Gráfico 2).

¹¹⁵ A Comissão de Participação é composta por pessoas que, mesmo antes do início das ações do projeto Alexios Jafet, foram convidadas pela coordenação do Movimento, em 2010, para realizarem a coleta de assinaturas na lista de presença em todas as atividades. O nome anterior era “Pontuação”, escolhido pela coordenação. É uma das principais comissões com a qual o trabalho social atua e com quem mais realizou reuniões. Entretanto, no decorrer do trabalho social com o grupo, e, a partir da criação de novas metodologias, as participantes na comissão trocaram o nome da comissão para Participação, pois tem mais a ver com elas. Propus ao grupo um instrumental de lista de presença, onde a Comissão poderia expandir a coleta de dados, sem grandes dificuldades. Assim, a proposta foi ter campos a serem assinalados com a letra X. Dados quantitativos para os campos: gênero, participação de representantes, membros da família ou não, cônjuge e ausentes. Além disso, ao final de cada atividade, as participantes na comissão se reúnem, colocam as informações no quadro resumo ao final da lista de presença, tiram foto e me enviam. As participantes tabulam os dados. Esses dados geram gráficos e análises que realizo com as participantes e, sempre que possível, são debatidos com as famílias, além de compor o relatório de acompanhamento do trabalho social. Esse processo de alterações de propostas e nova forma de organização de metodologia ocorreu aos poucos, considerando que cada mudança proposta ocasionava meses de debates e depois mais meses para se organizarem a partir de uma mudança, para então eu propor outra coisa. Foram cinco anos de trabalho para chegar ao ponto satisfatório para as participantes, coordenação e trabalho social do período vigente, 2020.

Gráfico 2 – Participação das mulheres no mutirão (2020)

Fonte: Acervo Comissão de Participação (SANTOS, C. D. dos).

Citam-se dois elementos que compõem as reflexões sobre esse dado: (a) Quando começa a obra, a participação masculina aumenta em todos os espaços de atividades, pois os homens passam a perceber que o movimento de moradia realiza ações; (b) Nos espaços do mutirão, isso ocorre, pois, dentre outros fatores, está presente a reprodução da lógica do homem com trabalho braçal, de força, e do discurso de que mulher não tem condição de realizar a obra ou construir a moradia.

Eu sempre acreditei, fui muito zuada, aqui em casa, meu sogro, minha família, meus amigos [...] algumas pessoas falavam: “Ai, que mentira”. Principalmente o pai do meu marido: “É mentira! Esse projeto não existe, isso aí nunca vai fazer, isso nunca vai acontecer, não sei o que”. Eu vi muito projeto no barro, na lama, igual o meu, sendo pronto [...] acredito muito nesse movimento e que ele pode mudar também a cabeça das pessoas, que as pessoas são muito fechadas para si, muito fechadas para a política. Muito, sabe? Porque abre a mente da gente, né, a gente ganha conhecimento, né, entende como funcionam as coisas, né, passa a não ser liderado mais pelo governo [...]. E o movimento traz muito isso, questionamento, né, da gente querer entender, questionar as coisas, não aceitar tudo, não! (Depoimento de Fernanda, 2020).

Fernanda alega que sempre acreditou no movimento para construção de sua moradia, mas, no processo, indica que outros elementos compõem agora seu interesse em fazer parte desse processo e do Movimento Noroeste. Elementos esses que defendem como deve ser a sociabilidade do trabalhador: A abertura da mente; o conhecimento como conquista; a compreensão do funcionamento das ações e que, a partir do conhecimento, passa a questionar e não aceitar tudo o que lhe dizem, além de não querer ser “liderada” pelos governantes em prol de sua

organização, enquanto classe trabalhadora, com o Movimento Noroeste. As identidades de classe “se formam quando há reações concretas de lutas para não aceitar passivamente aquilo que está estabelecido por força da classe dominante” (BOGO, 2011, p.116).

Valter, por outro lado, não acreditava na luta e procurou o Movimento Noroeste porque sua mãe o estimulou, ou seja, uma mulher.

No começo, eu não acreditava, eu achava que era só mais uma coisa para tomar dinheiro do pessoal. Aí, até então que minha irmã começou a trabalhar [...] e minha mãe me inscreveu no lugar dela, e aí eu comecei a participar e vi [...] comecei a entender um pouco mais de política [...] comecei a prestar atenção mais no que acontece na cidade, no que acontece pela moradia, é, por exemplo, CDHU, Cingapura, invasões, ocupações, eu comecei a entender um pouco mais disso, porque era uma coisa que não passava pela minha cabeça [...] Eu achava que quem invadia terreno que ocupava terreno era porque queria ganhar alguma coisa em cima, não pela necessidade da casa própria. Aí eu comecei a prestar atenção e eu vi que São Paulo tem mais casa vazia do que a gente imagina e ninguém toma uma providência sobre isso, e se a gente entrar a gente leva uma borracha da polícia, e sei lá é mais ou menos isso aí. (Depoimento de Valter, 2020).

Valter narra como chegou ao movimento sem confiança, mas que, após compreender acerca da política, é que começou a enxergar e prestar atenção à realidade da cidade. Indica a realidade como algo que não passava por sua cabeça, pois estava oculta pelas ideologias burguesas e, a partir dos elementos de formação política que apreendeu nos espaços do Movimento Noroeste, é que consegue realizar as análises críticas acerca da realidade, elementos necessários à consciência de classe. Vale frisar que não há inscrição no Movimento; o que acontece é um cadastro dos participantes.

E, assim, eu fui lá, né, num dia e nesse dia, foi até eu, meu irmão e as crianças, para uma reunião para conhecer, né, para saber como que funcionava isso. Nesse dia, quem estava lá era o Abraão e aí ele explicou todo o movimento. Que iria fazer o cadastro, que ia participando de reuniões, e que era um movimento de moradia popular onde se trabalharia no coletivo. E só o fato de ser um movimento onde se juntavam pessoas para conseguir um objetivo comum eu já gostei. (Depoimento de Luciana, 2020).

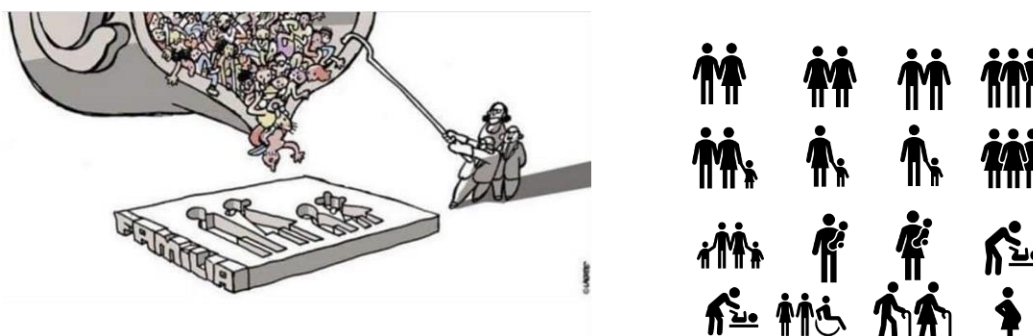
Nota-se que a liderança buscou contextualizar a luta e a organização do Movimento. Para Luciana, o que a atraiu foi a perspectiva da participação e do trabalho coletivo. Luciana reforça o time das mulheres que defendem as ações do Movimento.

Organizar atividades que contribuam para o fortalecimento da luta das mulheres é fundamental, pois são elas que contribuem na organização do Movimento. Luciana Vidal não apenas citou as atividades temáticas acerca das mulheres, como apresentou a imagem que mais a marcou durante as atividades.

A gente falou um pouquinho de gênero e tinha uma foto, um slide que tinha uma foto do “o que é família” e você colocou vários “deseinhos” de família, né, não só o tradicional papai, mamãe e filhinhos; colocou duas mães, dois papais, né, cachorro, gato, papagaio. E eu achei tão legal aquele slide que eu usei ele também. Então, assim, um jeito simples de mostrar uma situação que gera uma polêmica enorme, gera um desconforto em muita gente. Então, assim, essas coisas eu aprendi muito, né. (Depoimento de Luciana, 2020).

Luciana refere-se a duas atividades distintas do trabalho social, onde um dos temas relaciona-se especificamente ao direito das mulheres e outro relaciona-se à comemoração do Dia das Mães. Com vistas a tirar o foco apenas na relação desse dia com o comércio, seus “presentes”, a assistente social busca debater temas, como, por exemplo, A Mulher Mãe e a Ideia de Família no Contexto da Sociedade Burguesa, que é a atividade narrada por Luciana. Na Figura 20, apresenta-se a imagem dos “deseinhos” destacados por Luciana. Apresenta-se ainda a Foto 96, indicada por ela como a mais marcante na apreensão de seus conhecimentos.

Figura 20 – Imagem utilizada no trabalho social (2018)



Fonte: Site Laerte Coutinho¹¹⁶ (HEIN: C. D. S.).

¹¹⁶ Laerte é cartunista e reconhecida artista brasileira. Seus desenhos e suas charges contribuem para reflexões críticas à sociedade, por meio da arte.

Foto 96 – Imagem do trabalho social sobre mulheres (2018)



Fonte: Acervo de Luciana Vidal.

O tema que eu mais gostei no movimento foi o das mães [...]. E foi o que mais me identificou, pelo caso, né, de entender algumas coisas que eu queria entender, consegui compreender melhor. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Vale lembrar que Fernanda teve marcas de violência doméstica em sua trajetória, tanto quando criança, assistindo seu pai agredir sua mãe, como com ela própria, com seu marido. E, como Fernanda, há outras mulheres que podem ser fortalecidas e que talvez possam compreender seus próprios processos para que sua ação esteja embasada na consciência política somada a ações que possibilitem a emancipação das mulheres.

Observa-se que as narrativas de adultos e crianças não apenas comentam qual a atividade, como também colocam as imagens que remetem a determinadas lembranças, além de destacarem suas reflexões apreendidas acerca do tema.

eu pensei em uma imagem agora [...] uma que foi apresentada no Dia da Consciência Negra há um tempo atrás, que eram pessoas segurando em outros braços, que dava para interpretar como que estamos todos juntos independente da cor. (Depoimento da criança Yara, 2020).

No processo de trabalho social, as crianças vão elaborando a consciência do “nós”. Busca-se realizar um trabalho social que possibilite essa consciência, em alguns casos, por meio de conteúdo e imagens. Os preconceitos nascem das falsas consciências. “Os preconceitos servem para consolidar e manter a estabilidade e a coesão da integração dada” que beneficia a classe dominante que busca mobilizar

os homens “até mesmo, em alguns casos, as camadas das classes antagônicas” (HELLER, 2014, p. 76-77).

Por meio da imagem utilizada, a criança Yara realizou reflexões acerca do significado da imagem associada ao tema Consciência Negra. Tais temas são importantes para ser apresentados para as crianças, pois

[...] as culturas infantis não são independentes das culturas adultas, das relações de poder, das opressões e desigualdades presentes na sociedade. Assim, o racismo, a opressão de classe, a homofobia, o machismo também podem estar presentes nas inúmeras relações produzidas pelas crianças. (SANTIAGO, 2015, p. 93).

As crianças não apenas incorporam a cultura dos adultos, mas, a partir dos elementos que apreendem, contribuem de forma ativa para a mudança cultural, pois “nem tudo corresponde a coisas relativas ou provenientes da cultura dos adultos”, e as próprias crianças “também elaboram, é óbvio, parte dos elementos de seu patrimônio cultural” (FERNANDES, 2004, p. 216).

Assim, por meio das narrativas dos participantes na pesquisa observa-se que a música, as datas comemorativas, as imagens que representam as diferentes linguagens são importantes mediações do trabalho social com o Movimento Noroeste.

É da tradição do Movimento Noroeste organizar grandes festas na rua com as famílias participantes, inclusive as que compõem o projeto Alexios Jafet. São festas temáticas como, por exemplo, da Consciência Negra; Dia Internacional das Mulheres; Festa Junina e Dia do Trabalhador. Neste sentido, a assistente social contribui atendendo à solicitação do Movimento Noroeste para compor a organização e participação nos debates e mesas temáticas que antecedem as festas. Além de contribuir com as comissões do projeto Alexios Jafet que criam barracas de comida, escolhem brincadeiras e danças para os dias de festa.

O momento de confraternização é também compreendido como um espaço para o grupo partilhar momentos de diversão (Fotos 97 a 100 e 101 a 104).

Fotos 97 a 100 – Festas julinas do Movimento Noroeste (2015-2019)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

Fotos 101 a 104 – Debates sobre Consciência Negra (2016-2018)



Fonte: Acervo do trabalho social Ambiente Arquitetura.

As festas são momentos importantes para a sociabilidade, que possibilita e envolve as famílias, nos momentos de interação humana. É também considerado um dos momentos de lazer, fundamentais à nossa existência. É ainda um espaço de militância e de ocupação do espaço da rua.

O Estado tirou o povo da rua, cultura agora virou coisa de mercado, de bar, de casa de Show. Mas cultura de rua, que é a cultura que sempre existiu, continua [...] E a gente não separa militância de festa [...] a gente mistura essas coisas e ao mesmo tempo que está metendo o cacete, está bebendo, está brincando e dando umbigada. É isso, um misto de muita coisa. Isso que é importante, que é forte. (TARIN, 2015, p. 64).

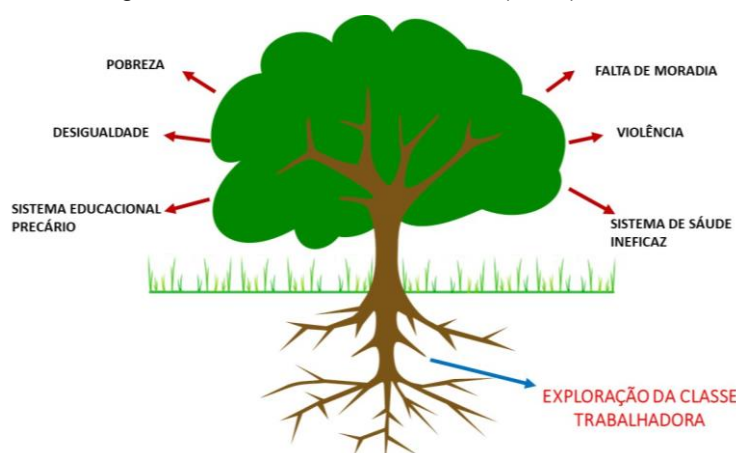
Destaca-se ainda, duas imagens utilizadas pela equipe de assistentes sociais, em 2017, para explicar aos participantes o tema “divisão de classe e análise de conjuntura” (Figuras 21 e 22). As narrativas dos participantes, ainda que não cite diretamente as imagens, indicam críticas que relacionam-se ao conteúdo delas.

Figura 21 – Imagem utilizada no trabalho social (2017)



Fonte: Site Pixabay¹¹⁷; (HEIN; C. D. S).

Figura 22 – Imagem utilizada no trabalho social (2017)



Fonte: Site Pixabay; (HEIN; C. D. S).

¹¹⁷ A imagem da árvore foi retirada do site supracitado, entretanto, os textos e formas, elaborei para o trabalho social com os grupos de famílias em 29 de julho de 2017.

As ilustrações contribuíram ainda para indicar o quanto, muitas vezes, as expressões da “questão social” são percebidas de forma naturalizada ou mesmo, na superfície da aparência. O profissional de Serviço Social, tem a possibilidade e capacidade de politizar os instrumentos. A arte está presente no trabalho social; uso das imagens; nas festas; assembleias; na dança; música; mobilização para as manifestações nas ruas; no registro fotográfico; e em todos os instrumentos que são criados e utilizados com intencionalidade política. Por meio da arte, e seus elementos, os participantes constroem memórias, identidades e dão sentido às relações humanas, porque relação social é humana, quem desumaniza é o capital. O trabalho social contribui para a sociabilidade da arte das relações humanas.

A música está vinculada à luta do cotidiano e expressa o processo de enfrentamento de classe, de acordo com cada período histórico. Desse modo, o assistente social contribui para a criação de uma nova sociabilidade, que englobe a música, o teatro, a arte e a disseminação da cultura integrada à luta dos movimentos de moradia, que está articulada com a luta de classe e a transformação social.

O recreio é a hora de criar, planejar, agir; ouvir músicas; refletir; desenhar, escrever; dançar e festejar. Não é apenas para as crianças participantes do Movimento Noroeste, é também para os adultos. A hora do recreio e trabalho social mediado pela arte é um modo prazeroso de fazer trabalho político. Os nossos sons e cores são permeados pela crítica emancipatória.

4.5 Para além da conquista individual: “A gente pega um pedacinho da vida dos outros pra gente”

As crianças participantes da pesquisa, ao serem questionadas, pela pesquisadora, sobre como será a vida delas quando forem morar no projeto Alexios Jafet, revelam o medo da violência e a esperança de que, nos espaços do Movimento Noroeste, isso não ocorra:

[...] vai ser melhor por causa que eu não vou mais morar de aluguel. Vai ser bem melhor por causa que eu conheço bem mais gente aqui do que lá no meu prédio [...] queria ser síndica porque eu iria dar multa para todo mundo, mas só para quem faz coisa errada, para outros não porque eles não merecem [...] nós vamos continuar brincando (Depoimento da criança Vih,2020).

Vih indica a expectativa de sair do aluguel, ao mesmo tempo em que a possibilidade de morar próxima a maior número de pessoas a atrai. Há ainda a representação da figura que tem o poder, que manda ou multa, ao narrar o motivo pelo qual deseja ser síndica. Essa representação de ideologias burguesas do “poder” estão presentes no cotidiano dos adultos e crianças; está presente no espaço de sua atual moradia, e também nos espaços do Movimento, pois, mesmo nos espaços democráticos, há referências a punições por meio de Regulamentos Internos, dentre outros. São elementos inseridos em todos os espaços da sociedade e que precisam ser desconstruídos.

*[...] onde eu moro, não é um lugar muito bom. O bairro não é muito bom. E aqui não vai ter essas coisas que tem lá. **Pesquisadora:** “O que tem lá?”. Por exemplo, meu irmão tomou tiro lá. E aqui não tem essas coisas [...] eu acho que nós vamos continuar sendo amigos. Que a gente vai continuar brincando, só que a gente vai estar maior, mais velhos, então a gente vai só conversar pelo jeito e é isso [...] gostaria de participar da reunião de condomínio. (Depoimento da criança Yara, 2020).*

Notam-se, na narrativa, elementos da violência urbana; o desejo de ampliar a coletividade dos momentos de encontro quando as famílias estiverem morando e a forma positiva com a qual Yara encara uma reunião de condomínio, a partir das experiências de participação nas atividades do Movimento e decisões coletivas.

Porque, agora, tipo agora, aqui, eu tô envergonhado, mas quando eu tiver grande, todo mundo vai me conhecer e eu vou conhecer todo mundo. Onde eu moro, à noite, é assim, a gente estava assistindo televisão aí minha mãe estava vindo do serviço, que ela trabalha na Barra Funda, aí ela estava vindo 23 horas. Aí estava vindo um carro, ela pensou que era amiga dela e deu tchau. Quando ela foi abrir o portão, tipo tamparam a boca dela e tentaram roubar a bolsa dela, mas minha mãe não deixou. Levaram o celular dela.

Pesquisadora: “E aqui você acha que vai ser diferente?”. *Sim. Aqui eu acho que não vai ter isso mais [...] acho que todo mundo vai conseguir pegar seu apartamento e morar. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).*

Fortnite, assim como Yara, revela a questão da violência urbana somada à expectativa de viver uma vida com fortes laços comunitários. As narrativas das crianças revelam as consequências da globalização no espaço urbano, inclusive a violência urbana. Não é por ser a terra conquistada pelos movimentos de moradia que não há risco de tráfico, assaltos e demais situações de violência, considerando

que são questões estruturais demandadas da sociedade capitalista, mas, nesse espaço, os trabalhadores estão organizados; além disso, é uma região de intervenção das lideranças nas comunidades. O bairro, Jaraguá, é um dos principais locais de atuação do Movimento Noroeste.

A esperança compõe a sociabilidade do trabalhador e motiva para a luta no processo de construção de consciência política. A esperança pode levar a cidade a não ser vista e construída sob a perspectiva da violência, pois a cidade é “lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p.14).

Eu espero que o projeto, esse movimento de moradia Oeste e Noroeste, né, nunca pare de existir [...], agora, tem o projeto da faculdade, muito bom. Então, as pessoas sonham com alguém que nos dê uma expectativa e eu acho que é isso, o mutirão empurra a gente, dá uma esperança para gente [...] é uma esperança para pessoa que não tem nada, é uma esperança muito grande, de ir numa reunião, de participar (Depoimento de Fernanda, 2020).

[...] a outra parte do movimento, que é bem legal de ressaltar, é que eles apoiam o estudo. Eles apoiam que as pessoas cresçam, apoiam que as pessoas façam um curso profissionalizante, que façam alguma coisa para que cresçam pessoalmente. Eles preveem e promovem para que as pessoas tenham outra expectativa de vida mesmo, né, que consigam ter pelo menos um caminho, um norte para ir. (Depoimento de Luciana, 2020).

O espaço do movimento, além de possibilitar a esperança ao trabalhador, é uma escola de luta que possibilita o repasse dos saberes apreendidos em processos de trabalho coletivo; de organização política de luta e enfrentamento.

*Acredito no movimento. Começa por mim e pelos meus filhos [...] E é isso aí contínuo, tô torcendo para a construção da minha casa e assim que terminar a minha casa eu **vou continuar no movimento ainda**. Eu não vou virar as costas não, porque, da mesma forma que a gente está conseguindo, tem outras pessoas que passam pela mesma situação que eu passei ou até pior [...] com os meus filhos, a gente vive isso dia a dia, né, de segunda a segunda, então, eu converso bastante com eles e eles veem a importância do coletivo, da união das famílias aqui do Movimento. E, assim, eles têm uma noção do que é o Movimento, porque todo final de semana eles conhecem as pessoas [...] E aqui dentro do movimento a gente vê muito disso, a gente acaba compartilhando com o problema das outras famílias e tentando solucionar também. **A gente pega um***

pedacinho da vida dos outros pra gente. (Depoimento de Valter, 2020, grifos nossos).

As narrativas dos participantes indicam a saída do reino da necessidade para o reino da liberdade, pois alegam que, após a conquista da moradia, querem continuar na luta do Movimento Noroeste. No primeiro momento, a busca pelo Movimento foi pela necessidade de acesso à moradia e, no processo, essa ideia se transformou na consciência pela luta a que outros trabalhadores, na mesma situação, pudessem acessar seus direitos. Isso demonstra que as mediações dos trabalhos coletivos contribuem com o caminho da liberdade considerando que “nos sucedâneos de comunidades que até agora existiram, no Estado, etc., a liberdade pessoal só existia para os indivíduos que se tinham desenvolvido nas condições da classe dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 64). A transformação das forças pessoais, que são as relações, em forças objetivas, por meio da divisão do trabalho

É somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível [...] Na comunidade real, os indivíduos obtêm simultaneamente sua liberdade na e por meio de sua associação.

Para além do motivo de não ter com quem deixar os filhos, todos os valores coletivos apreendidos pelos pais são ainda razão para que queiram passá-los a seus filhos e, por isso, é importante envolver as crianças nos espaços do Movimento Noroeste.

O elemento principal de sociabilidade do trabalhador, a partir da narrativa de Valter, é o desejo de ampliar as conquistas para outras parcelas da sociedade, que se inicia por ele e sua família. Sua narrativa contrapõe-se à ideia de sucesso do indivíduo capitalista. A narrativa indica a percepção de fazer parte da vida de outras pessoas, de uma ligação de afeto entre os participantes. Há a desconstrução da ideia burguesa de “cada um com seu problema” para a ideia de unir forças dos trabalhadores, pois, na sociabilidade do trabalhador “*a gente pega um pedacinho da vida dos outros pra gente*”, e isso fortalece a ação coletiva.

Eu aprendi muita coisa, conheci muita gente, a gente passa a ter mais tolerância, empatia, que era um sentimento que a gente, eu penso que a gente aprende a ter e você luta por aquelas pessoas como se fosse uma pessoa íntima sua, você luta por um grupo, você defende esse grupo como se fossem pessoas da sua família. Acho

também que, quando as pessoas entram num projeto de moradia, num movimento de moradia, por mais que elas entrem individualistas, pensando na sua casa, num local digno para sua família, ela aprende a lidar com o coletivo porque deixa de ser “Eu”, porque se fosse “Eu”, ela ia lá, ela financiava uma casa para ela, um apartamento, ela sozinha [...] Só que ela sozinha não consegue, então ela se une a esse projeto de moradia do qual tem o coletivo, que é esse coletivo que gera uma força para o movimento. (Depoimento de Luciana, 2020)

A narrativa aponta que as relações vão muito além do que se juntar por um interesse comum. Quando Luciana fala em defender esse grupo como se fossem pessoas da família, demonstra a consolidação de uma rede de coletividade com fortes laços comunitários. Mas a defesa é por meio da luta organizada. Indica, ainda, a apreensão de conceitos de que a força do Movimento está relacionada à organização dos trabalhadores.

E tô aí, esse ano vai fazer acho que uns dezenove anos que eu estou no movimento, eu não vejo a hora de sair a minha casa né, minhas filhas ficam falando: - Mãe eu quero meu quarto, não sei o que, né. Eu quero uma vida nova, diferente. Quero conquistar o que eu não conquistei e quero contribuir [...]. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Fernanda também indica o desejo de ir além da conquista individual em prol da contribuição do coletivo.

Sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamentos revolucionários nem ação revolucionária. Os que “não sonham” estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contra-revolução prolongada. Na verdade, estes não podem sonhar, pois só têm pesadelos. (FERNANDES, 1981, p.111).

A herança do capital é a alienação, violência, o preconceito; a disputa; desumanização; exploração; perda de valores humanos em prol dos valores das coisas.

A herança do trabalho coletivo é a herança de luta, de trabalho social politizado, de desejos e expectativas de um pelo outro e de sonhos políticos realistas na contramão do sonho mistificado.

A Herança do Movimento Noroeste é a sociabilidade coletiva da classe trabalhadora e da organização que favorece os processos de tomada de consciência.

A herança do assistente social é, dentre outros elementos, contribuir com subsídios que possibilite desvendar a raiz das expressões da “questão social”; possibilite a consciência política; ações críticas e a sociabilidade coletiva.

5 QUAL É A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL PARA A SOCIABILIDADE COLETIVA? ROMPENDO AMARRAS NA DIREÇÃO DO PROJETO EMANCIPATÓRIO

Com o trabalho social, a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo, à política, economia, ao conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece, entre outras. (Valter Silva, 2020).

No presente capítulo, apresenta-se a contribuição do trabalho social e do assistente social para a sociabilidade coletiva; assim como as reflexões acerca das mediações do trabalho do assistente social e o significado do trabalho atribuído pelos participantes na pesquisa.

Compõe, o capítulo, a definição de sociabilidade coletiva defendida pela pesquisadora, que veio sendo construída no decorrer do estudo, a partir dos elementos e das reflexões da prática profissional; dos referenciais bibliográficos; da perspectiva dos trabalhadores; e das narrativas dos participantes da pesquisa, adultos e crianças.

5.1 O trabalho do assistente social: a ênfase nos processos formativos

Defende-se o trabalho social com o Movimento Noroeste como uma das possibilidades de contribuir com o trabalhador para que seu “tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, de trabalho” (MARX, 2013, p. 337) seja compreendido de forma diferente dos interesses do capital que trata o tempo do trabalhador como “futilidade”, onde

em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. [...] o sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. [...] O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. (MARX, 2013, p. 337).

Quando Marx analisa a jornada de trabalho no século XVIII, o contexto era de luta para regulamentar as doze horas diárias. No decorrer dos séculos houve avanços e conquistas para jornadas menores. Na atualidade brasileira, século XXI, há lutas trabalhistas para novas conquistas e para que não se percam os direitos conquistados.

Neste contexto está, o assistente social, que realiza o trabalho com relativa autonomia, considerando que ainda que a atuação seja com movimentos de moradia,

durante o período em que trabalha, sua atividade é socialmente apropriada por outro: o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades [...] direcionar o trabalho segundo suas intenções. [...] Simultaneamente o assistente social tem como base de sustentação de sua relativa autonomia – e com ela a possibilidade de redirecionar seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados por seus empregadores – o próprio caráter contraditório das relações sociais. (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

Contudo, ainda que o assistente social seja um profissional assalariado que atua no contexto de relações sociais de mercado, tem a possibilidade, no cotidiano profissional, de dar novos rumos sociais.

Milton Santos (2004 p. 39) chama a atenção para a possibilidade de “desmistificar o homem”, que seria, na concepção do autor, “revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca”. Nesse sentido, o trabalho social realizado com o projeto Alexios Jafet do Movimento Noroeste, contribui para o reconhecimento do homem como ser social em sua plenitude.

As famílias, quando procuraram o movimento de moradia, chegaram, inicialmente, pela necessidade da moradia. Henrique Pacheco, participante da pesquisa, ao avaliar o processo de luta do Movimento Noroeste, bem como o de construção das moradias e de formação política, destaca:

Nós somos um grupo que tem uma série de ideias que acabam acontecendo pela transmissão oral, porque a gente não tem um texto escrito, mas vai se repetindo o conceitos que eu trouxe, mas que recebi de outros, que o Donizete trouxe mas que recebeu de outros e a gente foi agrupando uma forma de ver, como entender, como lutar.

Eu vejo que a [...] aqui, Zona Oeste, noroeste¹¹⁸ tem que ter autonomia inclusive financeira. Então eu vejo assim, as pessoas que vem, eu acho que um outro pecado que a gente cometeu, fazendo uma autocrítica, ou talvez serve só para mim, mas to dizendo assim, que talvez gostaria de ter feito muito mais formação do que eu fiz. Gostaria de ter feito menos casas e mais cabeças pensantes (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

O Movimento Noroeste passa por um processo histórico de construção de conceitos; identidade de luta; situações da realidade e vivência no cotidiano. A necessidade da moradia sobrepõe-se à necessidade da formação política, pois há preocupação em atender à emergência dos trabalhadores que são ignorados pelo Estado. A autocrítica de Henrique também compõe o processo de transformação de seus conceitos e ideias na relação com o Movimento.

Não é porque o cara é operário que ele é maravilhoso, não é porque ele mora na favela que ele é maravilhoso, é a formação que vai definir as pessoas, não é verdade? Às vezes eu me arrependo de não ter formado melhor as pessoas, formado assim, ter contribuído para a formação deles, porque eu fui atropelado também por essa necessidade estrutural de ter onde morar, sair do aluguel e tal. (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Quando a luta é reduzida pela necessidade, há redução do horizonte político da luta¹¹⁹. Henrique avalia que houve avanços e também perdas quando o trabalho realizado não contribui completamente para a consciência de classe e, em vez disso, reproduz a alienação de classe para o mercado; no entanto, o processo da formação política dos trabalhadores sendo atropelado pelos ardis do capital, não deve ser analisado como uma falha individual, afinal, os trabalhadores

[...] pensam o mundo e a si mesmos a partir dos elementos que constituem a consciência da burguesia, portanto, não nos espanta que a primeira expressão prática dessa forma de consciência seja o amoldamento dos trabalhadores à sociedade da qual eles fazem parte e não sua negação. (IASI, 2013, p. 72).

De acordo com Iasi, é também nesse fato que existe a possibilidade de os trabalhadores se organizarem e “irem além de sua consciência imediata” (IASI, 2013, p. 72).

¹¹⁸ Uma das formas de denominar o Movimento Noroeste.

¹¹⁹ Anotações de aula do dia 7/8/2019, no Nepi, ministrada pela Profa. Dra. Maria Lucia Martinelli.

eu sinto que é uma coisa eu tentei passar alguns valores que são, ao longo do tempo, que é a honestidade, caráter, princípios né, que é o jeito de ser, nunca nós tivemos no meio desses vinte e tantos anos, gente que se perdeu, gente que se corrompeu, gente que foi seduzido por empresários, corretores e tal, mas nós afastamos esse pessoal e a gente conseguiu formar um grupo de gente honesta. Honestidade não é uma coisa assim, de eu fazer profecia disso, mas se você não tem honestidade o Movimento não anda, entendeu? (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Se o foco de formação política dos participantes do Movimento não estiver embasado na consciência de classe para que a organização política dos trabalhadores seja fortalecida rumo à autonomia e emancipação das amarras do capital, podem surgir riscos de perda política nos processos de luta. Por outro lado, as contribuições do Movimento Noroeste e suas lideranças, possibilitam aos trabalhadores a apreensão de elementos que os fazem avançar dentro e fora dos espaços do movimento

[...] o importante é a gente ver, saber que quantas pessoas [...] que a gente viu chegar à universidade. Por exemplo, tem a filha¹²⁰ do Esperidião que é uma menina que nasceu na ocupação lá pequenininha e hoje faz mestrado, não é verdade? (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Quando a pesquisadora questionou as crianças: “Em sua opinião, o que é o movimento de moradia?” nota-se que a representação das narrativas relaciona-se ao real do cotidiano que elas vivenciam e dos conhecimentos que vão adquirindo em suas trajetórias, bem como na convivência com as lideranças, com a Comissão de Ciranda e com as ações do trabalho social. “Tia, eu acho que o movimento de moradia é quando as pessoas se juntam para brigar no governo para querer o direito” (Depoimento de Vih, 2020).

Para mim, o movimento de moradia são muitas pessoas lutando por moradia, um lar que eles conquistarão futuramente. Só que no processo de luta deles, vão se comunicando, criando amizades, e assim aprendendo que as raças, religiões etc. não nos fazem diferentes, pois estamos todos lutando pelo mesmo objetivo. Aprendi frequentando com a minha mãe, pois percebi que, lá, eles deixam

¹²⁰ Elaine Rosa é cientista social e mestre em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Militante do Movimento Noroeste.

todas as diferenças de lado, e todos trabalham como se fossem um só. (Depoimento da Criança Yara, 2020).

Observa-se que a percepção da criança Yara acerca do Movimento Noroeste é de um coletivo que luta por interesses comuns. A luta como um processo e aprendizado do respeito às diferenças

O governo não está dando casa para ninguém. Tipo, não é que ele deveria dar casa. Ele deveria ajudar os que não têm teto. É coisa que ele não está fazendo. Então as pessoas tomam uma atitude e faz umas coisas que ele não está fazendo. A pessoa tem que levantar a preguiça e agir e fazer alguma coisa, porque se as pessoas “não fazer” nada, então ele (governo) não vai fazer nada. Porque quando as pessoas “toma” posição aí e faz as coisas, aí ele toma a responsabilidade e faz. (Depoimento da criança Fortnite,2020).

Fortnite indica a percepção dos participantes como sujeitos ativos, conscientes, que lutam por seus direitos e são capazes de transformar a própria realidade.

As crianças do projeto Alexios Jafet não apenas dizem o que é o movimento de moradia, como apresentam suas reflexões que são críticas e politizadas. Vih indica que lutar por moradia é lutar por direito. Yara indica que aprendeu o conteúdo de sua narrativa frequentando o espaço do Movimento com a mãe. Indica, ainda, que é no processo de luta que vão se criando as identidades. Fortnite apresenta elementos de enfrentamento ao governo e ao posicionamento que deve ser feito para suprir a falta de moradia.

As crianças compreendem que não é papel do Movimento Noroeste atender à população com moradia, ainda que o Movimento atenda. Ao contrário, indicam que é necessário realizar organizar enfrentamento ao Estado, que tem como papel atender aos direitos dos trabalhadores. Reconhecem o Movimento Noroeste como um espaço possível de luta por direitos, para além da questão da moradia.

As principais palavras narradas pelas crianças e que indicam como deve ser a sociabilidade do trabalhador são: **pessoas organizadas; direito; atitude; agir; posição; responsabilidade; lutando; processo de luta; e aprendizado em processos**. Os valores coletivos estimulados pelo trabalho social, pelos profissionais da arquitetura e pelas lideranças do Movimento de Moradia estão na consciência das crianças e são revelados quando narram suas reflexões e em suas ideias de coletivo, de que não é possível lutar sozinhos.

O trabalho social é planejado e executado com base ainda no reconhecimento das crianças enquanto participantes políticos no Movimento. Contribui, em processos, com elementos para compor os valores coletivos e humanos do trabalhador.

E o social é muito importante [...] está ensinando assim, [...] tomar cuidado com preconceito, né, tomar cuidado com as crianças, com os adolescentes e isso é muito importante. Como foi falado final de semana agora das drogas. O adolescente que é envolvido dentro do projeto desde criança, que tem preocupação com as drogas, com os adolescentes, isso é muito bom, porque vamos ter bastante criança, bastante adolescente [... não é só morar ali e me dar bem com meus vizinhos [...]. Espero que no futuro eu possa contribuir de alguma forma [...] porque as pessoas são muito alienadas, passa um negócio na televisão: “Aí, é isso!”. E não é assim que funciona, não é o que está acontecendo ali na TV. A gente procura pesquisar mais, saber mais [...], mas vou atrás da verdade, vou procurar [...] daquele problema que está acontecendo, no dia a dia, né, na sociedade. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Destaca-se como elemento principal, na narrativa de Fernanda, a indicação do trabalho social como aquele que contribui para o processo de desalienação.

O trabalho social é superimportante no projeto, porque é para além da gente ficar só naquele negócio de mão na massa, trabalhar e construir. Meu moleque entende esse negócio do social. Melhorou até a parte da aprendizagem deles na escola, devido história, nem tudo que ele vê na tv ele acredita! Por causa disso aí, porque a gente começou a ter uma convivência com pessoas que tem ideias que eram diferentes das minhas. E aí nesse discussão de ideias a gente acaba criando um senso crítico, a gente começa a prestar atenção nas coisas. (Depoimento de Valter, 2020).

O destaque, na narrativa de Valter, é a percepção do trabalho social como capaz de trazer elementos para um olhar crítico da sociedade em que está inserido. Já na narrativa a seguir, de Luciana Vidal há destaque para a contribuição do trabalho social ao olhar crítico para as relações sociais do entorno de sua moradia.

Dentro da assessoria técnica conheci o trabalho social. Desde o início eu gostei muito do trabalho social, na parte que fala de conhecer ao redor na época terreno né, ainda não tinham os prédios, de conhecer os comércios ao redor, os equipamentos públicos que tinham ao redor e aquela parte de conhecer os vizinhos que no início teve também e eu achei riquíssimo. Então o trabalho social na minha opinião desde o início é importantíssimo. Achei muito inteligente de

colocar o Serviço Social dentro de um projeto de moradia, que a princípio se pensa em arquitetos, engenheiros, mestre de obras, pedreiros né, você colocar uma figura social, uma figura que pensa em outros temas. (Depoimento Luciana Vidal, 2020).

As narrativas expressam, além das ações realizadas pelas lideranças do Movimento Noroeste, as discussões orientadas pela assistente social no decorrer de dez anos e no processo de formação política.

Fernanda destaca seu interesse em contribuir para a luta, pois, para ela, não é apenas morar. Valter indica o trabalho social como aquele que contribui para o senso crítico dos participantes, inclusive ao processo de apreensão do conhecimento, por parte de seus filhos, que são crianças. Luciana, por sua vez, indica a desconstrução da ideia de que somente arquitetos e engenheiros poderiam trabalhar em projetos de HIS, bem como coloca a assistente social como “*figura que pensa outros temas*”.

Tanto Valter como Fernanda atentam para a cultura abordada pelos canais de televisão e quanto o trabalho social contribui para a perspectiva crítica na análise de tal cultura.

Então, por mais que o capital queira, a expressão da verdadeira cultura não está na televisão, por mais que tente impor padrões de consumo e influir no comportamento. Na informalidade, as massas são desobedientes a ordem e [...] estabelecem relações de afetividade e convivência. (BOGO, 2010, p.158).

A compreensão dos participantes acerca dos elementos que lhes são apresentados pelo trabalho social, não ocorre em apenas uma atividade, ao contrário, é no processo desse trabalho, na participação deles nas atividades, na vontade e disposição em debater, questionar, enfrentar e propor. E, no caso do projeto Alexios Jafet, ao passo que o tempo de espera colocado pelo Estado para atender aos trabalhadores com moradia contribui para a violação dos direitos, o trabalho social pode contribuir com os enfrentamentos a essas violações de direito.

No início de 2017, após escutar por mais de uma vez, de pessoas que compõem o Movimento Noroeste, dizerem: “Aqui tem hierarquia”, a assistente social e a equipe urbanística sentiram necessidade de discutir como se estrutura a sociedade e o que se pretende de diferente no Movimento Noroeste. O objetivo era

debater a estrutura de classe e a divisão da sociedade entre classe trabalhadora e classe burguesa. Para isso foi utilizada a imagem representada na Figura 21.

Figura 23 – Imagem utilizada no trabalho social (2017)



Fonte¹²¹: Blog Neocomunismo.

Como essa atividade do trabalho social contribuiu com os participantes do projeto e no Movimento? Valter a cita em suas reflexões:

Com o trabalho social, a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo, à política, economia, ao conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece, entre outras.

É por exemplo essa semana eu tava lembrando com meus amigos aqui, um trabalho social que passou que foi muito importante que explicava sobre a pirâmide do capitalismo, de quem levava o maior peso, quem ficava com o peso do capitalismo que é nosso, os trabalhadores, é, a classe operaria. E aconteceu um fato engraçado que eu peguei e falei assim: “Nossa, isso aqui tá igualzinho o que foi passado no social, a hierarquia tá lá em cima só colhendo os frutos e a gente tá aqui trabalhando e sem poder reclamar dos nossos direitos, devido à política que tá acontecendo no nosso país, a forma

¹²¹ Publicada no *blog* em 1^o de fevereiro de 2012.

que tá sendo conduzida as coisas”, então, foi uma das coisas que eu aprendi no social, que no meu dia a dia eu vi, eu lembrei e entre outras, né? (Depoimento de Valter, 2020).

O indivíduo é parte das relações sociais em que está inserido, transformando a realidade do seu entorno e sendo transformado, a partir das relações que vão sendo construídas. A compreensão do mundo em que está inserido contribui para o papel de protagonismo, fugindo do papel de mero espectador que a cultura capitalista tenta impor aos trabalhadores. Tal compreensão é fundamental para o enfrentamento dos ardis capitalistas. O trabalho social contribui para a ruptura do cotidiano e a transgressão da ordem estabelecida pelo sistema capitalista.

Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. (MARTINS, 1998, p. 6).

Pode-se considerar que Valter apreendeu, pelo trabalho social, elementos que estimularam o pensamento crítico e, a partir das situações que ele vivencia em seu cotidiano enquanto trabalhador, realiza as reflexões acerca realidade e de como as coisas são na sociedade (Foto 105). “A reforma da consciência consiste unicamente no fato de deixar o mundo interiorizar sua consciência, despertando-o do sonho sobre si mesmo, explicando-lhe suas próprias ações” (MARX, 2010, p. 72).

Foto 105 – Imagem de atividade sobre relações mecanizadas de trabalho (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social da Ambiente Arquitetura.

O aprendizado é um processo e, portanto, não é palpável e fácil de ser visualizado no dia a dia do trabalho. Porém, por meio das narrativas, é possível identificar esses processos, importantes elementos do resultado do trabalho no cotidiano da atuação profissional.

Apesar de resultados importantes, não quer dizer que são fáceis os enfrentamentos que o profissional necessita realizar para que o trabalho ocorra. Quando se leva para o debate a desconstrução da ideia de hierarquia, pode ser que os futuros moradores, como é o caso de Valter, a compreenda no contexto da sociedade capitalista. Quem receia perder determinados espaços de “poder” acima do objetivo de luta, não desconstruirá a ideia facilmente. Paz e Santos (2017, p. 191-192), em seus estudos acerca da conjuntura política e movimentos de moradia, utilizando-se das narrativas de Leonardo Péricles¹²², destaca:

A propriedade privada na cabeça das pessoas é um negócio violentíssimo. Isso é um entrave para o processo de avanço nas lutas do País. De avanço do próprio projeto que a gente tem. Então, tem que estar na nossa visão esse combate tenaz à propriedade privada, ao individualismo.

E é isso. É preciso que a atuação profissional contribua com o combate de ideias e ações burguesas, que aliena os trabalhadores a tal ponto que cria hierarquias e os distancia dos processos de luta, ainda que os temas nem sempre sejam fáceis, como nos traz Luciana em sua narrativa:

Com o passar do tempo, as capacitações, as introduções de alguns temas, nem sempre fáceis, né? E nem sempre de fácil acesso, até alguns mitos, eu achei muito válido. Você também, como assistente social, é muito prática, tenta sempre remeter a linguagem popular que isso também facilita muito, porque os termos técnicos são fáceis de usar dentro de uma reunião técnica né, mas quando você tem que falar isso para um público entender seja ele de nível técnico, seja ele de um nível básico, isso é o que faz o diferencial. Então você tem esse carisma, [...] de estar falando numa linguagem [...] da qual a gente consegue entender tanto qual que é o objetivo daquele trabalho, como o porquê, (Depoimento de Luciana, 2020).

Identifica-se, na narrativa, a sociabilidade de democratização do conhecimento. Os profissionais que atuam na assessoria, de forma geral, têm ainda

¹²² Militante no Movimento de Lutas dos Bairros e Favelas.

em comum a defesa pelo não abandono da linguagem técnica. Parte-se do princípio de que o trabalhador é capaz de compreender e utilizar qualquer termo, inclusive os “termos técnicos”. A ideia de que é preciso ter uma linguagem menos rebuscada e com poucos termos técnicos para trabalhar com a população é um dos ardis do capitalismo, como forma de evitar que o trabalhador compreenda facilmente os próprios direitos, considerando que quando há atividades, como as reuniões com o agente financeiro, ou mesmo quando discutem contratos com os agentes, os termos são técnicos. As legislações, muitas vezes, são quase incompreensíveis a qualquer pessoa que não seja da área jurídica.

O que muda é a forma da equipe apresentá-los, ou seja, utilizam os termos técnicos e explicam seu significado, contribuindo para o aprendizado e, principalmente, o enfrentamento das ideias contrárias à realidade dos trabalhadores. Santos (2019, p. 235), em seus estudos acerca do trabalho social por meio das narrativas da trajetória de Leila¹²³, que participa do Movimento Noroeste, destaca:

Quando o trabalho social começou, eu mal conseguia elaborar uma planilha, mas quase todas as atividades demandavam ter esse conhecimento. Eu consegui até fazer umas fórmulas que facilitaram a vida e na convivência com a coordenação do movimento, com os profissionais da assessoria, agente financeiro e poder público, aprendi coisas que eu jamais teria se não tivesse participado de um processo assim. Hoje sei os termos técnicos, sei o que é um BDI, uma ART, um PTTS, medições e várias outras coisas que posso usar até fora do projeto.

São os trabalhadores, no Movimento, que estão na cena pública, e ainda que não utilizem os termos técnicos, devem conhecê-los para os enfrentamentos necessários. O profissional deve confiar na capacidade de aprendizado das pessoas.

Uma das que me marcou é aquele dia que teve [...] a participação do advogado que eu não vou lembrar o nome dele que falou na campanha eleitoral, que falou sobre os legislativos. Como que eles aparecem lá, né? Como que eles surgem se ninguém vota nele? Se não é um processo de eleição? Então, assim, ó, uma coisa que eu nunca tinha parado para pensar né, e é uma coisa que marcou muito. (Depoimento de Luciana, 2020).

¹²³ Leila Bomfim faz parte da comissão CRE no Movimento Noroeste. É futura moradora no projeto Alexios Jafet, participa das ações do trabalho social desde 2010. Uma das produções acadêmicas da pesquisadora relaciona-se a história de vida de Leila, bem como sua participação nos espaços do Movimento e no trabalho social.

Luciana está se referindo à atividade realizada no final de 2017, sobre Controle Social, planejada pela assistente social, que articulou com a assessoria jurídica do movimento, bem como a equipe urbanística e Donizete Fernandes, uma apresentação com advogados que utilizaram diversos termos técnicos, que foram sendo esclarecidos para os participantes no decorrer das atividades.

Gosto também de outra parte no trabalho social, em especial o seu jeito de incluir as pessoas, mesmo aquelas pessoas que se colocam numa zona de conforto e falar: “Ah, mas eu não sei fazer” [...]; “Ah, me dá um banheiro que eu lavo”. Então assim, eu gosto muito desse seu jeitinho de tirar ela na verdade da sua zona de conforto e falar: “Não! Você consegue sim, eu não vou deixar você fazer sozinha, você vai fazer junto comigo”. “- Ah, mas eu posso trazer meu filho”? “- Pode trazer, a gente vai fazer junto” [...]. Porque, assim, é muito fácil estar na zona de conforto, mas também é muito seguro para a pessoa que não se sente incluída naquele ambiente, às vezes naquele trabalho, não se sente competente para realizar alguma atividade [...] eu acho isso uma riqueza tanto para você conseguir fazer esse movimento como para as pessoas que recebem esse aprendizado. (Depoimento de Luciana, 2020).

Luciana refere-se ao fato de que, quando há atividades das comissões e as pessoas precisam participar de apresentações, pesquisas e estudos, há receio de não serem capazes de realizá-las. A narrativa indica que o trabalho social contribui para a desconstrução da ideia de que as pessoas só podem realizar determinado tipo de trabalho “especializado”, como o exemplo dado por Luciana: “*Me dá um banheiro que eu lavo*”. A compreensão do trabalho coletivo pode levar ao desenvolvimento de potencialidades adormecidas, libertando o indivíduo da condenação imposta pela cultura de que ele “só presta” para fazer um determinado tipo de atividade, geralmente mal remunerada e com pouco reconhecimento social (Fotos 106 a 108).

Fotos 106 a 108 – Trabalho social com as comissões (2018)



Fonte: Acervo do trabalho social da Ambiente Arquitetura.

Nos espaços de atuação profissional, é papel do assistente social contribuir com a desconstrução das ideias e dos sentimentos de incapacidade e fracasso na vida do trabalhador. Deve estimular a participação e o sentimento de pertença, de fazer parte de algo, ou mesmo de sentir-se seguro por saber que terá o apoio necessário ao desenvolvimento de sua potencialidade. Há determinantes estruturais da sociedade burguesa que, muitas vezes, impede o profissional de realizar seus papéis, mas, no campo das possibilidades, é necessário que ocorra.

Meu, é muito grande a contribuição do social para o coletivo porque além de a gente discutir assuntos internos o Social traz muita informação para gente, né, referente a tudo, a cultura, política, a vida, como nos comportar perante os outros, como nos impor, aprender a ouvir [...] aprender a conversar, aprender a ser ouvido. Ah, um monte disso a gente aprende no social. Como é que eu vou explicar, mano (coçou a cabeça), vou te dar um exemplo: é a informação que você passa [...] foi sobre as drogas, que as meninas¹²⁴ passaram que só se conhece craque, maconha e cocaína, não se conhece as outras drogas. E o que podem causar com elas? O que pode trazer essas

¹²⁴ Comissão de Saúde.

drogas e até mesmo a própria bebida. Meu, onde que a gente ia ouvir isso? A gente que não estuda mais, se não é no social, não tem outro lugar. Então, o social, para mim, é importante por causa disso! Bom, não sei se eu consegui explicar mais ou menos, mas é um pouquinho do que eu penso. (Depoimento de Valter, 2020).

Valter revela a realidade de que não há espaços para os trabalhadores se informarem de determinados temas, como, por exemplo, “drogatização”, ou, pelo menos, não são informações de fácil acesso aos trabalhadores, que muitas vezes não tem acesso à internet. Portanto, coloca o espaço do trabalho social como opção para conhecer a realidade. Destaca-se que, para o assistente social, é importante trabalhar com os grupos, por exemplo, a questão da cultura, pois a cultura é mediação. Além disso, “o agente da cultura, faz e é feito por ela. Não basta educar e politizar o ser social, é preciso intervir na circunstância em que ele vive para criar novas circunstâncias” (BOGO, 2010, p.155).

São narrativas que criam identidade de luta e afetividade entre os que compartilham a mesma realidade, no reconhecimento como classe. “A classe é definida pelos homens ao viver sua própria história e, ao final, é a única definição” (THOMPSON, 1984, p. 34).

Em 2018, durante o trabalho social, a assistente social viabilizou uma atividade em que as quatrocentas participantes do Movimento Noroeste, no projeto Alexios Jafet, divididas em comissões, deveriam debater e responder à questão: “Em sua opinião, o trabalho social contribuiu com seus aprendizados? Se sim, como? Se não, caso deseje, pode deixar sugestões e propostas”. O objetivo era buscar compreender quais eram os aprendizados das famílias como forma de avaliação coletiva dos processos de trabalho de forma geral e do trabalho social. Os resultados foram tabulados e apresentam elementos na mesma linha dos participantes da pesquisa, conforme Quadro 12.

Quadro 12 – Resultado de pesquisa com comissões do projeto (2018)

COMISSÃO	ACREDITA QUE O TRABALHO SOCIAL REALIZADO PELA TÉCNICA EQUIPE SOCIAL PODE TER CONTRIBUÍDO AOS APRENDIZADOS? EXPLIQUE
ALMOXARIFADO	Traz conhecimento, mostra a importância da autogestão para a sociedade.
CAPACITAÇÃO	Pois através de suas experiências profissionais com habitação, nos relacionamos melhor com o outro. Os temas trouxeram informação precisa do momento político.
CENTRAL DE COMPRAS	Porque conseguimos enxergar o outro lado da nossa história.
CIRANDA	Aproximação das famílias, falta mais conscientização.
COMUNICAÇÃO	Mediante as apresentações, palestras, vídeos, etc. Os temas abordados pela técnica foram extremamente pertinentes e atuais. Pelas histórias não conhecidas.
CONSELHO FISCAL	Aprendizado em áreas como ambiente, saúde e outras que nem conhecíamos.
CONTRATAÇÃO	Porque as coisas no social se nós participássemos nós não iríamos saber. Estamos aprendendo o convívio com outras pessoas (coletivo).
COORDENAÇÃO DE OBRA	Colocamos algumas coisas na prática que aprendemos. Integração das famílias com o objetivo de aproximação, mostrar o impacto social do projeto.
COZINHA	Sem eles não seríamos organizados.
ÉTICA	É aprendemos bastante com o convívio diário. Um pouco mais de cultura, porque através desse tema temos mais conhecimento.
IDOSOS	Adquirimos conhecimento, respeitando ao próximo como a nós mesmos.
JUVENTUDE	Sim, porque a parte social faz com que a gente conheça um pouco de cada pessoa que vai ser nosso vizinho. Porque conhecemos um pouco do índio, pois precisamos sempre lembrar de tratá-los com respeito.
LIMPEZA	Pois o trabalho social nos ajudou a se organizar melhor.
MEIO AMBIENTE	Discutir, trabalhar em grupo. União.
PRESTAÇÃO DE CONTAS	Explica o senso coletivo. O papel da mulher na sociedade e história.
SAÚDE	Social ajudou no projeto e no coletivo.
SEGURANÇA DE OBRA	Sim, pois algumas informações passadas são construtivas. Porque a gente fica sabendo de tudo que passa.
SEGURANÇA DO TRABALHO	Nos ensina a respeitar e a conviver em grupo. Porque aprendemos muitas coisas.
SOCIOEDUCATIVA	Aprendemos que não somos individualistas, que temos que lutar e fazer por nós e pelas famílias. Ter união e respeito pelas pessoas. Por sabermos nossos direitos.

Fonte: Elaboração: HEIN, C. D. S; com informações do Movimento Noroeste.

As narrativas indicam as múltiplas estratégias utilizadas pela assistente social. Assim como os participantes da pesquisa, os exemplos acerca das vivências e experiências com trabalho social colocam o trabalho do assistente social como aquele que fortalece o conhecimento em âmbito da sociedade e não apenas do projeto. Apresentam elementos do respeito ao outro e da organização em comunidade. Para além de terem o conhecimento, indicam a possibilidade de intervenção na realidade por meio da organização política de luta por direitos, conforme indicação dos participantes na Comissão Socioeducativa.

O assistente social, por meio do trabalho social, ao utilizar-se de suas mediações embasadas na dimensão política e da defesa de que não é apenas um trabalho e sim um projeto político, pode trazer elementos diferenciados daqueles que são desmobilizadores das lutas e de novas convivências, pois “na vida social, há muita convivência com as coisas imediatas e pouca convivência com a cultura política” (BOGO, 2010, p. 156). Essa pouca convivência política contribui para o descomprometimento dos trabalhadores em relação à responsabilidade com o destino coletivo.

O trabalho social com o movimento promove novas possibilidades para as relações, e tenta resgatar o que é tirado culturalmente. Resgatar a cultura de um pelo outro e não o individualismo. Assim, o assistente social contribui também para a formação política do movimento, ao trabalhar os interesses coletivos, em contraposição às ideias que transformam as relações em coisas.

É, então, no fazer acontecer o desejo que se desenvolve e se cultiva a cultura [...] ao ampliar a quantidade na abrangência organizativa, amplia-se também a qualidade da consciência. A formação política das massas é parte da cultura que se amplia para que, além do esforço para viver, elas também desenvolvam o esforço para organizar e conquistar o poder. (BOGO, 2010, p.159).

Desta forma, fica marcada a consciência de que há dificuldades impostas aos trabalhadores que têm seus direitos negligenciados e, como alternativa, propõe-se a luta organizada política e a formação política que, cujos sujeitos incluem os assistentes sociais.

Apresenta, assim, os espaços coletivos estimulados pelo Movimento de Moradia, como dimensão de identidade entre os trabalhadores e fortalecimento das potencialidades dos envolvidos. A participação na construção e autogestão de sua

moradia evidencia valores que desconstróem a ideia de relações humanas como coisa ou mercadoria. E contribui na desconstrução da ideia de que moradia é mercadoria.

Para os participantes, a moradia não é um objeto sem vida, mas espaço de relações humanas com valores, como amizade, amor, união, companheirismo, que estimula a luta coletiva e o respeito às decisões dos trabalhadores sobre os temas que envolvem suas vidas.

Os assistentes sociais podem contribuir com a possibilidades de transformação social, no entanto, não há como realizar enfrentamentos ao capital sem a consciência crítica ou a construção de identidades coletivas “pois as identidades são, fundamentalmente, condição de ser e possibilidade, são permanências, e são transformações, e sem este processo não seria possível realizar mudanças” (MARTINELLI, 2013, p. 146).

É compromisso profissional do assistente social atuar embasado em valores e defesa do projeto político da classe trabalhadora, por meio de ações emancipadoras.

As narrativas dos adultos e das crianças demonstram que a experiência vivida no Movimento mudou a forma como enxergam sua própria situação: Nos bairros; na convivência com outras pessoas; sua posição na sociedade enquanto classe trabalhadora; na construção de novos valores e conceitos. A experiência adquirida nos espaços do Movimento é compreendida e indicada como algo bom, que se contrapõe à experiência de relação com o trabalho, no contexto da sociedade burguesa, como algo estranhado e sofrido.

É possível, ao profissional de Serviço Social, por meio de seus conhecimentos teóricos e práticos, e da perspectiva da instrumentalidade e, em especial, por ser uma profissão com direção política para a organização da classe trabalhadora, da qual também faz parte contribuir para a desmistificação de ideologias burguesas e a construção da sociabilidade coletiva.

No trabalho social com o Movimento Noroeste e famílias do projeto Alexios Jafet, o profissional não é protagonista do processo, é parte dele. A proposta do trabalho do assistente social é que as pessoas não precisem mais de suas ações. Os participantes, no Movimento Noroeste, contribuem para a consciência de classe do profissional, que também se transforma na relação com os demais trabalhadores.

A sociabilidade é uma mediação inerente da objetivação humana, considerando que por meio da cooperação o indivíduo reproduz sua existência genérico-humana. De acordo com Heller (2014, p. 36-37),

o indivíduo já pertencia à humanidade [...] Para um homem de uma dada época, o humano genérico é sempre representado pela comunidade “através” da qual passa o percurso, a história da humanidade [...] Todo homem sempre teve uma relação consciente com essa comunidade; nela se forma sua consciência de “nós” além de configurar-se a consciência do “Eu” (grifos do original).

Desse modo, pode-se compreender que a essência do indivíduo está embasada nas relações sociais de reciprocidade e no reconhecimento dos indivíduos entre si como seres de uma mesma espécie, que dependem uns dos outros e partilham das mesmas ações para chegar a objetivos comuns.

A interação entre o indivíduo e a sociedade se faz de modo tal que a consciência do ‘eu’ e a do ‘nós’ não se constituem em antíteses; isto porque as motivações do ‘eu’ são sociais; sempre se referem a um grupo, a um quadro de valores socialmente legitimados. (BARROCO, 2008, p. 38).

No contexto das contradições do capital, é possível, ao trabalhador, romper com a lógica da sociedade burguesa, pois “não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História”. Na prática é que estão as condições de “transformação do impossível em possível” (MARTINS, 1998, p. 6).

5.2 A dimensão objetiva e subjetiva do trabalho do assistente social

O trabalho do assistente social, tem uma dimensão objetiva, ou seja, envolve conhecimentos, planejamentos, técnicas, procedimentos utilizados pelo profissional no processo de trabalho, mas também tem a dimensão subjetiva, que acessa valores, representações e as relações de confiança que se estabelece entre os participantes e o profissional. A partir das narrativas dos participantes, é possível observar essas dimensões da profissão:

E é isso, Cléo, eu espero ter ajudado na sua pesquisa né, que vai ser um sucesso com certeza. No começo, eu não gostava muito de você, “essa mulher chata, vem com esses negócios chato”, mas aí, depois, é engraçado, a gente aprende a gostar da pessoa e entender que o trabalho dela é importante, né. Hoje, eu já gosto muito, né, mas foi rápido, foi por meio ano só, foi rapidinho. Depois eu falei: “Nossa! Cara, essa mulher traz uns negócios bacanas para gente, ela é legal, gostei dela”, quando eu vi que você era gente da gente. Hoje eu presto mais atenção, respeito bastante seu trabalho, acho você uma pessoa bacana para ensinar, para compreender as pessoas, veio do caminho que a gente veio também. Aí entendeu, né? É como a gente, né? Tem humildade para entender as pessoas, sabe explicar, eu gosto do seu jeito. (Depoimento de Fernanda, 2020).

Fernanda coloca o trabalho do assistente social como capaz de desconstruir representações de que os temas normalmente não debatidos com os trabalhadores são chatos, e, portanto, não valem a pena. Interessa à classe dominante o desinteresse por debates críticos voltados às reflexões acerca da sociedade. Mas o trabalho profissional do assistente social consegue apresentar sua relevância, consegue despertar o interesse dos trabalhadores e conquistar o respeito pelo que realiza. Contribui para a convivência das pessoas, pois, no contexto do capital, é preciso fortalecer a relação dos trabalhadores, para que não seja uma relação estranhada, afinal, o estranhamento em relação ao outro contribui para o fortalecimento da cultura fragmentada, que favorece o ocultamento da desigualdade na sociedade.

Fernanda indica, ainda, a dimensão subjetiva do profissional e a identidade com a assistente social. O trabalho que o assistente social realiza pode definir a forma com a qual os trabalhadores atribuem valores a eles, e, portanto, é preciso estar atento aos elementos que baseiam a prática profissional. Valter, sobre o processo de entrevista, destaca:

Mano, você é uma pessoa que eu acredito no que você fala. Eu sinto muito o poder que você passa através de suas palavras; do que a gente conversa; do que você entende; do que você viveu; do que a gente tira de experiência. Parece que um pouco dessa história é sua, ou da sua história também que parece um pouco com a minha [...] ah, e porque eu gosto de você. Pronto! só isso. (Depoimento de Valter, 2020).

Mais elementos das narrativas reforçam os estudos de Martins (2014), acerca da sociabilidade do homem simples, que são maioria absoluta na sociedade.

A história de Valter se parece um pouco com a história da pesquisadora, que também se parece com a história dele. Isso porque ambos compõem a classe trabalhadora e as trajetórias de vida da classe trabalhadora são marcadas pelos elementos da “questão social”.

Os profissionais e pesquisadores de Serviço Social devem desenvolver vínculos de confiança com os trabalhadores por meio de seus processos de intervenção. A capacidade de transmitir as informações para outras pessoas, conforme destacado nas narrativas de Valter, relaciona-se com a prática alinhada a defesa política desta categoria profissional e com a socialização de informações. Na perspectiva de direitos, as informações devem ser transmitidas de forma que os participantes sejam reconhecidos como capazes de realizar mudanças e não simplesmente como alvo de repasse das informações.

A socialização de informação, nos termos expostos envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação. Por meio da socialização de informações, procura-se tornar transparente ao sujeito que buscam os serviços as reais implicações de suas demandas – para além das aparências e dos dados imediatos, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. (IAMAMOTO, 2009b, p. 356).

As narrativas indicam que os trabalhadores querem ser reconhecidos e ouvidos como participantes, que, para além de suas necessidades naturais, são possuidores de potencialidades e pensamentos politizados. As mediações com os participantes são o trabalho social oferecido e as ações que a assistente social realiza com eles. Indicam que a ação profissional está para além de processos burocráticos e cumprimentos de normas, mas, ao contrário, utiliza instrumentos e técnicas que partem da leitura da realidade possibilitada pelo embasamento teórico do Serviço Social e da direção política da profissão.

Para romper com o instituído, ir além das demandas institucionais, há necessidade de pensar técnicas e instrumentos a partir do contexto no qual se dá o exercício profissional, sendo, portanto, fundamental pensá-los a partir da análise, da leitura da realidade, dentro dos valores e daquilo que precisa ser mobilizado. (SANTOS; FILHO; BACKX, 2013, p. 34).

As narrativas indicam, ainda, a relação social do trabalho realizado por assistentes sociais na contribuição à nova sociabilidade que difere da proposta capitalista.

Ah e, uma outra coisa que eu queria te dizer é que, esse ano de 2019 eu entrei num curso de social e uma das referências foi você [...] fato de trabalhar só na área da saúde não me causava esse carinho todo, porque eu falava: “- Eu não quero só trabalhar na área da saúde, eu quero fazer outras coisas”.

E quando eu vi o seu trabalho eu achei que, assim: eu não estou presa, engessada na área da saúde, eu posso falar numa escola, eu posso estar indo num movimento social, eu posso estar indo numa comunidade. (Depoimento de Luciana, 2020).

Luciana Vidal aponta, em sua narrativa, que o trabalho do assistente social pode ainda contribuir para que os participantes no Movimento Noroeste tenham interesse pela graduação no curso de Serviço Social, não porque é um trabalho fácil ou de ajuda, como muitas vezes aparece nos discursos que tentam colocar a profissão na perspectiva da ideia conservadora para atender aos interesses burgueses, mas porque é um trabalho que traz temas polêmicos; contribui com o pensamento crítico; movimenta os trabalhadores a realizarem enfrentamentos; e oferece um trabalho que não é “engessado”, mas desencanta o encantado mistificado. A possibilidade dessa desmistificação está relacionada às habilidades do profissional de Serviço Social e à articulação orgânica entre suas dimensões: formativas, interventivas e investigativas, e “constitui-se em um dos princípios organizativos da formação e exercícios profissionais” (GUERRA, 2013, p. 64). Além disso, as participantes na pesquisa indicam a coerência ético-política como elemento fundamental, nesse processo. Os profissionais de Serviço Social podem contribuir para as transformações das relações sociais.

As narrativas demonstram afetos e o sentimento do “gostar” do profissional como um dos elementos que caracteriza a atuação profissional. Na lógica capitalista, ser profissional é distanciar-se das afetividades na relação de trabalho. Mas, por que não receber o afeto dos trabalhadores com quem atua? Por que não ter relações de afetividade? Afinal, a “afetividade é também uma tarefa política a ser cultivada entre aliados. Quem aprende a gostar, aprende a respeitar” (BOGOS, 2010, p. 254).

Por fim, o decorrer do estudo, buscamos construir a ideia de sociabilidade coletiva e, para isso, fomos construindo alguns caminhos. Primeiro, encontrar os

elementos da sociabilidade individualista do capital e as relações sociais determinadas historicamente. Para a proposta de uma nova sociabilidade em construção, buscamos identificar também, no estudo, quais são os elementos que estão na contramão da sociabilidade do capital, para compreender como vem sendo construída.

A partir dos estudos teóricos, de experiências e das narrativas dos trabalhadores, identifica-se que a sociabilidade do capital desumaniza e aliena o trabalhador com o propósito de manter a distribuição de riqueza nas mãos de uma minoria e, para tal, precisa colocar os trabalhadores na condição de objetos, em situações de desigualdade, disputas, e individualismo; de insegurança, medo, violência, preconceito; de consumo irresponsável de mercadorias; relações de competição e fetichizadas. É a sociabilidade que adoce o trabalhador e o leva ao suicídio; que o convida ao intimismo. É a sociabilidade do neoliberalismo que

não destrói apenas regras, instituições e direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo o que está em jogo é nada mais nada menos, que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos (DARDOT; LAVAL,2016, p.16).

Na contramão desse processo, identificamos os elementos que mantêm ou mesmo devolvem a humanidade ao trabalhador. Esses elementos possibilitam afirmar que a sociabilidade coletiva é a sociabilidade humana da classe trabalhadora.

É a sociabilidade consciente crítica, participativa, interventiva, emancipatória e transformadora da realidade em prol do coletivo. É a sociabilidade carregada de prazeres, afetos e valores humanos. É a sociabilidade do respeito; da amizade; cooperação por um objetivo comum; democratização dos saberes; do protagonismo do trabalhador. É a sociabilidade que valoriza a natureza; a terra e a saúde do trabalhador.

A sociabilidade coletiva está se fortalecendo no interior das contradições capitalistas e, nesse sentido, o assistente social está contribuindo com essa resistência, fortalecendo as ações transformadoras e as identidades coletivas. A

intervenção do assistente social tem limites, mas também a potência para contribuir para a sociabilidade coletiva. Há possibilidades de transformação social.

6 CONCLUSÃO: TODOS POR TODOS

Porque, na verdade, uma andorinha voando sozinha não faz verão. (ALVES; ROSSI, 1995).

No percurso de construção dos capítulos, aprofundamos as reflexões acerca da contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva, enquanto atua com os movimentos de moradia. Identificamos elementos centrais que compõem a sociabilidade do capital por meio de ideias embasadas nas referências bibliográficas e em narrativas dos participantes da pesquisa, bem como nos aspectos de sociabilidade coletiva.

Os elementos centrais dos capítulos I e II apontam para a sociabilidade do capital: da alienação; da cultura da dominação; da naturalização de exploração do trabalho, bem como das condições de desigualdade; da cultura do individualismo; da ideia de superioridade; de diferenciação entre o trabalho manual (desvalorização) e o trabalho intelectual; defendem a relação dos trabalhadores como de dinheiro, acima dos indivíduos, e oculta, pela mediação do dinheiro, as relações sociais que caracterizam o processo de reprodução da vida e, com isso, retira a humanidade como dimensão da sociabilidade burguesa.

No contexto do capital e de luta dos trabalhadores pelo direito à terra e à cidade, identifica-se a sociabilidade burguesa, que fortalece sua organização política em prol da desorganização política dos trabalhadores. Os donos dos meios de produção transformam tudo em mercadoria, assim, compõem a sociabilidade capitalista histórica de irregularidades, em especial as de terra, direcionadas ao trabalhador.

Apresentamos, nesses dois primeiros capítulos, reflexões sobre a categoria trabalho, em Marx, e como os meios de produção estão em poder da minoria da população, no contexto do capital. Indicamos os ardis do capitalismo para ocultar a exploração do trabalhador e, com isso, manter o poder com essa minoria.

É um preceito da sociedade burguesa propagar a imagem do indivíduo livre, independente, autônomo; no entanto, tal ideia do ser social como individual não condiz com a realidade. A construção dessa sociabilidade não é natural, mas histórica. A história apresenta o modelo burguês não natural de sociabilidade, que tenta implantar a ideia de que o homem é individual e isolado “naturalmente”. O

indivíduo é histórico e social, pois com ele se expressa a história da materialidade das relações sociais.

O sistema capitalista cria um modo de vida individualista, em um mundo ilusório de ideologias. Determina as maneiras de ser dos trabalhadores; como devem se comportar; estimula o consumo como uma fórmula para ser feliz; propaga a ideia de que, quando há posses, tem-se valor, para a sociedade, caso contrário, além de ser excluído, é explorado e culpabilizado por não alcançar tal patamar. Estimula, ainda, a disputa entre os trabalhadores. Na formação da sociedade brasileira, há elementos históricos que transmitem a herança das ideias burguesas para o cotidiano do trabalhador. Soma-se, a esses elementos, o discurso da competência privatizada, o qual determina como cada um, indivíduos privados, deve relacionar-se com os outros e o mundo (CHAUÍ, 2014b). É a cultura alienante manifestando-se na formação da sociedade brasileira.

As reflexões apontam para a divisão desigual de terras e a construção das cidades, no Brasil, desde o Período Colonial até o momento vigente (2020). No decorrer da história, registram-se avanços, como, por exemplo, a conquista da Constituição de 1988. Desse modo, debatemos como, por meio das lutas dos movimentos de moradia, que reivindicam o direito à reforma urbana, à cidade, à moradia digna; ao mutirão e à autogestão, na produção habitacional, contribuíram para a criação de programas de HIS que possibilitem a participação popular. Nesse processo, está a disputa pelo controle social no espaço urbano, que se expressa enquanto lócus da luta de classes.

Os participantes da pesquisa compõem as lutas históricas pelo direito à terra; de planejar e tomar parte nas decisões sobre sua moradia, a cidade e a vida em sociedade.

A luta histórica dos movimentos de moradia, em especial a UMM-SP, no enfrentamento às respostas insuficientes do Estado, em relação aos direitos básicos dos trabalhadores, culminou em propostas de programas habitacionais, tornando o mutirão com autogestão uma política pública, e o trabalho social um componente da política urbana. No contexto de lutas, inserem-se os assistentes sociais, primeiros profissionais a atuarem na área de HIS com trabalho social, mas que também têm sua trajetória marcada por fortes enfrentamentos políticos às ações conservadoras e em prol da classe trabalhadora.

No capítulo III, apontamos os elementos centrais da sociabilidade do capital: identificamos a sociabilidade burguesa do autoritarismo; do individualismo; da lógica do patrão; das relações de trabalhador enquanto mercadoria e a lógica da propriedade privada.

A história de conquista do projeto Alexios Jafet compõe a luta dos movimentos de moradia na sociedade, que necessitam demonstrar força, diante de respostas insuficientes do Estado e, ao mesmo tempo, pressioná-lo para que cumpra seu papel.

Observamos que as legislações do PMCMV-E inserem-se no contexto daquelas que não atendem à realidade dos trabalhadores, tanto em processos de obra, como do trabalho social. Os tempos, assim como os recursos, previstos para os projetos de HIS, bem como para o trabalho social, são incompatíveis e irrealis, e, principalmente, definem longos prazos de espera para que os trabalhadores possam acessar o direito de morar.

A experiência do projeto Alexios Jafet, nesse sentido, demonstra a realidade da sociedade, pois foram 7 anos de trabalho social, com a posse da terra garantida, mas sem possibilidade de iniciar a obra, tanto por questões burocráticas como de conjuntura política no País.

O estudo aponta para a contradição dos profissionais que atuam com os movimentos de moradia na defesa dos direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, com a insegurança de contratações informais de trabalho.

A autogestão, na área habitacional, envolve o trabalho coletivo, que democratiza as relações entre os participantes, um dos objetivos para essa forma de trabalho.

O trabalho social tem direção política, voltada à formação de sujeitos autônomos, críticos, que lutam por direitos sociais e qualidade de vida para todos. Entretanto, a formação de valores coletivos está na contramão dos valores neoliberais que perpassam toda a vida em nossa sociedade capitalista. Os valores neoliberais reforçam a perpetuação das desigualdades sociais e mascaram seus verdadeiros interesses para a classe trabalhadora, em prol dos privilégios de uma minoria dominante. Assim, a presença dos profissionais de Serviço Social agrega questões importantes ao processo, visto que essa profissão possibilita intervir na realidade a partir da perspectiva crítica.

As relações sociais, no contexto do capital, constituem-se e são reforçadas por meio de inúmeros mecanismos de dominação, gerenciados por distintas tecnologias de poder, e constam nos variados aparelhos ideológicos do Estado e no contexto dos movimentos sociais. Portanto, são propagadas no cotidiano de todos nós, inclusive das lideranças, as quais, ao mesmo tempo em que reproduzem ideias e práticas conservadoras, criam espaço para combatê-las.

Os espaços de decisões coletivas, espaços democráticos, não são tranquilos e com participantes “felizes o tempo todo”; ao contrário, também abrangem conflitos, que fazem parte da relação entre movimento e profissionais, mas a pactuação de valores e propostas é fundamental para essa relação.

O estudo aponta que, de um lado, há processos autoritários e de reprodução da ideia de individualismo, em espaços coletivos, além da relação do trabalhador enquanto mercadoria, e, por outro lado, possibilita ações de formação política; ações coletivas, em processos de autogestão na produção habitacional.

Outro importante elemento identificado no capítulo é o reconhecimento da particularidade da profissão de Serviço Social, indicada pelos profissionais com formação em arquitetura, como capaz de propor ações com viés mais politizado, ou seja, de contribuir com elementos para reflexões críticas sobre as armadilhas do capital, na contramão de ações conservadoras neoliberais. Aponta que o assistente social, além de contribuir para a formação política de participantes dos movimentos de moradia, também aglutina os profissionais de outras áreas, com os quais realiza trabalhos coletivos. Do mesmo modo, o profissional de Serviço Social é influenciado pela relação com esses profissionais. Ainda contribui para a consciência sobre evitar palavras que reforcem as ideologias burguesas. Por fim, alinha-se na defesa política entre os profissionais.

Nos capítulos IV e V, os elementos centrais da sociabilidade burguesa relacionam-se à sociabilidade que oculta do trabalhador que ele próprio é construtor de história e protagonista da história da sociedade. É a sociabilidade da alienação, da violência, do preconceito; da disputa; da desumanização; da exploração; da perda de valores humanos, em prol dos valores das coisas.

O trabalho do assistente social segue as diretrizes da Política Habitacional, do qual é componente, bem como os arcabouços técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político da própria profissão.

O estudo aponta que as atividades do trabalho social planejadas com os participantes, bem como o próprio planejamento, realizado a partir do conhecimento teórico e com direção política, contribuem para o desenvolvimento das potencialidades. As ações do profissional de Serviço Social auxiliam na compreensão dos trabalhadores sobre a realidade do trabalho que desenvolve.

Identifica-se, ainda, que as ações do assistente social se refletem na relação entre os trabalhadores dos movimentos de moradia, tanto em espaços de autogestão, como de mutirão.

Para os participantes da pesquisa, o trabalho em mutirão é gratificante e prazeroso, ainda que às vezes estejam cansados, na contramão de um trabalho assalariado que os oprime, cala suas ideias e causa-lhes sentimentos de inferioridade, fracasso e sofrimento. Mas, nos espaços do movimento, *“a gente resolve tudo aqui no coletivo, tudo é de um e é de todos, é igual a geladeira: O que tem na geladeira é de um e ao mesmo tempo é de todos”* (Valter Silva, 2020)

O profissional de Serviço Social, ao atuar com os grupos de família, necessita utilizar-se de seu arsenal intelectual; da criatividade; da ética profissional defendida pela categoria; e, principalmente, de sua ação interventiva na realidade para concretizar seu trabalho.

Em suas mediações, que compõem o arsenal político da categoria de profissionais do Serviço Social, é possível trazer elementos diferenciados daqueles que são desmobilizadores das lutas e de novas convivências, no caminho contrário da proposta capitalista de “cada um no seu quadrado”. O assistente social pode utilizar a instrumentalidade da profissão e promover mediações por meio da arte; música, de filmes, materiais didáticos; e muitas outras formas que se relacionam com a realidade dos trabalhadores, os quais devem ser envolvidos no planejamento e na realização das ações, pois são eles os protagonistas; e o assistente social é parte do processo.

O assistente social realiza trabalho com as crianças participantes e atua na perspectiva de que o espaço do Movimento, bem como os de trabalho social, são delas. Considerar e planejar ações do trabalho social para adultos, sem considerar as crianças, são atitudes que se situam na contramão da sociabilidade coletiva, visto que também devem ser compreendidas como participantes ativas e com capacidade

crítica e podem se organizar e tomar decisões que se relacionem às suas próprias vidas. São protagonistas e construtoras de história.

Precisamos entender que as crianças têm iniciativas, têm opiniões, e que, muitas vezes, ao questionarem os adultos em suas atitudes, impulsionam mudanças. Se observarmos atentamente e dermos espaço é possível vermos na auto-organização das crianças em suas atividades e na relação com os adultos, a criação de coisas novas e autênticas. (MOVIMENTO SEM TERRA, 2011, p. 25-26).

O trabalho do assistente social é indicado, pelos participantes da pesquisa, como aquele que apresenta temas polêmicos e cria espaços de apreensão de conhecimento, muitas vezes, não acessíveis aos trabalhadores em nenhum outro lugar, tanto para adultos como para crianças.

No decorrer dos capítulos, fomos identificando, também, os elementos centrais da sociabilidade coletiva. No contexto das contradições e relações sociais capitalistas, a sociabilidade coletiva é uma possibilidade de quebrar as regras desse sistema e contribuir para a transformação social, por meio da organização política e de ações embasadas na consciência de classe dos trabalhadores.

Consideramos a sociabilidade coletiva como aquela que está na contramão da sociabilidade do capital e que possibilita, ou mantém, a consciência crítica dos trabalhadores. É a sociabilidade participativa, interventiva, emancipatória e transformadora da realidade em prol do coletivo. É a sociabilidade carregada de prazeres, afetos e valores humanos. É a sociabilidade do respeito; da amizade; cooperação por um objetivo comum; da democratização dos saberes; do protagonismo do trabalhador. É a sociabilidade que valoriza a natureza; a terra; o meio ambiente e a saúde do trabalhador. Em suma, sociabilidade coletiva é aquela que fortalece as potencialidades dos trabalhadores na defesa da emancipação humana. Entretanto,

Só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual - na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as duas “forces propres” como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (MARX, 2012, p. 71, grifos do original).

Portanto, o caminho rumo à emancipação humana é longo e cheio de obstáculos, bem como a propagação de experiências que se diferenciam, ou mesmo não cumprem o roteiro da sociabilidade do capital.

Os estudos apontam que a construção da sociabilidade coletiva é um processo, no cotidiano do movimento, forjada na luta dos trabalhadores e o trabalho do assistente social é parte desse processo.

No estudo, identificamos que a contribuição para a sociabilidade coletiva está no campo da intervenção profissional, mas também no campo da pesquisa. Os procedimentos utilizados revelam a importância da metodologia da história oral, para a produção de conhecimento em Serviço Social.

6.1 Sentimentos críticos narrados e os elementos da metodologia da História Oral: ¹²⁵O simples nos traz o mais complexo

Precisava que alguém ouvisse isso, mas não tinha ninguém para eu falar isso. Não tinha ninguém para eu contar.
(Valter Silva, 2020)

A metodologia da história oral foi fundamental para acessar as reflexões e o conhecimento produzido pelos protagonistas da história, durante o processo de luta por moradia, que se estende para lutas mais amplas e se mistura com a própria história de vida desses sujeitos. Os participantes passam a se compreender dentro de uma sociabilidade coletiva. Sem o arsenal profissional, o conhecimento acadêmico e a metodologia da história oral, todo o conhecimento adquirido por esses sujeitos poderia não ser acessado, refletido e registrado no campo acadêmico.

As crianças participantes da pesquisa, ao serem questionadas acerca de como se sentiram durante as entrevistas, revelam:

Me sinto especial. Porque entre tantas crianças que tinham aqui, vocês pediram para nossa mãe autorizar. (Depoimento da criança Yara, 2020).

Eu me sinto importante. Porque não é muitas vezes que alguém me chama para uma entrevista. (Depoimento da criança Fortnite, 2020).

¹²⁵ Compõe as referências do autor Martins (2014) indicadas no presente estudo.

Me sinto importante, por causa que é a primeira vez que eu faço.
(Depoimento da criança Vih, 2020).

As crianças observam a inexistência de escuta das suas narrativas e dos conhecimentos que detêm. As crianças, bem como os adultos, não devem ser consideradas meras reprodutoras de ideias, mas capazes de elaborar análises críticas e construir história, pois os aprendizados estão sempre em movimento.

Em relação aos adultos, foi apresentada a mesma questão, ao final das entrevistas. Nota-se a indicação da vontade de narrar e de serem ouvidos.

Então, tô aqui pensando nisso, é, eu brinco com o pessoal, agora eu tô numa fase que ninguém (pausa), antigamente tinha muita divergência, hoje não. Eu não ofereço risco para ninguém, eu sou uma folha que já se virou, entendeu? Hoje eu tô em outras trincheiras, então, eu me sinto assim, fico feliz de contar isso, entendeu? (Depoimento de Henrique Pacheco, 2020).

Henrique, após a gravação da entrevista, relatou para a pesquisadora que foi a primeira vez que alguém ouviu sua história. Em sua narrativa, revela-se a si mesmo como página virada nos processos de trabalho com os movimentos de moradia. Por não “oferecer mais riscos” não há divergência e tampouco reconhecimento do largo trabalho que realizou. Mas, virar a página é um importante passo para que a história continue por novas trincheiras.

Ao narrar sua história, sente-se feliz, pois o processo de entrevista contribui para a memória e o revela enquanto participante histórico na formação dos movimentos de moradia.

A participante Fernanda também narra sua perspectiva acerca do processo de entrevista.

Quando eu lhe contei a minha história, eu chorei. Eu sei lá, eu me senti emocionada, senti-me livre, liberta de tudo, sabe? Sabe quando você tira um peso da tua cabeça, um peso do seu coração, assim? Eu me senti assim, eu desabafei, eu me senti bem. E eu chorei porque eu não me dei conta de tudo aquilo que eu tinha passado na época, né? Porque, quando a gente vive e está dentro daquele problema, daquela situação, a gente não se dá conta de quanto o problema é grande, ou quanto você está sufocado, ou quanto você sofre ou sofreu na vida. Você está preocupado em resolver e ir para frente, sabe? (Depoimento de Fernanda, 2020).

A narrativa expressa o resultado positivo da utilização da metodologia da História Oral, pois, como já destacado, o sujeito, ao narrar, se revela a si mesmo e ao outro. Fernanda expressa que, no cotidiano do trabalhador, ocorrem tantos problemas e sofrimentos que os vivencia de forma naturalizada, a ponto de não perceber o processo de maneira consciente e crítica, como lhe foi possível, por meio do processo de entrevista. Os trabalhadores são sugados pelo sistema. O trabalho e as demandas colocadas no cotidiano do trabalhador, ocultam dele mesmo a própria história e o calam. Mas, “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao dar-lhes um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”. (THOMPSON, 1992, p. 337).

Luciana também aponta para as reflexões que lhe foram possíveis, por meio de seu processo de narrar.

Então, eu achei que ia ser simples, muito simples, mas quando eu comecei a falar, eu me emocionei muito. Eu lembrei de coisas que eu nem lembrava mais. Hoje eu ainda vi a dona Cícera, para completar, porque para mim não é pouco.

São dez anos de muita luta e é que nem eu falei: “Se a gente tem dinheiro para pagar, você perde essa parte de coletivo, essa parte de dedicação”, porque não é fácil. E os amigos também. Eu adorei. (Depoimento de Luciana, 2020).

De acordo com Martinelli (2019, p. 31), o pesquisador, ao envolver os participantes na pesquisa, por meio da metodologia da História Oral, tem a possibilidade de lhes permitir narrar e reconstruir suas histórias e, a partir disso, criar nexos que até então não lhes eram possíveis; dessa forma, “consegue apropriar-se de sua história e atribuir-lhe novos significados”.

Eu contei a minha história para você, sei lá, de começo foi, eu senti mais como um desabafo, sabe? Que é uma coisa a gente conta a parte, mas eu nunca cheguei a conversar esse ponto com outra pessoa, passar toda essa visão para outra pessoa, e aquilo ali para mim, depois eu fiquei pensando, eu falei: “Cara, como foi bom” porque eu me senti mais leve ali depois que eu contei aquilo para você, tipo, eu acho que eu precisava falar isso com alguém. Precisava que alguém ouvisse isso, mas não tinha ninguém para eu falar isso. Não tinha ninguém para eu contar [...]. (Depoimento de Valter, 2020).

Valter é um dos trabalhadores que queria ser ouvido, que precisava contar sua história, mas, como ele mesmo disse, não havia ninguém para ouvi-la. Portanto,

é papel do profissional e do pesquisador o processo da escuta, bem como ir até onde a vida cotidiana acontece.

O pesquisador pode ter uma série de títulos acadêmicos, e o narrador pode ser analfabeto, mas é este quem possui o conhecimento que buscamos. Temos tudo a ganhar de ouvidos abertos. (PORTELLI, 2010, p. 213).

Portelli (2010, p. 212) indica que pesquisador oral é um ouvinte questionador, comprometido com a pesquisa que inicia encontros e cria espaços para o narrador, que tem uma história para contar, mas “não contaria daquela maneira ou em outro contexto ou a outro destinatário”. Tais referências podem ser encontradas nas narrativas de Valter:

Então, cara, por que não seria você? Para que ser outra pessoa que eu não conheço, que aparece na vida da gente rápido e que vai embora rápido? Não [...] e tipo, para mim, você é a pessoa certa para ouvir isso, para escrever sobre isso e comentar sobre isso, porque você conhece um pouco dessa história. (Depoimento de Valter, 2020).

Além disso, Valter reconhece a pesquisadora como qualificada para realizar o processo de entrevista e escuta. Aponta para a pesquisadora como parte do processo histórico de luta dos trabalhadores, em momentos de atuação profissional e, desse modo, é reconhecida como capaz de produzir conhecimento acerca do processo. Valter defende que, por meio da pesquisadora, sua história vai contribuir para o processo de construção do conhecimento, ou, nas palavras de Valter, não será algo “*jogado ao vento*”.

Aí, outra, eu confio em você, eu acredito no seu trabalho e eu sei que não vai ser uma coisa que vai ser jogado ao vento. Acredito na sua capacidade, você pode tirar um pouco dessa experiência e transmitir para outras pessoas. (Depoimento de Valter, 2020).

No papel de pesquisadora, só tenho a aprender. No processo de entrevista pela metodologia da História Oral, “Sou eu que escuto. São eles que me ensinam [...], conversaram comigo, porque eu admiti que eram eles que controlavam o diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 214).

6.2 Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva?

O estudo aponta para o profissional de Serviço Social como parte desse processo de construção de sociabilidade coletiva, pois o assistente social, por meio do trabalho social, contribui para:

- A perspectiva da cooperação entre os trabalhadores da organização coletiva e o objetivo comum, em contraponto com os processos de disputas e individualismo, no contexto em que, para que um ganhe, o outro precisa perder;
- A identificação e compreensão da realidade e identidade de luta entre os trabalhadores, na contramão da relação de individualizar problemas que são estruturais e que devem ser enfrentados no coletivo;
- O combate ao preconceito, na contramão de pensamentos ultraconservadores, que geram intolerância aos modos de comportamentos e formas de vida que são diferentes daquelas determinadas pelas ideias da classe dominante. Intolerância a tal ponto que gera diversos tipos de violência na sociedade;
- A autoestima e a valorização das potencialidades na contramão da lógica que menospreza e subestima as ações dos trabalhadores, ocultando-lhes a realidade de que são capazes de construir história;
- O despertar de sentimentos de pertencimento; de empatia, carinho, respeito; de família e inclusão social, na contramão do processo de estímulo ao discurso de ódio e à exclusão social;
- A criação de espaços e conteúdo que indicam outra forma de relação com o mundo;
- O fortalecimento da luta das mulheres e combate à violência e ao machismo;
- A mediação por meio da arte, nas formas de linguagens e metodologias que estimulam a compreensão que desperta o interesse e motiva os trabalhadores a participarem para além da construção de sua moradia;
- O senso crítico, na busca pelo real e a identificação do que não é revelado por meio das notícias, TVs, rádios, jornais e a atenção às notícias falsas e manipuladoras;

- A construção de consciência de classe, com a qual os trabalhadores têm a possibilidade de olhar para sua realidade na sociedade, e saber reconhecer os elementos que ocultam as relações sociais de trabalho e suas manobras para explorar o trabalho e os trabalhadores;
- A consciência crítica, para que os trabalhadores realizem enfrentamentos, embasados ainda na compreensão de que nada vai mudar, se os trabalhadores não se organizarem, uma vez que não é interesse da classe burguesa;
- A consciência de classe e organização política das crianças, bem como ao seu protagonismo político;
- A rebeldia e o atrevimento de adultos; crianças; idosos e jovens, no enfrentamento da realidade desigual.

Contribui na desmistificação de ideologias burguesas, a partir da perspectiva de lançar convites aos trabalhadores, mas o que cada trabalhador faz, ou mesmo se o fará, depende de elementos para além da ação profissional. E para fortalecer a luta da classe trabalhadora, o profissional deve:

ter o desprendimento daquele que não deseja discípulos, que mostra caminhos, mas que não espera e muito menos controla os caminhos que os outros seguem. E mais: que tenha ainda a humildade de mudar seus próprios caminhos por aquilo que também recebe dos outros. Um tal processo educativo é necessariamente criação coletiva, que se coloca para além de qualquer controle. (GALLO, 2008, p. 15).

O profissional também recebe elementos para modificar a si mesmo, nessa relação. Os principais protagonistas na construção da sociabilidade coletiva são os trabalhadores, e o trabalho social é parte desse processo. Em suma, os assistentes sociais também estão “contribuindo para criação de formas de um outro consenso - distinto daquele dominante - ao reforçarem os interesses majoritários da coletividade” (IAMAMOTO, 2007, p. 69).

São dois projetos societários em disputa: a) o da sociabilidade capitalista que aliena e desumaniza os trabalhadores; b) o defendido pela classe trabalhadora, da qual fazem parte os assistentes sociais, que têm como perspectiva a sociabilidade coletiva que está sendo forjada no cotidiano e na luta dos trabalhadores em contraposição ao modelo hegemônico.

Há possibilidades para “outra razão de mundo”, entretanto, é necessário dismantelar e substituir o quadro normativo neoliberal. Mas, “esse é o desafio das lutas sociais atuais, que decidirão a continuação ou até mesmo a radicalização dessa lógica neoliberal ou, ao contrário seu fim”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

O espaço dos movimentos de moradia é um campo onde é possível a inserção de diversos profissionais, cujo objetivos estejam alinhados ao da classe trabalhadora; nesse sentido, é também, para o Serviço Social, um espaço de possibilidades para o exercício profissional.

O espaço acadêmico estimula a participação de profissionais comprometidos com as lutas sociais para atuarem em prol da população. Nesse sentido, espera-se que os estudos desta tese possam despertar e mobilizar mais profissionais de Serviço Social para que ao se engajarem nesse campo, possam contribuir para a produção do conhecimento em Serviço Social, bem como para a utilização da metodologia da história oral em pesquisas. Também no processo de pesquisa, o pesquisador se transforma, embasado no arcabouço teórico e das reflexões da prática profissional, a partir da realidade.

Considerando que experiências como as investigadas no presente estudo representam uma pequena parcela da produção de HIS no Brasil, o desafio para os movimentos e profissionais comprometidos com o enfrentamento dos problemas urbanos envolve a ampliação de experiências coletivas de trabalho, nessa área, que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, na contramão do modelo excludente capitalista.

Finalizamos este trabalho, que não se encerra aqui, lembrando o que nos disse a criança Vih, ao ressignificar a personagem Mulher Maravilha, comumente indicada como aquela que salva o mundo sozinha: Mulher Maravilha são “todas” as mulheres do projeto. Nesse sentido, defende-se que sejamos todos por todos, na contramão da ideia burguesa de “um por todos”.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. Memória: 80 anos do serviço social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 181-186, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100181&script=sci_abstract&tlng=pt&fbclid=IwAR0QWLgDL-RJ_T0PDN4yy4Y-6bFwHukzwe_oNSVnxlvmmediQTDupzcpM3kg. Acesso em: 21 abr. 2020.

ABRAMIDES; Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **Revista Scielo. Perspec.** v. 17, n.1, São Paulo, jan./mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000100002. Acesso em: 18 set. 2019.

ALVES, Alcino; ROSSI, Rossi. **As andorinhas**. In: Perdão Senhor, Trio Parada Dura. LP. Faixa 3, lado A. Rio de Janeiro: Gravadora Copacabana, 1985.

ANTUNES, Ricardo. **O trabalho na era da mundialização**. Texto-base utilizado pelo autor para exposição na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2007. Natal. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/engpr2007/palestra_abertura.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serv. Soc. & Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio históricos. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética e serviço social** - Fundamentos ontológicos. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. **Socialização**: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Editora, Expressão Popular, 2010.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e autogestão** - Construindo territórios de utopia. Fase, 1992. Rio de Janeiro.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 5 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei n. 8.662/1993, de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual., Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. **30 anos de congresso da virada**. Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018**. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, 2018. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278. Acesso em: 23 out. 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARPANELLI, Fernanda; SANTOS, Cleonice Dias dos; PAZ, Rosangela Dias.

Movimentos de moradia na cidade de São Paulo no contexto das lutas sociais. XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Natal/RN, 2014.

CARTILHA, Autogestão. **A solução para falta de moradia para a organização popular**. Publicação própria da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Material de formação política. São Paulo, 1995.

CASTRO, Andrea. **Às margens do programa minha casa minha vida**: um estudo sobre a modalidade entidades na região metropolitana de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

CHARGAS, Eduardo F. O Indivíduo na teoria de Marx. **Revista Dialectus** - Revista de Filosofia, n. 1 (2012). Dossiê indivíduo e educação no contexto da crise do capitalismo. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/issue/view/356>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: O mito fundador e a sociedade autoritária**. 2001. Disponível em:
http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_marilena_chau.pdf. Acesso em: 24 jun. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas**. 13. ed., São Paulo: Editora Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Organização de André Rocha. São Paulo: Editora autêntica, 2014b.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. Editora Brasiliense, 1980.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Política habitacional e trabalho social: Um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social**. Artigo. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. São Luís: UFMA, 2009. v. 1. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/politica-habitacional-e-trabalho-social-um-olhar-critico-sobre-o-projeto-de-trabalho-tecnico-so.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Tânia Maria Ramos Godói; PAZ, Rosângela. O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. *In: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Anais [...]*. 2018. Disponível em:
<file:///C:/Users/phili/Downloads/22071-64193-1-SM.pdf>. Acesso em: 9 set. 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, M. N. **A cultura como instrumento de integração latino-americana. Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, p. 85-90, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. *In: FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 203-315.

FERREIRA, Regina Fátima C. Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil**: do acesso à moradia ao direito à cidade. Texto. 2º FÓRUM DE SOCIOLOGIA. Justiça Social e Democratização, realizado em Buenos Aires, de 1º a 4 de agosto de 2012, no Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da Internacional Sociological Association (ISA). Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

FERRO, Sergio. **Arquitetura e trabalho livre**. Pedro Fiori Arantes (Org.) São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2006.

FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA. **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Colaboradores(as) autores(as): Diversos. Editor: IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro. 2020.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época, v. 23.

FREIRE, Paulo. **Vivendo e aprendendo**: experiências do Idac em educação popular. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

GALLO, Silvio. Eu, o outro e tantos outros: educação, alteridade e filosofia da diferença. II CONGRESSO INTERNACIONAL COTIDIANO: DIÁLOGOS SOBRE DIÁLOGOS. Universidade Federal Fluminense. **Anais [...]**, p. 1-16, Rio de Janeiro, 2008.

GALLO, Silvio. Imagens do outro na filosofia: o desafio da diferença. ETD – **Educação Temática Digital**. v.14, n.1, p.160-178, Campinas, 2012.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Cfess/Abepss- UNB. 2000.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: Editora EFRJ, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2017.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Editora Boitempo, São Paulo, 2013a.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: MARICATO, Ermínia *et al.* (Org.). **Cidades rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo: Carta Maior, 2013b, p. 33- 34.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais. Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/Unesp/ Marília. Artigo, 2012. Disponível em:
<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>.
Acesso em: 9 mar. 2019.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente, disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução de Claudio Carina; revisão técnica de Luísa Valentini. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFSS; ABEPSS (Org.). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Unidade VI: Pesquisa e produção do conhecimento na área do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**. n. 7, Porto Alegre, jan. 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100008.
Acesso em: 9 abr. 2019.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1978.

IASI, Mauro Luís. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Revista: Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013.

KNEVITZ, Agnaldo. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 30 anos com desafios para efetivação e garantia**. [Entrevista concedida a] CEFESS, jul.2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1729>. Acesso em: 20 out. 2020.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

LEÃO, Ricardo de Holanda. Congresso brasileiro de assistentes sociais. **Anais [...]**, v. 16, n. 1, 2019.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LEITE, Maria Isabel. Espaços de narrativa: onde o eu e o outro marcam encontro. *In*: CRUZ, Silvia Helena Vieira Cruz (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

LIMA Marcão; GERALDO, Zé. **Zé e José**. CD: No Meio da Área . Faixa 1. Gravadora: Paradox. 1998.

MACIEL, Walery Luci da Silva. Metodologia e instrumental técnico-operativo da prática profissional. *In*: MARCOMIM, Ivana; MACIEL, Walery Luci da Silva. **Instrumental técnico-operativo do Serviço Social**. Livro didático. Palhoça. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2016. Disponível em: https://www.uaberta.unisul.br/repositorio/recurso/14690/pdf/instrumental_tecnico_operativo_ss.pdf. Acesso em: 13 out. 2020.

MAGAL, Sidniei. **Se te agarro com outro te mato**. LP. Sidney Magal. Faixa 6. Gravadora Polydor Records, 1977.

MARICATO, Ermínia. **O estatuto da cidade comentado**. Celso Santos Carvalho (Org.), Ana Claudia Rossbach. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

MARICATO. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MARTINELLI, Maria Lucia. História oral: o exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lucia; LIMA, Neusa Cavalcante; MONTEIRO, Amor; DINIZ, Rodrigo. **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto**. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

MARTINELLI, Maria Lucia; LIMA, Neusa Cavalcante. Entrevista na história oral: campo de mediações na intervenção e pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lucia; LIMA, Neusa Cavalcante; MONTEIRO, Amor; DINIZ, Rodrigo. **A história oral na pesquisa em serviço social: da palavra ao texto**. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

MARTINELLI, Maria Lucia. **A história oral**: o exercício democrático da palavra. Texto didático. São Paulo: PUC, 2015.

MARTINELLI, Maria Lucia. A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Revista Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP, v. 12, n. 2 (16), p. 145-156, jul./dez. 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2012.

MARTINELLI, Maria Lucia. O serviço social e a consolidação de direitos: desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social & Saúde**. Unicamp Campinas, v. X, n. 12, dez. 2011. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/issue/view/276>. Acesso em: 24. fev.2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1998, p. 1-8.

MARX, Karl. **O capital**. L I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O leitor de Marx**. Org. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1977.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O manifesto comunista**. Versão para *e-book*. Edição Ridendo Castigat Moraes. Fonte Digital: RocketEdition de 1999. Disponível em: www.jahr.org. Acesso em: 14 abr. 2020.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. 2006. Obras Escolhidas. Edição dirigida por um coletivo composto por: José BARATA-MOURA, Eduardo CHITAS, Francisco MELO e Álvaro PINA. Edições Avantes.

Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>>. Acesso em 24 jun.18.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do crédito solidário ao MCMV entidades – histórico dos programas. 2012. *In*: LAGO, Luciana Corrêa do. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. 256 p. il. 23 cm (Habitação e cidade; 2).

MOVIMENTO SEM TERRA. Educação da Infância Sem Terra. Orientação para o trabalho de base. *In*: **Caderno a infância** nº1. São Paulo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação, 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, 2005, p. 5-19.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**. uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. *In*: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1 – Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Cfess/Abepss/Cead/UnB, 1999.

OPAS. Organização Pan-americana de Saúde; OMS. Organização Mundial da Saúde. **Folha Informativa de 2018**. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839. Acesso em: 30 maio 2020.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. Habitação e Trabalho Social: Desafios para a atuação profissional. *In*: **Psicologia e Moradia: Múltiplos olhares sobre a questão habitacional**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6a Região, 2019.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira. Trajetória e concepção do trabalho social na política habitacional. *In*: PAZ, Rosângela Dias Oliveira. **Trabalho social, territórios e moradia**: a construção do direito à cidade. São Paulo: Editora Veras, 2017.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do trabalho social em habitação**. *In*: Trabalho social em programas e projetos de Habitação de Interesse social. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação, 2010.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira; SANTOS, Cleonice Dias dos. Movimentos de moradia e trabalho social no contexto de desmonte da política habitacional brasileira. *In*: PAZ, Rosângela; ARREGUI, Carola (Orgs.). **Trabalho social, territórios e moradia**: a construção do direito a cidade. São Paulo: Editora Veras, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

PITARELLO, Marli. **A documentação profissional**: em questão o uso e a produção do registro na prática cotidiana do assistente social. Texto elaborado com finalidade didática, 2000.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio da história oral**. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2010.

RIBEIRO, J. C. Os outros nós da rede. A ideologia da preguiça. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v.1, 2001. Disponível em: <http://agbpbp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-9.pdf>. Acesso em: 1º maio 2019.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **Por que ouvir as crianças?** Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa. Organização de Sílvia Helena Vieira Cruz. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade: Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, p. 9-25, 2. sem. São Paulo, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8807/6528>. Acesso em: 7 jul. 2019.

RODRIGUES, Evaniza. **Autogestão no programa minha casa minha vida entidades**. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Oficina_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_autogestao.pdf. Acesso em: 6 fev. 2020.

ROSSATTO, Tuane Aline. **A dimensão política do serviço social**: um estudo do trabalho profissional com a união dos movimentos de moradia de São Paulo. 2018. Tese (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2018.

ROYER, Luciana. **Política habitacional no estado de São Paulo**: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São

Paulo. 2002. Tese (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. 11. ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda. 2001.

SALGADO, Raquel Gonçalves. Da menina meiga à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas da ficção e da vida. **SciELO. Estud. Av.** vol. 32, n. 86, p. 117-136, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v32n86/v32n86a08.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Habitação em São Paulo. **SciELO. Estud. Av.**, v.17, n. 48. São Paulo, maio/ago. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200014. Acesso em: 5 abr. 2019.

SANTIAGO, Flávio. Culturas infantis e educação das relações étnico-raciais: desarticulando as amarras do colonialismo. *In*: SANTIAGO, Flávio. **Infâncias e movimentos sociais**. Campinas: Editora Leitura Crítica, 2015.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia**: Um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2016.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia**: Um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Curitiba: Editora CRV, 2020

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Sociabilidade, cultura e história oral**: Organização coletiva no trabalho com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. *In*: MARTINELLI, Maria Lucia; LIMA, Neusa Cavalcante; Amor MONTEIRO, Amor; DINIZ, Rodrigo (Orgs.). **A história oral na pesquisa em serviço social**: da palavra ao texto. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

SANTOS, Edilene de Jesus; CEDRAZ, Josivan dos Santos. A modernização da agricultura e o crédito rural: o elo de transformação da agricultura brasileira. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais [...]**. Universidade Federal do Maranhão. 2015.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed., São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SANTOS, Monica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do serviço social: questões para reflexão. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: Editora UFRJ, 2013. SCIENCE, Chico; QUARTO, Fred Zero. **Da lama ao caos**. CD. Faixa 3. Banda: Nação Zumbi. Sony Music. Recife, 1994.

STRASSACAPA, Juliana. **Triste Louca** ou má. In. Banda Francisco, el Hombre. CD Soltasbruxa. Faixa 06. Gravadora independente. Campinas: 2016.

SEIXAS, Raul. **Ouro de tolo**. In: Krig-ha. LP. Faixa 1. Lado A. Rio de Janeiro: Gravadora Phillips Records, 1973.

TARIN, Bruno. A gente não separa militância de festa. In. MORAES, Alana; TARIN, Bruno; TIBLE, Jean. **Cartografias da Emergência: Novas lutas no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2015.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Revista Opin. Pública**, v.18, n. 2, Campinas, nov. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a07v18n2.pdf>. Acesso em: 4 maio 2020.

TATAGIBA, Luciana F.; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; BLISKSTAND, Karin; **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda**: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades. 2013. Disponível em: http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/Clacso_versao_final.pdf Acesso em : 2. nov. 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PAUL, Edward Palmer. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

TORO, Bernardo; WERNECK, Nilsia Maria Duarte Furquim. **Mobilização social. Um modo de construir a democracia e a participação**. Unicef-Brasil, 1996.

URBANA, Legião. **Índios**. LP Dois. Faixa 01. Lado A. Rio de Janeiro: Gravadora EMI, 1986a.

URBANA, Legião. **Fábrica**. In: LP Dois. Faixa 5, lado B. Rio de Janeiro: Gravadora EMI, 1986.

VILAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. 1986. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf. Acesso em: 5 nov. 2018.

VILANOVA, Mercedes. **Las mayorías invisibles**. Explotación fabril, revoliación y represión. Barcelona: Ed. Antrazyt 87, 1996.

WHITAKER, João. **O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana**. 2010. Curso a Distância: Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. 2. ed. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH003.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2015.

APÉNDICES

1– Roteiro de Perguntas para as Crianças

- ✓ Nomes, idade e se estudam.
- ✓ Conte sua história.
- ✓ Quantos anos você tinha quando veio para o movimento a primeira vez?
- ✓ Quem te trouxe para o projeto e por quê?
- ✓ Como você se sentia quando participou com seus pais? E por quê?
- ✓ E, nesse processo, o que você aprendeu?
- ✓ E no Espaço Ciranda, o que vocês aprendem?
- ✓ Vocês se lembram dos temas? Os temas que vocês discutiram na Ciranda? Dê um exemplo das coisas que vocês fizeram lá.
- ✓ Qual é o tema que você mais gostou, aqui no projeto, ou alguma coisa que você fez, que foi o que você mais gostou?
- ✓ E no trabalho social? Por quê?
- ✓ Os pais de vocês fazem muitas reuniões. Vocês acham que eles fazem tanta reunião por quê?
- ✓ Você tem alguma expectativa de como você acha que tem que ser a tua casa? Já imaginou teu quarto e o que vai ter nele?
- ✓ E quando acabar a obra e sua casa estiver pronta, o que você acha que vai acontecer? Gostaria de participar de alguma coisa?
- ✓ Você tem amigos fora do projeto? E dentro?
- ✓ Onde você gosta mais de ficar, fora do projeto ou mais no projeto? Por quê?
- ✓ Você acha que sua vida vai melhorar quando você for morar na nova moradia?
- ✓ Imaginando que depois que acabar a obra não tenha a Comissão de Ciranda como é hoje, como vocês fariam?
- ✓ Vocês já ouviram falar de autogestão?
- ✓ E de mutirão? O que vocês acham que é?
- ✓ Como você se sente comigo fazendo entrevista com você? Por quê?
- ✓ Tem algo que não perguntei, mas que vocês gostariam de falar?

2– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (adultos)

Eu sou Cleonice Dias dos Santos pesquisadora e aluna do PEPG em Serviço Social da PUC-SP onde estou cursando o Doutorado em Serviço Social, sob a orientação do Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz. Estou desenvolvendo um estudo que tem como objetivo aprofundar reflexões sobre a contribuição do trabalho do assistente social para a construção da sociabilidade coletiva, a partir da experiência de trabalho com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (Atstzn) a qual você participa e a partir de suas narrativas que, por meio da Atstzn, são beneficiários no projeto habitacional nomeado de Alexios Jafet, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo.

Gostaria de convidá-lo (a) à realizar uma entrevista que possibilita contribuir à pesquisa. Para que isso ocorra, é preciso haver a existência deste TCLE o qual devo prestar esclarecimentos e após todas as dúvidas de sua parte estarem esclarecidas e havendo concordância de sua parte, podemos dar início às entrevistas.

Iniciamos esclarecendo o que é um Comitê de Ética em Pesquisa. Esse comitê de é responsável pela avaliação ética dos projetos de pesquisa, além de acompanhar as pesquisas realizadas com seres humanos no País. Uma das mais importantes funções é o de defender os interesses e os direitos das pessoas que participam da pesquisa, seja em sua respeitabilidade e dignidade. Também contribui para que as pesquisas sejam realizadas dentro de padrões éticos. O Comitê segue normas e diretrizes regulamentadoras da pesquisa que envolve pessoas. Tudo isso é muito importante para que a pessoa que participa da pesquisa não seja prejudicada ou tenha seus direitos violados.

A partir dos esclarecimentos prestados, declaro, por meio deste termo, que _____ (informar concordância) em ser entrevistado (a) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada (título), desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Rosangela Oliveira Dias da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº:11- (informado para os entrevistados) ou e-mail (informado para os entrevistados)

Caso esteja claro para você, ao assinar este documento, você afirma que esse termo foi lido por você, que a partir dos esclarecimentos aceita participar por sua

própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Você foi informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Afirma ainda que você foi também esclarecida (o) de que o uso das informações por você oferecidas, estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde

Assim, sua colaboração se fará de forma _____ (anônima ou não anônima), por meio de entrevista semiestruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim pesquisadora e minha orientadora.

Você afirma estar ciente de que, caso tenha dúvida ou se sinta prejudicado(a), pode contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000

Eu lhe oferto uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Por fim, você foi informado(a) de que pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para você, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

3– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (criança)

Eu sou Cleonice Dias dos Santos pesquisadora e aluna do PEPG em Serviço Social da PUC-SP onde estou cursando o Doutorado em Serviço Social, sob a orientação do Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz. Estou desenvolvendo um estudo que tem como objetivo aprofundar reflexões sobre a contribuição do trabalho do assistente social para a construção da sociabilidade coletiva, a partir da experiência de trabalho com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (Atstzn) a qual você participa e a partir de suas narrativas que, por meio da Atstzn, são beneficiários no projeto habitacional nomeado de Alexios Jafet, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo.

Gostaria de convidá-lo (a) à realizar uma entrevista que possibilita contribuir à pesquisa. Para que isso ocorra, é preciso haver a existência deste TCLE o qual devo prestar esclarecimentos e após todas as dúvidas de sua parte estarem esclarecidas e havendo concordância de sua parte, podemos dar início às entrevistas.

Iniciamos esclarecendo o que é um Comitê de Ética em Pesquisa. Esse comitê de é responsável pela avaliação ética dos projetos de pesquisa, além de acompanhar as pesquisas realizadas com seres humanos no País. Uma das mais importantes funções é o de defender os interesses e os direitos das pessoas que participam da pesquisa, seja em sua respeitabilidade e dignidade. Também contribui para que as pesquisas sejam realizadas dentro de padrões éticos. O Comitê segue normas e diretrizes regulamentadoras da pesquisa que envolve pessoas. Tudo isso é muito importante para que a pessoa que participa da pesquisa não seja prejudicada ou tenha seus direitos violados.

A partir dos esclarecimentos prestados, declaro, por meio deste termo, que _____ (informar concordância) em ser entrevistado (a) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada (preenchido), desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Rosangela Oliveira Dias da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº informado para o entrevistado) ou e-mail

Caso esteja claro para você, ao assinar este documento, você afirma que esse termo foi lido por você, por seus pais e que a partir dos esclarecimentos aceita

participar por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Você foi informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Afirma ainda que seus pais e você foram também esclarecidos (a) de que o uso das informações por vocês oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde

Assim, sua colaboração se fará de forma _____ (anônima ou não anônima), por meio de entrevista semi-estruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim pesquisadora e minha orientadora.

Você afirma estar ciente de que, caso seus pais ou você tenham dúvida ou se sinta prejudicado(a), podem contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000

Eu lhe oferto uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Por fim, você foi informado(a) de que pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para você, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) criança participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

4– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (responsáveis)

Eu sou Cleonice Dias dos Santos pesquisadora e aluna do PEPG em Serviço Social da PUC-SP onde estou cursando o Doutorado em Serviço Social, sob a orientação do Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz. Estou desenvolvendo um estudo que tem como objetivo aprofundar reflexões sobre a contribuição do trabalho do assistente social para a construção da sociabilidade coletiva, a partir da experiência de trabalho com a Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (Atstzn) a qual você participa e a partir de suas narrativas que, por meio da Atstzn, são beneficiários no projeto habitacional nomeado de Alexios Jafet, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo.

Gostaria de convidá-lo (a) à realizar uma entrevista que possibilita contribuir à pesquisa. Para que isso ocorra, é preciso haver a existência deste TCLE o qual devo prestar esclarecimentos e após todas as dúvidas de sua parte estarem esclarecidas e havendo concordância de sua parte, podemos dar início às entrevistas.

Iniciamos esclarecendo o que é um Comitê de Ética em Pesquisa. Esse comitê de é responsável pela avaliação ética dos projetos de pesquisa, além de acompanhar as pesquisas realizadas com seres humanos no País. Uma das mais importantes funções é o de defender os interesses e os direitos das pessoas que participam da pesquisa, seja em sua respeitabilidade e dignidade. Também contribui para que as pesquisas sejam realizadas dentro de padrões éticos. O Comitê segue normas e diretrizes regulamentadoras da pesquisa que envolve pessoas. Tudo isso é muito importante para que a pessoa que participa da pesquisa não seja prejudicada ou tenha seus direitos violados.

A partir dos esclarecimentos prestados, você declara, por meio deste termo, que concorda que meu (minha) filho (a), cuja a idade está entre 06 a 18 anos, seja entrevistado (a) na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada (informado), desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Rosangela Oliveira Dias da Paz e que poderei contatar a pesquisadora a qualquer momento que julgar necessário por meio do telefone nº(informado para o responsável) ou e-mail:

Caso esteja claro para você, ao assinar este documento, você afirma que esse termo foi lido por você e por seu (sua) filho (a) e que a partir dos esclarecimentos

aceita participar por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Você foi informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Afirma ainda que você foi também esclarecida (o) de que o uso das informações por vocês oferecidas, estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde

Assim, a colaboração de seu (sua) filho (a) se fará de forma _____ (anônima ou não anônima), por meio de entrevista semiestruturada e será gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim pesquisadora e minha orientadora.

Você afirma estar ciente de que, caso tenha dúvida ou se sinta prejudicado(a), pode contatar a pesquisadora responsável ou sua orientadora no Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP, situado na Rua Ministro Godoy, 969 - Perdizes CEP 05015-000- São Paulo - SP telefone (11) 3670-8000

Eu lhe oferto uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Por fim, você foi informado(a) por mim que seu (sua) filho (a) pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para vocês, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

São Paulo, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

5- Autorização da instituição para uso do nome e entrevistas

Eu, _____, responsável legal da instituição **Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste** e pelo acompanhamento das famílias que participam da construção de moradias de Habitação de Interesse Social, nomeado como “projeto Alexios Jafet”, autorizo o uso do nome da associação, para o desenvolvimento, publicação e divulgação da pesquisa de doutorado intitulada _____ para o programa de Pós Graduandos em Serviço Social da PUC/SP, realizada pela pesquisadora Cleonice Dias dos Santos com a orientação da professora Dr^a Rosangela Oliveira Dias da Paz.

Autorizo ainda à pesquisadora à participar de nossos espaços para a realização das entrevistas com as famílias do projeto Alexios Jafet.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

6- Autorização do uso do nome e pesquisa documental

Eu, _____, responsável legal da instituição **Assessoria técnica Ambiente Arquitetura**, autorizo o uso do nome da empresa, o desenvolvimento, publicação e divulgação da pesquisa de doutorado intitulada _____ para o programa de Pós Graduandos em Serviço Social da PUC/SP, realizada pela pesquisadora Cleonice Dias dos Santos com a orientação da professora Dr^a Rosangela Oliveira Dias da Paz.

Também autorizo a utilização do acervo da assessoria relacionado a documentos, registros fotográficos e demais materiais que possam contribuir a pesquisa.

Estamos à disposição para qualquer esclarecimento.